



.....

REMINISCÊNCIAS
DA GUERRA DO
PARAGUAI

Artur Jaceguai

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 152

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

R*ecordações da Campanha di Paraguai*, de José Luís Rodrigues da Silva, é a historiografia sobre a Guerra do Paraguai ainda é escassa entre nós. Nada mais oportuna a publicação deste livro que retrata o maior e mais sangrento conflito armado ocorrido na América Latina. Na guerra envolvendo a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai, houve grandes perdas humanas para as partes envolvidas, e pesou drasticamente sobre os destinos do país vizinho. O interesse maior é que foi escrita por um general brasileiro que participou do conflito.

R*ecordações de guerra e de viagem*, Autor de *Inocência*, um dos mais importantes romances da literatura brasileira, o Visconde de Taunay (1843-1899), com o mesmo estilo simples e encantatório, recolhe nestas páginas impressões da Guerra do Paraguai e das viagens que fez mundo afora. As reminiscências da campanha da Cordilheira (1869-1870) representam uma parte pequena na composição geral do livro. Predominam as impressões de viagem. Aqui estão suas anotações sobre Paris e a vida cultural (Louvre, Exposição Universal, o Salão de 1878, Versalhes), Estrasburgo e sua Catedral, o Museu de Dresden, Veneza e a escola veneziana, os pintores Rafael e Urbino, Florença e o Renascimento e muitos outros temas mais. Ao final, anseia pela volta à pátria e escreve o “Futuro que ao Brasil se antolha”. Esta é uma compilação de artigos publicados na imprensa na época de Taunay. Outras narrativas são inéditas, recolhidas por Afonso Taunay para a feitura da primeira edição. Este volume é uma especial curiosidade para aqueles que se interessam por conhecer melhor quem foi um dos nossos homens públicos mais influentes e que nos legou uma obra imortal.

V*iagem ao rio da Prta e ao Rio Grande so Sul*, publicado em 1835, esta obra de Arsène Isabelle vem somar-se à bibliografia dos viajantes estrangeiros. Desta vez é o Rio Grande do Sul, tendo o Uruguai e a Argentina como parte de suas anotações. O estudioso desta região do país encontrará aqui material abundante sobre o Brasil e o Cone Sul da América Latina. Mesmo nas observações sobre o Brasil, nem sempre lisonjeiras, observa-se, contudo, um atento cronista e homem envolvido com as questões humanas e políticas. Arsène estava mais preocupado com o homem e a organização social do que com o elemento natural. Este, que lamentava a extensão de terra não cultivada no Rio Grande quando operários franceses morriam de fome, posteriormente emigra para o Uruguai. Diz o tradutor: “Um tema que o apaixona e absorve é o da colonização destas vastas regiões por elementos europeus selecionados, à base das observações que recolhera em sua viagem à Província do Rio Grande.” Pouco se sabe sobre Arsène Isabelle, além de ter sido colaborador no jornal de exilados *Patriote Français* e agente consular da França. Seu livro teve boa repercussão na França e mereceu citações em outros trabalhos sobre o mesmo assunto. Este livro não é um simples relato de viagem, mas um conjunto de notas relevantes sobre a geografia, economia, a formação geológica e sociológica das regiões por onde Arsène empreendeu sua viagem.



Batalha do Avaí, ocorrida no Arroio Avaí, Paraguai em 11 dezembro 1868,
óleo de Pedro Américo (* 29/4/1843 – † 7/10/1905)

.....

REMINISCÊNCIAS DA
GUERRA DO PARAGUAI



Mesa Diretora

Biênio 2011/2012

Senador José Sarney

Presidente

Senadora Marta Suplicy

1º Vice-Presidente

Senador Wilson Santiago

2º Vice-Presidente

Senador Cícero Lucena

1º Secretário

Senador João Ribeiro

2º Secretário

Senador João Vicente Claudino

3º Secretário

Senador Ciro Nogueira

4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Gilvam Borges

Senadora Maria do Carmo Alves

Senador João Durval

Senadora Vanessa Grazziotin

Conselho Editorial

Senador José Sarney

Presidente

Joaquim Campelo Marques

Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 152

REMINISCÊNCIAS DA GUERRA DO PARAGUAI

Artur Jaceguai



Brasília – 2011

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 152

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2011

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-346-0

.....

Jaceguai, Artur.

Reminiscências da Guerra do Paraguai / Artur Jaceguai. – Brasília :
Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

222 p. : il. – (Edições do Senado Federal ; v. 152)

1. Guerra do Paraguai (1864-1870). I. Título. II. Série.

CDD 981.0434

.....

.....

Sumário

ALMIRANTE ARTUR JACEGUAI

por Raul Tavares

pág. 9

Reminiscências
da Guerra do Paraguai

pág. 67

O desembarque no Passo da Pátria

pág. 107

A passagem do Paraná

pág. 113

No rio Paraguai

pág. 120

Com o exército

pág. 127

Curuzu e Curupaiti

pág. 138

Considerações político-estratégicas

pág. 156

Solano López e os Alitados

pág. 190

O general Osório

pág. 195

Os planos de Campanha
pág. 200

O Paraguai e a Aliança
pág. 207

A parte oficial da batalha do Riachuelo
pág. 211

Conclusão
pág. 213

.....

Almirante Artur Jaceguai

RAUL TAVARES,
Contra-almirante

“Sei que as glórias efêmeras são louros
que murcham ao primeiro raio da Verdade, que
afinal dissipa sempre os embustes da Impostura.”

ARTUR JACEGUAI
De Aspirante a Almirante.
De 1868 a 1902

O

ALMIRANTE ARTUR JACEGUAI, nasceu a 26 de maio de 1843, na cidade de São Paulo. Aos 14 anos de idade partia daquela cidade para o Rio de Janeiro, em companhia de seu pai, o Dr. José Inácio Siqueira da Mota, que acabava de ser escolhido senador pela Província de Goiás. Entrou para o Colégio Vitória, onde se preparou para matricular-se na Escola Naval, justamente em 4 de março de 1858, verificando praça como aspirante a guarda-marinha. Distingue-se na Escola Naval como um dos seus primeiros alunos, tendo sido elogiado em 1859 pelos brilhantes exames que prestou das disciplinas do 2º ano letivo e pelo então Ministro da Marinha, Visconde de Abaeté, pelos vultosos, serviços prestados na extinção de um grande incêndio, no bairro da Saúde, com risco da própria vida. Concluiu o curso da Escola Naval, em 1860, e a 30 de no-

vembro desse mesmo ano recebia o seu primeiro galão de guarda-marinha. Nesse mesmo ano a Marinha passava pelo lutuoso golpe de perder a corveta Isabel, naufragada nas inóspitas areias do cabo Spartel, perecendo quase toda a turma de guardas-marinha e metade da guarnição.

Impressionado com a horrorosa catástrofe, quis-lhe o pai que ele trocasse a vida do mar pela do Exército. Para esse fim foi entender-se com o Ministro da Guerra, Conselheiro Rego Barros, que com a melhor vontade tratou de facilitar-lhe a passagem para o Exército. Semelhante idéia, porém, encontrou toda a resistência da parte do jovem guarda-marinha, que não pôde nem queria romper com a sua vocação.

Foram inúteis os esforços paternos para afastá-lo da idéia e vãos os seus argumentos para fazê-lo perder o grande amor que já guardava no coração pela carreira do mar. O imponente marulhar das vagas, as vastas solidões do elemento majestoso, o gigantesco de suas planuras, a cólera de suas tempestades e o sorriso alegre das bonanças; o traço indelével da sua grandeza que leva o espírito a grandes meditações e nos dá a idéia de infinidade; a imobilidade de seus escolhos e a gravidade de seus rochedos; o ranger monótono e harmônico do maçame nos lenhos das fragatas veleiras, a nênia das aves e a eterna poesia da luta do marujo com a natureza, tudo isso dominava a alma sonhadora do jovem marinheiro, avassalando-lhe os pensamentos. Resistiu. E nem um passo atrasou no caminho glorioso que apenas se lhe abria. Em princípios de 1851, empreendeu a sua primeira viagem de instrução na corveta Baiana, comandada pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra José Maria Rodrigues o mais severo comandante que possuía a Marinha, tendo estado em Nova York, com escala pelos portos da Inglaterra, França, Espanha e costa da África. Em 2 de dezembro de 1852, era promovido ao posto de 2º

Tenente, e, no ano seguinte, a 18 de fevereiro, era nomeado instrutor de hidrografia da turma de guardas-marinha, que a bordo da fragata Constituição empreendia a viagem de instrução de longo curso. A 28 de novembro de 1863, regressando daquela viagem, era promovido ao posto de 1º Tenente, posto em que, a 20 de fevereiro de 1865, seguiu para a esquadra que se concentrava no Prata para iniciar as operações contra as forças paraguaias do ditador Francisco Solano López. A 27 de março daquele mesmo ano, foi nomeado, pelo Vice-Almirante Visconde de Tamandaré, comandante-em-chefe das forças navais brasileiras no rio da Prata, para desempenhar o cargo de seu secretário e ajudante-de-ordens, na luta que se abria com o Paraguai. Começa daí a sua excepcional carreira, sob os grandes auspícios com que entrava na árdua vida do mar: instrutor e mestre dos seus contemporâneos de escola, quase ao deixar os estudos acadêmicos e logo depois depositário da mais ilimitada confiança das duas maiores figuras que honraram as armas do Brasil, no mar e em terra, Tamandaré, cuja vida enfeixa toda a história da Marinha no primeiro e segundo Império e – Caxias, cuja existência se poderia traduzir por uma reta brilhante ligando a honra ao dever.

Como se houve durante dois anos em que esteve como secretário do Almirante Tamandaré; como desempenhou a espinhosa missão que a delicadeza desse cargo encerra, as recompensas que recebeu por proposta do próprio Almirante e a honra de ver o seu nome inscrito nos Anais do Senado Imperial, dão-nos o testemunho do acerto de Tamandaré na escolha do muito jovem oficial para arcar com as responsabilidades de tão elevada e difícil investidura.

O Senador Francisco Otaviano, glória da política e das letras nacionais, na tribuna do Senado, em notável discurso sobre a individualidade de Artur Silveira da Mota, disse:

“Quando tive a honra de ir, em comissão diplomática, ao Rio da Prata, em época de guerra, vi o provector e benemérito Almirante Tamandaré acompanhar-se para o teatro das operações de um tenente de marinha muito jovem, levando-o como secretário. Surpreendeu-me isto; mas pelo tempo adiante, comunicando-me bastante com esse oficial, reconheci que o nobre Almirante tinha tido um olho feliz.

“Não me pasmava que esse moço tivesse bravura e lealdade, que são qualidades mesmo da nobre profissão do homem do mar. Não me admirava que ele, tão verde de anos (não contava mais de 20 anos), quando os outros procuravam divertir-se, procurasse estudar todos os ramos científicos, que hoje são necessários ao oficial de marinha comandante de um navio, e muito mais para quem, confiando em si, já se preparava para as posições superiores da esquadra.

“Mas o que me pasmava nesse moço oficial era a discrição, o bom conselho com que em ocasiões críticas prestou serviços relevantes a mim e ao Almirante, serviços esses que não aparecem na fé de ofício, mas que nós, os homens públicos, sabemos aquilatar bastante. Daí a dois anos era ele escolhido pelo Marquês de Caxias e pelo Visconde de Inhaúma para a mais honrosa e mais brilhante comissão que jamais tem tido um oficial da Marinha brasileira. Excuso dizer qual foi. (Apoiados) Era o posto da vanguarda na passagem do Humaitá.

“Depois, ainda muito moço, com 25 anos de idade, o nobre presidente do Conselho, que naquele tempo cultivava também essa flor, não tinha arrancado ainda seu jardim...

“O Sr. Barão de Cotegipe – Nem agora.

“O Sr. F. Otaviano – O nobre presidente do Conselho dava-lhe, na idade de 26 anos, o comando do mais importante

vaso da esquadra para ir instruir a 60 oficiais e com eles atravessar o oceano.

“Não preciso descrever todas as outras comissões importantes que esse distinto oficial teve de alguns ministros do período conservador. Nenhuma comissão importante que requeresse prudência, lealdade e inteligência prática lhe foi poupada. Como era natural, os liberais não acharam nenhum motivo para repelir esse oficial, e, pelo contrário, acharam motivo para o elevar. Sem embargo, as duas vezes que os ministros da Marinha do lado liberal o nomearam para comissões importantes, como a reforma do nosso arsenal e a direção da esquadra de evoluções em ambas as vezes, ao Sr. Barão de Jaceguai repugnou aceitar tais comissões; nunca as pediu. Os ministros aí estão e o podem declarar.

“O Sr. Meira de Vasconcelos – Quanto ao arsenal é verdade.

“O Sr. F. Otaviano – E só por obediência militar aos seus chefes as aceitou.

O Sr. Delamare – V. Ex^a faz inteira justiça ao Sr. Barão de Jaceguai.”

Justamente, Meira de Vasconcelos e Delamare eram os ministros a que Otaviano se referia.

Já naquela época, portanto, Jaceguai representava, no começo da sua brilhante carreira, papel tão eminente que merecia dos diretores políticos e militares da guerra do Paraguai essas grandes manifestações de confiança das mais subidas que um militar provec-to pode aspirar e receber.

Nos trechos desse discurso do Senador Otaviano, ressalta a superior distinção, estampa-se, nitidamente, a confiança extraordinária que já naquele tempo merecia o jovem Tenente Jaceguai, assinalado entre seus companheiros, na maior parte, mais antigos do

que ele, por uma grande superioridade intelectual, nas qualidades do entendimento e da bravura, do critério e da lealdade.

Ao terminar o período do comando-em-chefe das nossas forças navais, exercido durante dois anos pelo intrépido Almirante Tamandaré, na guerra contra o Paraguai, por proposta do já então Marquês de Tamandaré, era Jaceguai promovido ao posto de capitão tenente, que corresponde hoje ao de capitão-de-corveta, e condecorado com o grau de conselheiro do Cruzeiro. Foi nessa ocasião, que o jovem capitão-de-corveta recebera do Marquês de Caxias a extraordinária prova de confiança de vir ao Rio de Janeiro, em missão reservada e especial perante o Imperador e o seu Gabinete, como depositário de segredos dos mais altos na direção da guerra, que aquele nosso grande general julgava não dever confiar ao papel. Nas – Reminiscências da Guerra do Paraguai, motivo deste livro, a comissão de confiança de que o incumbira o Marquês de Caxias, está perfeitamente explicada, desde as suas origens até o termo final do seu desempenho. De volta dessa missão tão importante, Jaceguai é nomeado comandante do encouraçado Barroso, no qual toma parte distinta e saliente na passagem de Curupaiti, onde ganha o oficialato do Cruzeiro. Pouco depois surge a escolha a que aludiu o Senador Otaviano, para ser o guia da nossa esquadra encouraçada que, afinal, deveria forçar a passagem de Humaitá. Feito glorioso, tática e estrategicamente considerado, ele coroou o completo desmoronamento das últimas e grandes resistências da tirania de López, cabendo a Jaceguai, por sem dúvida, papel dos mais notáveis nessa jornada épica e por isso tem acesso ao posto de capitão-de-fragata, com a distinção ao grau de dignatário do Cruzeiro, mercê que lhe dava as honras de brigadeiro, sendo ele um oficial cuja idade não passava de 24 anos. O Almirantes Visconde de Inhaúma, comandante-em-chefe das

forças navais brasileiras, escrevia a Jaceguai, logo após a passagem, em data de 27 de fevereiro de 1867, esta carta honrosíssima:

“Ilmo amigo e camarada Silveira da Mota.

“Acabo de receber o seu favor de 20 do corrente. Dou-lhe os parabéns pela brilhante passagem do seu Barroso, quase incólume, por tantos e tão reconhecidos perigos. No meu entender, depois de Tonelero, nada tem feito a Marinha de tão heróico e com tanta ordem como a passagem de Humaitá, em que você e seus dignos e briosos companheiros são os primeiros protagonistas.”

Pouco tempo depois do forçamento de Humaitá, foi o – Barroso – abordado pelos paraguaios, durante a noite. De como se houve o seu exímio comandante, Capitão-de-Fragata Artur Silveira da Mota, dá testemunho o Barão de Iguatemi, Chefe-de-Divisão Torres e Alvim, na seguinte carta datada de 11 de julho de 1868:

“Meu nobre e bravo amigo: De todo o meu coração lhe envio os meus mui sinceros emboras pelo brilhante triunfo que alcançou na noite de 9-10 do corrente. Aceite minhas felicitações e as mais solenes provas de minha admiração. Não esperava outra coisa de tão ilustrado quão denodado campeão. Li a sua parte; encheu-se-me o coração de prazer por ver a maneira lhana e modesta por que o meu nobre amigo descreveu aquele feito grandioso e terrível.

“Admiro o seu sangue-frio, a sua calma e a bem tomada providência!

“Felicite por mim os seus bravos oficiais e mui especialmente ao bravo e infeliz Fiúza. Sim; enchi-me de prazer e as lágrimas brotaram-me do coração, cheia, lágrimas de alegria, pois, deve saber que o coração também chora pela muita alegria.

“Adeus, meu nobre e valente amigo; que a Pátria saiba recompensar os seus serviços, que eu o veja quanto antes capitão-de-mar-e-guerra e ainda mais desejo vê-lo deputado, para aí sentar-se

na cadeira de ministro da Marinha, afiançando-lhe desde já que nada lhe pedirei, mas que o ajudarei com o meu parco contingente. Acredite que desejo ardentemente vê-lo ministro da Marinha, porque tenho fé em que há de fazer muito a bem da nossa corporação. Isto tenho dito a muita gente, e ainda há dias o disse na mesa a bordo do Princesa (na mesa do Almirante).

Seu amigo mui sincero Torres e Alvim.”

Os ardentes desejos manifestados nesta carta por um chefe respeitado e eminente como Torres e Alvim, Barão de Iguatemi, não tiveram realização!

Indicado para ministro da Marinha desde aquela época, Jaceguai nunca logrou merecer da política brasileira, principalmente na República, essa grande honra de que, diga-se de passagem, não sei quem mais se honraria, se ele ou se a política. Era corrente que o Dr. Afonso Pena, durante a sua excursão pelos estados do Brasil, depois de eleito Presidente da República, tinha no coração e na mente o nome do Almirante Barão de Jaceguai para exercer o cargo de seu Secretário de Estado dos Negócios da Marinha. Proclamou-o, abertamente, a vários de seus companheiros de viagem; disse-o ao comandante do vapor do Lóide que o conduziu, Comandante Pacheco de Carvalho Júnior, e ao desembarcar de bordo, nesta capital, a fim de tornar a Minas Gerais, estava ainda com o nome do ilustre almirante no pensamento.

Na Marinha, os que conheciam, como eu, o grande almirante, só viam nessa escolha a feliz oportunidade de se implantar solidamente o arcabouço meio desmoronado da Marinha brasileira.

Jaceguai, além de seu privilegiado talento, da sua vasta cultura, do seu espírito clarividente, reunia a estes predicados uma energia pouco comum, e tinha um preparo técnico dos mais sólidos.

Nessa época, o seu físico era robusto; o seu espírito ainda moço recolhia pelo estudo contínuo, pela leitura quotidiana os mais vastos conhecimentos da profissão, cujo evolver constante, na ciência e na arte da guerra, acompanhava com esmerada proficiência, nada escapando do que, nesta matéria, empreendiam as grandes potências navais. Mas, as injunções políticas, como se costuma dizer, afastaram para sempre o homem do seu verdadeiro lugar infelizmente, o the right man in the right place, dos ingleses, não é ainda provérbio brasileiro e, com raridade, verifica-se em toda a sua sabedoria nas nossas plagas.

Além de tudo, o caráter independente e altaneiro de Jaceguai não conhecia essa maneira sutil e flexível de fazer-se – homem da situação – próprio a satisfazer os interesses dos chamados – chefes da política nacional.

Ele não possuía, pois, o dom inato ou adquirido de agradar o alto da politicagem indígena; não via diante de si paredros e, com tal feitio e disposição de ânimo, é bem de ver, não poderia merecer deles confiança nem preferência. Isto mesmo, Jaceguai confessaria em célebre carta a Joaquim Nabuco – O dever do momento – quando escreveu estes períodos áureos de tamanha verdade:

“A política nunca teve fascinação para a minha imaginação; ou antes, os processos pelos quais geralmente se conquistam as suas eminências repugnavam ao meu caráter. É uma carreira que, para o maior número, assemelha-se ao esporte da montanha-russa – em que o veículo começa descendo, para poder elevar-se.”

Terminada a Guerra do Paraguai, era Jaceguai nomeado comandante do maior navio da Armada, naquele tempo, a fragata Niterói, para fazer uma viagem de instrução de longo curso, ao Cabo da Boa Esperança, Santa Helena, Fernando de Noronha e portos

da costa norte do Brasil. Esta viagem teve grande significação, porque o foram buscar para instruir, no mar, a 60 guardas-marinha e oficiais de patente que haviam percorrido, na guerra de rios, os primeiros postos da hierarquia. Era então capitão-de-mar-e-guerra, e contava apenas 26 anos nesse período de sua atividade marítima, o oficial não se absorveu inteiramente, como era quase costume geral, na arte de navegar. Ao revés, no seu espírito atuava a preocupação de cultivar a inteligência pelo estudo da ciência militar em todas as suas aplicações à profissão naval. E, senhor dessa ciência, suscitou a questão técnica relativa à preferência que se deveria dar ao sistema de artilharia Armstrong em vez da Whitworth, cuja superioridade naquela época se discutia com calor, transformando-a, pela elevação e conhecimentos com que a ilustrou, numa das questões que mais profunda memória e vestígios mais extensos deixaram na história de nossa administração naval. O pleito – Armstrong versus Whitworth, como diziam os ingleses –, por ele sustentado quase singularmente contra a grande maioria dos nossos oficiais de Marinha, conferiu-lhe, desde então, os títulos de um dos profissionais mais versados na técnica militar.

Várias conferências públicas realizaram-se com a presença do Imperador D. Pedro II, em que, com brilhantismo, Jaceguai demonstrava a superioridade da artilharia Armstrong, contra a opinião de grande maioria da nossa oficialidade. A questão, no fim de alguns anos de polêmicas e de brilhantes trabalhos técnicos sobre balística e artilharia, ficou resolvida, por uma experiência comparativa, feita consoante indicação de Jaceguai, com um dos canhões de grosso calibre destinado ao armamento do couraçado Riachuelo, o qual primitivamente raiado pelo sistema Whitworth e verificadas as suas qualidades balísticas foi brocado de novo e raiado pelo sistema Armstrong, passando então por provas idênticas às que fora

anteriormente submetido. Umas e outras provas, e que se procedeu na Inglaterra, na presença dos chefes das duas firmas construtora, de artilheiros notáveis e do ilustre Barão do Ladário, confirmam todas as previsões de Jaceguai, fundadas em seus cálculos e estudos teóricos. e a superioridade do processo Armstrong sobre o de Whitworth, deixou assim de ser objeto de controvérsia. Dessa data em diante a artilharia da nossa Marinha passou a ser toda do sistema Armstrong. Por essa ocasião o ilustre Capitão-de-Mar-e-Guerra Eduardo Wandenkolk, então comandante do Riachuelo, escreveu a Jaceguai estas linhas datadas de Londres, aos 23 de fevereiro de 1884: “Mil e mil parabéns! Tiveste um grande e esplêndido triunfo! Felicito-te de todo o meu coração.” E depois de resumir os resultados das experiências, acrescentou: “Meu caro, está escrito que neste mundo só terás vitórias.”

A gratidão e o espírito de classe, que eram qualidades do seu caráter de fina têmpera, mostravam-se muitos anos depois, quando Jaceguai acudiu em defesa da honra de seu companheiro de armas, o Almirante Wandenkolk, no momento em que este era entre nós acusado, veementemente, pelos órgãos governamentais, de pirataria. O seu célebre artigo – “Pirata, não!” – com que a pena brilhante de Jaceguai acorreu em defesa dos brios do seu colega, em uma ocasião em que bem poucos restavam que, para com ele, guardassem sequer os deveres comezinhos de justiça, causou profunda impressão, e demonstrou a altivez e o desassombro das suas atitudes.

Ainda no comando da Niterói, nas águas do Tejo, Jaceguai teve ensejo de prestar um desses serviços que, na vida flutuante do marinheiro, tanto contribuem para estreitar os sentimentos internacionais de estima recíproca, isto é, a extinção de um vasto e violento incêndio ali ocorrido. Foi em recompensa àquele grande serviço que o Rei D. Luís conferiu-lhe, como sinal de agradecimen-

to, a medalha de ouro, de mérito, filantropia e generosidade que seu irmão D. Pedro V costumava trazer ao peito, e de quem D. Luís herdara. Foi ainda em recordação daquele serviço de Jaceguai, que o mesmo D. Luís lhe concedeu, anos depois, a Grã-Cruz de Aviz, condecoração que jamais fora dada a nenhum outro estrangeiro, por ser a ordem privativa dos militares portugueses.

Do comando da Niterói passou ao de uma esquadrilha que conduziu ao rio da Prata, para com ela fazer um levantamento hidrográfico daquele estuário e seus afluentes, cabendo-lhe, ao mesmo tempo, o encargo de chefe da nossa estação naval naquelas águas.

Estavam já encetados os trabalhos, quando o Governo mandou, por inexplicável fraqueza, suspendê-los, até que cessasse certa desconfiança que se notava na imprensa platina, fraqueza tanto mais inexplicável, porquanto na mesma ocasião um navio de guerra norte-americano procedia nas mesmas águas a trabalho idêntico. Continuou, porém, o então Capitão-de-Mar-e-Guerra Artur Silveira da Mota, no comando da nossa estação naval do Prata, em cujo cargo teve ocasião de representar papel conspícuo, no grave incidente do paquete brasileiro – Cuiabá – detido violentamente no porto de Buenos Aires, por ordem do Governo argentino, só desembaraçado por haver Jaceguai se dirigido, com sua esquadrilha, de Montevidéu, onde se achava, para aquele porto.

Outros incidentes, ainda de caráter internacional, puseram à prova a discricção, critério e firmeza de Jaceguai, naquele delicado posto. Por fim, havendo o Governo brasileiro resolvido reforçar a nossa estação naval no Prata, dando-lhe proporções de esquadra, na qual figuravam nove unidades couraçadas, foi designado para comandá-la o Almirante Barão da Laguna.

Deixando a esquadra do rio da Prata, Jaceguai foi nomeado adido naval às legações brasileiras em todas as cortes das potências européias e, encarregado, especialmente, de estudar a organização dos respectivos departamentos navais. Ao mesmo tempo, o Governo o incumbiu de efetuar na Europa importantes compras de material de guerra. São dessa época os seus notáveis estudos sobre a organização administrativa e militar da Marinha italiana e sobre a organização industrial e militar dos arsenais e estabelecimentos técnicos do Império austro-húngaro. Regressando dessa comissão à Europa, chegou ao Rio de Janeiro em 18 de julho de 1878, sendo nomeado membro efetivo do Conselho Naval, que hoje corresponde ao Almirantado. Em 7 de dezembro de 1878, foi promovido ao posto de chefe-de-divisão, correspondente ao atual contra-almirante e a 9 de agosto do ano seguinte era nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial à China, da qual resultou um tratado de comércio, sendo transportado pela corveta Vital de Oliveira, sob o comando do Capitão-de-Fragata Júlio César de Noronha e tendo como secretário o então Capitão-Tenente Luís Filipe de Saldanha da Gama.

Conta-nos Jaceguai, num dos volumes da sua grande obra de Aspirante a Almirante que, na visita que fizera ao Japão, em seu regresso da China, o ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país, procurara fazer-lhe o intermediário de uma negociação para um tratado de comércio entre o Brasil e o Japão. Ele deixou no arquivo que se acha em meu poder, uma nota, escrita em francês, do vice-ministro japonês dos Negócios Estrangeiros, então em exercício da pasta, Sr. Woyeno Kagenori, solicitando a abertura por seu intermédio das negociações para aquele tratado. E, comentando não haver o Governo brasileiro atendido aos rogos do Governo japonês, escreve: “Contou-me o Sr. Dr. Calado que, dois anos depois, em sua

estada no Japão, o Governo japonês manifestou-lhe as mesmas disposições. Mas, a iniciativa que nos queria dar o Governo japonês, e da qual poderíamos ter tirado imenso proveito, não se coadunava com as vistas tacanhas da nossa chancelaria dos Negócios Estrangeiros. Esperou-se que algumas nações da Europa celebrassem tratados com aquela potência asiática, sobre a base de perfeita reciprocidade, para, urgidos por interesse nosso, irmos solicitar dela aquilo que teríamos sem duvida obtido em melhores condições, quando era ela que procurava as nossas relações.”

A respeito da sua comissão na Europa, a proibidade com que se houve na compra de armamentos, originou no Parlamento Imperial uma interpelação do Senador Manuel Francisco Correia, que convém, como grande exemplo, recordar nos dias de hoje.

Perguntara aquele senador ao então ministro da Marinha se os antecessores de Silveira da Mota, em comissões semelhantes, haviam tido o mesmo procedimento para com o Tesouro, de acordo com as mesmas normas de moralidade. Referiu-se o Senador Correia à entrega de comissões de compras, que Jaceguai fizera à nossa Delegacia Fiscal em Londres, representando importantes somas. Pouco tempo depois era Jaceguai encarregado de acompanhar os trabalhos de reconstrução do nosso primeiro encouraçado de oceano o – Independência –, que se alquebrara no momento de seu lançamento ao mar. De como procedeu Jaceguai, em tão delicada comissão, oferece-nos prova um documento da maior valia. E uma carta do notável engenheiro e construtor naval Sr. Eduardo Reed, com quem se tinham contratado os trabalhos de reconstrução do – Independência.

“Agora”, diz o engenheiro inglês, “que os nossos trabalhos coletivos com o – Independência – se acham concluídos, permiti-me aproveitar desta oportunidade para exprimir os meus maiores

agradecimentos, pela maneira devotada e cordial em que, por longo período de tempo, operastes comigo e com meus auxiliares na construção e adaptação do – Independência. Espero que me perdoeis dizer-vos que jamais tive a fortuna de encontrar um oficial de marinha, que assim procedesse em tarefa tão gigante como a de reconstruir e equipar um navio de guerra, com tão altos conhecimentos como revelastes nesta obra. Tenho encontrado oficiais de grande habilidade, de grandes recursos e de muita paciência e zelo pelo serviço de seu país; mas até hoje não me foi dado encontrar um oficial, puramente de marinha, que apresentasse combinadas, tão altas qualidades em grau tão notável como vós, e que a elas reunissem idéias tão nítidas e tão boas sobre detalhes de construção naval, como tendes. Eu reconheço que é até certo ponto indelicado de minha parte dizer-vos estas coisas; mas não posso de outra maneira expressar o modo por que vos desempenhastes de tão difícil tarefa. Os meus auxiliares estão todos de acordo com esta minha apreciação, e não cessam de manifestar-me as imensas vantagens que trouxe a vossa colaboração em todos os detalhes do navio, pela qual eu de coração vos agradeço.”

E, não resta dúvida, um diploma de aptidão profissional, um diploma de engenheiro e construtor naval que, passado por tão notável sumidade na arte da construção naval como Sr. Eduardo Reed parece que não coube ainda a nenhum outro oficial de marinha, nem da nossa Armada, nem talvez das estrangeiras.

O caso, porém, do – Independência – não termina aí. Esse navio, como se sabe, acabou por ser vendido ao governo britânico. As negociações estavam concluídas entre o governo inglês e o nosso ministro em Londres, Barão do Penedo, quando Jaceguai foi chamado e informado do negócio. Sabendo, então, que a venda do encouraçado importava apenas em 600 mil libras, assume

tal atitude desfavorável à transação, que o Governo brasileiro teve de confessar-se profundamente agradecido. Tratava-se de adicionar aquela soma grande quantidade de material bélico, sobressalentes e munições, representando muitos milhares de esterlinos, que haviam sido englobados na venda. Com essa sugestão de Jaceguai, intervieram em nosso favor os Srs. Rothschilds, mas inutilmente. Diante disso, Jaceguai resolveu intervir diretamente junto ao Almirantado inglês, na pessoa do seu primeiro lorde, com poderes que, para tanto, solicitara do ilustre Barão do Penedo. Iniciadas as negociações, logrou Jaceguai o maior sucesso, obtendo que o governo inglês nos pagasse mais 20 mil libras esterlinas, cinco mil pelos sobressalentes e quinze mil pela outra parte de material que o navio continha. Por esse procedimento, por sua iniciativa inteligente e feliz, Jaceguai, em recompensa a esses tão grandes serviços, viu-se promovido ao posto de chefe-de-divisão, contando apenas anos de idade. O seu merecimento apressara a passos repetidos e largos de uma carreira, cuja celebridade, justificada sempre pelo mérito real, pela bravura inata e pela superioridade do talento e da cultura, não encontra símile na Historia Naval, senão na figura inconfundível de Horácio Nelson.

No Conselho Naval, para onde fora nomeado logo que regressou da sua tríplice comissão na Europa, de adido naval perante todas as cortes das nações marítimas, de incumbido das compras de material bélico e de diretor e fiscal das obras de reconstrução da Independência —, Jaceguai, com a sua palavra persuasiva, inicia a propaganda das construções navais de ferro contra as de madeira, que eram uma tradição da nossa engenharia naval e foi com o sistema Trajano de Carvalho uma das suas maiores glórias.

Defendida pela rotina e apoiada pelo nativismo, de que a madeira era o material mais abundante no país, e que, portanto,

com ele só devíamos contar para construir os navios da nossa esquadra, a luta não poderia ser pequena. Mas, afinal, graças aos seus esforços e à sua eficaz iniciativa, mais uma vez venceu Jaceguai. Foi pouco depois disso que Jaceguai se viu nomeado para chefiar a primeira missão diplomática à China, cuja descrição minuciosa e documentada se encontra em um dos volumes da obra que publicou pouco antes de falecer, intitulada De Aspirante a Almirante – espécie de autobiografia, na qual se fotografa com nitidez pouco vulgar grande parte da sua vida ilustre. Dessa vasta obra, José Veríssimo, que era um crítico intransigente e pouco generoso, destacou, com justo acerto, por ser incontestavelmente notável, o – Dever do momento – carta a Joaquim Nabuco, a – Organização naval – A primeira missão brasileira à China – e os – Quatro séculos de atividade marítima. Seria, porém, uma injustiça deixar de incluir entre as melhores produções de Jaceguai a sua – Guerra do Paraguai – ou reflexões críticas sobre as operações combinadas da esquadra brasileira e exércitos aliados, onde Jaceguai com mestria e o calor próprio do seu temperamento, traçou, pela primeira vez entre nós, a crítica técnico-histórica da Guerra do Paraguai. As referências de Jaceguai, naquelas paginas vivas de psicologia e lógica, causaram no seio da Marinha de então profundas divergências e até, por que não dizê-lo, certa indignação pelo estudo psicológico, que nelas avulta, a respeito de chefes da Marinha, na guerra contra o Paraguai.

Houve reuniões e foi prometido publicamente nas páginas de jornais desta Capital, contestar-se até os fatos que, com tanta nitidez e minúcia, Jaceguai apresentou aos olhares da crítica. Até hoje, porém, não apareceu nenhuma dessas prometidas contestações!

José Veríssimo, a respeito daquele livro por tantos títulos magistral, escreveu:

“O autor não é só um marinheiro que deu todas as provas de valentia e de alta capacidade profissional, na paz e na guerra, um amoroso, um apaixonado do seu ofício; é ainda, ou mais, um espírito pouco vulgar nos que entre nós tratam armas. Lembra-me a surpresa admirativa com que os homens de letras leram, há uns cinco anos, a sua carta política ao Sr. Joaquim Nabuco – O dever do momento. – Todos reconheceram nesse marinheiro um publicista e um escritor de raça, com todos os atributos que, cultivados, fazem os melhores.”

E mais adiante, acrescentava:

“Não nos admira agora que, com todas estas qualidades, tenha o Sr. Jaceguai escrito estas páginas vivas e comoventes, relatando os atos da Marinha brasileira na guerra do Paraguai. Refere-se, já o disse como testemunha perspicaz, ou como ator excelente e convencido desse drama cruento, e analisa-os, o que se faz talvez pela primeira vez no Brasil, com a sagacidade e competência de um estrategista naval.

“Pela vez primeira aqui, ele submete e critica atos dos chefes e fatos da guerra, mostrando, ao que parece, aos não especialistas, como o escritor destas linhas, à melhor luz uns e outros, e fazendo-os melhor compreender certos aspectos daquela campanha e avaliar melhor as condições em que ela se fez, porque se prolongou por tanto tempo, e, respeito especialmente à esquadra, a importância do seu papel nela, os seus elementos de guerra, a sua força e valor real e como os seus chefes o souberam aproveitar.”

De volta da sua missão à China, que durou ano e meio, foi Jaceguai nomeado para remodelar o arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, onde os seus serviços foram de tal monta que obteve a promoção ao posto de chefe-de-esquadra, hoje vice-almirante, e as honras do baronato, passando-se a assinar Barão de Jaceguai. Depois

de reformar o nosso arsenal, dando-lhe os mais modernos elementos de eficiência industrial, a ponto de se encontrarem ainda hoje muitas máquinas por ele compradas, solicitou exoneração e uma licença para tratar-se em São Paulo, sua terra natal. O Governo, porém, que não queria dispensar a sua valiosa cooperação, insistiu para que desistisse daquela licença, a fim de lhe confiar o comando da primeira esquadra de evolução que se organizava no Brasil, a qual se fez célebre não só por essa razão, mas por ter sido a mais forte que, até então, se havia reunido sob um comando único.

Com a sua costumeira energia, atividade e inteligência, Jaceguai prestou assinalados serviços, como ficou patente na imprensa do tempo, nas ordens do dia, nas manifestações de toda espécie, e principalmente nas realizadas no Senado do Império, por ocasião de dissolver-se a esquadra de evoluções.

Foi justamente esse ato do Governo que mais diretamente deu causa ao pedido de reforma do emérito Almirante, que se verificou em 31 de outubro de 1887.

Rui Barbosa, defendendo no Senado da República, em 1900, o projeto que transferia daquele quadro para o da ativa o preclaro Almirante, ao tratar das causas do seu pedido de reforma, assim se exprimiu: “Chego a um momento, Sr. Presidente, em que as circunstâncias de uma crise política excessivamente aguda criaram a situação, de onde decorreu a reforma do Almirante Jaceguai.

“Não quero recordar passados azedumes, magoar reminiscências muito vivas; sou obrigado, porém, pela força da verdade, a assinalar alguns fatos.

“Todos conhecem as profundas prevenções do Ministério Cotegeipe contra o abolicionismo. A essas prevenções se deve o dissabor profundo que levou esse oficial de marinha a solicitar a reforma. O Governo que o encontrara no comando da esquadra de evoluções,

gratuitamente desconfiado do abolicionismo do seu chefe, a dissolveu, segundo se disse naquela época, para poder utilizar seus navios dispersos para fins de compressão eleitoral. O Almirante, Jaceguai deixado em disponibilidade, com o soldo de 300\$000, por mais de dois anos, foi além disso preterido em uma nomeação para o Supremo Tribunal Militar. Não insistirei no incidente, nem o menciono, senão para mostrar a profunda sensação produzida em todo o país, e principalmente na esquadra brasileira, pelo ato que lhe roubava o concurso de um oficial de superioridade incontestável entre os seus companheiros. Resistindo às instâncias dos seus camaradas, Silveira da Mota persistiu, por um impulso de seu brio magoado, na reforma que pedira.”

“Mas a falta irreparável que a sua ausência deixou na esquadra brasileira se acha assinalada em uma manifestação incomparável de seus companheiros de armas. Peço ao Senado permissão para ler as palavras deste documento, tão breve quanto eloqüente:

“Os oficiais da Armada, abaixo assinados, acabam de ser dolorosamente surpreendidos pela notícia publicada por toda imprensa desta capital, que V. Ex^a tinha resolvido retirar-se à vida civil, abandonando a carreira naval militar, em que tantas glórias conquistou para si e para a pátria. Embora estejam convencidos que são poderosas as razões que levaram V. Ex^a a tão extremada resolução, eles pensam que não bastam para justificar a perda de um dos seus chefes de mais prestígio, de mais valor e de mais serviços. Desde alguns anos sentem que pouco a pouco vai sendo abandonada por todos aqueles que, na campanha do Paraguai, conquistaram o direito de conduzi-la a novos triunfos em lutas futuras. Assim, lamentando profundamente a perda da Armada brasileira, resolveram envidar junto da pessoa de V. Ex^a todos os seus esforços para que essa retirada não mais se efetue.”

Assinam este documento os mais prestigiosos e ilustres oficiais de todas as patentes que então constituíam o quadro da Marinha Brasileira, entre eles: Barão de Ladário, Barão de Ivinhema, De Lamare, Salgado, Carneiro da Rocha, Foster Vidal, Custódio de Melo, Eduardo Wandenkolk, Júlio de Noronha, José Vitor de Lamare, Garcez Palha, Pinto Bravo, Saldanha da Gama, Eliézer Tavares, Baltazar da Silveira, Pinto da Luz, Cerqueira Lima, Huet Bacelar, Alexandrino de Alencar, Rodrigo Rocha, Pinheiro Guedes e muitos outros, em número superior a cem oficiais dos de maior prestígio na Marinha. 'É lamentável', exclama Rui Barbosa, 'que esses esforços não surtissem resultado.'

A essa manifestação dos seus colegas, respondeu Jaceguai com a seguinte carta: Aos Srs. oficiais gerais e das outras classes da armada signatários da mensagem do Clube Naval.

"A vossa generosa mensagem, pela qual procurastes dissuadir-me do meu propósito de retirar-me do serviço ativo da Marinha, é a mais honrosa recompensa que poderia receber pelo meu procedimento durante cerca de trinta anos de convivência com a corporação da Armada. Todas as frases que me ocorrem para agradecer tão elevada distinção, parecem-me lugares-comuns vulgares; quisera, por atos, manifestar-vos o meu profundo reconhecimento; quisera poder imediatamente retirar o requerimento que submeti ao Governo Imperial e continuar a partilhar convosco dos nobres labores da nossa profissão; mas, sendo a minha incapacidade física a causa alegada, não é lícito retroceder do passo que dei. Quanto aos motivos de outra natureza, que geraram em mim o desejo veemente de recolher-me à mais completa obscuridade, motivos que não devo externar nesta ocasião no último ato de minha vida militar, a vossa benévola intervenção teria tido a virtude de converter em novos estímulos para prosseguir a carreira pela qual, ainda há bem

pouco tempo, sentia todo o entusiasmo dos verdes anos, tão raro de subsistir na idade madura. Devo, entretanto, honrar ao vosso apelo até onde depende de mim honrá-lo: faço-o declarando que, no dia em que tiverdes de desembainhar as vossas espadas em desafronta da honra nacional ultrajada ou da integridade da Pátria ameaçada, podeis contar que, mesmo reformado e valetudinário, apresentar-me-ei, voluntário da Armada, pronto a ocupar um posto de perigo, sob as ordens de qualquer de vós sobre quem tenha de recair a tremenda responsabilidade de levar ao combate as nossas forças navais. Qualquer, porém, que haja de ser o meu destino, os vossos nomes ficarão gravados em meu coração; e, espero em Deus, que nunca se abandonará a consciência de que, se estou longe de merecer o juízo vantajoso que formais de minha capacidade profissional e do meu valor militar, a classe inteira dos oficiais da Armada me não recusaria o seu testemunho, se o invocasse, para atestar que, se outros nela tem servido com mais brilho do que eu, nenhum serviu com mais dedicação, com mais lealdade e com mais isenção de todas as preocupações estranhas a bem do serviço do que o vosso camarada e amigo reconhecido – Barão de Jaceguai – Mogi das Cruzes, 30 de outubro de 1887.”

Como se vê dessa carta, inabalável era a decisão de Jaceguai, quando solicitou a sua reforma.

Para nada valeram os esforços coletivos dos seus mais ilustres colegas de classe, nem os pessoais de amigos, como o de Quintino Bocaiúva, que lhe escrevia a respeito nestes termos:

“Recebi tua amável cartinha e é inútil dizer-te que estou como todos contra o teu desejo manifestado. Penso que a nação inteira tem o direito de exigir de ti a continuação dos teus bons serviços e o Governo que te concedesse a reforma seria criminoso diante da pátria. Ninguém melhor do que eu sabe quanto é legítimo o teu

ressentimento e quão justas as tuas queixas. Mas, através das agruras do presente, o que te acena o futuro é a glória: e algum dia a Pátria há de reconhecer o real valor dos seus bons filhos.”

Nada o demoveu, porém, porque, de ordinário, os homens da têmpera de Jaceguai só costumavam ter uma palavra, como a de Rei que nunca voltava atrás. E assim, em 31 de outubro de 1887, era reformado, como pedira, no posto de vice-almirante.

Mas, no longo período de inatividade militar Jaceguai não esquecera a Marinha, nem os interesses do país a ela ligados. Imagina, pois, o Lóide Brasileiro, como auxiliar da Marinha de Guerra; funda a empresa de vapores frigoríficos para transporte de carnes congeladas; cria a Associação Protetora dos Homens do Mar; suscita a idéia da criação de núcleo de pescadores, com o fim de desenvolver a pesca e as indústrias correlatos de tanto futuro entre nós e, por fim, a 12 de novembro de 1897 aceita o cargo de diretor da Biblioteca da Marinha, Museu e Arquivo, e de redator-chefe da Revista Marítima Brasileira. Jaceguai, tinha por hábito deixar sulcos profundos da sua inteligência e operosidade em todo os cargos que ocupava. Apesar de reformado, tendo aceito o cargo de diretor do nosso Museu Naval iniciou uma série grande de melhoramentos, podendo dizer-se que foi o seu criador, pois o Museu Naval não existia e até uma instalação rudimentar por mesmo realizada, quando diretor do Arsenal da Marinha, havia desaparecido completamente. Novamente, instalou e organizou o Museu Naval, que, infelizmente, apesar de muitos protestos, hoje quase desapareceu, indo todo ele para o Museu Histórico.

Também a Biblioteca da Marinha, que ainda agora é composta de cerca de 80.000 exemplares, foi acrescida de obras notáveis, e, como redator-chefe da Revista Marítima, Jaceguai escreveu artigos que mereceram das suas congêneres estrangeiras encômios

e referências dos mais honrosos artigos, muitos dos quais traduzidos e inscritos em suas páginas, com o qualificativo de – admiráveis, – como o intitulado: A ciência do oficial de marinha.

Finalmente, em 1900, o Congresso Nacional, graças à magistral defesa que produziu Rui Barbosa, em longo discurso, do projeto que o revertia à Marinha, voltou Jaceguai ao seio da sua classe, que o recebeu de braços abertos num grande amplexo de estima e admiração. Imediatamente, o Governo, aos 14 de novembro daquele mesmo ano, nomeou-o diretor da Escola Naval, começando aí a derradeira fase da sua insigne carreira militar.

Cheio de ardor, apesar de encanecido, quis reviver, na Escola Naval, o período de ouro que assinalou a passagem, infelizmente tão curta, do exímio Almirante Saldanha da Gama. Conseguindo o que faltara a Saldanha, isto é, dinheiro para gastar fartamente, Jaceguai foi desde logo introduzindo na Escola melhoramentos materiais de grande valia, construindo a casa para o diretor, que não existia, ampliando alojamentos para os alunos e os recintos onde se acumulavam excelentes instrumentos para o estudo experimental das ciências físicoquímicas, além de outros mais modernos. A disciplina da Escola sofreu, desde logo, o influxo da sua austeridade e rigor. Entretanto, não soube ou não pôde deixar amigos entre os seus comandados. Ele não tinha as maneiras elegantes, o tato finíssimo, sutil, e simpático que tanto distinguiam Saldanha da Gama, nem o feitio marcial que o caracterizava, não sabendo, como este, empolgar em um só gesto simples e maneiroso, aqueles que, sob sua direção, lhe sentiam os impulsos comunicativos de uma afinidade eletiva irresistível, de uma afetuosa maneira de se impor ao respeito e à admiração, dominando mais pelo coração do que fazendo valer a sua superioridade hierárquica. Jaceguai era o inverso disso: fez-se respeitar sempre pela energia máscula, mas não criou amigos

nos alunos da Escola, e esta é a diferença sensível que havia entre um e outro na direção daquele estabelecimento tão importante de educação e ensino naval. O seu temperamento nervoso, os seus arrebatamentos excessivos quase sempre, a rispidez com que tratava alunos e até oficiais, criaram em torno da sua gestão na Escola Naval uma atmosfera de prevenção, de antipatia e de repulsa prejudiciais, evidentemente, à própria disciplina que, à proporção que Jaceguai sentia escapar-se-lhe das mãos, mais o irritava e mais veemente tornavam os seus processos de repressão.

Dá o excesso dos esforços e fadigas na manutenção da ordem e do respeito. A sua contínua vigilância a tal ponto elevada ao máximo, dava a impressão de que Jaceguai não dormia, porque as visitas inesperadas a todos os desvãos da Escola multiplicavam-se e sucediam-se a todas as horas do dia e da noite. Era um excesso de trabalho tal, que só poderia ter como consequência o esgotamento das suas reservas físicas, como efetivamente sucedeu, levando-o ao leito, seriamente enfermo. E foi devido ao seu precário estado de saúde, que, afinal, se exonerou.

No confronto entre Saldanha da Gama e Artur Jaceguai, os dois mais eminentes diretores da Escola Naval, no período republicano, na análise serena dos dois sistemas antitéticos de educar e dirigir, o do primeiro era soberanamente mais eficaz, mais humano, mais proveitoso. Saldanha da Gama educava com o exemplo, o gesto e a palavra sempre paternais, formando em torno de si um ambiente de afeto, simpatia e confiança mútuas.

Jaceguai, na rispidez das suas maneiras, na irritabilidade do seu trato, talvez oriunda do processo esclerótico que já lhe ia minando o organismo combalido, gerava o terror e a animadversão recíprocas.

Saldanha falava ao coração, persuadindo; Jaceguai falava aos nervos, irritando. Este era Jervis que nunca soube perdoar uma primeira falta; aquele era Nelson, em cuja esquadra todos eram irmãos. Exonerado da Escola Naval pouco depois foi nomeado chefe da Repartição da Carta Marítima, última comissão que desempenhou. Ali prestou assinalados serviços, iniciando o levantamento hidrográfico dos nossos portos e costas, criando e instalando novos faróis, imprimindo assim aos serviços que lhe estavam afetos uma orientação prática e eminentemente científica.

Um dos derradeiros episódios que bem definem o caráter de Jaceguai, passou-se justamente quando ele exercia esse cargo.

O Congresso Nacional elaborava os orçamentos, e as verbas destinadas à manutenção dos faróis, propostas por Jaceguai, estavam sendo cortadas na Câmara dos Deputados. Já ia por segunda discussão a diminuição bem possível daquelas verbas, quando Jaceguai resolveu reagir contra a medida, incontestavelmente prejudicial aos serviços dos nossos faróis. De um salto, espada à cinta, surgiu, repentinamente, no Palácio do Catete, onde se foi entender com o Presidente da República, então o Dr. Afonso Pena. Em chegando à sua presença, entrou logo a dizer-lhe estas palavras, em tom excessivamente irritado:

“Aqui vim tão-somente para declarar a V. Ex^a que se não forem restabelecidas pelo Congresso as verbas destinadas à manutenção dos faróis, mandarei apagá-los, e os poderes da República serão os responsáveis pelo que suceder à navegação.”

Voltando, porém, do primeiro torpor que essas palavras inopinadas produziram, calmamente, prometeu-lhe o Presidente dar as providências, assegurando-lhe que as verbas, na terceira discussão dos orçamentos, seriam restabelecidas, o que de fato sucedeu. Os faróis, portanto, não foram apagados e Jaceguai prosseguiu na

sua fecunda administração, o seu canto de cisne na vida pública, até que combalido e ferido de morte por minaz arteriosclerose, solicitou novamente a reforma do serviço ativo em 15 de fevereiro de 1911. Viveu ainda três anos uma vida precária, até que em 6 de junho de 1914, nesta Capital, extinguiu-se a vida laboriosa e notável do ilustre Almirante, a quem tanto deviam a Pátria e a Marinha de Guerra brasileira.

Em 1907, o Almirante Barão de Jaceguai, entrara para a Academia de Letras, ocupando a cadeira de Casimiro de Abreu, vaga com a morte de Teixeira de Melo.

Era uma homenagem que aquela douta Academia prestava ao grande vulto das letras navais, que, como Jurien de la Gravière, enriquecera com magníficas gemas de ouro a nossa literatura naval-técnico-profissional.

Os seus livros, dentre os quais avultavam o De Aspirante a Almirante, – a – Reforma Compulsória, – a – Reorganização Naval – e os – Quatro séculos de atividade marítima, – ainda hoje são modelos de alta técnica, onde se bebem, em puríssima fonte, os conhecimentos indispensáveis ao preparo intelectual do espírito na árdua e difícil carreira de oficial da Marinha de Guerra.

Alguns anos depois do falecimento do preclaro Almirante, sua Ex^{ma} Senhora, a Baronesa de Jaceguai, felizmente ainda viva, certa da admiração e elevada estima que eu tributava ao seu eminente marido, as quais conservo intactas no meu coração, cheio de saudades, entregou-me parte do precioso arquivo do inesquecível Almirante, onde se acham inéditos alguns trabalhos de sua lavra. Dando-me toda liberdade para dispor como julgasse desse arquivo, comecei por colocá-lo em ordem cronológica, por assuntos, resolvendo dar publicidade ao primeiro, o que reputei mais interessante e o que avultava, por sem dúvida, pela sua importância histórica

as – Reminiscências da Guerra do Paraguai – que abrangem o longo período de dois anos do comando-em-chefe do então visconde e pouco depois Marquês de Tamandaré, de quem Jaceguai teve a honra de ser secretário.

Durante oito domingos ininterruptos o Jornal do Comércio desta Capital, por nímia gentileza de seu eminente diretor, Dr. Félix Pacheco, deu publicidade às – Reminiscências – que são a maior revelação histórica dos últimos tempos.

Composta de mais de 300 folhas de papel almaço manuscritas, as Reminiscências, como tinha certeza, despertaram entre as elites intelectuais desta Capital, do Brasil inteiro, do Uruguai e da Argentina, o maior interesse e admiração. Escritas em linguagem clara e elevada, cheia de ponderação, e, sobretudo, com a verdade verdadeira de historiador sincero e avisado, elas naturalmente revelaram, como coisa nova, episódios e fatos interpretados e descritos com franqueza desconhecida ainda entre nós e que, até certo ponto senão em todos, vieram modificar e alterar por completo os conceitos dos historiadores da Guerra do Paraguai, sobre homens e coisas que se atropelaram durante os cinco anos de lutas cruentas no vasto e mal conhecido teatro da guerra.

São justamente, essas admiráveis – Reminiscências – que constituem as razões da publicação deste livro.

Era bem de ver, porém, que não poderiam ficar circunscritas ao âmbito limitado dos leitores do – Jornal do Comércio – tampouco convinha que se cingissem, neste livro, ao que contém o seu texto, tal qual fora publicado nas páginas eruditas e sempre hospitaleiras do decano da nossa imprensa. Não seria demais, por certo, que me aproveitasse desta circunstância, para debuxar, em traços largos, e palidamente, a grande vida, os grandes serviços e as glórias conquistados pelo ilustre Almirante, cuja existência se viu

ligada aos acontecimentos mais assinalados dos últimos vinte e cinco anos do Império e mais de uma década de República.

Quanto às – Reminiscências – propriamente ditas, reafirmo o respeito que tive pelo estilo do autor, apesar das dificuldades em recompô-las, resultantes da obra destruidora do tempo, pois, é positivo que o Almirante Jaceguai as escrevera bem antes da proclamação da República, talvez no período da sua primeira reforma voluntária, ampliando-as até depois da proclamação da República.

As – Reminiscências – refletem o caráter do seu autor. Amigo e admirador do Marquês de Tamandaré, devendo-lhe, pode dizer-se, os sucessos e as glórias na sua carreira vertiginosa e brilhante, Jaceguai não quis esconder os defeitos daquele que sempre o distinguiu e o impulsionara através da sua vida militar, mostrando à luz da verdade as deficiências intelectuais e os deslizes no comando das nossas forças navais em operações de guerra contra o Paraguai.

Mas, ao mesmo tempo que faz ressaltar as falhas e o caráter suspicaz do grande Almirante, não perde ocasião para exaltar a sua bravura pessoal e a sua bondade, como os extraordinários serviços e o grande prestígio no seio da sua classe, que o amava com respeitoso carinho. Na ligeira biografia que traça, no princípio das – Reminiscências, – do vulto inconfundível do Almirante Tamandaré, pode aferir-se não só o grau da sua estima pelo grande Almirante, senão a quase certeza que tinha de que nenhum outro dos então na atividade naval, poderia com mais autoridade e valor conduzir a nossa esquadra na dura emergência de uma guerra. Tamandaré era a intrepidez em pessoa; o seu nome resplandecera nas lutas pela Independência, e, sobretudo, na campanha da Cisplatina.

Não havia mais um Cochrane, nem um Norton para comandar-em-chefe a esquadra brasileira, nem o Imperador queria sujeitá-la ao comando de qualquer almirante estrangeiro.

A Marinha brasileira da guerra do Paraguai era já uma instituição nacional, na qual brilhavam discípulos eméritos de Lorde Cochrane, cuja bravura e cujo patriotismo eram a maior garantia do êxito final da guerra e das glórias que o Brasil havia de colher nas águas desconhecidas do rio Paraguai. Quem, senão Tamandaré, poderia comandá-la?

Eis uma pergunta a que Jaceguai responderia afirmativamente.

Por outro lado, como se depreende claramente das – Reminiscências, – Tamandaré tinha a idéia de ofensiva enraizada no espírito. Se se deixou ficar em Buenos Aires, talvez mais tempo do que o necessário para aquilatar da solidez da Triplice Aliança, fê-lo, além disso, em virtude da nenhuma vantagem que adviria, estrategicamente considerando, em fazer a esquadra subir o rio Paraguai, sem antes de tudo explorá-lo convenientemente, à proporção que ela fosse subindo as suas águas, das quais se não conheciam as condições de navegabilidade, nem as imensas dificuldades e surpresas.

De mais, qual a vantagem da esquadra se internar Paraguai a dentro, batendo-se com Curupaiti e Humaitá, sem poder ocupar esses pontos estratégicos, nem reduzi-los à impotência com o emprego de navios puramente de madeira e sem tropas de desembarque para expugná-los? Se não fosse, portanto, a prudência do velho marinheiro, López teria tido a ventura de ver no leito do seu grande rio, submergidos, os lenhos brasileiros.

Mas, logo que o exército foi desembarcado no Passo da Pátria, e que marchou e ocupou Tuiuti, Tamandaré apoiou-lhe sempre o flanco e manteve as suas comunicações com a base de operações em Corrientes e no próprio Passo da Pátria.

Estagnado, porém, o Exército Aliado, Tamandaré se não conformou com essa atitude passiva, defronte das célebres linhas de

Rojas. As – Reminiscências – proclamam que foi ele quem, mostrando que o caráter da guerra do Paraguai era uma miniatura fiel da de Secessão Americana, que havia terminado quando a do Paraguai começara, imaginou o plano de operar, combinadamente, com o Exército pela margem do rio, expurgando uma por uma as fortificações que se opunham à marcha para frente até Assunção. Então, estava completamente inativo na Traquera de Loreto, no Alto Paraná, o 2º Corpo de Exército sob o comando do intemerato General Conde de Porto Alegre.

Era evidente que esse corpo deveria tomar partido na guerra e que se não explicava a sua inação e seu afastamento do teatro principal de operações. Tamandaré, em conselho de generais, expôs tudo isso e solicitou do comando-em-chefe, então do General Mitre, a cooperação daquele corpo para com ele atacar e ocupar Curuzu e depois Curupaiti, e, certamente, mais tarde, Humaitá que era, como foi, o baluarte derradeiro onde se apoiou, por mais de dois anos, a resistência tenaz de Solano López.

Naturalmente, não competia a um almirante, por mais avisado que fosse, determinar o número e o valor bélicos das tropas necessárias àquelas missões tático-logísticas. O que lhe estava ao alcance era traçar, como aliás traçou, o desenho estratégico da sua concepção, patenteando aos olhos da crítica puramente técnica e imparcial que a guerra do Paraguai só poderia ser relativamente rápida, decidindo-se em poucos meses, em face da superioridade de meios dos aliados, se as suas operações ofensivas se realizassem com o caráter de combinadas entre o Exército e a Marinha. Não foi, portanto, culpa de Tamandaré, que os generais aliados, com exceção de Porto Alegre, não houvessem compreendido ou não quisessem ter confiança no plano estratégico sabiamente delineado pelo bom senso do Almirante. O fracasso de Curupaiti não se lhe pode imputar. Ele teve por causa a desinteligência entre os generais, principalmente entre Polidoro e Porto Alegre.

Aquele, por que não quis reforçar convenientemente o 2º Corpo depois da expugnação de Curuzu, e também porque se deixou ficar inativo ao som do canhão que ele ouvia distintamente de Tuiuti. E Porto Alegre, porque se não animou a atacar Curupaiti logo em seguida a Curuzu, na perseguição frouxa que moveu contra os seus ocupantes, tendo chegado até aos muros de Curupaiti, que encontrou como declara peremptoriamente, sem nenhuma defesa. E, por fim, o General Mitre que procrastinou o seu anunciado e mal desenhado ataque de frente contra Curupaiti, sem primeiro levar-lhe um reconhecimento e sem compreender, em última análise, que deveria embarcar na esquadra um destacamento forte de uns 3.000 homens de infantaria para jogá-lo entre Curupaiti e Humaitá, atacando simultaneamente aquela fortificação pela frente, pelo flanco e pela retaguarda, apoiado na esquadra, ao mesmo tempo que Polidoro atacaria as linhas de Rojas. A desculpa de Polidoro de que não se fizera o sinal convencionado para que começasse o ataque às linhas de Rojas, parece não ter fundamento, porque Jaceguai declara positivamente que o viu içado no mastro do patacho Iguaçu, fundado na lagoa Pires, patacho que era o encarregado desse serviço. Por outro lado correr ao canhão, é uma expressão que assume, para um general cômico da sua missão na guerra, o caráter de ordem formal; e o General Polidoro ouvia nitidamente o troar da artilharia e o crepitar da fuzilaria, em Curupaiti. Os documentos que existem publicados a respeito do maior desastre sofrido pelas armas aliadas na guerra, são poucos e estes mesmos um tanto confusos para que se tenha uma idéia perfeita do plano combinado. Nos cinco volumes do arquivo do General Mitre, referentes, exclusivamente, à Guerra do Paraguai, a incerteza e a dúvida perduram, para quem quiser aferir e julgar o plano estabelecido para o ataque a Curupaiti. Entretanto, o que parece indiscutível é que as démarches, as discussões

e trocas de cartas e ofícios entre os generais, fê-los perderem um tempo precioso que redundou em vantagem para López, que desta forma pôde abrir trincheiras, fossos e estender abatizes, além de fortificar melhor Curupaiti com canhões retirados de Humaitá. O primeiro documento que se conhece, é o que relata o Conselho de Guerra, em Tuiuti, efetuado em 5 de setembro de 1866, isto é, 17 dias antes do ataque a Curupaiti, provocado, ao que parece, pela insistência de Porto Alegre, solicitando o reforço de 4.000 homens de infantaria para atacar Curupaiti, em combinação com a Esquadra. Este documento, escrito em castelhano, é do teor seguinte:

“Reunidos los Señores Generales del Ejército Aliado que suscriben, á saber: General en Jefe del Ejército Aliado Bartholomeu Mitre; General en Jefe del Ejército de Vanguardia Venancio Flores y General en Jefe del 1º Corpo del Ejército Brasileiro Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, y constituidos en Junta de Guerra, este ultimo espuso: ‘Que em virtud del encargo de los demais Generales y en representación de ellos había pasado hasta Curuzú para conferenciar con el Señor Baron de Puerto Alegre General en Jefe del 2º Cuerpo del Ejército Brasileiro y con el Señor Almirante Tamandaré afin de combinar operaciones llevando adelante el ataque á Curupaiti anteriormente acordado y resulto en las Juntas de Guerra que tuvieron lugar en los dias 18 y 28 del mês passado, y que en consecuencia de ella, el Señor Baron de Puerto Alegre habia formulado su opinión por escrito en los términos siguientes: ‘Curuzú – Barraca del General á 5 de setiembre – 12h30m p.m. El Señor Baron de Puerto Alegre es de opinión (no exige) que se debe hacer por la extrema derecha de la linea de los aliados (Tuiuti) un movimiento de cabalaria con

la mayor fuerza possible, con la intención de sustentarse, caso fuera preciso, ó de penetrar hasta Curuzú para hacer junción, habiendo comunicación previa de ahora cierta de este movimiento de la caballería acompañado por un movimiento general en toda la línea para poderse sucesivamente tomar Curupaiti y Humaytá. En ese caso el Baron hará una demostración contra Curupaiti, ó irá mas allá de la demostración si las circunstancias lo aconsejaren. Impuestos de esta comunicación se concretó la discusión a los dos puntos siguientes: 1º Cooperación de la parte de las fuerzas del Ejército Aliado que se allan al frente de las líneas de Rojas para concurrer el ataque de Curupaiti, tomando en consideración la opinión del Señor Baron de Puerto Alegre, 2º Posibilidad, conviencia y necesidad de dar mayor ensanche á las operaciones militares para estrechar y vencer al enemigo en el menor espacio posible de tiempo y del modo mas completo obrando en combinación con la Escuadra.'

“Discutidos detidamente estos dos puntos capitales, los tres Generales aliados convencionaram unanimente en lo siguiente: 1º Y por lo que respeta a lo propuesto por el Señor Baron de Puerto Alegre – No hay inconveniente alguno en hacer con la caballería aliada el movimiento que el indica, no solo por la izquierda del enemigo, sino penetrando hasta su retaguardia por su flanco segun fuere posible; y no unicamente para sustentarse, sino para dominar la campana por esa parte y batir la caballería enemiga se si presentase, y aun buscandola si permaneciese fuera de sus líneas fortificadas. En cuanto á la junción de que habla el Señor Baron, no lo creen posible ni conveniente por ahora

sinó en el caso de um ataque combinado de las tres fuerzas sobre las lineas de Rojas, operando á la vez por el frente y por la retaguardia de elas. Por lo que respeta al movimiento general en toda la linea enemiga se comprende que debe limitar-se á una demonstración ó á una diversión ó un reconocimiento, pues no es conveniente comprometer los ataques divergentes.

“2º Y por lo que respeta a dar mayor ensanche à las operaciones aprovechando las ventajas adqueridas por el 2º Cuerpo de Ejército Imperial, á la vez que la concurrencia de la Escuadra y los elementos de movilidad que hemos reunido para nuestra caballeria, consideran que podria hacerse lo siguiente:

“1º Formar un ejército de operaciones sobre la base del 2º Cuerpo del Ejército Imperial, elevandolo hasta el duplo de fuerza con nuevas tropas de los Ejércitos Aliados, és decir hasta 18 á 20 mil hombres, trasladandose ali el General en Jefe si fuera conveniente.

“2º Desprender oportunamente la caballería por nuestra derecha llevandola por la retaguardia del enemigo hasta donde fuere posible á las ordens del Señor General Flores, con el objeto de cooperar á las operaciones del Ejército expedicionario por la parte del rio Paraguai.

“3º Con el nuevo Ejército de operaciones asi formado sobre la costa del Paraguai, atacar Curupaiti en combinación con la Escuadra y esmagar el Ejército enemigo por la retaguardia interceptandole el camino de Humaitá á efecto de provocarlo á una batalla tomandolo por la espalda, para o cual deberá llevar todos los elementos,

obrando segun quéda dicho en combinación con la caballería destacada.

“4º Mantener mientras tanto á la defensiva en campo atrincherado de los aliados frente à las líneas del enemigo (Rojas) para lo cual pueden quedar con el Señor Mariscal Polidoro de 18 á 20 mil hombres, que en caso dado y oportunamente prevenidos pueden concurrir a operar por la derecha ó por la frente de las líneas fortificadas del enemigo.

“En consecuencia de todo esto los espresados Generales acordaran que el General en Jefe se trasladase personalmente hasta Curuzú para conferenciar con el Señor Baron de Puerto Alegre, y el Señor Almirante Tamandaré, á efecto de resolver definitivamente sobre el día de ayer 8 de setiembre; el Señor General en Jefe manifestó que había conferenciado con los referidos Generales, y que después de esponerles verbalmente lo acordado y leerles la opinión de la Junta formulada en los terminos anteriores sobre los puntos capitales que ella comprende, tanto el Señor Almirante de Tamandaré como el Señor Baron de Puerto Alegre habían aprobado el plan acordado para dar majorensanche á las operaciones, aceptandolo con empeño. Manifestó además que se había tratado de lo que mejor convendría hacer para tomar por la retaguardia las líneas y el Ejército del enemigo, poniendose en el caso de atacar previamente á Curupaiti ó de prescindir de esta posición dechandola á la izquierda para marchar desde luego sobre la espalda del enemigo, y que prevaleció la opinión de que la ocupación de Curupaiti era una operación previa indispensable y mui importante, tanto para lo desarrollo completo del plan

acordado, como para proseguir sucesivamente las ventajas que nos ofrece la posición del enemigo.

“Manifestó igualmente que el Señor Tamandaré había ofrecido la mas eficaz cooperación de la Escuadra para concurrir al ataque de Curupaiti, para lo cual, declaró, tenia elementos suficientes, comprometiendose en tal caso á obrar sobre esa posición desde el rio batiendo a tiro de metralla sus fortificaciones y inutilizando por este medio sua artilharia para facilitar el asalto con la menor efusión de sangre posible por parte de las tropas expedicionarias; las que una vez dueñas de Curupaiti le permitirian seguir inmediatamente hasta Humaitá, mientras esas tropas obran sobre la espalda del enemigo, según queda ya explicado. Por último espuso que el Señor Baron de Puerto Alegre le habia manifestado: que la cooperación que creía necesitar por parte de las fuerzas aliadas sobre las lineas fortificadas del enemigo (Rojas), para evitar que sus reservas acudiesen á Curupaiti mientras el se enpenhase en su ataque; pero que habiendose hecho cargo de los motivos de los Generales Aliados para non poder hacer esto por el momento, babía declarado que no era una condición indispensable del ataque sobre Curupaiti, fundada en la major conveniencia, pues de todos modos estaba dispuesto a ejecutar lo que más conviniese al honor de las armas aliadas, con lo cual habían quedado de perfecto acuerdo, esperando tan solo el aviso oportuno para mover los transportes y tomar todas las medidas al logro de la expedición.

“Impuestos de todos los Generales Aliados resolvieron definitivamente como complemento de 10 acordado ante-

riormente y del acuerdo subsequente con el Señor Baron de Puerto Alegre y Almirante de Tamandaré lo seguinte:

“1º Que el General en Jefe del Ejército Aliado con nueve mil hombres de Infantería y 12 pezas de artilharía del Ejército Argentino se trasladase á Curuzú para formar la coluna espedicionaria por esa parte, abriendo operaciones según lo convenido, dandose un plaso de tres dias para su ejecución.

“2º Que el resto del Ejército quedase en este campo á ordens del Señor General Flores hasta tanto que este se moviese con la cabalería en la oportunidad ya indicada, en cuyo caso el Señor Mariscal Polidoro quedaria á cargo del Ejército.

“Y así acordado lo firmaron en el campamiento general de Tuyuty a ocho de setiembre de mil ocho cientos sesenta y seis.

Bartholomeu Mitre – Venancio Flores.

Na mesma data, isto é, 8 de setembro, dirigia o Barão de Porto Alegre a carta seguinte ao Marechal-de-Campo Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão:

“Ilmo Exmº Sr.

“Mando a V. Exª, aberta, a carta que dirijo ao Sr. General D. Bartolomeu Mitre, para que V. Exª, inteirando-se das razões por que requisito quatro mil homens de infantaria brasileira, me faça o favor de apoiar aquela requisição.

“A inação, a que sou forçado pela pouca infantaria do meu Exército, que aliás nem pode ser suprida pela cavalaria porque

V. Ex^a sabe que não tenho cavalos, pode prejudicar as operações da guerra e o crédito das armas brasileiras.

“V. Ex^a no seu patriotismo pesará tudo isso e me auxiliará eficazmente, já perante o General Mitre, já pela sua posição independente de General-em-Chefe do 1º Corpo de Exército, mandando-me o reforço para eu marchar sobre Curupaiti, operação essencial, que deve preceder a qualquer outra, se V. Ex^a e os outros generais não decidirem um ataque simultâneo em toda linha de operações, o que, como V. Ex^a não ignora, foi sempre o meu parecer.

“Deus guarde a V. Ex^a em Chefe do 2º Corpo do Exército – Quartel-General em o Forte de Curuzu, 8 de setembro de 1866. Ilmº Sr. Marechal Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, Comandante-em-Chefe do 1º Corpo de Exército.

“Barão de Porto Alegre.”

Acusando o recebimento desta carta confidencial do General Barão de Porto Alegre, aquele marechal respondia na mesma data:

“Comando-em-Chefe do 1º Corpo de Exército em operações no Paraguai – Quartel-General em Tuiuti, 8 de setembro de 1866.

“Ilmº e Exmº Sr. Acabo de receber a confidencial que V. Ex^a me dirigiu com data de hoje para o Sr. General Mitre. Este ofício lo foi entregue, e dizendo-me o mesmo General que ia responder a ele e que me comunicaria a resposta, espero-a para dar a V. Ex^a uma decisão a respeito do que V. Ex^a expõe.

“Devo, entretanto, dizer a V. Ex^a que além do acordo de opiniões em que estivemos eu, o General Mitre e

o General Flores na nossa reunião do dia 4 do corrente, opiniões que apresentei a V. Ex^a no dia 5 quando aí estive, tivemos hoje às sete horas da manhã uma Junta de Guerra neste meu quartel-general, e nela, de acordo com a opinião emitida por V. Ex^a no seu acampamento no dia 5, e que foi transmitida aos mesmos generais, tomou-se uma deliberação, que foi escrita e por nós firmada, aquela será também apresentada a V. Ex^a.

“A essa deliberação estou ligado enquanto circunstâncias mais graves me não obriguem a um diverso acordo, devendo então considerar a requisição que V. Ex^a me faz na sua supracitada confidencial a que ora respondo.

“Deus guarde a V. Ex^a Ilm^o Exm^o Sr. Conselheiro Barão de Porto Alegre, Tenente-General Comandante-em-Chefe do 2^o Corpo de Exército em operações.

*“Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão,
“Marechal-de-Campo.”*

Ao mesmo tempo que o Marechal Polidoro enviava esta resposta ao Barão de Porto Alegre, o General D. Bartolomeu Mitre, manda a sua ao Barão, do teor seguinte:

“General-em-Chefe dos Exércitos Aliados – Quartel-General, 8 de setembro de 1866.

“Ilm^o Exm^o Sr. Tenente-General Barão de Porto Alegre, Comandante-em-Chefe do 2^o Corpo de Exército Imperial.

“Recebi a estimável comunicação de V. Ex^a datada de hoje, relativa ao pedido de 4.000 homens que diz necessitar para empreender o ataque de Curupaiti, e na qual

ao mesmo tempo expõe algumas considerações sobre o comando das forças que devem operar por esse lado. Pelo que diz respeito ao primeiro ponto, isto é, os 4.000 homens de reforço que V. Ex^a considera mais natural tirar do 1º Corpo de Exército Brasileiro ao mando do Sr. Marechal Polidoro, devo manifestar-lhe o que este mesmo Marechal dirá a V. Ex^a: que ocupando este Corpo de Exército posições contínuas que constituem um sistema e que forma a base do ataque sobre as linhas inimigas, ao mesmo tempo que a maior segurança de nosso campo pelo centro e esquerda, não é conveniente enfraquecer esse Exército nem substituí-lo com vantagem, desde que além disso está ligado a baterias de posição que dependem dele.

“Sem embargo disto, creio que o Sr. Marechal Polidoro não terá inconveniente de desprender-se de alguns batalhões para reforçar a coluna expedicionária sempre que lhe seja possível fazê-lo sem comprometer sua posição. Agora pelo que respeita ao reforço em si mesmo, e considerando-o militarmente, me permitirá V. Ex^a que lhe observe que 4.000 homens são demasiados para o ataque somente de Curupaiti e mui poucos para prevenir perigos de outro gênero a que esse ataque pode dar lugar, assim como mui poucos para tirar vantagens transcendentais e imediatas que do seu êxito devemos esperar.

“Quando se encomendou a V. Ex^a execução da operação convencionada em Conselho dos Generais Aliados, e que tão gloriosamente levou a cabo o seu primeiro passo, considerou-se que bastaria de 6 a 7.000 homens para apoderar-se de Curuzu e Curupaiti. V. Ex^a levou 8.400

homens e posteriormente recebeu outros reforços que substituíram as perdas que sofreu no ataque de Curuzu.

“Não é por conseguinte forças o que falta a V. Ex^a para atacar Curupaiti, segundo mo repetiu ontem, mas sim a certeza de que não será atacado por forças maiores desprendidas das reservas inimigas na ocasião em que V. Ex^a se achar empenhado naquela operação. Esta segurança os 4.000 homens destacados deste campo não podem dar, e antes aumentam o perigo de certo modo, pois, 4.000 homens de infantaria de menos neste Exército tornam impossível por este lado o ataque eficaz sobre as linhas fortificadas do inimigo (Rojas), e este poderia então dispor com mais franqueza de suas reservas que só distam uma e duas léguas de Curupaiti; entretanto, que coluna de V. Ex^a posto que em posição mais feliz, que é a de tomar por assalto as fortificações de Curupaiti, terá de limitar-se à sua simples ocupação na defensiva, pois, ela constando de 12.000 a 13.000 homens seria relativamente fraca para operar pela retaguarda do inimigo, a fim de colher todos os frutos que de tal vitória devemos esperar.

Foi por isso que, quando V. Ex^a manifestou a conveniência de que por esta parte se fizesse o ataque geral sobre a linha inimiga, ao mesmo tempo que se destacasse nossa cavalaria pela direita, a fim de coadjuvar o ataque de V. Ex^a sobre Curupaiti, os generais do Exército Aliado de que V. Ex^a faz parte, reunidos em Junta de Guerra, não obstante estarem de acordo com V. Ex^a sobre o ponto principal, consideraram que não convinha esses dois ataques simultâneos e divergentes, e concordaram unicamente em que o melhor e mais eficaz para acelerar o termo da guerra era operar

com forças suficientes e de uma maneira simultânea sobre a retaguarda, o flanco e frente do inimigo formando sobre a base da coluna expedicionária de V. Ex^a um novo exército de operações pelo lado do rio Paraguai, e convertendo sua operação parcial (tomada de Curupaiti) em manobra capital (ataque sobre a retaguarda do inimigo) fazendo desse Exército o ponto de apoio do movimento combinado. No plano adotado, segundo tive a honra de explicar a V. Ex^a na conferência de ontem, a que assistiu o Sr. Almirante de Tamandaré, o Exército Aliado devia dividir-se em três corpos ou colunas de manobra para operarem simultaneamente, e de uma maneira convergente sobre o Exército inimigo, penetrando por Curupaiti o exército que devia servir de ponto de apoio ao movimento com a força suficiente para apresentar imediatamente uma batalha de combinação com a cavalaria que deveria penetrar pelo flanco oposto, enquanto a outra coluna permaneceria neste campo entrincheirada em frente das suas linhas, pronta a entrar em ação no momento oportuno, para o que se considerou que poderiam ficar aqui de 18 a 20.000 homens ao mando do Sr. Marechal Polidoro, além da cavalaria do Exército Aliado que às ordens do General Flores permaneceria igual neste campo até empreender o movimento combinado; sendo a base de tudo isto elevar ao duplo pelo menos a força dessa coluna expedicionária, isto é, aumentando-a de 9 a 10.000 homens mais dos Exércitos Aliados.

“Esta operação convencionada na Junta de Guerra dos Generais, a mesma que instruí verbalmente tanto a V. Ex^a como ao Sr. Almirante de Tamandaré na conferência de ontem, além da leitura que fiz das bases formuladas sobre o

assunto pelos ditos generais, e que mereceram a aprovação de ambos, ficando em perfeito acordo para se obrar com a maior brevidade possível. Portanto não se trata de um simples reforço de tropas à sua coluna, nem de um ataque parcial sobre Curupaiti, mas sim de um movimento capital, a que devem concorrer todas as forças, a fim de poder por esse caminho conseguir uma batalha decisiva, de combinação com a coluna de cavalaria que se desprenderá às ordens do Sr. General Flores, enquanto o Sr. Marechal Polidoro que ocupa com suas forças a posição precisa para sustentar-se com vantagem neste campo, se achará em atitude de aproveitar-se de qualquer oportunidade que se apresente para avançar sobre essas linhas como já o expliquei a V. Ex^a ao manifestar-lhe a razão por que não convém enfraquecer o 1º Corpo de Exército brasileiro às ordens do mesmo Sr. Marechal.

“Não concorrendo iguais motivos quanto ao que diz respeito à posição do Exército argentino sobre a linha, depois que adquirimos preponderância na cavalaria, e concorrendo a circunstância de ser o total de sua infantaria presente no campo o que se requeria para se reforçar a coluna de operações pelo lado do rio Paraguai, fixou-se, naturalmente, a escolha nele, tendo também presente que as três colunas que deviam concorrer para a execução do plano combinado se achassem igualmente representadas as bandeiras aliadas. A este respeito direi a V. Ex^a que deixando aqui e no Campo Entrincheirado do Passo às ordens do Sr. Marechal Polidoro 2.000 homens do Exército argentino; tendo-se incorporado à coluna geral de cavalaria das três nações aliadas toda a cavalaria pertencente a ele, a qual oportunamente deve levar, irei para esse ponto, a fim de encetar as opera-

ções combinadas, levando trinta e dois batalhões que têm atualmente presentes no campo cerca de 9.500 a 10.000 homens, número que constitui o pessoal pronto a formar esta arma no Exército argentino, levando além disso duas baterias de artilharia raiada, de sorte que é quase todo o Exército argentino o que em sua totalidade se põe em movimento sob minhas ordens e não uma divisão dele como V. Ex^a parece supor. Tanto por esta razão como por ser o ponto de maior responsabilidade, escolhi minha colocação ao lado das valentes tropas do seu digno comando, pois, no plano combinado em que essa coluna tem de servir de base ao movimento geral que se vai efetuar só dali posso dirigir convenientemente o conjunto das operações. Em consequência, pois, do acordo de ontem e do que definitivamente foi deliberado hoje em junta de guerra dos generais aliados presentes neste campo, e na qual apresentei a opinião de V. Ex^a e do Sr. Almirante de Tamandaré relativamente ao plano combinado, lavrou-se a inclusa ata que tenho a honra de remeter a V. Ex^a por cópia autêntica. E como se faz necessário aproveitar o tempo, estou tomando todas as minhas disposições para ativar minha marcha, isto é, em três dias, contando para a minha marcha com os transportes que tanto V. Ex^a como o Sr. Almirante de Tamandaré ofereceram pôr à minha disposição para esse fim.

“Tendo respondido a V. Ex^a prescindindo de qualquer outra consideração alheia aos altos interesses da aliança e glória de suas armas, e restringindo-me a considerar sua nota sob o ponto de vista dos princípios da guerra, é-me grato terminar manifestando-lhe que ao compartilhar como de outras vezes novas glórias e novos perigos, assiste-me a

esperança de que o êxito mais completo há de coroar nossos esforços e conto para isso com sua inteligência militar e com o valor das tropas que se acham sob seu comando.

Deus guarde a V. Ex^a – Bartolomeu Mitre.

Comentemos ligeiramente o documento que acabamos de transcrever: nele ressalta, evidente, que o plano anterior de expugnar uma por uma as fortificações paraguaias da margem do rio, por meio de desembarques sucessivos, apoiados pela esquadra, tal como se fizera com sucesso em Curuzu, sofrera radical transformação. Não tendo sido possível ocupar Curupaiti durante a perseguição aos fugitivos de Curuzu, em virtude das desconfianças de Porto Alegre de se ver contra-atacado por tropas inimigas superiores, solicitou logo um reforço de 4.000 homens de infantaria para com ele, elevando a sua coluna a 12.000 homens, ocupar Curupaiti indefeso, resistindo com segurança a qualquer contra-ofensiva do inimigo, apoiando todas essas operações na esquadra. Os generais, porém, que estavam inativos e apáticos em Tuiuti, naturalmente, não poderiam admitir que a História pudesse registrar que foram o General Porto Alegre e o Almirante Tamandaré os únicos que compreenderam a situação estratégica, e, em consequência, os únicos que souberam empregar as tropas, atacando o inimigo pelo lado mais sensível e no ponto decisivo, por onde a guerra terminaria rápida e gloriosamente. O documento que analiso mostra que o General Mitre, em face do sucesso tão fácil de Curuzu e da informação segura de que Curupaiti não estava defendida, julgou que a glória da sua expugnação e em seguida de Humaitá, deveria caber-lhe às suas tropas. E para que essa glória não ficasse diminuída, se ele adotasse a concepção de Tamandaré e de Porto Alegre, resolveu alterar o primitivo plano que consistia em atacar imediatamente Curupaiti, sem dar tempo a que López o guarnecesse fortemente e fortificasse, empregando o 2º Corpo de Exército reforçado com 4.000 infantas, enquanto simultaneamente o Marechal Polidoro, com o 1º Corpo também brasileiro,

atacaria as linhas de Rojas para impedir que o inimigo pudesse atender àquele ataque e, ao mesmo tempo, levar tropas para contra-atacar Curupaiti. Se com esse plano caísse Curupaiti, como caíra Curuzu, atacado exclusivamente por dois generais brasileiros e por tropas brasileiras, que papel representariam os Generais Mitre e Flores e as tropas argentinas e uruguaiaias? E se, porventura, caísse também Humaitá e a guerra terminasse, a quem caberiam as glórias?

Por sua vez, o Marechal Polidoro pouco avisado como general, colocou-se ao lado de Mitre, sem compreender os intuitos do general argentino, e, assoberbado pelo peso da responsabilidade de defender Tuiuti, atemorizou-se com a idéia de tirar das suas tropas 4.000 homens para reforçar o 2º Corpo de Porto Alegre, preferindo deixar-se ficar nas trincheiras, aguardando o ataque imaginado por Mitre, que pudesse levar López ao Campo de Tuiuti. O absurdo desse ataque era, porém, evidente, porque López que, nessa época, não dispunha de mais de 20.000 homens quase sem cavalaria, não poderia pensar em atacar ao mesmo tempo Tuiuti e contra-atacar Curupaiti, sabendo que o Exército aliado compunha-se de 40.000 homens, sendo 5.000 de cavalaria bem montada. Para se aferir bem do conhecimento que tinha Mitre do – princípio de economia de forças –, basta lembrar que ele deixou 20.000 homens inativos em Tuiuti, levando somente 18.000 ao campo de batalha de Curupaiti, quando este é que era o ponto decisivo, onde, por conseguinte, deveria concentrar maior número de tropas! Por outro lado, se pretendia, como se lê na carta da Junta de Guerra, de 8 de setembro, atacar Curupaiti pela retaguarda, não seriam por certo os 3.000 homens de cavalaria de Flores, obrigados a dar uma grande volta e sem conhecerem absolutamente o caminho, como provaram os fatos e como ressalta o Barão do Rio Branco nos seus comentários à obra de Schneider, os elementos seguros e rápidos para a execução do plano imaginado por Mitre.

Por sem dúvida, muito mais criterioso, fácil e eficaz seria que se embarcassem os 3.000 homens não de cavalaria, mas de infantaria, nos navios da Esquadra, para jogá-los na retaguarda de Curupaiti, logo que o ataque de Mitre e Porto Alegre se desencadeasse, ataque este que deveria ser acompanhado, simultaneamente, pelo que Polidoro, com o 1º Corpo, estava na obrigação de levar às linhas de Rojas, como se lê na carta da Junta da Guerra, de 8 de setembro, assinada por Mitre, Flores e Polidoro. Mas o erro maior, e que culminou no único desastre sofrido pelas armas Aliadas, foi a demora de tantos dias, em que ficaram Mitre, Flores e Polidoro a discutir o novo plano e a transferir o dia do ataque, dando tempo a López para fortificar poderosamente Curupaiti, que ainda a 13, célebre dia da célebre conferência de Yataiti-Corá, estava fraca e incompletamente defendida!

Mas os ciúmes, a inveja e tantos outros sentimentos mesquinhos, tão comuns às Alianças, mais uma feita transformaram uma operação, certamente vitoriosa, em desastre sangrento e até vergonhoso, que teve por consequência imediata a prolongação por mais três anos de uma guerra já tão procrastinada.

É o que se lê num documento que possuímos de suma importância, da lavra do General Barão de Porto Alegre. É uma carta do barão a seu irmão poucos dias depois do desastre de Curupaiti, e que me foi dada pelo seu sobrinho neto capitão-de-fragata reformado Bernardino Coelho, acompanhada de um pequeno arquivo onde se encontram outros documentos bem interessantes.

CURUZU, 16 DE OUTUBRO DE 1866
MANO JOAQUIM,

O portador desta é o Sr. Políbio que, tendo vindo por curiosidade ver estas coisas, regressa, segundo ele diz, habilitado para dar uma notícia circunstanciada

do que por aqui ocorre. O que, porém, ele não poderá dizer é que, à vista da marcha que estas coisas levam e da absoluta impossibilidade em que me acho de dar-lhes a conveniente direção, já pedi, e continuo a insistir para minha demissão, e quando não me queiram dar, recorrerei às causas aparentes da minha reforma, que foram moléstias. Como te mandei dizer, se logo depois que tomamos esta posição, me tivessem mandado o auxílio que pedi de 4.000 infantes, pois que eu só tinha pouco mais de três, me habilitariam a tomar Curupaiti, e mesmo Humaitá que dista dali meia légua, e apenas tinha de 200 a 300 homens de guarnição, embarcando depois o meu Exército para prosseguir na operação combinada, auxiliado pela Esquadra, até Assunção; aonde destruiríamos os seus arsenais e depósitos, apoderando-nos dos vapores de guerra inimigos, e fazendo subir outros nossos até Mato Grosso, de onde nos podem vir, pelo menos, 3.000 homens.

Mas o sentimento mesquinho da inveja, de que se deixaram dominar Mitre e Polidoro; não obstante eu declarar que estava pronto a ir ocupar a posição que qualquer deles deixasse, para virem realizar a operação a que acima me refiro, atuou de tal modo no ânimo daqueles Srs., que não me mandaram o auxílio que pedi senão treze dias depois da ocupação desta posição; deixando Polidoro que viesse em pessoa o Mitre com o seu Exército, e mandando ele apenas 2.000 infantes, que chegaram aqui depois dos argentinos. Ora, com um tal reforço o ataque devia ser imediato; mas infelizmente não sucedeu assim, não obstante as minhas instâncias para que não se

demorasse; dando-se assim tempo a que o inimigo aumentasse, como aumentou, consideravelmente, os seus meios de defesa, dando ao fosso 27 palmos de largura e 17 de fundo; construindo dois fortes redutos, nos extremos da cortina, e colocando naqueles e nesta 56 bocas-de-fogo, sendo uma grande parte de grosso calibre (68 e 32). Inúteis, porém, teriam sido todos esses meios de defesa se os generais Mitre e Polidoro tivessem concordado com a minha opinião, que era vir este com o seu exército atacar Curupaiti pela retaguarda, o que podia fazer saindo pelo flanco esquerdo do entrincheiramento inimigo; isto é, pelo mesmo lugar por onde saiu o General Flores nessa ocasião, com mais de 2.600 homens de Cavalaria, bem montada, e que estando a do inimigo a pé, poderia ter vindo até aqui, como prometia fazer e não fez. Enfim, ou me tivessem prestado o auxílio dos 4.000 infantess, ou o Polidoro viesse cooperar para o ataque de Curupaiti, em qualquer destas hipóteses, asseguro-te, e hoje não há aqui quem não reconheça teríamos reduzido o López à absoluta impossibilidade de sustentar a guerra, que de modo por que da nossa parte é dirigida, pode prolongar-se até que o Brasil não tenha mais recursos para por sua parte mantê-la.

Ora, nestas circunstâncias, e por outra parte vendo-me quase todos os dias desconsiderado pelo Sr. Ministro da Guerra, ao passo que diz ser muito meu amigo tomei a resolução de, por terceira vez, pedir exoneração desta comissão; estando no firme propósito de retirar-me, ainda que para isso tenha, como já disse, de dar parte de doente.

No que se refere exclusivamente na Curupaiti, a carta de Porto Alegre termina aqui.

Outros assuntos que nela são tratados, quase todos se referem a coisas familiares.

Mas, no final da carta, diz novamente o elegante e nobre Comandante do 2º Corpo de Exército brasileiro na Guerra do Paraguai:

Para que tenhas mais uma prova do que acima disse acerca de Mitre, dir-te-ei que tendo nós combinado em Junta de Guerra, na noite de 25 do mês findo, um novo ataque a Curupaiti, pedindo Mitre só oito dias para aprontar o seu Exército, até hoje ainda não se aprontou, nem tem tido a delicadeza de mandar-nos dizer qual a razão de tão grande demora! Polidoro, por sua parte, pensa tanto em deixar o Passo da Pátria, que está permitindo que ali estejam os oficiais do seu Exército construindo grandes ranchos, e ele mesmo está mandando fazer o maior de todos!

Recebe um saudoso abraço de
teu mano e amigo –
Manuel.

Assim termina a carta do General Barão de Porto Alegre. Mas, não bastam os documentos, que já estampeei, para provar que o desastre de Curupaiti, indiscutivelmente o assunto mais interessante e mais nebuloso de toda a guerra do Paraguai, teve por causa o ciúme de Mitre e Polidoro, que não poderiam suportar as glórias de Porto Alegre e de Tamandaré, com o sucesso de Curuzu, e com a concepção estratégica de como mais fácil e rapidamente se poderia pôr termo a uma guerra demasiadamente prolongada. Vou transladar para estas páginas mais alguns documentos.

Vimos já que a resposta do General Mitre ao Barão de Porto Alegre, datada de 8 de setembro de Tuiuti, deveria chegar ao mesmo dia às mãos daquele barão. Entretanto, ainda no dia seguinte, 9, às 8h30min, da noite, Porto Alegre não havia recebido coisa alguma. É o que declara no seguinte ofício confidencial ao Marechal Polidoro:

Comando-em-chefe do 2º Corpo de Exército em
operações no Paraguai – Quartel-General em
Curuzu, 9 de setembro de 1866.

Ilmo Exº Sr.

Ontem às 4 horas da tarde, ao mais tardar, devia ter chegado ao Exmº Sr. General Mitre a respeitosa carta que lhe dirigi por intermédio de V. Exª e até agora 8h30min da noite ainda não mereci uma resposta, sem embargo de haver colocado o Sr. Almirante vapores no ponto da Lagoa Pires com o único fim de acelerar as comunicações entre as forças deste Exército e as dos Exércitos Aliados.

V. Exª no ofício que ontem à noite me dirigiu refere-se a uma deliberação tomada em Conselho dos Generais Aliados. Infelizmente, nem V. Exª me fez o obséquio de comunicar-me essa deliberação, nem o Sr. General Mitre ainda me escreveu a semelhante respeito. Apenas posso conjeturá-la visto que V. Exª me assevera ter sido ela baseada na opinião que emiti e que consta de uma nota a lápis que entreguei a V. Exª.

Na expectativa de qualquer combinação de V. Exª com os outros generais, tenho de conservar o Exército sob meu comando em ordem de marcha com todos os

inconvenientes e privações correspondentes. Assim é que se achando ele alimentado com a maior sobriedade e com os gêneros compatíveis com a rapidez de qualquer movimento, começa a enfermar sem que eu possa prever o termo desta situação. É, pois de meu dever insistir por uma solução rápida, de acordo com os interesses do Brasil e com dignidade dos Exércitos Imperiais, interesses a que V. Ex^a tem sempre atendido com zelo e dignidade que sempre encontrei em V. Ex^a um decidido representante.

Deus Guarde a V. Ex^a – Ilm^o Exm^o Sr. General Polidoro da Fonseca Quintalha Jordão, Comandante-em-Chefe do 1^o Corpo de Exército em operações.

Barão de Porto Alegre.

Ora, tendo o General Barão de Porto Alegre, desde o dia 4 solicitado reforço de 4.000 homens de infantaria ao Marechal Polidoro e posto o seu Corpo de Exército em ordem de marcha, aguardando o reforço pedido para levar o ataque a Curupaiti, pedido este feito com a máxima urgência para não dar tempo, como diz aquele General, a que López pudesse fortificar Curupaiti, ainda no dia 9, às 8h30min da noite nenhuma resposta, lhe fora dada! Em 9 de setembro, cinco dias depois, é que o Marechal Polidoro dava resposta ao Barão de Porto Alegre, e nestes termos:

Comando-em-chefe do 1^o Corpo de Exército em operações no Paraguai – Quartel-General em Tuiuti, 9 de setembro de 1866.

Ilm^o Exm^o Sr.

No meu ofício confidencial de 8 do corrente respondendo ao de V. Ex^a da mesma data, declarei que

quando me fosse comunicado a resposta do General Mitre à V. Ex^a, acerca do plano adotado contra o inimigo daria eu também uma decisão a respeito do exposto no supra dito officio confidencial de V. Ex^a, e por isso cumpre-me agora dizer o seguinte: Esta tarde tive conhecimento do que a V. Ex^a expendeu o General Mitre, e estando o que ele relata de acordo com a resolução tomada na Junta de Guerra a que concorremos o dito General, eu, e o General Flores, e não havendo, segundo a minha opinião, motivo para divergir do que foi assentado, estou portanto resolvido a executar integralmente todo o plano adotado.

Não obstante, porém, não teria dúvida em mandar que também se reúna à força de V. Ex^a de quatro a seis batalhões d'infantaria do Exército sob o meu comando com cerca de 2.500 homens, no caso de V. Ex^a julgar que esse aumento de força é indispensável para formar o Exército que vai servir para a operação projetada segundo o que se convencionou. Espero a resposta de V. Ex^a, sobre os respectivos transportes – Deus Guarde à V. Ex^a.

Ilmo Exmo Sr. Conselheiro Barão de Porto Alegre, Tenente-General, Comandante-em-Chefe do 2º Corpo de Exército em operações.

Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão – Marechal de Campo.

Resulta deste documento que somente as reiteradas instâncias do Barão de Porto Alegre levaram o Marechal Polidoro a desprender-se de 2.000 homens de infantaria para reforçar o 2º Corpo de Exército, promessa que só foi feita no dia 9 de setembro e que ficou todavia em promessa, porque antes dos quatro ou seis batalhões

prometido por Polidoro, o Barão de Porto Alegre viu, estupefato, chegarem ao seu acampamento, em Curuzu, as tropas argentinas! O documento também patenteia a demora de que se queixa o General Porto Alegre, em todas as suas cartas e ofícios confidenciais, e mostra como o General Mitre encontrou no Marechal Polidoro tão fácil quão prestimoso correligionário dos seus ciúmes e caprichos, que redundaram no tremendo desastre de Curupaiti, correligionário dos próprios desejos de ver Tuiuti transformada em nova Capua, como transparece da carta de Porto Alegre a seu irmão.

Os que sabem que o princípio fundamental da guerra é o que determina operar com a maior soma de força relativa sobre o ponto decisivo do inimigo e no momento oportuno, não podem deixar de profligar, veementemente, a demora injustificável dos Generais Aliados que tinham nas mãos, em Tuiuti e Passo da Pátria, quase todo o Exército Aliado.

O ataque a Curupaiti seria eficaz, se fosse executado quando o Barão de Porto Alegre queria desencadeá-lo, por isso que — o momento oportuno — era aquele dos primeiros dias de setembro. Destarte não seria violado o princípio fundamental de Estratégia e Tática, desrespeitado pela morosidade de Mitre, que só vinte dias depois se julgou habilitado a marchar sobre Curupaiti.

E tanto é certo que o momento oportuno seria no máximo até o dia 15 de setembro, que no dia 12, López, astutamente, pediu a célebre conferência de Yataiti-Corá, com o fim evidente de ganhar tempo para melhor defender Curupaiti.

Por outro lado, afora o movimento inútil e divergente do General Flores com a cavalaria por caminhos desconhecidos, o outro princípio da guerra, chamado a — economia de forças — recebeu em pleno coração um golpe mortal, pois, no campo de batalha, os efetivos empregados eram inferiores aos que foram deixados inertes

em Tuiuti, sem a mínima aplicação no ponto decisivo, que era evidentemente Curupaiti.

Em última análise, portanto, o desastre de Curupaiti não poderia deixar de ser a resultante inevitável dos desatinos, da demora e da hesitação em que se transviaram os Generais Aliados em Tuiuti.

O Almirante Jaceguai nos seus – Quatro séculos de atividade marítima –, republicados em um dos volumes da sua obra – De Aspirante a Almirante –, como também nas – Reminiscências –, que o leitor vai ler dentro em pouco, dá a todos os Generais da Tríplice Aliança igual responsabilidade no desastre de Curupaiti.

É curioso observar que o grande historiador da Guerra do Paraguai, sem dúvida o maior de todos no Brasil que não poupou Tamandaré, Inhaúma, Gomensoro e tantos outros, deixasse de apontar Mitre, Polidoro e Flores como os culpados diretos daquele fragoroso revés.

Na guerra, ninguém inflinge impunemente os seus princípios fontenários. A guerra não é um cálculo matemático; contudo, é preciso saber jogar com os fatores da vitória no espaço e no tempo convenientes e oportunos.

Se insisti tanto no caso particular de Curupaiti, foi porque, de todos os acontecimentos da Guerra do Paraguai, o que até hoje parece uma indecifrável charada, ainda envolto na neblina das conjecturas sem apoio nos fatos e nos documentos, esse é, evidentemente, o revés de Curupaiti. Não pretendo, com o que ficou esplanado, dissipar aquela neblina, deixando a outrem menos apoucado que o autor destas linhas de posse de novas luzes, a tarefa de decifrar completamente o enigma.

Há outra parte das Reminiscências da Guerra do Paraguai, que empolga o leitor. É a invasão pelo Passo da Pátria, levada a efeito pelo nosso Exército, transportado e apoiado nos canhões da

Esquadra, sob o intrépido comando de Tamandaré. A descrição que faz o Almirante Jaceguai desse episódio, é verdadeiramente épica e vibrante. Ele nos mostra como se conseguiu a íntima cooperação entre exército e armada, em uma operação combinada em perfeita ordem, e executada com rara unidade de vistas. Era o que se havia de fazer em todas as operações no rio Paraguai, se é que se pretendia terminar a guerra alguns anos antes.

No oceano, como em um estuário do valor do rio Paraguai, após a luta para conseguir o domínio das águas, o papel da Marinha está, justamente, nas operações combinadas com o Exército. Deixar inerte uma esquadra poderosa, entre duas margens de um rio, como se fez na guerra do Paraguai, é desatino inqualificável, que denota ausência completa de senso estratégico, e ignorância perfeita dos postulados que regem a própria guerra. Por isso é que não me furto de assinalar a inteligência, a clarividência de Tamandaré, apoiado em Porto Alegre, quando concebeu o plano de levar contra as fortificações paraguaias da margem do rio, as forças do Exército para expugnar uma por uma aquelas fortificações, que eram os baluartes únicos em que López se aferrava para prolongar a sua louca resistência. Sem Curupaiti, sem Humaitá e sem Curuzu, López teria sido esmagado, evitando-se a fatigante, a enorme, a morosa marcha de flanco que, depois, Caxias executou, além do infundável sítio de Humaitá. Bastaria que houvesse uma doutrina sadia da guerra que e todos compreendessem que a Marinha estava ali exuberante de força, e capaz de levar tropas à retaguarda das fortificações, por onde seriam expugnadas e ocupadas facilmente. Infelizmente, na época da guerra do Paraguai, e apesar dos edificantes e convincentes ensinamentos da guerra da Secessão Americana, a mentalidade dos nossos generais de mar e terra era indiscutivelmente precária e ingênua.

Já a campanha da Cisplatina demonstrara, a olhos vistos, que se não tivemos um triunfo completo e radioso, foi justamente

porque entre Exército e Marinha nunca houve a mais leve cooperação, senão talvez indireta, em virtude do férreo bloqueio do rio da Prata.

O Exército operou por um lado, a Marinha por outro, separados ambos, como se fosse cada um por si só capaz de resolver o problema político-estratégico da guerra.

Se, quando após o combate de Monte Santiago, onde se sepultou o poder naval argentino, na frase do escritor argentino Ángel Carranca, e desapareceram da superfície das águas os seus últimos vestígios de força, houvesse a mentalidade estratégica brasileira jogado, em Buenos Aires, um Corpo de Exército, transportado pela Esquadra e apoiado nos seus canhões, a Campanha Cisplatina chegaria a seu termo feliz com o triunfo mais completo e glorioso do Brasil.

Por não se haver verificado aquela cooperação indispensável, é que a campanha ficou militarmente indecisa, apesar do estado mais deplorável de penúria e de impotência em que se achava os restos dispersos e improvisados dos recursos bélicos das Províncias Unidas, quando fomos forçados a assinar o tratado de paz de 1828.

Desses ensinamentos, estão repletas as magníficas – Reminiscências da Guerra do Paraguai – traçadas pela pena brilhante do saudoso Almirante Artur Jaceguai. Elas não se reduzem a tratar armas, porque, sob o ponto de vista eminentemente político, as – Reminiscências – são um eloqüente repositório de lições proveitosas, que se devem haurir a prol do Brasil atual e futuro, quando soar, outra feita, ao longo das nossas fronteiras escancaradas o ruflo soluçante dos tambores e o som candente dos clarins marciais.

Que elas possam avivar ainda e sempre o patriotismo adormecido nas delícias da paz e na doce e estulta esperança de um novo seio de Abraão.

REMINISCÊNCIAS DA GUERRA
DO PARAGUAI

.....

DEVO declarar antes de tudo que, possuindo regular arquivo de documentos da guerra do Paraguai, as minhas – Reminiscências – são meras impressões que se gravaram na memória, e juízos, que, com o tempo, cristalizaram-se em meu espírito sobre vultos e acontecimentos que encheram aquele grande cenário histórico e que pude observar de perto no íntimo contato que tive com homens e coisas, além da parte embora ínfima que me coube representar.

PERÍODO DIPLOMÁTICO DA GUERRA EM
MONTEVIDÉU E BUENOS AIRES

Chamo período diplomático da guerra aquele em que as três nações provocadas ao conflito armado pela cegueira de Solano López, concentravam os meios de defesa e agressão contra o inimigo comum.

Ponho de lado a questão, já muitas vezes ventilada na crítica histórica, sobre se a guerra do Paraguai poderia ter sido evitada por parte do Brasil, questão que se reproduz na história a respeito de todas as guerras. O que para mim é certo, é que choques armados entre nações são sempre

desvios erradios, arrastamentos fatais que escapam a todos os princípios de religião, de moral e de direito.

O ministro da guerra Ferraz (depois barão de Uruguaiiana) comunicando ao Almirante Tamandaré, em Aviso confidencial, a nomeação do general Osório, acrescentava: “A direção política da guerra continuará a pertencer a V. Ex^a.”

Se o Marquês de Caxias houvesse aceitado o comando-em-chefe, para o qual fora convidado com insistência pelo Presidente do Conselho, com certeza teria imposto a inversão dos papéis em relação ao comando da esquadra. Osório, porém, era de todos os generais que comandaram em chefe durante a guerra, o que se submetia mais docilmente ao poder civil. Vem a propósito abrir um parêntese para referir o que ouvi o próprio Caxias alguns meses depois em Uruguaiiana, sobre a sua entrevista com o Conselheiro Furtado, quando este o procurou em sua casa para confiá-lo a aceitar o comando-em-chefe do exército. Começou o Conselheiro Furtado o seu discurso por comunicar ao Marquês que a sua nomeação ficara resolvida em despacho imperial e que esperava do seu patriotismo que o Marquês a aceitasse. Caxias, porém, que não acreditava que um governo liberal desejasse sinceramente dar aquela pova de confiança a um seu adversário político, respondeu que se admirava que o governo tivesse tomado semelhante resolução sem consultá-lo previamente, pois, jamais poderia servir com um gabinete para o qual acabava de entrar como ministro da Guerra o Visconde de Camamu, o único general do exército que era seu inimigo pessoal. O Conselheiro Furtado, desorientado com a rudeza da resposta procurou sobreelevar-se à altura da sua posição política, e, replicando ao velho Marechal, disse-lhe que o dever militar excedia a excusa que acabava de apresentar. Narrando-me o fato, dizia-me o Marquês: “Tive ímpetos de quebrar uma cadeira na cabeça daquele..., mas me contive, dizendo-lhe com veemência, que parecia esquecer-se de que eu era um senador e que nem poderia ser nomeado para qualquer comissão sem licença da câmara a que pertencia. Com um gesto significativo, fiz-lhe compreender que a nossa conferência não podia continuar.” Fechemos o parêntese e prossigamos as nossas reminiscências.

Entre a demissão de Paranhos e a subsequente missão confiada a Otaviano, os nossos modestos agentes diplomáticos no Prata, Loureiro

(depois Barão de Javari) em Montevidéu, e Leal em Buenos Aires, ficaram absorvidos pela autoridade considerável de que Tamandaré se achava investido.

Logo depois de haver o general Flores se apossado do governo provisório da República do Uruguai, o exército brasileiro foi acampar nas fraldas do El Cerro e o Almirante partiu para Buenos Aires e ali estabeleceu, em terra, a Secretaria do Comando-em-chefe, conservando a sua insígnia à bordo da Corveta – *Niterói* – fundeada no ancoradouro de Balissas Exteriores. Era chefe do estado-maior da esquadra, o Chefe-de-Divisão Francisco Manuel Barroso, depois Barão do Amazonas. Até então, penso, o Almirante, tomando ao pé da letra as palavras do Aviso já referido do Ministro da Guerra, esperava poderes e instruções do governo imperial para combinar com o General Mitre os meios de ação dos dois países contra o Paraguai. A missão Otaviano, porém, surpreendeu-o se não o desapontou e o tratado da Tríplice Aliança, restringindo-lhe a autoridade sobre a direção das operações combinadas entre o exército e a marinha fazia-o desinteressar-se e nem poderia ser mais objeto de suas cogitações cioso como ele era da importância de sua posição. Ele deveria haver experimentado, ao receber a primeira notícia da missão Otaviano a mesma contrariedade que lhe causara a anterior missão Paranhos, a qual tentou frustrar precipitando o primeiro assalto a Paissandu. A colaboração dos diplomatas nas cenas da guerra, chocava ao seu amor-próprio como uma restrição à confiança que exigia de parte do governo. Ele não admitia restrição alguma em tudo de que era depositário, e aqueles diplomatas pareciam-lhe semelhantes aos – *représentants du peuple* – junto aos comandos dos exércitos e das esquadras no período da Convenção. Prevenido desse preconceito de Tamandaré, Otaviano teve mais dificuldades de captar-lhe a benevolência do que a dos estadistas do Prata. Era necessário toda a sedução e finura de um espírito ateniense como o de Otaviano para dissipar em relação à sua pessoa os preconceitos do susceptível Almirante. Lembro-me, como se ontem fosse, da primeira entrevista do velho Almirante com aquele elegante das letras e da política brasileira e que se chamou Francisco Otaviano.

Lady Hamilton acariciando Nelson depois da vitória de Aboukir não poderia ter tido em sua formosura e em suas graças mais fascinações

para prender o coração do heróico Almirante inglês, do que as teve Otaviano para captar a benevolência do não menos heróico Tamandaré.

“Almirante”, disse Otaviano entre outras coisas, “sabe o que venho fazer no Prata? Venho ser seu Secretário. Nem mesmo aceitaria outras funções, tendo de servir à sombra dos seus louros.”

É aqui o lugar próprio para esboçar o retrato histórico do ilustre marinheiro brasileiro.

Tamandaré recebeu da natureza dons magníficos. A natureza concedera-lhe a constituição física de um hércules, grandeza de espírito, inteligência pronta e uma coragem indômita. O meio em que nasceu e se criou, predis pôs-lhe a vocação para a vida do mar.

Seu pai era chefe do serviço de praticagem da temerosa barra do Rio Grande do Sul, outrora ainda mais temerosa do que é hoje. Na sua infância, Tamandaré devia ter-se familiarizado com o espetáculo majestoso dos frágeis lenhos afrontando as vagas do oceano revoltado e quem sabe mesmo se não teria em companhia de seu velho pai lutado contra elas.

O mais terrível aspecto do oceano é aquele em que as suas ondas fazem recuar as fronteiras marítimas e naturais, como acontece quando dão de encontro, violentamente, às aluviões que se acumulam na foz dos rios. Para aquele que desde a infância se familiariza com esse espetáculo, o mar não tem mais horrores.

O robusto adolescente, pois, mandado para o Rio de Janeiro, a fim de completar a sua educação, encontra a mais bela oportunidade de obedecer aos impulsos da sua vocação para a vida do mar. Ali se apresta sob o comando do legendário Almirante Cochrane a primeira esquadra brasileira que devia sulcar os mares para integrar a independência do Brasil do Amazonas ao Prata. O jovem rio-grandense alista-se voluntário a bordo da nau – *Pedro I* – em que tremulava a insígnia do primeiro almirante brasileiro, título que é conferido ao ilustre marinheiro bretão. Que mais forte estímulo se pode conceber, para um aspirante à nobre profissão de oficial de marinha, que o de se achar a bordo do navio em cujo tombadilho se vê com as insígnias do comando o vulto legendário de um êmulo de Nelson, na guerra britânica da Inglaterra contra Napoleão?

Entre muitos jovens brasileiros que tiveram essa ventura, Joaquim Marques Lisboa teve ainda a fortuna de haver sido notado particu-

larmente pelo ilustre homem do mar como tendo o estofamento de que se fazem os grandes oficiais de marinha.

À campanha marítima da Independência seguiu-se a da Cisplatina de 1825 a 1828, em que tiveram parte conspícua os bravos oficiais ingleses atraídos ao serviço do Brasil por Lorde Cochrane.

Marques Lisboa, que antes de terminada a campanha da Independência já havia sido comissionado no posto de segundo-tenente, entrou, assim, como oficial confirmado na nova campanha da Cisplatina. O jovem tenente toma parte em todas as peripécias dessa desastrosa guerra.

O duro bloqueio do Prata, os encontros com a esquadilha argentina sob o comando do bravo Brown, a expedição malograda à Patagônia em que é aprisionado, a fuga aventureira com um punhado de companheiros, em um brigue desmantelado da Bahia Blanca, onde estavam em custódia os prisioneiros brasileiros, o seu comando das escunas – *Bela Maria* e *Rio da Prata* – foram a escola rude em que se formou o homem do mar consumado e destemido. Se não lhe foi concedida uma educação literária e científica, por onde outros se iniciaram na carreira de marinha, teve, em compensação, um grande modelo para imitar e a duríssima escola em que se formaram os maiores vultos das marinhas daquele tempo.

O seu valor, o seu zelo e a sua dedicação pelas instituições nacionais são postos à prova em todas as rebeliões mais ou menos graves que ensanguentaram quase todas as províncias marítimas do Norte do Império até 1848. Nesse período de ação de 30 anos, em diversos campos de atividade, fizera bela reputação bem digna de ser realçada pelas estrelas de almirante.

Mas, um homem de temperamento impulsivo e por isto mesmo impetuoso e ardente, que nunca se poupou ao afã de bem-servir, avesso a todas as precauções e cálculos egoístas, tendo feito uma das mais rápidas carreiras que se apontam, não poderia vinte anos mais tarde deixar de se sentir esgotado fisicamente.

Naquela época, era Tamandaré, sem dúvida, o oficial mais brilhante da nascente Marinha brasileira. A todos os predicados que o elevavam, juntava-se o de ser feliz, o que não é certamente uma alusão para se desprezar na escolha dos homens que devem dirigir empresas arriscadas. O seu último comando, o do pequeno vapor de rodas – *Dom Afonso* –, proporcionara-lhe realmente lances de rara felicidade.

Nomeado para assumir o comando desse vapor na Inglaterra, onde fora construído, sai mar afora em uma excursão de experiências, levando a seu bordo o Príncipe de Joinville e sua consorte a Princesa brasileira D. Francisca, irmã do Imperador. Em alto-mar encontra incendiada uma grande galera inglesa, já prestes a submergir-se sem salvação possível para os seus tripulantes e passageiros, apertados numa das extremidades do navio. O Comandante Marques Lisboa manobra entre as chamas e o costado da galeria com perícia para socorrê-la, conseguindo salvar as vítimas infalíveis.

A presença a bordo do príncipe ilustre ainda mais contribuiu para a repercussão que teve o fato na imprensa inglesa. A Rainha da Inglaterra confere valioso brinde ao intrépido comandante brasileiro. Em sua viagem para o Brasil, o *Dom Afonso*, acossado por tremendo temporal na baía de Biscaia, fica em perigo de ser atirado na costa setentrional da Espanha. No meio da noite borrascosa, como último recurso, resolve o comandante buscar um abrigo que lhe indicava a carta. Mas, para acertar com a entrada na hora calculada da maré, era preciso que o ponto estimado desse a verdadeira posição do navio, sem diferença de uma milha sequer. Efetuada a arribada em algumas horas achava-se o *Dom Afonso* no meio das trevas em águas tranqüilas. Larga a âncora e ao esclarecer do dia verifica-se que o navio está em ancoradouro seguro!

Verdadeiro milagre para quem conhece as deficiências da navegação estimada com mau tempo.

Amainado o vento prossegue o *Dom Afonso* na sua rota para o Brasil. Aporta a Recife para prover-se de combustível. Sucede, porém, que esse dia é a véspera do ataque dos rebeldes praieiros à capital pernambucana. O Comandante Lisboa oferece o contingente de sua marinhagem para a defesa da cidade. No dia seguinte dá-se o ataque em que ele, deixando a tolda do seu navio, assume o comando em terra e tem mais uma oportunidade de revelar a sua bravura na defesa da ordem e das instituições.

Alguns meses depois achava-se o *Dom Afonso* no porto do Rio de Janeiro, quando a nau portuguesa *Vasco da Gama*, tendo fundeado fora da barra, é surpreendida pelo forte SW, que a impele com todas as âncoras no fundo, já desarvorada, contra o costão do Pão de Açúcar. O *Dom Afonso* sai em seu socorro e consegue passar-lhe possantes cabos de reboque, trazendo-a salva ao porto da Capital do Império.

A reputação assim brilhantemente adquirida por Marques Lisboa de marinheiro emérito e destemido dava imensa satisfação ao Imperador, que não via com bons olhos o grande número de oficiais estrangeiros que ainda avultava o quadro da Armada. Estava, pois, o intrépido oficial com a sua carreira feita.

Em poucos anos, transpunha em plena paz os postos de capitão-de-mar-e-guerra, chefe-de-divisão, chefe-de-esquadra, vice-almirante e as dignidades da Ordem da Imperatriz, ajudante-de-campo do Imperador, conselheiro de guerra e o título de Barão de Tamandaré.

Foi de cerca de trinta anos o estágio de ação em que, como oficial e comandante, formou-se na Marinha e na opinião pública o prestígio e o nome considerado de Tamandaré.

Após aquele estágio, em que não lhe fora possível graduar os esforços aos fins, ao atingir o primeiro posto de oficial general, da sua robustez extraordinária só lhe restava a vitalidade nervosa que conservou até uma idade muito avançada. Mas, essa vitalidade, que se manifestava por espasmos de energia e de atividade, traía-se, a cada momento, em seu organismo devastado.

A sua existência foi longa, mas foi, talvez, o velho que viveu mais tempo.

No último período da carreira de Tamandaré, o sentimento da Marinha a seu respeito era que ele acabaria os seus dias nas funções da Corte Imperial, que exercia com sincero desvanecimento e afetuosa gratidão. A Marinha respeitava nele os brilhantes predicados e os relevantes serviços, porém, lhe não reconhecia o conjunto de qualidades que se exigem para os altos comandos de grande responsabilidade.

A impetuosidade do seu caráter e a vivacidade da sua imaginação explicavam-se por algum desequilíbrio das faculdades mentais.

O seu desdém pelas minúcias na economia dos navios fazia crer que o seu espírito era refratário a toda ordem administrativa; e, finalmente, as suas idéias draconianas sobre disciplina militar tornavam no navio do seu comando-em-chefe intolerável.

Por todas essas razões, causou na Marinha o assombro do imprevisto a nomeação de Tamandaré para o comando da esquadra que devia ir ao Prata para apoiar as reclamações que faziam o objeto da missão Saraiva.

O que foi Tamandaré nesse comando e no que sem interrupção lhe foi conferido na campanha do Paraguai; as qualidades e os defeitos que revelou nessa posição eminente e que constituem a sua personalidade histórica, ninguém como eu poderia esboçar, se tivesse o talento de retratista, tendo-me achado durante dois anos, dia por dia, hora por hora, gozando da sua mais plena confiança.

Os traços biográficos que acima acentuei servirão para completar as minhas apreciações, permitindo ao leitor aplicá-los ao seu próprio critério para completar as deficiências do meu pincel e da minha palheta.

Eu conheci tanto o homem, quanto na posição delicada em que me encontrei, junto a ele, tive necessidade de observá-lo atentamente para poder bem, compreendendo-o, corresponder à escolha que fizera para ser secretário de um dos mais modernos oficiais da esquadra. Ele era, então, o brasileiro que se achava em maior evidência, não só no país como no estrangeiro e especialmente no rio da Prata.

A temeridade e o imprevisto do assalto que tentara contra a cidade fortificada de Paissandu, com um punhado de soldados e marinheiros desembarcados da esquadra, de combinação com o bando de rebeldes do General Venâncio Flores, deu-lhe o prestígio irrecusável de herói da época. O imperador havia dito dele nessa ocasião: *É bravo até ir abrir brecha com a cabeça*. Eu em princípio experimentaria, naturalmente, o enleio de servir sob as ordens imediatas de uma personagem tão considerável. Sabia, além disso, que ele era extremamente exigente no serviço. Não faltava na esquadra quem mo representasse como um homem cheio de preconceitos formalísticos. Com o meu malgrado amigo Tamborim, também nomeado para o Estado-Maior de Tamandaré, ajudante-de-ordens, comentávamos a nossa atitude de estrita correção militar perante o nosso chefe. Houve quem nos dissesse que Tamandaré era tão enfatuado de seu título que preferia ser tratado de *Sr. Visconde* em vez de *Sr. Almirante*. Entretanto, isto não tinha o menor fundamento, como depois verifiquei. Tamborim resolveu, desde logo, tratá-lo pelo título; eu, porém, julguei mais acertado perguntar-lhe como devíamos apelidá-lo. De *Sr. Almirante*, respondeu-me ele. Pelos seus gestos e atitudes, sobretudo a bordo, ninguém poderia hesitar em reconhecer em Tamandaré o almirante. Ao seu porte másculo, em que a farda caía admiravelmente talhada ao corpo, juntava-se a barba

branca ornando-lhe o rosto e os sulcos profundos de sua fronte. Os olhos chamejavam debaixo de bastas sobranceiras, seus gestos amplos como os seus passos, davam-lhe a imponência que em nossa imaginação está sempre ligada ao comando supremo. Com ele não poderia suceder o que se deu no Paraguai, com o Almirante Joaquim José Inácio, o qual tinha um aspecto tão grotesco que um piloto de um navio mercante procurando alguém a bordo do navio capitânia, ali deparou com o almirante e sem reconhecê-lo, batendo-lhe no ombro, bradou: “Oh! Lontra, onde está fulano?”

Creio que a idéia de lontra ocorreu ao desastrado piloto por causa da cor equívoca da sobrecasaca que trazia o bojudo almirante, arrasando, pesadamente, os chinelos de tapete de cor, seu calçado habitual.

O caráter de Tamandaré era jovial e sociável no mais alto grau. Dificilmente suportava uma hora sequer de isolamento.

A conversação e a mesa eram seus maiores prazeres. A leitura fazia-lhe sono e nada o contrariava mais do que ser obrigado a escrever. Chamava-me, muitas vezes, interrompendo o meu trabalho de secretaria, só para conversar. Depois das refeições, demorava-se à mesa uma e as vezes duas horas, o que era um tormento para os fumantes de seu estado-maior, não fumando ele. Depois de algum tempo, porém, como pedíamos permissão para retirarmos, quando havia convidados para lhe fazerem companhia, consentia que fumássemos. Não tinha Tamandaré vício algum; mas era de uma tolerância talvez excessiva para com os vícios de seus subordinados.

Zelo, valor e subordinação eram as qualidades essenciais que exigia no oficial de Marinha. Sem ser homem de ciência ou letrado, prezava muito os oficiais estudiosos e instruídos. Na designação de comandos na esquadra, que disputava ao próprio governo, Tamandaré punha de lado muitas vezes a competência no intuito de proporcionar ao nomeado uma oportunidade de se distinguir por um lance de sorte. Havia um fósfil, septuagenário, seu antigo companheiro da campanha da Cisplatina, de incapacidade notória e que se achava atrasadíssimo em sua carreira, marcando passo no posto de capitão-de-fragata, havia mais de vinte anos, preterido por várias gerações de oficiais; pois bem, o almirante dera-lhe o comando do navio mais importante da esquadra, como um meio de forçar o governo a promovê-lo.

Em muitos casos, quando a sua afeição coincidia com o mérito profissional, julgava-se feliz de poder impelir para frente o oficial, abstraindo mesmo os grandes defeitos que, porventura, reconhecia nele.

Assim, a respeito de certo oficial superior, navegador provector, a quem confiou um comando importante, dizia-me Tamandaré: “É um oficial excelente; vou dar-lhe a oportunidade de pôr os bordados de almirante; só não se lhe pode confiar dinheiro; ele tem unhas nas palmas das mãos.” A um primeiro-tenente, que acabava de chegar à esquadra a bordo de um navio, disse-me Tamandaré: “O primeiro comando que vagar na esquadra darei ao tenente W., porque referiram-me um ato de alto cavalheirismo por ele praticado a bordo de um paquete em que viajava com uma ilustre família brasileira, ato que muito honra os sentimentos de um oficial; uma lição que ele deu a um paraguaio, que se permitiu uma imperitência para com as moças da família.” E, de fato, o primeiro comando de que o almirante pôde dispor, foi dado a esse oficial, que é hoje o ilustre Almirante Eduardo Wandenkolk. Como se vê, punha a justiça remuneradora e reparadora, como entendia, acima mesmo das conveniências imediatas do serviço. Nunca vi contraste maior em caráter de homem algum do que se observava entre a brandura de Tamandaré no seio de sua família, onde renunciava a toda autoridade, e a sua fereza no serviço militar. A mínima falta no cumprimento das suas ordens, a menor transgressão das formalidades de bordo, bastavam para produzir verdadeira explosão de cólera em que muitas vezes, era ele mesmo quem incorria em deploráveis desvios de correção militar, ou praticava excesso de autoridade, como, por exemplo, chamando de relaxado ou de inepto um comandante perante os seus subordinados, ou demitindo um comandante tão-somente porque não veio recebê-lo ao portaló, surpreendido em um banho no momento em que o almirante chegava a bordo. A subordinação como a entendia, excluiu qualquer iniciativa, embora nobre que ultrapassasse os termos restritos de suas determinações. Como Manlius, pensava que mesmo a vitória sobre o inimigo, era um crime, se fosse alcançada sem ordem superior. Não creio, porém, que levasse a sua autoridade até o ponto de condenar à morte o próprio filho, por semelhante motivo.

Outro contraste de seu caráter era a parcimônia exagerada no dispêndio dos dinheiros públicos e a desordem e prodigalidade com que dissi-

pava os seus vencimentos, sua única renda. Ele exigia que os movimentos dos navios no rio da Prata se fizessem todos à vela, mesmo quando só tivessem velas auxiliares, sendo o motor principal o vapor. “Carvão é ouro”, dizia ele; “temos de trocá-lo por libras esterlinas.” Mesmo nos rios Uruguai e Paraná era de rigor abafar os fogos sempre que havia vento à feição, por menos veleiro que fosse o navio. De sobressalentes só se fornecia o estritamente necessário. Até das munições de guerra era avaro. Se se tivesse apurado rigorosamente as despesas da esquadra sob seu comando, ter-se-ia verificado que nunca o custeio de cada navio, fora tão módico. O Almirante não fiscalizava por si mesmo a economia da esquadra. Para isso não tinha paciência. Mas, era tão grande a sua força moral que as suas advertências em matéria de economia, bastavam para que os comandantes preferissem ter toda a moderação e sobriedade nas requisições. Além disso, a sua ingerência nos detalhes de fornecimentos era perfeitamente dispensável, tendo por Chefe de Estado-Maior a Barroso, que reunia ao mais acrisolado zelo pelo serviço uma dedicação pessoal sem limites pelo almirante e possuía mesmo um talento assombroso para manejar os detalhes da economia de uma esquadra. Barroso não precisava chamar a bordo do capitânia o comandante ou responsáveis de bordo para saber, em qualquer momento, o existente de combustível, de víveres, de sobressalentes de munições ou de medicamentos, que havia em cada navio. Ele tinha quase de cor as quantidades existentes nos navios da esquadra.

Tamandaré, em sua economia particular, porém, tinha liberalidade que parecia afligir-se de que lhe restasse dinheiro em sua gaveta depois de pagar as contas mensais dos seus fornecedores. De mais, distribuía o seu dinheiro entre uma cáfila de parasitas de todas as procedências e nacionalidades, que em alguns casos, por simples recomendação de pessoa de sua amizade e, em outros, por impulso próprio de sua bondade, hospedava em sua capitânia e ali viviam na mais completa ociosidade durante meses. O Barão do Amazonas, condoído com a prodigalidade do seu velho amigo, resolvera não lhe entregar de uma só vez os vencimentos mensais. Assim conseguiu poupar-lhe algumas libras esterlinas, sem que disso tivesse Tamandaré conhecimento, o que confirma o seguinte fato:

Quando o General Osório retirou-se do Exército, gravemente enfermo, se não me falha a memória, em julho de 1865, ao despedir-se de Tamandaré lastimando a sua situação, concluiu com estas palavras que me

ficaram gravadas: “Eis o que é a vida militar; um general retira-se do comando-em-chefe de um exército, em estado de não poder talvez ir morrer em sua casa; e, em minhas canastras o que levo é menos que um mês de soldo.” Este queixume do herói de 16 de abril e de 24 de maio, comoveu profundamente o Almirante Tamandaré. Ao sair da presença de Osório, disse-me o almirante: “O senhor acompanhará o General Osório até Corrientes e eu lhe darei cem libras esterlinas, que o senhor lhe entregará de minha parte, dizendo-lhe que eu ponho essa quantia à sua disposição para as despesas de viagem, e que em qualquer tempo que ele queira pagar-mas, que lhe peço entregá-las no Rio de Janeiro à Viscondessa de Tamandaré.” Chegando a bordo da sua capitânia, pediu Tamandaré ao Barão de Amazonas que lhe adiantasse cem libras esterlinas – por conta dos seus vencimentos, dizendo para que as destinava.

O Barão do Amazonas, rindo, atalhou: “Não precisas que eu adiante nada, tenho em meu poder mais de cem libras de tuas economias.” (Na intimidade Tamandaré e Barroso tratavam-se na segunda pessoa do singular.) E todos, inclusive o próprio Tamandaré riram das surpresa que a este causara o saber que tinha economias, o que parecia coisa inverossímil. Nessas ocasiões a expansão de amizade dele para com Barroso, manifestava-se por uma pancada que lhe dava no ombro com a sua grande mão espalmilhada.

Nesses fatos passados entre os três velhos generais, não parece que se está entre homens de Plutarco? Ah! Como me conforta nas agrugas do presente a recordação da benevolência e da confiança com que era em minha mocidade admitido no convívio daqueles grandes brasileiros! É preciso ter observado durante dois anos, dia por dia, os toques delicados de amizade que se tributavam mutuamente.

Tamandaré e Barroso tinham nítida idéia dos ternos sentimentos que caracterizam, de ordinário, velhos leões do mar.

Quando juntos percorriam os primeiros graus da carreira, a fortuna parecia hesitar entre os dois na escolha de um favorito. Na rebelião do Pará, Tamandaré é preterido por Barroso. Mais tarde aquele atinge a graduação de vice-almirante, enquanto o seu companheiro fica por largos anos estacionário no posto de capitão-de-mar-e-guerra. Nunca, entretanto, o ciúme ou a inveja estiolou-lhes a afeição cordial que os uniu até a morte. Plutarco julgava que entre os numerosos e brilhantes títulos de glória de Pelópidas e de Epaminondas o maior de todos era o da afeição e amizade que os li-

gou sempre através de todas as vicissitudes dos combates e dos comandos militares que encheram a vida dos dois heróis tebanos! Tinha Tamandaré um grande fundo religioso e humanitário; mas os sentimentos que davam maior relevo à sua individualidade, eram: o seu patriotismo acrisolado e o seu devotamento exaltado, a sua fidelidade às instituições monárquicas para ele encarnadas na pessoa do Imperador. Era pelo conjunto de todas essas qualidades que Tamandaré se impunha à veneração da classe da qual foi por longos anos o decano e à estima de seus concidadãos. Como, com o conjunto raro dessas qualidades, colocado na mais bela posição a que jamais chegou um general brasileiro, de terra ou de mar, em seu comando-em-chefe da esquadra na guerra do Paraguai, Tamandaré não compreendeu a expectativa geral a seu respeito, renovando na América do Sul as proezas que Farragut se impusera à admiração universal nas pugnas gigantescas travadas nos rios e estuários da América do Norte. É um ponto da história da guerra do Paraguai que convém esclarecer, porque encerra lições proveitosas a futuros governos e a futuros generais que se acharam em idênticas circunstâncias. A profissão das armas, entre outras desvantagens, tem a de afrontar os preconceitos populares, que exigem do militar investido do comando-em-chefe na guerra, se eleve à altura dos grandes capitães; ou se há de ser Cesar ou não se passa de João Fernandes. É o dilema do anexam português. É preciso conhecer um pouco a historia para saber que os feitos, a bravura, a capacidade e a audácia do almirante norte-americano, só admitem paralelo com os prodígios praticados pelo gênio de Nelson, o maior de todos os heróis do oceano.

Não fosse o nome de Tamandaré sinônimo desse arrojo guerreiro inconsciente que o Imperador lhe atribuía na frase que já citei, e a sua circunspeção e o seu desprendimento da glória nos combates, não teriam causado na opinião pública as impaciências que se manifestaram por modo tão afrontoso ao patriotismo do venerando ancião.

O que se esperava era que Tamandaré conduzisse a esquadra brasileira à ação contra as fortificações das margens do rio Paraguai, com a mesma intrepidez, a mesma iniciativa e a mesma felicidade, com que havia comandado o vapor *D. Afonso*.

Mas, nem o homem era o mesmo, nem o Governo Imperial soube limitar-lhe o papel à pura ação militar em que nunca se desmentiria a sua inata bravura.

Naquela época verificaram-se em Tamandaré visíveis sintomas de velhice precoce que se manifestava por fortes achaques de reumatismo gotoso, e seguidos de um estado de torpor cerebral que lhe não permitia fixar a inteligência sobre assunto algum, mesmo sobre aqueles que exigiam com urgência a sua atenção. Fora dessas crises, aliás freqüentes, o seu temperamento nervoso-sanguíneo, impelia-o ao movimento, mas mesmo nesses espasmos, traía-se o seu estado valetudinário pela indecisão e perplexidade em que se debatia seu espírito antes de tomar qualquer resolução.

Nós do seu Estado-Maior já não púnhamos aqodamento em transmitir as suas ordens, certos de que por mais rápida que pudesse ser feita (por um sinal, por exemplo), esse lapso de tempo seria bastante para o almirante ordenar outra coisa muito diferente ou mesmo diametralmente oposta. Houvesse o Governo Imperial circunscrito a missão do almirante brasileiro por instruções precisas (como as que Lincoln traçara a Farragut para operar ao longo do Mississípi) prescrevendo-lhe que com a esquadra sob seu comando, partisse do rio da Prata sem detença, para operar no rio Paraná contra o exército paraguaio que invadia a província argentina de Corrientes, levando as hostilidades até o próprio território paraguaio, se assim julgasse conveniente, o bravo Tamandaré teria encerrado a sua carreira com a vitória do Riachuelo, que a fortuna reservou a Barroso. O Governo Imperial, porém, delegando a responsabilidade da direção da guerra, em vez de aliviar a tarefa cometida ao velho almirante, do qual já era demais exigir o prestígio do seu nome à testa da nossa esquadra, o Governo Imperial, repito, investe-o das atribuições de procônsul, para as quais, tanto quanto a capacidade militar, se requeriam os talentos de um estadista. Ainda um outro motivo de ordem subjetiva, detinha-o em Buenos Aires. Tamandaré não estava convencido da sinceridade da aliança argentina, nem a julgava necessária.

A verdade é que em seu espírito conserva-se vivaz o ressentimento e o antagonismo contra o argentino, o inimigo que enfrentara durante três anos na guerra desgraçada em que perdemos com a Cisplatina o mais belo florão da Coroa do Império do Brasil. Tanto em seus devaneios humanitários era compassivo com o povo paraguaio, quanto suspicaz com o novo aliado da margem ocidental do Prata. Em todas as suas referências aos argentinos, terminava por um estribilho mordaz que parecia inspirado

pelo da conceituosa canção de Béranger – *Nos amis les ennemis*. – Entretanto, a sua atitude expectante em meio dos acontecimentos que se vão desenrolando nas fronteiras dos três principais beligerantes, era comentada acrimoniosamente na imprensa do Brasil e do Prata. Isto ocorria logo após a celebração do Tratado da Tríplice Aliança.

A vitória naval do Riachuelo, além de todos os seus enormes efeitos estratégicos, teve o de justificar Tamandaré por ter confiado ao Chefe Barroso o comando da divisão da esquadra em operações no rio Paraná.

Esta circunstância não era de somenos importância, pela suposição em que Barroso era tido geralmente de simpático aos blancos de Montevideú, aliados de López, por pertencer sua esposa a uma das famílias mais influentes daquele partido.

Arrefecido, porém, o entusiasmo pela vitória do Riachuelo, e tendo os generais Mitre e Flores deixado as capitais platinas para virem se colocar à frente das tropas, recrudescera a crítica ainda mais acerba que antes, contra a permanência de Tamandaré em Buenos Aires. O próprio correspondente do – *Jornal do Comércio* – em Buenos Aires, assalariado pelo Governo Imperial, permitia-se em suas missivas censurar a inação do almirante. Nós – a pedidos – do velho órgão da imprensa carioca, insinuava-se em artigos anônimos o torpor símile de Tamandaré com o de Nelson em Nápoles, sacrificando o dever militar à sua louca paixão por Lady Hamilton. Nesse entretimentos dá-se a invasão do Rio Grande do Sul por uma coluna paraguaia, que assola toda a nossa fronteira do rio Uruguai, desde São Borja até Uruguiana.

A estadia de Tamandaré em Buenos Aires permitiu-lhe acudir com presteza aquele ponto, prevalecendo-se de uma extraordinária enchente do Uruguai, que fez possível a transposição do Salto Grande pela flotilha que improvisara e com a qual pôde impedir que a coluna paraguaia, atravessando o rio, efetuasse impunemente, a sua retirada, depois da razzia que acabava de executar em nossa fronteira. Não foi essa a única vantagem que resultou com o transportar-se Tamandaré para Uruguiana. Sem ele, o General Flores que ali se achava com a pretensão de que, em sua qualidade de comandante da vanguarda do exército aliado, caber-lhe a direção do ataque à povoação ocupada pelo inimigo, estaria resolvido a mandar executar um bombardeio. Tamandaré não só impugnou vivamente o comando-em-chefe que se arrogava o General Flores,

em território brasileiro, sobre forças brasileiras muito superiores numericamente às orientais que ali se achavam, como se opôs com energia ao bombardeio da povoação, que considerava desnecessário para o fim de impor-se, mas dia menos dia, rendição da coluna paraguaia, bloqueada como se achava, efetivamente, por água e por terra. E como Flores insistisse que lhe assistia autoridade para ordenar o bombardeio, Tamandaré em um assomo de indignação patriótica, declara que o Brasil não precisava do contingente do General Flores para castigar o inimigo que ousaria invadir a sua pátria, e que esteve pronto a fornecer-lhe os meios de transporte para se retirar com suas tropas, ato contínuo, e que Flores errava crassamente pensando que ali encontraria oportunidade para proporcionar a seus compatriotas a satisfação nessa desforra de Paissandu.

O Conde de Porto Alegre que acabava de assumir o comando das forças brasileiras que convergiam para a fronteira invadida, tendo apoiado a atitude enérgica do almirante, facultou a Tamandaré o intuito em que estava de frustrar a veleidade de Flores de comandar as forças aliadas. Porto Alegre transporta-se a Concórdia onde o General Mitre havia estabelecido o seu primeiro quartel-general em campanha e consegue persuadi-lo a ir a Uruguaiana com um contingente do exército argentino, anulando destarte a primazia que Flores se arrogava com direito. Foi, assim, que a situação criada pela ida de Tamandaré a Uruguaiana, deu lugar a que se encontrassem os chefes dos três Estados aliados, tendo chegado logo após a Mitre o imperador do Brasil. Esse encontro foi altamente auspicioso para a aliança e em geral para as relações políticas do Império com as Repúblicas do Prata.

O assédio e a capitulação de Uruguaiana, embora tenha sido in-cruentos, constituem um dos mais belos episódios da vida de D. Pedro II.

O ato de rendição da coluna paraguaia, foi, ao mesmo tempo, um pacto de cordial amizade pessoal entre os chefes das três nações aliadas. Em poucos dias de acampamento comum os contingentes argentinos e oriental, desde o general até o último soldado, sentiam-se fascinados pela simplicidade, pela lhanheza e pela cordura do monarca brasileiro. Por minha parte confesso que nunca vira, nem antes nem depois, na pessoa de D. Pedro II, tanta força de sedução. Tudo o que havia de simpático e nobre em sua fisionomia, apresentava-se naquela época com o aspecto mais favorável. A cavalo, com o seu poncho de gola bordada a ouro e chapéu negro

de feltro de largas abas, parecia ser o monarca da cochilha idealizado pela gauchada. Ele não teve sequer o seu batismo de fogo; mas a fleuma com que se aproximava ao alcance do fuzil das trincheiras paraguaias, quando ainda se parlamentava com Estigarribia, foi o bastante para que os circunstantes fizessem uma alta idéia da sua coragem.

Os chefes e oficiais aliados que lhe eram apresentados, manifestavam-se cativos de sua amabilidade. Essa impressão que ele produzia, explica-se, independentemente, dos atrativos pessoais do príncipe.

Quando naquelas Repúblicas o chefe de Estado é um general, redobram-se, em relação a sua pessoa, para os militares, as exigências da subordinação hierárquica. O General Mitre, por exemplo, jamais apertou a mão de oficiais. O General Mitre quando saía a pé em Buenos Aires, o seu ajudante-de-ordens, um velho coronel, não se colocava a seu lado e sim alguns passos atrás. O clarim do seu quartel-general era um major. Em um grande banquete que o imperador ofereceu em seu acampamento em Uruguaiana, por ocasião de receber as satisfações exigidas do Governo britânico, levadas pelo Ministro Thornton, banquete para o qual foram convidados todos os generais e grande número de oficiais dos três exércitos aliados, depois de estarmos todos assentados à mesa, armada debaixo de uma grande barraca, apareceu um alferes argentino do Estado-Maior de Mitre. O imperador, vendo-o, chamou o seu mordomo para que colocasse o oficial retardatário na mesa. O General Mitre, porém, que se achava sendo à direita do imperador, dirigindo-se ao mordomo, disse-lhe: “Não se incomode, este oficial não pode sentar-se nesta mesa; é um subalterno.”

O imperador, porém, chamou o oficial que já se ia retirando e insistiu em fazê-lo tomar um lugar. Narrei este fato unicamente para confirmar a explicação que dei da impressão favorável que a lhanheza do imperador causava nos militares argentinos e orientais, e, também, para dar idéia da austeridade da disciplina militar, que o General Mitre, esse tipo de general cidadão, mantinha no exército argentino.

Em todos os seus atos e gestos, naquela breve campanha de Uruguaiana, D. Pedro II esteve, realmente, feliz de tato, de bom senso e de cordura. Depois de sua chegada, feitos os reconhecimentos da posição, por terra e por água, reconhecimentos em que sempre tomava parte, presidiu o imperador a conferência dos generais em que se assentou o plano de ataque,

segundo o qual só se empregaria a artilharia por pouco tempo contra certos pontos das trincheiras, levantadas pelos paraguaios, dando-se simultaneamente o assalto por outros pontos. Para esse fim designaram-se as colunas. A flotilha empregaria os seus canhões sobre as trincheiras que podiam ser enfiadas do lado do rio. Naquele conselho de guerra devia-se, naturalmente, suscitar a questão do comando-em-chefe, o qual não podia caber ao imperador, monarca constitucional irresponsável. Segundo o Tratado da Tríplice Aliança, o comando-em-chefe deveria ser exercido pelo general da nação em cujo território se operasse e, em território paraguaio ao General Mitre. Mas, o general-em-chefe brasileiro do tratado era Osório. O General Porto Alegre comandava apenas uma fração do exército brasileiro. Mitre e Flores, chefes de seus estados respectivos, e comandantes-em-chefe designados no Tratado, não podiam submeter-se a posições subordinadas. Em tais condições, a solução da questão era melindrosíssima. O Imperador, porém, suscita-a com tanta inteligência e felicidade, que ela fica resolvida pelos próprios termos em que é formulada. E o Imperador resolve-a assim: “Cada um dos generais-em-chefe comandará uma coluna de tropas aliadas. Eu servirei de elo entre os senhores para o que se houver de deliberar ulteriormente; eu me conservarei sempre ao lado dos senhores.” Não havia, portanto, objeção possível a tão sábia indicação; todos concordaram com ela.

Não devo omitir um incidente ocorrido em Uruguaiana, que dá idéia da devoção de Tamandaré pela dinastia imperante de D. Pedro II. O Imperador em sua excursão a Uruguaiana fez-se acompanhar pelos seus genros Conde De’Eu e o Duque de Saxe.

Este último príncipe era almirante da Armada Nacional e mostrou desejos como era natural de tomar parte no ataque à vila de bordo da capitânia da flotilha.

Tanto bastou para que Tamandaré, como fez constar em ordendo-dia, se despojasse do comando-em-chefe em favor do príncipe, indo ele, Tamandaré, ocupar junto ao Imperador, em terra, o seu lugar de ajudantede-campo. Tamandaré, para assim proceder, baseava-se em certa teoria que expunha diferentemente, isto é, os privilégios inerentes a todos os membros da família imperante. O que é certo, é que esse ato de Tamandaré teve o assentimento do Imperador e do ministro da Guerra que ali representava o princípio da responsabilidade governamental.

Os navios da flotilha tomaram posição a alcance de fuzil da vila; mas, tendo a coluna paraguaia se rendido, antes de disparar-se um só tiro, não teve o Duque de Saxe ocasião de exercitar o comando-em-chefe da flotilha, de que esteve investido durante algumas horas apenas. Foi ali, em Uruguaiana que tive a fortuna de adquirir as relações benévolas com que desde então me distinguiu o ilustre general marquês e depois Duque de Caxias.

Acompanhando o Imperador, no caráter de ajudante-de-campo, ele se achava em situação muito constrangida, com a presença do seu inimigo o Ministro da Guerra Ferraz.

Em geral com todas as pessoas do séqüito imperial o marquês só tinha relações de mera cortesia. Eu que no exercício das funções de secretário do Almirante Tamandaré, passava com este a maior parte do tempo ao quartel-general, o Marquês empolgava-me e logo que me avisava, chamava-me para conversar, talvez pela necessidade que sentia de distrair-se no isolamento a que se impusera. Quase sempre o assunto da nossa conversação era a direção geral da guerra e os atos do ministro da Guerra, no Rio Grande do Sul. Em uma dessas expansões, confiou-me que o Imperador já em campanha, tinha querido demitir o ministro da Guerra, de que ele, o Marquês, o dissuadira, entre outras razões, porque não havia ali outro ministro para referendar-lhe o decreto de demissão. Foi em uma dessas conversações que o marquês referiu-me o que ocorrera por ocasião de sua recusa ao comando-em-chefe do exército.

Depois da rendição dos paraguaios em Uruguaiana, o Imperador fez uma rápida excursão rio acima até São Borja, em que o acompanhou o Almirante Tamandaré, voltando a Uruguaiana para regressar à capital do Império.

Quando Tamandaré descia o rio Uruguai para Buenos Aires em um dos vapores da flotilha, deu-se um episódio emocionante em que muitos viram mais uma manifestação da estrela feliz do nosso Almirante.

O Salto Grande do Uruguai, mesmo nas grandes enchentes do rio, é tanto mais temeroso quanto maior é o porte do navio que o há de transpor, não só por causa da impetuosidade da caudal como pela estreiteza do canal entre rochedos em que se encontra mais profundidade de água. É tão apertado esse canal que os práticos o denominam – *callejón* – beco, rua estreita. A descida é ainda mais perigosa, naturalmente, do que a su-

bida, atenta a velocidade vertiginosa que adquire a embarcação. Pois bem: a peripécia sucedida ao frágil vapor de rodas – *Onze de Junho* – naquela passagem do Salto Grande foi, realmente, um prodígio comparável aos mais inacreditáveis da *Odisséia*.

No momento em que aproávamos à torrente que se desempenhava entre paredes de rocha do *callejón*, cuja largura, na média da enchente em que se achava o rio, não excedia de dois ou três metros à boca externa do vapor compreendidas as rodas, arrebentam-se com estrondo os gualdropes do leme! O vapor sem governo, impelido por uma velocidade de vinte milhas, pelo menos, toma uma direção oblíqua ao canal.

Em menos de um minuto o – *Onze de Junho*, – esmigalhado contra os rochedos, ia ser tragado pelo sorvedouro, corps et biens!

O Almirante, de um salto, empunha as malaguetas da roda do leme para certificar-se de que o leme de fato estava sem ação.

Quem escreve estas linhas, tentou o recurso de pôr o navio a rumo, ordenando que a banda de música e todos que estavam sobre a tolda corresse para o bordo oposto àquele para o qual se pronunciaria a guinada, atuando com o peso sobre a roda daquele bordo. O terror nos circunstâncias manifestou-se de vários modos: o jovem Francisco Lisboa, filho do Almirante, perdeu os sentidos; um oficial de engenheiros do exército, mulato, que se achava a bordo e que mais tarde pelo seu saber e suas virtudes, atingiu a mais alta culminância moral e intelectual de sua raça no Brasil, André Rebouças, tornou-se áfono por algum tempo e de uma palidez imaginável em um indivíduo de sua cor. Menos com certeza, pelo efeito da manobra tentada do que pelo o de uma corrente convergente das águas, o – *Onze de Junho* – gira na direção do canal e roçando a borda com estrépito no alcantil da direita, transpõe o Salto Grande apenas com ligeiras avarias e por único tributo deixando pendente dos galhos de um salgueiro imerso das fendas da rocha, uma pequena embarcação arrebatada dos turcos em que se achava suspensa.

Naquele *narrow scape* de uma medonha catástrofe, Tamandaré foi admirável de compostura, de coragem exemplar. Seria impossível desconhecer que Tamandaré pela sua ação pessoal contribuíra grandemente para o êxito completo da campanha parcial do Alto Uruguai.

Entretanto, a sua volta a Buenos Aires continuava a ser o tema favorito dos – *mariscales* – da imprensa do rio da Prata e dos críticos de omni se scibili da Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro.

A curiosidade pública nos países empenhados em guerra, não perdoa aos generais deixá-la sem o alimento de notícias sensacionais, por espaço de semanas e meses. Não se considerava que o exército aliado em organização na margem direita do Uruguai, com imperfeitíssimas linhas e meios de mobilidade e comunicações, tinha de fazer largas marchas através de Entre-Rios e Corrientes para atingir a linha do Paraná sobre a qual teria de iniciar as operações combinadas com a esquadra; não se queria reconhecer que a esquadra que se achava no Paraná, sobretudo, depois do desbarato da flotilha paraguaia em Riachuelo, era mais que suficiente para manter aquele rio em rigoroso bloqueio; fingia-se ignorar que a nossa esquadra nada podia tentar de sério contra as formidáveis defesas do rio Paraguai, antes de se incorporarem os navios encouraçados encomendados aos estaleiros europeus e em construção no Rio de Janeiro; ninguém parecia aperceber-se de que era preciso criar uma base de operações para a esquadra, nas proximidades do teatro principal de operações, provida de tudo quanto fosse necessário para mantê-la em pé eficiente diante do inimigo, como hospitalização de enfermos e feridos, combustível e munições de boca e de guerra, oficinas de reparações urgentes dos navios, tendo em conta a baixa das águas no grande rio Paraná, a qual muitas vezes intercepta a navegação, exceto para embarcações de tonelagem ínfima; ninguém parecia aperceber-se, repito, que ao Almirante cumpria providenciar sobre a preparação complicada de todos esses meios de levar a guerra a tão grande distância dos centros de recursos dos aliados. Tudo se ignorava ou se fingia ignorar para detrair o mérito e os serviços do velho servidor da nação.

A guerra contra o Paraguai nunca fora popular na República Argentina, como fora no Brasil.

Passado o rubor do ultraje que López lhe infligira, como que o povo argentino não via com prazer a partida das suas legiões para o teatro da guerra. Essa disposição de ânimo dos argentinos, que observei até em alguns de seus estadistas, induzia-os a acreditarem que a esquadra por si só poderia alcançar todos os objetivos da Tríplice Aliança; ou, em outras palavras, que a missão da esquadra fosse de sacrificar-se para poupar o exército. Daí as

incitações da imprensa argentina para que a esquadra avançasse de cabeça baixa sem medir os obstáculos, Paraguai acima. Era crença geral em Buenos Aires que um só navio desmantelado que conseguisse aportar a Assunção, ditaria a submissão de Solano López. Como se enganavam! E que decepção, depois que a guerra se prolongou ainda por dois anos após o forçamento de Humaitá e da presença de uma divisão couraçada brasileira diante de Assunção! Nunca Tamandaré mostrou tanta grandeza de alma como durante sua permanência em Buenos Aires, afrontando impassível os apodos e injúrias da imprensa portenha à esquadra brasileira e ao seu comando-em-chefe.

A princípio só se mostravam hostis ao Almirante os jornais adversos ao General Mitre. Mais tarde, porém, a mesma imprensa governista criticava amargamente o que ela denominava – a inação da esquadra – e todas as notícias que chegavam dos exércitos, serviam de tema para a renovação dos ataques à esquadra.

Se a coluna paraguaia que invadira Corrientes, se havia recolhido ao Paraguai, evitando o encontro com o exército aliado, a esquadra era acusada de não ter impedido que os paraguaios repassassem o Alto Paraná, como se esse rio, do qual não havia prático algum, porque até então López vedara a sua navegação, e que se sabia ser navegável apenas por navios de pequenas dimensões, como esse rio, repito, permitisse movimentos rápidos da esquadra em toda a extensão em que se retirava, sem artilharia nem bagagens?

Pouco tempo depois quando todo o exército aliado já se achava a poucas horas de marcha da margem do alto Paraná, é a esquadra que inda se achava em frente a Corrientes, posta no pelourinho da imprensa portenha, e que dois ou três batalhões inimigos, arrojaram-se a passar o rio e vem surpreender as avançadas da vanguarda argentina, batendo-as repassando o rio sem serem perseguidas.

De sorte que a esquadra que fora censurada porque não pôde proporcionar ao exército aliado uma vitória fácil sobre a coluna paraguaia fugitiva, era pouco tempo depois vilipendiada porque o exército aliado não soube castigar a audácia do pequeno troço de tropas inimigas, que veio surpreendê-lo no próprio terreno por ele ocupado! Esses ataques da imprensa platina ainda mais aumentaram a impaciência da opinião pública por ver Tamandaré à testa da esquadra não iniciar hostilidades vigorosas contra o Paraguai. Dessa impaciência participava o próprio governo im-

perial, embora se abstinhasse de manifestá-la ao Almirante. Externavam-na, entretanto, os ministros em sua correspondência com Otaviano. Este, por seu turno, não estava menos vexado com a demora de Tamandaré em Buenos Aires, pela sua impotência em desarmar a animadversão da imprensa portenha, contra o bravo Almirante para quem disputara, nas negociações do tratado da Tríplice Aliança, o título de comandante-em-chefe de todas as forças navais aliadas, daquela mesma imprensa que a ele Otaviano, pessoalmente, tanto festejara. E, finalmente, por que não o confessar? Nós mesmos do Estado-Maior do Almirante éramos os que mais ansiávamos pelo dia de sua partida para o Paraguai. Mas, em nós o que predominava era o egoísmo da mocidade, a ambição de glórias, e o afã de recebermos o batismo de fogo. Eu, por minha parte, já começava a experimentar o travo das desilusões, já me reputava duas vezes manqué na carreira das armas, não me tendo achado nem em Paissandu nem em Riachuelo. No primeiro, por estar embarcado em uma das canhoneiras destacadas para o bloqueio inglório do Salto, a qual ali ficou detida pela baixa do rio; no segundo, porque já estava exercendo as funções de secretário do Almirante.

À primeira notícia da batalha do Riachuelo derramei lágrimas de sangue, por me ver afastado do meu posto de obscuro oficial da – *Mea-
rim* – para ocupar o lugar, aliás, tão invejável de secretário do Almirante, o que me fez perder a chance de me bater em Riachuelo sob as ordens de um comandante amigo, o então 1º Tenente Elisiário Barbosa. Inexperiência da mocidade! Como se nos combates a glória se repartisse na sua proporção de nossas aspirações, do nosso valor e dos nossos esforços!

Independente de mil circunstâncias casuais que podem inutilizar toda nossa boa vontade, quantas vezes a glória que a fama apregoa e cujos benefícios se colhem, não é senão a expressão do favor de um chefe? E quantas vezes não se deixam em penumbra calculada os feitos de maior abnegação e heroicidade?

É a prática da vida que vem nos ensinar como é falível tudo o que depende do juízo dos homens; e que, só são reais os estímulos e as recompensas que vivem em nossa própria consciência.

Ao findar-se o ano de 1865 tinham sido consideráveis os reforços enviados à esquadra pelo Governo Imperial, entre os quais os encoura-

çados – *Brasil – Tamandaré – Barroso e – Bahia* – e vários outros navios de pequeno calado apropriados à navegação do alto Paraná.

Tamandaré parte de Buenos Aires para Corrientes onde se achava reunida a esquadra.

A expectativa no Brasil e no rio da Prata pelos seus primeiros atos à testa da poderosa força naval, sob seu comando, era imensa, igual à dos aliados do ocidente na guerra contra a Rússia em 1854, quando as esquadras da Inglaterra e da França, penetraram no Báltico; e igual também foi a decepção nos dois casos. Entre nós, pelos antecedentes de intrépida ousadia de Tamandaré, como na Inglaterra e em toda a Europa, pelos feitos heróicos que abrilhantavam a carreira do Almirante Napier, esperavam-se lances prontos, arrojados e decisivos como os de Farragut na guerra civil dos Estados Unidos. Em vez disso, porém, aqui como lá, a idade modificara o caráter dos comandantes-em-chefe, e de destemidos que foram outrora, fizeram-se contemporizadores e circunspectos. Além disso, deve-se supor que a segurança com que Tamandaré estava operando tinha plena aprovação do governo; doutra sorte tê-lo-ia substituído no comando desde logo, como procedeu o governo britânico com relação ao Almirante Charles Napier e Lincoln em relação ao Comodoro Dupont quando acertou em dar-lhe por sucessor o intemerato Farragut. Conservado o Almirante Tamandaré no comando da esquadra, era óbvio e toda gente pensava que a circunspeção do Almirante lhe era ditada pelas instruções do Governo Imperial. Nem a substituição de um comandante-em-chefe em semelhantes casos afeta-lhe a honra militar ou os seus créditos de abnegação pessoal. É mera questão de temperamento que se quer imprimir à guerra tendo em vista considerações muito elevadas de ordem política de que só os governos podem ser juízes. A moleza que se notava na ação das esquadras francesas nos reinados de Luís XV e Luís XVI sabe-se que provinha as recomendações reiteradas que se faziam aos seus almirantes de evitarem encontros decisivos. O que é certo é que Tamandaré só foi substituído quando Caxias, nomeado comandante-em-chefe de todas as forças de terra e mar, indicou para o comando da esquadra um almirante com cuja obediência passiva poderia contar.

Caxias já havia servido com Tamandaré no Maranhão e conhecia-lhe perfeitamente os assomos do seu amor-próprio e a nobreza e orgulho dos seus sentimentos em relação à Marinha, não permitindo que ela

pudesse ficar diminuída no seu valor e na sua importância como força de real e capital necessidade para o Brasil de enorme extensão de costas.

Demais, não poderia ser agradável a Caxias ter sob suas ordens o personagem considerável causador da demissão de Paranhos. Eu terei ocasião de tocar este ponto quando chegar a relatar a retirada de Tamandaré do comando da esquadra.

Agora volto aos atos de Tamandaré desde que se pôs à testa da esquadra em frente da cidade de Corrientes.

A disciplina e o espírito do pessoal da esquadra eram os melhores possíveis, a despeito das privações que vinha sofrendo havia longos meses, o que, cumpre consignar, era devido principalmente à austeridade ponderada e à abnegação exemplar com que a tinha até então comandado o heróico vencedor de Riachuelo.

Tamandaré em sua primeira ordem-do-dia de congratulações por se achar à frente da esquadra declarou que nenhuma modificação tinha a fazer nas ordens de serviço dadas pelo seu antecessor, o Barão do Amazonas, e que estas ordens continuavam em vigor. Entre elas estava a denominada da – prontidão – em virtude da qual até 1 hora da noite as guarnições alternavam-se a postos por quartos e daquela hora em diante, até clarear o dia, todos desde o Chefe até o último grumete se conservariam vigilantes em seus postos de combate.

O venerando Barão do Amazonas dera sempre o exemplo de apresentar-se durante as horas da – *prontidão* – corretamente uniformizado, de espada e revólver à cinta.

Tamandaré, porém, que não tinha robustez física, naquela época, do Barão do Amazonas (este já havia completado 60 anos de idade e Tamandaré 59) tolerou que a prontidão se relaxasse no próprio navio-almirante, e, como conseqüência, em toda a esquadra. Nenhum dos navios de guerra da esquadra trouxe acomodações para o Estado-Maior do Almirante e o numeroso séquito de paisanos que o acompanhava. Por isso escolheu ele para sua capitânia um transporte, o – *Apa* – antigo paquete da Companhia Brasileira de Navegação; e, ao mesmo tempo, dispôs que quando dirigisse, em pessoa, operações de guerra, passar-se-ia para outro navio, assinalando por um distintivo de cores e desenhos diferentes a sua insígnia de almirante-em-chefe, que continuaria içado no – *Apa* –. A intenção do Almirante Tamandaré era

a de manter na capitânia sem interrupção o sinal indicativo da autoridade do comando-em-chefe, para todos os efeitos da marcha ordinária do serviço, sinal aquele que não podia ao mesmo tempo mostrar-se em dois navios.

A malevolência, porém, enxergou nesse detalhe um artifício de que o Almirante usaria para não dar a conhecer ao inimigo o navio em que se achasse. É que Tamandaré fazia pouco cabedal da maneira pela qual a própria virtude se não impõe só pela essência, e, sim, também pela aparência. A escolha de um transporte para capitânia de uma esquadra, que em seu primeiro movimento para frente teria de se achar ao alcance da artilharia inimiga, foi comentada por uns como esquisitice de um velho que a tudo antepunha a sua comodidade, e por outros como prenúncio de que o Almirante ainda não julgava chegado o momento de ir enfrentar a famosa Humaitá.

Havia, entretanto, quem acreditasse, e eu era um desses, que Tamandaré estivesse firmemente resolvido a responder às increpações de lentidão, de que o tachavam, com o célebre *veni, vidi, vince* de César, ao menos com uma investida rio acima até Humaitá.

Na conferência havida, logo após a chegada de Tamandaré a Corrientes, entre os generais aliados, no quartel-general de Mitre, a fim de fixar-se o ponto em que se efetuariam a invasão do território inimigo, resolveu-se que o Exército Aliado avançaria sobre Passo da Pátria e que a Esquadra iria colocar-se em posição de dominar ao mesmo tempo aquele ponto do alto Paraná e a foz do rio Paraguai. Quanto à designação do ponto ou pontos em que se operaria a passagem do grande rio, ficaria dependente do reconhecimento a que se procederia por água e por terra os generais aliados, a fim de conhecerem das condições do rio desde o Passo da Pátria até o Itati, algumas léguas acima. O plano de invasão pela Candelária, ponto situado muito mais acima onde o curso do Paraná se aproxima do Uruguai, com o objetivo de penetrar no interior do Paraguai, pela estrada que leva a Vila Rica, esse plano, que teve sustentadores no Rio de Janeiro, entre os quais o Marquês de São Vicente, fora abandonado pelos generais aliados desde o início da campanha. Desde que o exército aliado não era bastante numeroso para dividir-se em duas colunas igualmente poderosas, que pudessem operar independentemente uma da outra em dois teatros de operações afastados, seria realmente imperdoável abrir mão da ação combinada do exército e da esquadra, pela linha natural de invasão, que facultava as operações pela margem esquerda

do rio Paraguai. Alguns críticos da guerra do Paraguai censuram os generais aliados por terem seguido a linha em que os paraguaios se apresentavam mais fortes; mas, também, era a linha em que o exército aliado tinha as vantagens inapreciáveis do contato com a esquadra, que lhe facultaria a invasão e que lhe garantia as comunicações e os suprimentos, assim como em caso de desastre uma linha segura de retirada. O plano de campanha foi o único possível, atendendo-se, sobretudo, a que, por ocasião da invasão, o exército aliado não era suficientemente forte para dividir-se. No plano adotado, porém, nem sempre os generais aliados utilizaram ou souberam utilizar a ação conjunta das duas forças, isto é, esquadra e exército. Outras vezes, viu-se exército e esquadra exigirem um do outro mais do que cada um poderia praticar razoavelmente, outras vezes cometiam reciprocamente erros devidos, sobretudo, a não se entenderem como deviam para a ação conjunta. Tudo, porém, reconsiderado retrospectivamente, cumpre reconhecer que só em um caso, em toda a guerra, pode-se increpar um dos dirigentes de não haver cooperado para o bom êxito de uma operação importante. Refiro-me à inação inexplicável do General Polidoro em Tuiuti, por ocasião do ataque a Curupaiti.

Resolvido, em suma, que a invasão se fizesse, sob a proteção da esquadra, pelo Passo da Pátria, esta seguiu rio acima até a confluência do Paraguai com o Paraná. Depois da declaração da guerra, só chegaram ao conhecimento do Almirante vagas informações dos obstáculos artificiais que López acumulara no curso dos rios Paraná e Paraguai. De positivo, só se sabia, pelos últimos navios de guerra que haviam descido do Paraguai que em Humaitá três grossas correntes fechavam o rio de uma a outra margem, debaixo da convergência dos fogos das diferentes baterias que dominavam aquele ponto.

O Passo da Pátria é o ponto em que o Paraná inclina-se brusca-mente para o Sul, tomando a direção em que as suas águas se confundem com as do Paraguai. Esse ponto era dominado, da margem direita, pelo forte de Itapiru construído de alvenaria sobre uma pequena ponta de rocha. Acima da ponta de Itapiru está situada a grande ilha de Santana, que forma com a margem direita o canal denominado – *Reservado* – por onde

nunca o governo paraguaio permitiu o trânsito a nenhum navio estrangeiro, nem mesmo aos das nações ribeirinhas do Paraná.¹

Dominava o canal – *Reservado* – o campo entrincheirado do Passo da Pátria disposto por López para cobrir Humaitá do lado de terra. Ali guardou López os aliados até o dia em que a esquadra, quebrando o encantamento do canal – *Reservado* – lançou as primeiras granadas no acampamento paraguaio, uma das quais caiu na casa que servia de Quartel-General do ditador. Entre forte de Itapiru e a margem esquerda existia, a meia largura do rio, uma pequena ilha, em formação, a qual adquiriu algum tempo depois o nome de Ilha da Redenção e deveria celebrar-se convertendo-se em arena de gladiadores, em que os generais dos exércitos contendores imolaram inutilmente as vidas de grande número de bravos. O Itapiru era, pois, a única obra de defesa que a esquadra tinha de enfrentar antes de decidir-se a penetrar nos dois rios misteriosos em que tinha de operar. O humilde escritor destas linhas, era quem, por determinação do Almirante, transmitia todas as ordens relativas aos movimentos da esquadra para não distrair o Chefe do Estado-Maior das múltiplas funções administrativas. Na véspera do dia designado para a esquadra avançar para as Três Bocas, havia submetido ao Almirante um plano que ele aprovara, onde mostrava as posições que deveriam ocupar os navios e a ordem em que deveriam fundear não só os navios de combate como os transportes e outras embarcações auxiliares. Os navios de combate formariam em escalão bem aberto, no ponto que formava a margem direita do Paraná com a margem do Paraguai, ocupando a capitânia a retaguarda da linha que se estendia pelo Paraná. Eu tivera em vista colocar os transportes fora do alcance dos canhões inimigos ou de qualquer bateria mascarada no mato que os paraguaios poderiam haver estabelecido abaixo do Itapiru. O Almirante, porém, em vista da grande largura do rio, estimando mal as distâncias, julgou que podia ocupar um ponto mais acima daquele que se havia designado no plano para a sua capitânia, na popa da qual ficariam os navios de guerra mais fracos e em seguida os transportes.

1 O vapor norte-americano *Water-Wich*, alguns anos antes, foi repellido a bala pelo forte de Itapiru por haver tentado investir por aquele canal.

A imprudência do almirante deu lugar a um incidente que produziu desagradável impressão na esquadra. Não havia bateria de artilharia de grosso calibre abaixo de Itapiru. Mas, os paraguaios trouxeram, cozidos à margem do rio, uma chata com um canhão de 68 e a colocaram pelo través do navio capitânia brasileiro, que recebeu bons tiros, a despeito do fogo que sobre ela convergiram todos os navios que estavam a seu alcance. Os demais transportes e o navio-hospital da esquadra estavam também expostos as balas da chata paraguaia. Fez-se logo sinal aos encouraçados de menos calado para se aproximarem da chata, e castigando-a. Mas, enquanto levantavam ferro e se moviam, o capitânia corria o risco de ser metido a pique passivamente, o que era inglório e estúpido, pois, nem sequer tinha vapor para mover-se, achando-se com os fogos apagados. O único recurso pronto para sair do alcance da chata era o de largar a amarra por mão e deixar-se ir águas abaixo. Foi o que se fez por ordem do Almirante e se pode imaginar com que atropelo e confusão havendo muitos navios fundeados em suas águas e que tiveram de acompanhar o capitânia em sua retirada precipitada. O Ministro Otaviano que se achava a bordo deu provas de sangue-frio admirável em meio de toda aquela lufa-lufa em que o – *Apa* – servia de alvo à chata inimiga, tendo duas balas lhe acertado em cheio e muitas outras passado entre nós que nos achávamos na tolda. Metralhada pelos encouraçados que se aproximaram quanto lhes permitia o calado nas águas escassas do Paraná, ainda assim a chata continuou a atirar, até que um projétil de 120 do monitor – *Bahia* – quebrou em dois o canhão Whitworth de 68 nela montado.

Foi por um duelo desigual entre a esquadra e as chatas inimigas apoiadas em Itapiru que se iniciaram as hostilidades que precederam a invasão do Paraguai pelo Passo da Pátria.

O que era ainda mais para admirar era que a provocação partia sempre dos paraguaios. O Almirante Tamandaré, que entretinha a ilusão de que o aparato imponente das forças navais e terrestres da aliança, ali presentes, em face do exército inimigo, o intimidasse e o induzisse a abandonar a casa de López (como se para os paraguaios a causa de López não estivesse identificada com a causa nacional); e como na exageração dos seus sentimentos humanitários, condoía-se dos míseros soldados paraguaios, abstinha-se sistematicamente de tomar a iniciativa na agressão, a ponto de não permitir

que os navios da esquadra atirassem sobre os paraguaios que singularmente em grupos, se descobriam à margem do rio. Nem mesmo sobre um pequeno vapor – *Gualeguay* – que servia de vedeta no canal – *Reservado* – e que auxiliava o movimento das chatas inimigas, consentia o Almirante que se atirasse quando sucedia descobrir-se aos fogos de alguns navios da vanguarda.

O primeiro reconhecimento do alto Paraná até o Itati foi efetuado sob o comando do Chefe Alvim (depois Barão de Iguatemi) com os três navios – *Tamandaré* – *Araguari* – e *Henrique Martins*, – por uma comissão composta de Honholtz (depois Barão de Tefé), comandante da *Araguari*, – 1º-Tenente Couto (hoje almirante reformado) e o 1º-Tenente Silveira da Mota, secretário do Almirantado.

Na esquadra não havia prático algum do alto Paraná. Um correntino que se apresentou inculcando-se como prático revelou desde o primeiro dia não ter conhecimento algum do rio. Ao subirmos o rio o forte de Itapiru fez-nos as honras, mas com artilharia de pequeno calibre, para não descobrir os canhões mais fortes de que mais tarde se serviu. Avançando cautelosamente conseguimos acertar com o canal navegável até o Itati. Verificamos que alguns dos piques postados à margem do rio, rondavam-no em suas clássicas chalanas. Quando vínhamos águas abaixo, já ao anoitecer, procurando navegar pelo canal que havíamos reconhecido na subida, a – *Araguari* – deu sobre uma rocha imersa, abrindo logo água. O encouraçado – *Tamandaré* – manobrando para safá-la, tocou também em uma rocha que o imobilizou já noite fechada. O ponto que se nos deparava distava seis ou oito milhas do grosso da esquadra e apenas duas milhas do extremo do canal, onde se achavam acumulados todos os meios de defesa de López contra a invasão.

Nem a esquadra poderia mover-se de noite em um rio inexplorado para prestar auxílio aos encalhados. Havia, pois, toda probabilidade de que López, avisado pelos seus piquetes, da situação da pequena divisão exploradora, mandasse abordá-la, e nesse pressuposto preparamos os navios para uma defesa desesperada e extrema. Entretanto, era necessário informar ao Almirante do ocorrido mesmo porque grande deveria ser a sua ansiedade por não haver regressado com dia, como ele tanto recomendara, a expedição exploradora.

Não convinha, porém, dar essa incumbência ao – *Henrique Martins* – não só porque poderia também encalhar, movendo-se na obscuridade da noite, como por que era um poderoso auxiliar para a defesa contra a abordagem aos navios imobilizados. Ponderou-se que, também, um escaler mandado rio abaixo corria o risco de cair nas mãos do inimigo que necessariamente procuraria interceptá-lo, atacando em força e superioridade. Ah! Se o inimigo tivesse sempre o instinto de fazer aquilo que a nossa imaginação figura poder ele fazer, a parte da fortuna nas guerras seria muito menos do que é na realidade. Mas, como no nosso caso tudo considerado resultava que o essencial era dar conhecimento ao Almirante do ocorrido, assentou-se no alvitre de que eu no *gig* do Honholtz de sete remos fosse dar parte do ocorrido ao Almirante. Para maior segurança quis o Chefe Alvim que levasse comigo o tal prático correntino, o que não impediu que mesmo em frente ao Itapiru e a alcance de fuzil de seus parapeitos, o *gig* com toda a velocidade rio abaixo e dos sete remos dos seus possantes remadores, encalhasse também em cheio na coroa de um banco de areia. Aquela hora já havia luar e a embarcação pintada de branco não podia deixar de ser avistada do Itapiru e, logo ouvimos distintamente ruído de remos na praia contígua ao forte. Fiz os remadores e o prático saltarem fora da embarcação e assim aliviada, empurrando-se-a, para trás, na direção em que encalhamos, consegui fazê-la flutuar de novo e mover-se em direção oposta ao ruído que ouvíamos. Safamo-nos da rascada, em suma, como se diz na expressiva linguagem náutica. Por minha parte, o perigo da metralha do forte de Itapiru era o menor que poderia correr. O que tornou aqueles minutos emocionantes, para mim, foi a idéia de cair prisioneiro de um inimigo implacável e cruel. Estávamos todos armados de revólver de doze tiros, o prático também, e os marinheiros com suas carabinas.

Mas, como resistir a um grande número de chalanas que nos assaltassem enquanto estávamos encalhados? Eu tomei logo a resolução extrema que a situação ditava e a externei aos bravos companheiros da – *Araguari*, – nestes termos: “Se eles vierem, empunhem as carabinas para resistir melhor. Dos doze tiros que aqui tenho, onze são para eles e o último é para mim se ainda estiver vivo, porque jurei me não render.”

Encontrei o Almirante na maior ansiedade.

As providências tomadas foram acertadas. Mandou o Almirante que as canhoneiras de menos calado se aproximassem o mais possível do lugar do acidente e que na frente delas rondassem embarcações armadas.

Os paraguaios apercebendo-se do movimento que se verificara toda noite na vanguarda da esquadra e talvez acreditando que toda ela estivesse aparelhada para mover-se para frente, nada tentaram contra os navios encalhados!

O encouraçado – *Tamandaré* – mesmo durante a noite conseguiu desencilhar; a – *Araguari* – só o conseguiu no dia seguinte. A comissão de hidrógrafos continuou nos dias subseqüentes o trabalho de levantamento expedito da planta do Passo da Pátria. As sondagens nas proximidades da margem inimiga do rio, faziam-se à noite em uma pequena chalana de dois remos: assim concluímos o trabalho no estreito canal formado pela ponta do Itapiru e a ilha situada a meio-rio. Foi sobre o primeiro esboço desse levantamento, justamente construído e desenhado com perfeição por Honholtz, que os generais aliados designaram o ponto em que no dia 16 de abril de 1866 devia operar-se a invasão do território paraguaio. O Almirante e o General Mitre fizeram juntos o segundo reconhecimento do Alto Paraná até o Itati. Este último ponto, então, julgado inconveniente para se efetuar a passagem do rio, por isso que nenhuma informação foi possível colher sobre a natureza do terreno que o ligava, através do Esteiro Bellaco, às campinas de Tuiucúé e Passo-cué, adjacentes a Humaitá, próximo objetivo do exército invasor.

Dali em diante, ficou assentado pelos generais aliados que não havia outra alternativa senão forçar o Passo da Pátria. Em consequência o Almirante tomou a resolução de reter na esquadra todos os transportes que chegavam do Rio de Janeiro, conduzindo tropas e material de guerra, inclusive os de nacionalidade estrangeira fretados pelo governo brasileiro. Em poucos dias se achavam ali bastantes transportes para, sob a proteção da artilharia da esquadra, despejarem de um golpe um corpo de exército de 10.000 homens no território inimigo.

O baixo nível das margens do delta formado pela confluência do Paraguai com o Paraná, facilitava sobremodo o desembarque das tropas. Entretanto, era de ver o azáfama com que a engenharia do exército fazia gigantescos preparativos para lançar uma ponte sobre o Paraná, a despeito das observações judiciosas que o Almirante opunha e esse desperdício de

ciência, de energias e dos dinheiros da nação. Foi cedendo a um prurido de exibição científica do Estado-Maior do Exército brasileiro que os generais aliados consentiram se assentasse uma bateria na pequena ilha da Redenção, a que mais tarde se deu o nome da vítima mais conspícua ali imolada, o bravo Coronel Cabrita.

A insensatez daquele cometimento só se pode pôr em paralelo com a inconsciência selvagem do ataque à mesma ilha levado pelos paraguaios. Não é lícito desconhecer o que havia de nobre na impaciência dos oficiais das armas científicas do nosso exército de enfrentar o inimigo em seu próprio território; mas, em uma campanha bem dirigida utilizam-se esses generosos impulsos, porém, não se os segue.

O reduzido teatro em que se tinha de desenvolver a operação da passagem do Paraná, era um trecho deste rio com cerca de três milhas de extensão e de duas de largura proximamente. Em suas águas flutuava uma esquadra numerosa, constando algumas de suas unidades de poderosos encouraçados, invulneráveis à artilharia inimiga e armados de canhões em poder e alcance muito superiores aos dos inimigos. O material flutuante da esquadra assegurava a transladação do exército de uma para outra margem. Nesse reduzido teatro, qual era o valor do acréscimo do poder ofensivo e dos meios de transposição do rio, que aquela bateria de canhões e morteiros de pequeno calibre, assestada em uma ilhota no meio do rio e dominada pelo forte de Itapiru, mais elevado do que ela, poderia de fato facultar? Concedendo que esse acréscimo correspondesse ao de mais um navio de combate que ocupasse a posição da ilhota, mesmo assim era dispensável, sendo a esquadra tão numerosa que nunca foi necessário pôr em ação, simultaneamente, todas as suas unidades. E, em verdade, para o êxito da passagem o efeito real daquele reduto, foi nulo. Quanto ao efeito moral da repulsa ao assalto que o inimigo tentou contra a bateria da ilhota, ninguém poderá sustentar que tivesse valido o preço das vidas preciosas que foram sacrificadas.

O Almirante reprovava a ocupação da ilhota; mas, poderia ter feito melhor do que reprová-la: podia ter tirado ao exército o motivo que alegava para empreendê-la, arrasando logo no primeiro dia com a poderosa artilharia da esquadra o forte de Itapiru e produzindo, sem dúvida, nas hostes inimigas maior efeito moral do que a repressão ao ataque selvagem dos

paraguaios à ilha do Cabrita. Cumpre, entretanto, reconhecer que a situação daquela ilhota entre os dois exércitos contendores, dera às peripécias de sua ocupação disputada, o caráter de um duelo cavalheiresco em que o exército e a esquadra alguma coisa ganharam; o exército porque um batalhão de voluntários de São Paulo, que recebeu o batismo de fogo, batera-se com a bizarria de uma legião de veteranos, firmando-se, desde então, a confiança nos voluntários da Pátria, que constituíam a maior força do exército brasileiro; a esquadra, porque o ataque da ilha pelos paraguaios deu ocasião de revelar-se na esquadra a iniciativa arrojada do comandante do – *Henrique Martins* – o bravo 1º-Tenente Gonçalves, o qual sem esperar ordens e na obscuridade do crepúsculo da manhã, acudiu em defesa da ilha, colocando-se entre ela e o forte da Itapiru, onde existiam grande número de chalanas inimigas, apinhadas de soldados, metendo-as a pique com a proa do seu navio.

Enquanto o exército aliado fazia os seus últimos preparativos de invasão, tendo, finalmente, desistido da idéia extravagante de construir uma ponte, o forte de Itapiru completamente desmantelado continuava a resistir heroicamente ao bombardeamento da esquadra e da bateria da ilha do Cabrita.

Por último só existia no local em que se elevava o forte um montículo de destroços. Mas, dali mesmo, até o dia em que o exército desembarcou em suas imediações, nunca se calou o canhão paraguaio senão o tempo necessário para montá-lo de novo ou para substituir o que se inutilizara, o que em geral se fazia com espantosa alacridade, mesmo debaixo de novo e incessante bombardeio.

Reiteraram, também, os paraguaios com indômita tenacidade o duelo das chatas com a esquadra, até perderem a última dessas embarcações.

Antes de narrar os episódios desses combates tão desiguais, procurarei dar uma idéia do que era a chata paraguaia, que já figurara no Riachuelo, antes do Passo da Pátria. Nessas embarcações os construtores que as delinearam resolveram o problema de um flutuador de máquina de grande solidez, com uma forma que assegurava a maior estabilidade e facilidade de manobra e com as mínimas dimensões possíveis para ter o deslocamento necessário a suportar um canhão de 68 inglês montado em rodízio, certa quantidade de munições e os artilheiros indispensáveis ao manejo da peça e da embarcação destinada a ser rebocada; dali em diante movia-se por meio

de espias. Um chefe de peça e quatro serventes sustentavam o tiro do canhão com extraordinária rapidez; os que eram postos fora de combate pela nossa metralha, substituíam-se, ato contínuo, por outros que da mata que orlava a margem do rio, onde se conservavam durante o combate abrigado por forte trincheira, esperavam o momento de ocupar o lugar dos caídos.

À vista do pequeno alvo que apresentava a chata encalhada, só se podia fazer calar, inutilizando, por um tiro certo, o canhão com o seu reparo, como aconteceu no primeiro ataque.

Ao segundo ataque os nossos práticos e comandantes já mais conhecedores do rio, conseguiram aproximar-se bastante da chata, para metralhá-la tão rigorosamente que os seus artilheiros foram compelidos a abandoná-la. Vendo a chata desguarnecida, ordenou-me o Almirante que mandasse, no seu escaler de 14 remos, o práctico Etchebarne e o piloto Antônio Joaquim, levando forte espia de bordo de um dos navios mais próximos, para abocar na chata de modo a trazê-lo a reboque, continuando os navios a metralhar a margem do rio. A ordem do Almirante foi cumprida com entusiasmo e eu em outro escaler em companhia do comandante Mariz e Barros, dirigimo-nos para a chata. Deixaram os paraguaios que se achavam mascarados na mata, que chegássemos à distância de poucos metros da chata, quando romperam sobre nós intenso fogo de fuzilaria.

Como, porém, eles atiravam com muita elevação para se conservarem abrigados da metralha dos navios, as balas passavam por cima de nossas cabeças, e essa agressão, como, aliás, contávamos não nos teria feito recuar se não tivéssemos verificado que a chata além de encalhada estava amarrada à terra por grossas correntes de ferro, o que tornava inútil a tentativa de arrancá-la com uma simples espia.

Sobreveio a noite, que por ter sido muito escura, permitiu aos paraguaios deslocar a chata para lugar abrigado. No dia seguinte rompeu ela o fogo por detrás do recife do Itapiru, acima do qual só se podia de escurão distinguir o vulto do canhão.

O denodado Mariz e Barros, confiando na couraça de ferro de seu navio para opor à muralha de rocha do adversário e cômico da precisão de tiro de seus canhões Whitworth para ferir o reduzido alvo da boca do canhão da chata, ou talvez impellido simplesmente pelo ardor combatente dos heróis de Homero de que ele se possuía em frente do inimigo,

avança com o seu – Tamandaré – até reduzir a distância do combate à do alcance de uma pistola.

Naquelas escaramuças do Passo da Pátria, combatiam-se como os gladiadores na arena do Coliseu, sob os olhos de oitenta mil espectadores das duas armadas em presença, nas margens do Paraná. Mariz e Barros não queria se expor ao sinal que em outros casos vira desfraldado no mastro da capitânia de – *aproximar-se mais do inimigo* – nas condições, porém, de combate singular que se travou com o primeiro navio da vanguarda, a vantagem tática era toda da chata. O alvo que apresentava limitava-se à boca da sua peça, a reduzida distância igualava-se a precisão do tiro e ela estava imóvel enquanto o – *Tamandaré* – tinha de mover-se embora lentamente para poder, contra a correnteza do rio, manter a posição que escolhera e é sabido que com plataforma imóvel pode-se sempre fazer melhor pontaria, mesmo sobre alvo móvel.

A princípio, nem todos compreenderam que na defensiva estratégica em que se achavam os paraguaios, era muito mais inteligente, como meio de dificultar a passagem do rio, empregar a artilharia pesada em embarcações que lhes davam mobilidade, do que em baterias fixas em terra, que teriam de cair inevitavelmente em poder do invasor. E foi certamente essa compreensão exata dos recursos que restavam à defesa, que López não melhorou as condições de defesa do velho forte de Itapiru. Se as chatas, também, estavam condenadas a ser destruídas pela superioridade esmagadora da esquadra, não é menos certo que um único tiro feliz, poderia infligir-nos danos muito mais consideráveis do que a destruição de todas elas. É o mesmo raciocínio que induz a admitir que há toda vantagem em arriscar um frágil torpedeiro contra o mais formidável encouraçado de combate. E foi o que confirmou o acidente que pôs fora de combate o – *Tamandaré* – na lutuosa jornada que venho descrevendo. O inimigo já apercebido de que com os seus projéteis de ferro fundido da sua artilharia de alma lisa, não podia pôr a pique os navios encouraçados, só alvejavam as portinholas, que eram em número de oito nos navios casamatados, duas em cada face. Essas portinholas de forma retangular eram bastante grandes para permitir boa pontaria no tiro horizontal, isto é, a pequena distância, o que constituía o maior defeito nos encouraçados da classe do – *Tamandaré*.

Bastava, todavia, que as balas chocassem a couraça nas imediações das portinholas para que os seus estilhaços, pela força de projeção

que traziam, penetrassem pelas suas aberturas produzindo no interior das casamatas o efeito da mais perigosa metralha.

Quase todos os projéteis, portanto, que tocavam a casamata eram mais ou menos mortíferos para os que as guarneciam.

No *Tamandaré* havia-se procurado reduzir a abertura das portinholas, contra o risco dos estilhaços e das balas de fuzil, guarnecendo-se de cortinas de cerradas redes de ferro, precaução esta que como se viu depois só podia ser inspirada pela mais absoluta inexperiência da guerra. Foi ainda por inexperiência que das primeiras vezes que os nossos encouraçados se aproximaram das chatas paraguaias, punham as suas guarnições a postos, isto é, com toda a artilharia guarnecida e todos os combatentes agrupados no interior da casamata. A bordo do *Tamandaré* naquele dia nefasto, achavam-se também na casamata, por tolerância do comandante, atraídos pela curiosidade, o cirurgião, o comissário, o escrivão e outros não combatentes. Que mal aproveitado exemplo de temeridade coletiva? Queimem! Exclamavam inconscientemente os nossos marinheiros todas as vezes que disparavam os canhões inimigos e mediavam sempre instantes até sentir-se o choque da bala contra a couraça invulnerável, que os enchia de confiança e orgulho.

Assim aconteceu com a primeira e com a segunda bala de 68 inimiga. A terceira, porém, quando o *Tamandaré*, envolto no fumo da sua própria artilharia, avançava sempre para frente, a última sílaba, já havia sido abafada em muitas bocas pela morte instantânea e pela dor de um ferimento!

O projétil fizera-se em pedaços chocando contra a aresta de uma das portinholas e reduzira a tiras as cortinas de malha de ferro, indo todos os estilhaços incrustar-se na massa compacta de homens que enchia a casamata!

Indescritível o horror da cena!

O comandante ferido mortalmente, o imediato e todos os oficiais, à exceção de um, mortos, o cirurgião, o escrivão e o comissário mortos, um guarda-marinha ferido gravemente, doze marinheiros mortos, maior número ainda destes feridos! Pertences de artilharia, armas de mão, objetos de equipamento, tudo destruído, naquele espaço apertado. Dos combatentes e outros que enchiam a casamata, ficaram fora de combate 34: 17 mortos ou mortalmente feridos e mais 17 mais ou menos gravemente feridos. O único oficial ileso que assumiu o comando do navio foi o então jovem Segundo-Tenente Manhães Barreto, hoje contra-almirante. O segundo-tenente ferido

gravemente é hoje o Capitão-de-Mar-e-Guerra reformado José Victor Delamar. Ambos continuaram a combater até o fim da campanha.

O esperançoso Mariz e Barros teve um joelho fraturado; amputada a perna no dia seguinte, falecia em poucas horas depois da operação.

A sua morte foi heróica como havia sido a sua conduta nos combates. Paga-se, de ordinário, a aprendizagem da guerra, sobretudo, nos períodos de transformação do material bélico.

Na mesma noite assumiu o comando do *Tamandaré* o Capitão-Tenente Elisiário Barbosa (hoje almirante reformado), o qual em outro combate, mas no mesmo ponto em que caíra Mariz e Barros, teve que sofrer a amputação do braço, produzida igualmente por estilhaço de granada. Depois do desastre do – *Tamandaré*, evitava-se quanto possível nos encouraçados casamatados a aglomeração de gente nas casamatas. Apesar dessas precauções, porém, a bordo do *Barroso*, do mesmo tipo daquele encouraçado, por ocasião do último combate com uma chata inimiga, uma bala tendo chocado a boca de um dos canhões Whitworth de 120 que o montava, penetrou em estilhaços na casamata e pôs fora de combate gravemente ferido o Primeiro-Tenente Fiúza e mais seis marinheiros. O monitor Bahia, de uma só torre, armado com dois canhões Whitworth de 120 e que não perdera um só homem, tendo tomado parte em todos os combates do Passo da Pátria, provou a superioridade de seu tipo para aquele gênero de operações. A última chata que veio hostilizar a esquadra foi destruída pela explosão do seu paiol de munições, determinada por uma bomba de um dos encouraçados. Já dei idéia das perdas de vidas preciosas que nos infligiram as minúsculas chatas paraguaias. Materialmente considerando, essas chatas causaram na esquadra grandes prejuízos. Todos os navios que com elas se bateram, sofreram avarias mais ou menos consideráveis. O *Tamandaré* teve uma peça Whitworth de 70 inutilizada por uma bala que arreventou-lhe a boca, e ainda nesse mesmo navio, no *Barroso* e no *Bahia*, as superestruturas, chaminés, cabrestantes, âncoras, turcos, tudo em suma que não estava protegido por couraça, ficou inutilizado ou avariado. O saldo, portanto, a crédito da tática paraguaia, justificou-a plenamente.

.....
O desembarque no Passo da Pátria

O

PRÓLOGO das operações no Passo da Pátria presenciado pelo exército aliado, acampado à margem do rio, em que só tomaram parte atores brasileiros, produziu efeito na opinião pública das capitais platinas. Os jornais de Buenos Aires e de Montevidéu não pouparam elogios à intrepidez *de los marinos brasileiros e aos heroicos defensores de la isla de la Redención*. O próprio Orión, correspondente no teatro da guerra de uma folha portenha, que não perdia ocasião de manifestar a sua antipatia à aliança e aos brasileiros, fez justiça à conduta dos mesmos brasileiros e soldados no Passo da Pátria. Orión não era outro senão o jovem Coronel Mansilla, filho do General do mesmo nome e sobrinho do ditador Rosas. O velho general Mansilla fora em 1852, o vencido da esquadra brasileira na passagem do Tonelero. O acontecimento de mais importância que se seguiu aos combates das chatas com a vanguarda da esquadra foi o abandono e incêndio do campo entrincheirado inimigo, produzido pelo seu próprio exército, na margem direita do canal de Santana (canal Reservado). No dia 17, uma divisão da esquadra penetrou no canal Reservado e rompeu o bombardeio do campo entrincheirado de López, onde este tinha o seu quartel-general e onde estava o grosso do seu exército. Por declaração de trânsfugas paraguaios, soube-se que uma das primeiras bombas da esquadra, tendo explodido na estação telegráfica que servia de quartel-general

ao ditador, este precipitadamente montara a cavalo e galopara em direção a Humaitá, e que só depois de certificar-se que o seu vulto estava fora do alcance de nossos canhões, mandara ordem ao seu exército para retirar-se na mesma direção, incendiando o acampamento.

Na madrugada do dia 18, o incêndio que lavrava em toda a extensão do campo, patenteava-nos o seu abandono e a retirada do exército inimigo para uma linha de defesa mais para o interior. Era evidente que o exército inimigo não podia manter-se acampado em um terreno sujeito ao bombardeio da esquadra; mas isso não era razão para um abandono total de uma posição que iria servir de ponto de partida estratégico para o exército invasor, verdadeira cabeça de ponte que se firmaria no território invadido. Dada a conformação do terreno no trecho da fronteira dos dois grandes rios, acessíveis à esquadra, a posição dominante do Passo da Pátria que López abandonara tinha tanta importância estratégica para a defesa quanto tinham as barrancas de Curupaiti e Humaitá. A posição apresentando somente pequena frente acessível na perpendicular à margem do rio, convenientemente fortificado, seria muito menos expugnável do que Curupaiti, que aliás os aliados nunca puderam tomar de assalto ou de surpresa. Tenho mesmo para mim que o efetivo de combatentes com que o exército aliado se apresentou no Passo da Pátria (menos de 40.000 homens) não teria sido suficiente para estabelecer a sua base de operações no próprio território inimigo, se López houvesse disputado com alguma tenacidade o principal ponto ameaçado sobre o Passo da Pátria. A minha crítica ao erro de López baseia-se na topografia física do terreno abrangido pela confluência dos dois rios, no qual os aliados palpilharam durante trinta longos meses em torno das trincheiras inimigas do denominado quadrilátero. Naquele extremo do Paraguai, o contorno da planura que constitui o território, geologicamente estável do país, não coincide com as fronteiras fluviais. Estas, formadas por aluviões, são completamente alagadas, inundadas, como é o Chaco, em sua maior extensão, pela crescente das águas. Na direção do sul, paralelamente ao rio Paraguai, a planura estende-se e avança como uma península até o Passo da Pátria, por esteiros, tremedais e lagoas. O extremo da península era, portanto, o primeiro ponto vulnerável do Paraguai. Destacada e na distância de alguns quilômetros para oeste,

eleva-se como uma ilhota a pequena iminência do Itapiru. À margem do rio há uma estreita faixa de terreno só praticável na baixa das águas.

Subindo o rio Paraguai, o citado planalto forma uma profunda concavidade para só reaparecer como um promontório nas barrancas de Curupaiti a 8 ou a 10 milhas da foz. Do mesmo modo sobre o Paraná, a área compreendida entre a planura e a margem do rio é toda alagadiça. Entre Curupaiti e Humaitá, as terras altas fazem outra reentrância pronunciada. Conseqüentemente, o exército invasor só poderia escalar as campinas do Paraguai por estes três pontos, isto é, Passo da Pátria, Curupaiti e Humaitá. Os três pontos eram, é certo, igualmente bombardeáveis pelos fogos da esquadra, mas, ainda mesmo que López confiasse em poder esmagar os aliados em batalha campal decisiva, ou detê-los em uma linha de defesa interior, ele não devia renunciar à vantagem da resistência em uma posição naturalmente forte, para a expugnação da qual os invasores teriam necessariamente de experimentar perdas muito maiores do que os defensores.

Nos primeiros dias de abril, todo o trecho do alto Paraná que interessava à operação da passagem estava completamente explorado pelos hidrógrafos e práticos da esquadra. Exceto o canal – Reservado – na parte dominada pelas baterias do campo entrincheirado inimigo e encoberto pela densa mata da grande ilha de Santana. Pelo Paraguai, também, o reconhecimento se havia já estendido até o canal do Cerrito, uma das duas bocas do rio que formam a ilha deste nome.

O reconhecimento dos terrenos adjacentes às margens, fazíamos do tope dos mastros dos navios.

As sondagens feitas indicavam a margem do Paraguai na foz do rio como o sítio mais favorável ao desembarque dos aliados, não só porque havia bastante profundidade para atracarem mesmo os grandes transportes como porque o vértice do ângulo quase reto formado pelas margens do Paraná com o Paraguai ficava protegido pelos fogos da esquadra. Por essa ocasião, justamente, em 14 de abril, teve lugar a bordo do *Apá* a mais solene de todas as juntas de guerra celebrada entre os generais aliados, aquela em que se fixou o dia 16 de abril para a passagem do Paraná.

Infelizmente se não lavraram atas desses conselhos dos generais aliados. Creio que só uma vez se lavrou protocolo formal de uma deliberação dos generais aliados, à que assistiu o Ministro Otaviano. O original

desse protocolo é do punho de Otaviano e faz parte do meu arquivo particular. No geral, apenas o General Mitre redigia uma nota das deliberações tomadas, que conservava em seu poder.

Tamandaré costumava inteirar-me do que se passava nas juntas para habilitar-me a redigir as suas comunicações ao Governo. Assisti mesmo algumas, de que deu testemunho nimiamente honroso o ilustre General Mitre em uma polêmica que comigo teve na imprensa do rio da Prata, em 1869, a propósito de um episódio da guerra. Outras vezes, tendo os generais aliados de entrar em combinações com o Almirante e não podendo este comparecer pessoalmente, fui encarregado de transmitir o seu pensamento e de assistir por ele as deliberações dos seus colegas.

Conservo uma nota autografada do General Mitre a respeito do resolvido em uma dessas juntas a que o Almirante não compareceu.

Naquela junta que qualifiquei de a mais solene, do ponto de vista militar, as deliberações principais a tomar versaram sobre o ponto ou pontos em que se desembarcaria o primeiro núcleo de tropas aliadas e qual deveria ser a força e a sua composição tática. Acertou-se que no lugar indicado pelos reconhecimentos a que se tinha procedido, a foz do Paraguai, se deveriam desembarcar simultaneamente duas divisões de infantaria e uma bateria de artilharia de campanha e que necessariamente para o mesmo ponto se iriam transportando outras divisões de infantaria e a artilharia de campanha, embarcando-se ao mesmo tempo alguns esquadrões de cavalaria para serem transportados logo que se descortinasse terreno em que essa arma pudesse ser utilizada. Todo o terreno que se tinha à vista, entre o lugar do desembarque e o forte de Itapiru, era coberto de densa mata.

As primeiras divisões de infantaria desembarcadas marchariam para a frente, a fim de tomar de assalto o Itapiru, tendo a sua ala direita flanqueada pela esquadra e a esquerda apoiada na lagoa. Todos os detalhes do domínio da estratégica e da tática ficaram resolvidos.

Quando, porém, chegou a vez de designar-se aí tropas que deveriam formar a vanguarda e desembarcar em primeiro lugar, travou-se viva discussão entre o General Mitre e o Almirante Tamandaré.

Pretendia o General Mitre que a responsabilidade que lhe cabia como general-em-chefe do Exército aliado devia corresponder a honra de tomar com o exército argentino a dianteira na invasão do território ini-

migo e que essa primazia que reclamava para os seus soldados não podia melindrar os seus aliados brasileiros, porquanto estes já haviam colhido abundantes louros na primeira fase da campanha, em feitos exclusivos de suas armas.

Tamandaré, sempre desconfiado dos generais aliados, tendo enxergado na indicação do General Mitre uma falta de confiança no Exército brasileiro, opôs-se com veemência à sugestão do General Mitre, dizendo que: “O Exército brasileiro não podia fazer sobressair os argentinos em detrimento dos seus brios e da Nação brasileira e que havia uma razão poderosa para que os brasileiros fossem os primeiros a pisar no território paraguaio e era a de não perderem aquela oportunidade de dar solene desmentido às apreciações de que era objeto o Exército brasileiro na imprensa de Buenos Aires, e acrescentou que seria a maior das inépcias que ele emprestasse os navios e os transportes, que ali se achavam e pertencentes à esquadra brasileira, aos argentinos para que estes colhessem o maior quinhão de glória na operação da passagem do rio.”

O alvitre sugerido pelo General Flores de formar-se a primeira expedição com a vanguarda dos exércitos aliados, até então sob seu comando, e na qual os três exércitos estivessem representados, foi igualmente repellido pelo velho Almirante. Os Generais Mitre e Flores, diante da injunção do velho Almirante, que tinha em suas mãos os navios e transportes de tropas, acabaram por entender que só às tropas brasileiras é que se devia dar a vanguarda. O General Osório, que, até então, não interviera na discussão, declarou que, qualquer que fosse a força do primeiro contingente do Exército brasileiro que tivesse de desembarcar no Paraguai, ele o comandaria em pessoa.

De ordinário, o General Osório mantinha-se em atitude modesta e reservada nas juntas dos generais aliados, em diametral contraste com o desembaraço arrogante de Tamandaré. À parte os temperamentos dos dois homens, que eram muito diferentes, Osório debaixo do interior de gaúcho, que aliás nele era mais afetado do que natural, era um diplomata *au besoin*, citava-me muitas vezes a máxima de Napoleão de que nos conselhos de guerra prevalecia sempre a opinião do mais pusilânime, e de tal modo se manifestava possuído da verdade dela, que era sempre a contragosto que tomava parte nesses conselhos. Por outro lado, antes da

invasão do Paraguai, Osório não se sentia com o prestígio que requeria a sua posição; não gozava, como Tamandaré, da confiança imperial, e o seu nome obscuro não se impunha aos ministérios instáveis que se sucediam no Governo, nem à opinião pública do país. Mesmo entre o general e o Exército não havia ainda a confiança recíproca que se gerou mais para diante nos campos de batalha.

Poucos dias antes, em uma expansão íntima, o General Osório, muito preocupado com a bisonhice dos Voluntários da Pátria e com o grande número de doentes que havia nos hospitais do Exército, dizia-me: “E é com esse Exército que vamos invadir o Paraguai... mas, não serei eu quem há de assinar a parte da derrota do Exército brasileiro!...”

O que se passou naquela junta foi mais um exemplo das rivalidades e susceptibilidades insuperáveis de todas as alianças. Não era razoável a pretensão do General Mitre, de querer que aos argentinos coubesse a honra do primeiro movimento ofensivo contra o Paraguai, quando o maior peso dos compromissos da Aliança recaía sobre os brasileiros; mas, também, não foi generoso da parte de Tamandaré prevalecer-se de ter em suas mãos os navios de transporte para excluir os nossos aliados de toda participação no primeiro encontro com o inimigo comum. Em nosso egoísmo patriótico de brasileiros, porém, não se pode negar que à atitude altaneira de Tamandaré, naquela junta de guerra, devemos exclusivamente a bela jornada de 16 de abril, precursora da gloriosa batalha de 24 de maio na planura de Tuiuti.

.....

A passagem do Paraná

NA NOITE de 15 para 16 de abril, começou-se o embarque da tropa à margem do Paraná, em frente ao Itapiru. Já ia alto o dia, porém, quando largaram os primeiros transportes. Não houve, portanto, surpresa alguma na operação.

Os generais aliados achavam-se reunidos sobre um rochedo, à margem do rio, à hora em que Osório embarcou em um pequeno vapor de rodas, pertencente ao Exército ao qual deram o nome de *General Osório*.

Os cavalos do general, do seu estado-maior e de seu piquete, foram embarcados em um batelão que o mesmo pequeno vapor levou a reboque.

No breve adeus que Osório disse aos seus colegas, estendendo-lhes a mão, antes do que apertando a deles, como era seu costume, sua voz e o seu semblante tinham uma expressão de serenidade e de decisão que encheu de confiança a todos os circunstantes. No lugar escolhido para o desembarque, não podia ser muito séria a resistência do inimigo, afastado como fora da margem pela metralha dos navios postados na boca do Paraguai, sem ter para estender-se no interior da mata mais de 500 ou 600 metros de frente (a largura da faixa de terreno firme entre a margem do Paraná e a lagoa Cerva).

A linha inimiga era, além disso, flanqueada pelos navios que avançavam Paraná acima.

À chegada de Osório ao ponto de desembarque, um punhado de bravos, entre os quais se achava Manuel Deodoro da Fonseca, então major de um batalhão de infantaria, já pisava o solo paraguaio. Ato contínuo salta Osório em terra, pede o seu cavalo que prontamente é desembarcado e seguido apenas pelo clarim do comando-em-chefe, toma a dianteira à linha de atiradores com que Deodoro já ia penetrando na mata, para reconhecer em pessoa o terreno. O inimigo oculto na mata rompe sobre os atiradores de Deodoro e sobre o general cerrada fuzilaria. Foi nesse momento que Osório distinguindo a pequena distância as blusas vermelhas dos paraguaios, empunha a sua lança que lhe trazia o clarim, e continua a sua temerária investida. Deodoro com o seu batalhão carrega intrepidamente sobre o inimigo para cobrir o seu general. Foi esse lance de bravura homérica de Deodoro presenciado por Osório que o fazia dizer: “Chamam-me de valente, qual! valente é Deodoro!” Avançando sempre e já seguido por alguns batalhões de infantaria, deparou-se Osório com uma pequena clareira em cuja orla viu os paraguaios postados com dois canhões de campanha. Avistá-los, carregar a baioneta sobre eles, tomar-lhes os canhões e pô-los em debandada, foi obra de poucos minutos. A metralha da esquadra ia varrendo a frente da coluna invasora e para que esta não fosse ofendida à medida que ia avançando, o terreno ganho era assinalado à margem do rio por uma bandeira de que era portador um oficial de marinha, o então Primeiro-Tenente Baltasar da Silveira, hoje Almirante e ministro da Marinha. Logo, após, porém, à marcha de Osório para frente, desabou uma tormenta medonha acompanhada de chuva torrencial que imobilizou os combatentes por mais de duas horas e fez suspender todo o movimento da passagem do rio. Mandado pelo Almirante para saber qual era a situação do General Osório, depois do combate, que a julgar pela fuzilaria que se ouvira da esquadra parecia dever ter sido renhidíssimo, encontrei o general debaixo de uma árvore para se abrigar da chuva. Referiu-me o que acima narrei. As nossas perdas eram insignificantes em relação às do inimigo. Tratava, agora, de dispor a tropa e a artilharia desembarcada de modo a poder repelir qualquer ataque no seu bivaque para aquela noite. Em um pequeno pedaço de papel, ele mesmo fez um rascunho topográfico do terreno percorrido até o ponto em que se achava.

Guardo esse rascunho com outras relíquias do grande soldado que me honrou com amizade paternal de que me deu carinhosas provas até em seu leito de morte muitos anos depois.

Com o exame que eu mesmo fiz do terreno ocupado pela nossa força e as informações do General Osório, fiz ao Almirante uma exposição clara, assentando ele as posições que a esquadra devia ocupar para cooperar eficazmente com as forças desembarcadas no caso de ser atacada durante a noite.

Um dos espetáculos mais grandiosos que se oferece na guerra é o de um combate travado durante uma tempestade. No tempo dos romanos, é sabido o pavor que derramava entre os combatentes o ribombo dos trovões, interpretado sempre como uma advertência, um augúrio funesto, a que se curvavam os mais destemidos guerreiros.

Na guerra moderna, o troar da artilharia e da fuzilaria confundindo-se com o ribombo dos trovões, ainda mais aumenta o horror do quadro. Para os espectadores, que eram o maior número, a sensação auditiva única que lhe dava o pavoroso espetáculo era a de alguma coisa mais tétrica que uma batalha. Era a de um extermínio apocalíptico! A passagem de um grande rio, operação sempre temerosa e das mais movimentadas e difíceis da guerra, surpreendida em meio de sua execução pelo desencadear de uma tempestade, é realmente uma das provas mais severas a que pode ser submetida o organismo de um general-em-chefe. Nessa situação tremenda em que se achou Osório, na passagem do Paraná, pude admirar a tranquilidade olímpica que tornou legendário o vulto do Cid brasileiro. Um detalhe curioso característico da maneira de combater do soldado brasileiro: os nossos infantes embarcaram para a passagem do Paraná fardados e equipados como para exibirem-se em uma parada. Ao desembarcarem, porém, toparam logo com um pequeno banhado que lhes serviu de pretexto para se descartarem dos sapatos e arregaçarem as calças, que era o jeito com que invariavelmente entravam em combate. O banhado no fim de algumas horas estava literalmente entulhado de botinas reúnas.

A noite passou-se sem maior novidade; apenas tiroteio nas avançadas, próprio de tropa que ainda não está aguerrida, e, de quando em quando, um metralhar da esquadra no mato da margem do rio. Continuou-se sem interrupção o transporte da tropa de uma para outra margem.

Na madrugada de 17, os paraguaios atacaram com 3.000 homens, mas foram repelidos facilmente. Às 9 horas da manhã já não tremulava sobre os muros de Itapiru a bandeira paraguaia. O forte fora abandonado durante a noite. Os primeiros raios do sol já iluminavam ao som dos hinos dos aliados a bandeira brasileira, ali hasteada, por um dos ajudantes-de-ordens do Almirante Tamandaré, o Primeiro-Tenente Carneiro da Rocha.

Osório continuou a avançar pela faixa do terreno à margem do Paraná, sempre à frente de suas tropas, expondo-se ao tiroteio dos piquetes inimigos em retirada, até ao alcance das trincheiras do campo de López.

A impavidez de Osório eletrizou o exército aliado e inspirou desde logo a todos a mais absoluta confiança no general brasileiro. Teve, em verdade, um belo efeito o magnífico exemplo de abnegação com que Osório guiou os primeiros passos dos seus soldados na conquista do solo inimigo. Mas, o historiador imparcial, não poderá deixar de observar, como faz Plutarco, comentando a morte de Marcelo, que o general não se deve expor como um batedor de vanguarda ou como sentinela perdida, sacrificando ao valor todas as suas outras virtudes, prodigalizando sua vida e sua alma, como se fosse a ele só que a morte as arrebatasse e não também à sua pátria, a seus amigos e seus aliados. O erro de López permitiu ao Exército aliado estabelecer o seu acampamento na bela planície de onde partiam os caminhos próximos à margem do rio, pelos quais podia avançar, sempre apoiado na esquadra, até Assunção.

No dia 25, foi esse acampamento, definitivamente, estabelecido no Passo da Pátria, abandonado por López. Foi essa planície que eu figurei como uma península cujo istmo seria o desfiladeiro que o unia ao campo de Tuiuti, escolhido por López para oferecer batalha aos aliados e onde, apesar de batido no grande choque de 24 de maio, deteve-os por mais de um ano. Não puderam os aliados tirar todo o partido por haverem, assim se pode dizer, encontrado aberta a porta da casa, pela imprevidência inconcebível em que incorreram de não se premunirem de forragens secas para sustento de suas cavahadas, as quais, na falta de pasto no apertado campo do Passo da Pátria, só foram transportados de uma para outra margem do rio para perecerem de fome. Com tropa de cavalaria a pé e sem animais de tiro para a artilharia e o trem, os aliados só podiam fazer uma marcha para frente até o Tuiuti, enquanto não recebessem nova cavahada e não providenciassem

sobre o fornecimento de forragens com que não podiam mais contar nos terrenos devastados que o inimigo deixou atrás de si. Proximamente na mesma latitude em que o exército teve de fazer alto por falta de meios de mobilidade, a esquadra em sua incursão Paraguai acima estava diante das barrancas fortificadas de Curupaiti, obras avançadas da poderosa Humaitá.

A parada dos invasores na extrema fronteira do Paraguai, produziu, naturalmente, a mais penosa impressão na opinião pública das três nações aliadas. Os inimigos do General Mitre, na República Argentina, abocanharam-no com os mais cruéis sarcasmos; o moderno Fábio, como, ironicamente, o apelidavam. O Almirante Tamandaré, no juízo dos – *mariscales* – de Buenos Aires e dos estrategistas dos cafés da Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, já devia estar bombardeando Assunção. Nas duas repúblicas aliadas, agitavam-se os partidos adversos aos presidentes em campanha. O General Urquiza em Entre-Rios mantinha-se na atitude de esfinge ameaçadora, que foi o seu papel durante toda a guerra.

A falta de meios de mobilidade que neutralizava as vantagens da ofensiva tomada pelo Exército aliado, os seus chefes eram realmente os responsáveis diretos, e também o eram, indiretamente, pela inação da esquadra. O grande poder da combinação de forças terrestre e navais em operações de guerra, está no apoio mútuo que se devem prestar para alcançar determinado objetivo estratégico; ao passo que, cada um dos elementos isoladamente, por mais elevada que seja a sua expressão potencial, pode ser inadequado para o fim almejado.

O maior desastre que sofreu Farragut, no seu heróico comando do golfo, foi motivado pela sua obediência à ordem retirada de Lincoln, contrária à sua opinião individual manifestada, de subir o Mississípi, a região em que o inimigo dominava as duas margens. O governo norte-americano não ignorava que na incursão ordenada, a esquadra federal teria de forçar terríveis baterias; mas, queria a todo transe interceptar as comunicações dos confederados com os estados do oeste. No forçamento daquelas baterias, porém, só o – *Hartford* – capitânia de Farragut conseguiu transpô-las. Cortado de sua esquadra, sem meios de manter-se, isolado entre as duas margens do rio, frustrado o objeto do temerário empreendimento, teve o bravo Almirante de retroceder afrontando os mesmos perigos que encontrara em sua subida. Mais tarde o mesmo Farragut, tendo de expungar os fortes, reclamava a coo-

peração de forças de terra como indispensáveis ao êxito da operação. Na situação dos aliados no Paraguai, no período da guerra a que estou me referindo, é preciso notar que não havia contato do Exército com a esquadra, separados por larga faixa de terrenos de aluvião, como descrevi anteriormente. A única censura que, razoavelmente, se podia fazer a Tamandaré, era o ter-se limitado ao bloqueio do Paraguai algumas milhas acima de sua foz, sem haver empreendido sequer um reconhecimento à viva força de Humaitá.

Um enérgico reconhecimento operado simultaneamente com uma força desembarcada no Chaco, poderia ter tido o efeito de antecipar de mais de um ano o assédio de Humaitá, e, certamente, a duração da guerra. Mas era justamente esse incitamento subjetivo o que faltava ao velho Almirante, e que impele à ação *quand même*, os marinheiros de têmpera nelsoniana. Ele, raciocinava demais para afoitar-se a qualquer iniciativa arrojada, em que pusesse em risco qualquer navio da esquadra. Cada vez mais suspeito com os aliados, na partida que se jogava, Tamandaré representava o jogador seguro e desconfiado dos parceiros, que só entra na partida com jogo feito na mão, nada confiando à sorte, porque para ele só eram trunfos a forças brasileiras. Mesmo, quando mais para diante, o Exército aliado reforçado e provido de meios de mobilidade, dispunha-se a iniciar operações ativas que a esquadra era chamada iniludivelmente a secundar, Tamandaré procurava repartir a resistência que ia encontrar, fazendo-se flanquear pela margem do rio pelo 2º corpo de Exército brasileiro, que até então se conservara de reserva próximo à Traquera de Loreto, sob o comando do General Conde Porto Alegre. Entretanto, a nossa força naval no Paraguai tinha recebido reforços tão consideráveis que já dispunha de uma poderosa divisão de encouraçados para operar contra fortificações inimigas, até com a exclusão de todos os navios de madeira que, um ano antes, no Riachuelo, fora o nó vital da esquadra brasileira. Já se podia contar mesmo com reserva poderosa de encouraçados que se achavam em caminho para o teatro de operações e de outros em construção adiantada nos estaleiros do Rio de Janeiro. O Ministério da Marinha, teve, realmente, naquela época, nos Pinto Lima, Silveira Lobo e Afonso Celso, ministros na altura da emergência extraordinária que havia surpreendido a nação brasileira quase totalmente desarmada. O último daqueles ministros, então jovem político, no começo de sua carreira, a quem coube as maiores responsabilidades da administração naval, desempenhou-se dela com largu-

ra de vistas, a energia e o desassombro de um estadista consumado. Eu sei pelo conhecimento do caráter de Tamandaré, adquirido em sua intimidade durante dois anos, que, chegado o momento decisivo de arriscar toda a esquadra, se preciso fosse, no lance o mais temeroso, ele não seria o segundo dentre todos em bravura pessoal e em fortaleza de ânimo para não sucumbir nem mesmo diante de um desastre total.

Tenho mesmo profunda convicção que no dia em que Tamandaré julgasse oportuno transpor o Humaitá, não lhe teria sequer passado pela imaginação delegar a um seu subordinado a honra de conduzir a esquadra no magno cometimento que lhe cabia na expugnação do Paraguai.

Reconhecendo as virtudes excepcionais que se reuniam no ilustre varão, não posso deixar de deplorar que o comando da nossa força naval na Guerra do Paraguai, só lhe tivesse apresentado acerbos espinhos em vez dos louros com quem merecia encerrar a sua vida militar toda de abnegação e de honra exemplares.

Quem poderia prever que uma reputação notável como a de Tamandaré à testa de poderosa esquadra, se fosse gastar em um teatro de guerra, nas escaramuças das chatas no Passo da Pátria, na defesa passiva contra os torpedos em sua prolongada estação de bloqueio na foz do Paraguai e nos canhoneios inglórios dos redutos de Curuzu e Curupaiti? O público costuma reconhecer os grandes atores nos grandes papéis.

A guerra localizada durante todo o ano de 1866, no pequeno triângulo formado nos limites extremos do Paraguai pela confluência dos dois rios, com a segunda linha de defesa escolhida por López, tomou, para os exércitos beligerantes o caráter de uma guerra de posições, em que de parte a parte a defensiva levou grande vantagem sobre a ofensiva em todos os combates feridos. A ação da esquadra restringiu-se ao bloqueio apertado do rio Paraguai, a alcance de canhão com algumas arremetidas, sem resultado, contra as barrancas fortificadas da margem do rio. De todos os pontos de vista, principalmente sob o ponto de vista tático, a campanha terrestre daquele ano foi muito mais importante do que a naval. Tentarei desenhar em traços largos, as peripécias que paralelamente ocorreram em terra e no rio até o grande desastre de Curupaiti, que assinalou a primeira fase da campanha de invasão do Paraguai e pôs termo ao comando de Tamandaré, cujo histórico me propus esboçar.

.....

No rio Paraguai

LOGO que o exército aliado reuniu todas as suas forças na planície do Passo da Pátria, penetrou Tamandaré com os navios mais poderosos da esquadra no rio Paraguai.

Mas, na expectativa dos progressos da invasão terrestre, não julgando chegado o momento de enfrentar as baterias inimigas mais avançadas, fundeou pouco acima da boca do Cerrito em um ponto em que a largura do rio não excedia de um quilômetro e onde as duas margens muito baixas, cobertas de espessa mata permitiam ao inimigo espionar tudo o que se passava na esquadra e até ouvir, distintamente, tudo o que se dizia a bordo em voz alta. A esquadra colocando-se naquela posição que nada adiantava à efetividade do bloqueio em relação à das Três Bocas, não fez senão facilitar ao inimigo os ataques noturnos de torpedos com que a trouxe por alguns meses em constante alarme, tendo mesmo lhe causado perdas sensíveis de vidas e alguns estragos materiais. Por fortuna nossa, López se descuidara de aparelhar-se com o moderno engenho de destruição que aliás acabava de dar sobejas provas de eficácia na guerra civil dos Estados Unidos. Os torpedos paraguaios, grosseiramente manufaturados, eram muito incertos, apesar de terem a seu favor a correnteza do rio e as sombras impenetráveis das matas das margens, projetadas nas águas.

Grande foi o número de torpedos que explodiram nas proximidades dos navios testas das duas linhas de fila em que a esquadra estava ancorada. Os que apreendemos intactos, eram de dois feitios, ambos móveis pela ação da correnteza. Diferençavam-se na forma e no aparelho de disparo. Uns poderiam ser antes classificados como brulotes explosivos. Consistiam em uma grande caixa de madeira reforçada com aros de ferro, fixa no fundo de uma chalana e contendo quantidade de pólvora fina que variava de 500 a 1.000 libras. Para fazê-los detonar à vontade da pessoa que os dirigia, havia uma pistola introduzida na face posterior da caixa, que disparava sobre a carga por meio de um fiel fixo no gatilho. Com uma direção tão defetiva, é claro que só a falta absoluta de vigilância na vanguarda da esquadra poderia permitir ao inimigo trazer tão grosseira máquina ao contato de um dos navios; por isso se contentavam em fazê-los explodir no ponto mais próximo dos navios ou das embarcações de ronda no rio. Além disso, os navios, mesmo fundeados, tinham o recurso de uma manobra para desviarem-se da direção do torpedo.

Era utilizar a ação da correnteza sobre o leme, determinando forte guinada para qualquer dos bordos. Quando se dava a explosão, a pequena distância da proa ou do través dos navios, não deixava de produzir forte abalo a bordo, a ponto de apagarem todas as luzes da iluminação interna, quebrarem vidros e objetos de louça. Acontecia, também, cair a bordo uma chuva perigosa de estilhaços de madeira e de ferro do próprio torpedo. Tendo sucedido em noites de nevoeiro explodirem torpedos entre os navios da vanguarda, e, julgando o Almirante que isso só se poderia dar por negligência ou timidez dos oficiais de ronda em escaleres, chamou os comandantes dos navios da vanguarda e recomendou-lhes que fizessem sentir aos oficiais que o dever das rondas a uma esquadra era de sacrificarem-se pelos navios, agarrando à unha quaisquer objetos suspeitos que avistassem flutuando. Alguns dias depois um jovem oficial brioso, o 2º-Tenente Couto foi vítima da abnegação espartana com que, observando estritamente a recomendação do Almirante, lançou-se com um escaler em que fazia a ronda, sobre um torpedo, fazendo-o explodir para salvar o segundo navio da linha sobre a proa do qual deslizava, já a pequena distância, o engenho destruidor. Com o denodado Tenente Couto pereceram mais marinheiros naquele belo lance de dedicação ao cumprimento do dever militar.

Utilizavam, também, os paraguaios a correnteza do rio para lançarem sobre a esquadra torpedos automáticos do mesmo sistema dos que empregaram fundeados nos canais de Curuzu, Curupaiti e Humaitá. Parece que os dirigiam homens a nado até certa distância da proa dos navios, onde eram largados ao azar da corrente. O certo é que aconteceu encontrar-se alguns desses torpedos emaranhados nas amarras dos navios, felizmente já inofensivos por defeito do detonador ou por se achar a carga explosiva inutilizada pela penetração da água. Havia, realmente, alguma coisa de desmoralizador na inércia daquela esquadra formidável pelo número e poder de seus navios, reduzida a defender-se nas trevas das águas apertadas de um rio contra os minúsculos instrumentos de guerra naval do inimigo; alguma coisa que fazia recordar o Polifemo da *Odisséia*, impotente na caverna contra poucos companheiros que restavam ao astuto Ulisses. Entretanto, toda a esquadra admirava a despreocupação com que o Almirante, em pleno dia, sobre a tolda do – *Apa* – ou no seu escaler, a cada momento, expunha-se ao chumbo de atiradores inimigos ocultos na mata da margem do rio. A coragem pessoal do Almirante estando fora de dúvida, generalizou-se na esquadra a crença desoladora de que a inação a que estava reduzida, provinha da impotência da Aliança, e os jovens oficiais e marinheiros que a guarneciam, abrasados da nobre emulação que neles despertava o eco longínquo dos combates em que os seus irmãos de armas do Exército se achavam empenhados desde o dia em que pisaram o solo inimigo.

No isolamento daquela estação inglória do bloqueio as imaginações entregavam-se a todas as conjecturas, e, como sói aconteceu nesses casos, são sempre as mais sinistras as que tomam mais corpo. Para uns a Aliança já havia reconhecido a sua impotência para submeter o – *leão paraguaio* – e os arrogantes intuitos do Tratado de 1º de maio, iam-se desmanchar em algum pastel diplomático pactuado com o próprio López. Para outros, o Brasil estava sendo traído pelos seus aliados e o Almirante reservava a esquadra para proteger a retirada dos restos do nosso Exército sacrificado. Para um pequeno grupo, porém, dos que só vão à guerra para fazerem jus a um melhoramento de reforma, a atitude inativa da esquadra era exatamente a que a prudência ditava, independente de quaisquer considerações de ordem política. Para esses, com raras exceções, a guerra devia

ser aquilo mesmo: nada arriscar e só avançar para se pôr em guarda contra a iniciativa do inimigo.

O que é certo é que a imobilidade prolongada da esquadra em um trecho do rio, afetava perniciosamente o moral e o físico de suas guarnições, tanto mais quanto grande parte destas já vinha experimentada, desde o princípio da campanha, pelas enfadonhas estações de bloqueio ao longo do Paraná. O que produz o cansaço na guerra, não são as marchas, as manobras e os combates, é a monotonia de uma parada indefinida em presença do inimigo, a mesma cena, os mesmos deveres, os mesmos perigos todos os dias, acabando por atrofiar a fibra emocional pela qual se mantêm os homens de guerra lestos e fortes.

Um comandante-em-chefe nessa contingência, deve ser fecundo em recursos para prevenir que a sua gente não seja minada pela apatia.

O fato que vou referir caracteriza bem esse estado d'alma seus inconvenientes; quando, na fase do bloqueio do Paraguai que estou comentando, explodiu alta noite o primeiro torpedo na vanguarda da esquadra, em todos os navios tocou-se a postos de combate, e, apesar de se ter sabido após poucos minutos que a explosão não havia ofendido navio algum, todos, desde o Almirante, conservaram-se em seus postos até o romper do dia, aguardando sucessivos ataques do mesmo gênero. Na noite seguinte outra explosão de torpedo, determinou a chamada aos postos: mas, logo que se soube que fora igualmente inócua, os tambores ruflaram a volta aos postos, e a rotina do serviço prosseguiu. Ao terceiro torpedo que arrebentou, todos levantaram-se, mas já se não tocou a postos e, conhecido o resultado negativo, quem estava acomodado em seu beliche ou em sua maca continuou o sono interrompido. Ao quarto estampido de torpedo, em noite subsequente, muito poucos tiveram a curiosidade de inquirir se tinha produzido efeito diferente dos anteriores. O sétimo estrondo, não menos atoador que os anteriores já não teve o efeito de despertador incômodo, senão para os primeiros navios da vanguarda.

Em suma, aqueles medonhos estrondos, no fim de uma semana, cujas vibrações se faziam sentir até na cidade de Corrientes a dez léguas de distância, já não despertavam os que dormiam, e, por último, poucos eram os que no dia seguinte mostravam curiosidade de saber se a vanguarda ainda era inquietada por torpedos. Eu tinha a incumbência de comunicar ao Almirante

todas as ocorrências externas da esquadra, pude bem, no exemplo citado, observar como em todas as categorias do comando, a periodicidade diuturna de como um fato conduz à relaxação do sentimento da responsabilidade, que é o nervo principal de toda organização militar. Compreende-se como se possa manter por longo tempo o bom espírito, em uma esquadra de bloqueio sempre em movimento diante da entrada de um porto ou ao longo de uma costa; o próprio movimento trazendo os espíritos em tensão, já nas evoluções e manobras para a conservação da esquadra reunida na linha ou estação preestabelecida, já na faina de dar caça, visitar navios que se aproximam ou não são avistados, já na expectativa de uma surtida do inimigo bloqueado.

O grande Nelson, porém, em seu memorável bloqueio de Toulon, que precedeu a batalha de Trafalgar, não se contentava com a labutação ordinária, para trazer a sua gente sadia de corpo e de espírito. Não se lhe dava de distanciar-se do porto bloqueado para não conservar a sua esquadra estacionária e dava a razão de seu procedimento em uma carta escrita naquela época ao seu velho amigo Dr. Mosselez, no seguinte trecho: “Situada, como tem estado esta esquadra, sem um porto amigo onde possamos obter as coisas que nos são mais necessárias, procuro evitar mudando de zona de cruzeiro, que os espíritos se saciem com a uniformidade da perspectiva, algumas vezes chegando à vista de Toulon, Ville-Franche, Barcelona e outras vezes navegando em volta da Minorca, Majorca, Sardenha e Córsega e duas ou três vezes ancorando por poucos dias, ou mandando um navio procurar cebolas que julgo a melhor coisa que se pode dar aos marujos; tendo sempre bons carneiros para os doentes, bois em pé quando podemos apanhar e abundância d’água potável... O comandante-em-chefe deve atender a tudo isso...” A crítica retrospectiva que agora estive fazendo do papel secundário que a esquadra representou no período do bloqueio passivo do Paraguai, é a mesma que fazíamos na ocasião, em nossos colóquios íntimos com os mais dedicados amigos do Almirante Tamandaré e os mais interessados em sua glória pessoal: Otaviano, em suas frequentes aparições no teatro da guerra, Tamborim e Carneiro da Rocha, meus companheiros, ajudantes-de-ordens, Garção, o comandante do APA, Carlos Frederico, chefe de saúde da esquadra e o inteligente Etchebarne então oficial da armada chefe dos práticos. Mas, Tamandaré, cheio de si pela importância imensa que lhe dava o Governo Imperial, era inacessível a qualquer sugestão.

Otaviano tremia só com a idéia de poder ferir-lhe a susceptibilidade. A verdade é que com um pouco de inventiva e de nervos, a ação poderia se ter feito em todo o decurso da guerra com muito maior energia e eficácia, se o Governo Imperial desde o princípio da campanha tivesse cientificado o Almirante, como mais tarde fez o Ministro Afonso Celso ao Visconde de Inhaúma, que o seu pensamento não era de suplantar o Paraguai preservando intacta a esquadra para possíveis emergências ulteriores. Reproduzirei, recordando as idéias que trocávamos no Estado-Maior do Almirante, como pensávamos empregar ativamente a esquadra enquanto o exército se preparava para prosseguir na invasão. A esquadra em sua incursão pelo rio Paraguai devia ir limpando as suas duas margens, desembarcando força suficiente, sob a proteção de seus fogos, para ir arrasando as matas que as cobriam, de modo a poder dominá-las até o máximo alcance de sua artilharia.

Até as barrancas de Curupaiti o nível da margem esquerda sendo tão baixo como o do Chaco, na mesma extensão, o inimigo não poderia opor resistência séria aos nossos desembarques. Pelo lado do Chaco a esquadra poderia com sua força de desembarque operar um reconhecimento até acima de Humaitá, o qual lhe era indicado até pela circunstância de haver o governo transmitido, para exame do Almirante, um projeto do Capitão-Tenente Gabaglia, lente da Escola de Marinha, da abertura de um canal pelo mesmo Chaco que inutilizaria em grande parte o valor da fortaleza de Humaitá, projeto que nada tinha de extravagante, e, ao contrário, seria muito mais praticável do que, com objeto análogo, realizaram os americanos-do-norte na Guerra da Secessão. Essas considerações não são meras críticas retrospectivas; era a crítica que se fazia na esquadra e no exército; e quanto às idéias que afirmo discutíamos no Estado-Maior e interessávamos mesmo o Almirante quando ele nos dava alguma liberdade na conversação, essas idéias tiveram a sanção da prova, foram postas em execução, algumas no todo, outras em parte; somente o foram muito mais tarde; mas, ainda assim com bom resultado. O testemunho que quero trazer para a História, é de que Tamandaré, tendo sido até o fim da sua carreira o oficial de bravura mais brilhante que teve a nossa Marinha, não era, pelo seu estado valetudinário, em 1866, e também pela deficiência de sua instrução profissional, o Almirante para ser investido da autoridade ilimitada que lhe conferiu o Governo Imperial na direção das operações

navais na Guerra do Paraguai. Quando o governo era censurado pela demora da guerra, os ministros respondiam que se devia ter como justificada pela confiança que lhes mereciam o Almirante e o general. Se Tamandaré tivesse servido, como mostrou-se disposto a servir, sob o comando de Caixias, o Brasil teria tido o seu Farragut. É esta a minha convicção profunda. Faltou, infelizmente, ao preclaro cidadão, a consciência que bradou alto ao grande Jervis, compelindo-o a renunciar a um comando-em-chefe, na frente do inimigo, pelo reconhecimento de que o seu corpo alquebrado já não podia suportar tamanho fardo. Tamandaré sob a sua musculatura avantajada e sob uma soberba aparência de robustez, tinha desde aquela época o organismo profundamente minado por lesões graves e vícios constitucionais que lhe infligiam atrozes sofrimentos. Ele reagia como um estóico contra dores físicas a ponto de ocultá-las; mas, a enfermidade se manifestava por crises prolongadas de absoluta incapacidade para a ação e aversão ao movimento, sintoma caracterizado pelo hábito sedentário e, mui singularmente, pela mania que tinha de escolher para seus *tenders* em suas excursões forçadas vapores os mais vagarosos da esquadra, como o *Onze de Junho* e o *General Osório*. Refratário a todo regime dietético e só acreditando na homeopatia, ele era o seu próprio médico; e, raro era o dia em que se não medicava segundo o tratado do Dr. Cochrane, único livro que lia. Durante as duas campanhas do Uruguai e Paraguai, Tamandaré teve alguns assomos de atividade brilhante em que parecia ressuscitar o Comandante Marques Lisboa. Isso se viu em Paissandu, em Uruguiana e na semana que precedeu a tomada de Curuzu.

Nos intervalos desses espasmos de energia, de bom grado, embaalhava a espada, e se absorvia na diplomacia sempre suspicaz em relação aos aliados. Então, sim, era verdadeiro até certo ponto o símile de sua conduta com a de Nelson, quando este se justificava de sua inação em Palermo, a despeito das ordens em contrário de Lorde Keith, seu superior hierárquico, pela consideração de que, em sua opinião, o interesse capital da política inglesa no Mediterrâneo era a salvação do Reino de Nápoles contra a invasão francesa. A diferença que se pode notar, é que o gênio nefasto que se apoderara dos dois guerreiros, desviando-os da senda da glória, em um caso se apresentara sob a forma de uma mulher funesta e fascinante e no outro, da diátese implacável da gota.

.....

Com o Exército

ENQUANTO a esquadra se enlanguescia na sua primeira estação de bloqueio nas águas do Paraguai, o Exército aliado, também a defensiva estratégica feria vários combates, e, sem o querer, de todas, a maior batalha da guerra, a de Tuiuti, em 24 de maio.

Como nessa época ia frequentemente ao acampamento dos aliados, já em excursões para completar o reconhecimento topográfico do terreno de que estava incumbida, já como portador de comunicações verbais do Almirante aos generais, as minhas informações sobre os episódios da campanha terrestre naquele período, não são de pura oitiva. O primeiro combate, o de 2 de maio, deu-se quando o Exército aliado se reunia e se preparava no Passo da Pátria para prosseguir a invasão, deixando este ponto fortificado para servir-lhe de base de operações provisória, até que pudesse operar contra a margem do Paraguai, segundo um plano proposto pelo General Mitre. O Almirante achava-se no Quartel-General de Osório por ocasião daquele combate e eu o acompanhava. Ao primeiro tiroteio nas avançadas, Osório montou logo e partiu a todo galope na direção do fogo, que se foi tornando muito vivo. O Almirante a pé como estava, seguiu também para a frente. Pensávamos poder assistir a uma grande batalha, talvez decisiva. Fomos logo encontrando feridos e entre estes um oficial

uruguaio baleado na perna. O Almirante foi que fez o primeiro curativo com o seu lenço, aplicando-lhe uma atadura com as próprias mãos para evitar a hemorragia.

Nunca soubemos o nome desse oficial nem qual tinha sido o seu destino. O Almirante foi sempre caminhando a despeito das balas que zumbiam sobre nossas cabeças até a distância de observarmos que o inimigo se retirava batido. Havia o inimigo surpreendido o posto mais avançado da nossa vanguarda onde o General Flores, que a comandava, tinha imprudentemente colocado uma bateria de quatro canhões, apoiada apenas por um batalhão de infantaria em terreno aberto e cercado de altos macegais. O inimigo no primeiro ímpeto conseguiu apoderar-se dos quatro canhões, mas, querendo envolver o batalhão que os apoiava, o 9º de linha, descobriu o flanco aos reforços que logo avançaram e que o derrotaram, infringindo-lhe perdas consideráveis.

Comandava o batalhão o Coronel Pedra que nesse dia confirmou a reputação de bravura que adquirira desde a revolução praieira de Pernambuco.

O General Flores resgatou aos olhos dos aliados a incorreção com que dispusera o seu acampamento em frente do inimigo, pelo extraordinário sangue-frio com que se envolveu no mais renhido do fogo, dirigindo em pessoa o contra-ataque vitoriosamente. Esse ataque do inimigo foi sem dúvida, da parte de López, a temeridade mais estúpida que todas as outras em que prodigalizou, insensatamente, o sangue dos seus soldados, oferecendo batalha aos aliados na posição que ocupavam no Passo da Pátria, tendo os seus flancos apoiados em esteiros ínvios e a esquadra que a pequena distância cobria-lhes a retaguarda. Era, realmente, uma dessas posições em que se pode resistir na proporção de um contra cinco. Mítre, Osório e Flores, que não pecavam por demasiada circunspecção (não obstante a opinião contrária dos mariscales do rio da Prata) julgando-se apertados no estreito campo do Passo da Pátria, resolveram marchar para frente, apesar de se acharem com a cavalaria quase totalmente a pé e desprovidos inteiramente de animais de tiro para a mobilização da artilharia e outros materiais. Em tais condições não poderia ocorrer aos aliados uma guerra de movimento. Tudo o que poderiam fazer era forçar diretamente os obstáculos que fossem encontrando na estrada estratégica que do Passo

da Pátria conduzia a Assunção, tendo em seu flanco esquerdo a praça de Humaitá. Nesse movimento alcançaram os aliados em um dia de marcha o campo de Tuiuti, onde conseguiram o objetivo imediato e tinham em vista que era o terreno suficiente para desafio de um exército de quarenta mil homens. O planalto, através do Esteiro Bellaco, que se dilatava em Tuiuti, tornava a estreitar-se em desfiladeiro na frente dos aliados. Ali se tinham fortificado os paraguaios, desde o dia em que abandonaram o Passo da Pátria. À direita e à esquerda do desfiladeiro todos os pontos no Esteiro já estavam sendo igualmente fortificados, formando a famosa linha de Rojas, diante da qual se estatelaram os aliados por mais de um ano. Os nossos postos avançados tendo se estabelecido no ponto em que o campo começava a afunilar-se, o grosso do exército aliado acampou escalonado, formando como uma cunha, ocupando os argentinos a ala direita, os brasileiros e orientais o centro e a ala esquerda. A ala direita apoiava-se em uma das bacias mais profundas do Esteiro Bellaco; a ala esquerda, porém, estava no ar. Entre ela e os terrenos alagadiços e lagoas que se estendiam até à margem do Paraguai, havia uma densa mata e por trás um campo denominado Potreiro Pires. A mata e o Potreiro ficaram por muito tempo em poder do inimigo. Este era o maior defeito da disposição do acampamento dos aliados em Tuiuti, podendo-se também notar que por demasiado compacta não oferecia a necessária elasticidade para as tropas se estabelecerem em ordem de batalha, sobretudo, contra um ataque vigoroso sobre o flanco. Foi nessa disposição, entretanto, que os aliados receberam a batalha de 24 de maio em que os paraguaios foram batidos, menos pela superioridade numérica e material dos aliados, do que pela inércia do comando inimigo, mandando atacar ao mesmo tempo a esquerda, o centro, a direita e a retaguarda dos aliados, quase que exclusivamente com infantaria, de modo que cada uma das colunas de ataque teve de haver-se com forças tanto mais superiores dos aliados, quanto estes dispunham de numerosa artilharia. Na ordem cerrada em que se achavam os exércitos aliados, na diretriz do ângulo que apresentava ao inimigo, é evidente que o centro devia ser, como era, o seu ponto mais forte; ele só poderia ceder a um vigoroso ataque se fosse feito com artilharia seguido de cargas sucessivas de grandes massas de cavalaria pelos flancos. Ora, não dispunham nem de uma nem de outra destas armas os paraguaios. O ataque trazido pelo inimigo, pelo Potreiro Pires à nossa

retaguarda, foi frouxo e tardio. Osório teve todo o tempo de manobrar com os seus pesados canhões Lahitte de 12, movidos a braços por infantes contra a fraca coluna inimiga que assomava pela bocaina do Potreiro à retaguarda do nosso flanco esquerdo, já depois de repelidos os ataques ao centro e à esquerda. Igualmente débil foi o ataque levado à ala direita dos argentinos. A mortandade descomunal que experimentaram os paraguaios, conquanto devida em parte à superioridade do nosso armamento, prova cabal de que os ataques principais foram dirigidos contra os pontos em que os aliados se achavam mais fortes. O bravo Mallet não teve necessidade de manobrar a sua artilharia para contribuir em imensa proporção nas perdas do adversário; ao contrário, ele se considerou tão bem apoiado na posição que ocupava, que esperou para romper fogo que o inimigo chegasse a alcance de metralha, com alça a zero na sua bateria.

No dia seguinte ao da batalha, estive no campo, tendo-me transportado para ali pela Lagoa Pires e Potreiro do mesmo nome, onde só encontrei algumas patrulhas de nossa cavalaria, de uma das quais tomei o zuíno em que me apresentei ao Quartel-General, com grande espanto de Osório quando lhe disse o caminho que havia seguido: “Não me faça mais isto”, disse-me ele, em tom paternal”, enquanto eu não puser os paraguaios para fora daquela mata.” Pelas impressões que recebi no campo de batalha ainda fumegante, que percorri todo, e pelo que ouvi do próprio Osório e de outros generais, assim como de oficiais que se bateram em diferentes pontos, fiquei convencido de que, se o inimigo em vez de nos atacar por todos os lados, houvesse manobrado para envolver o nosso flanco esquerdo, teria nos infligido tremenda derrota. Esse plano de ataque era tanto mais indicado, porque cortava os aliados de sua base de operações do Passo da Pátria e ainda porque no caso de insucesso garantia ao adversário uma retirada fácil e segura pelo Potreiro Pires e pela mata que o separava de Tuiuti mata de que eles ainda estavam senhores dois meses depois.

Não obstante a insensatez do plano de López, os ataques pelo centro e esquerda foram tão impetuosos que, se não tivéssemos tido à testa dos nossos bisonhos voluntários da pátria um general como Osório, que aliava ao denodo de um Ney a lucidez e presença de espírito de um Davous no campo de batalha, o resultado da jornada poderia ter sido o aniquilamento dos aliados, às portas do Paraguai.

Mas, a guerra é isso mesmo: a não ser por uma superioridade esmagadora de forças, ou por combinações geniais, a razão determinante do ganho das batalhas, em geral, não é outra senão um erro do inimigo, do qual o vencedor sabe tirar partido. Nas referências e comemorações que se faz entre nós da batalha de 24 de maio, aprazem-se os nossos chauvinistas, ante a preeminência incontestável de Osório, naquele feito d'armas, em amesquinhar a personalidade do general-em-chefe dos Exércitos Aliados, por não ter, com a sua figura, dominado toda a ação, como se a um título estivesse necessariamente ligada a responsabilidade moral e efetiva não só da direção geral da guerra como de todas as suas peripécias e contingências.

A história imparcial há de reparar o erro e a injustiça desse juízo. A função de generalíssimo em exércitos aliados não absorve nem exclui, necessariamente, as responsabilidades e as glórias de cada um dos comandantes-em-chefe. Tampouco, nos feitos de guerra, de ordinário, a parte demonstrativa ou mesmo decisiva, que possa caber a um general subordinado diminui a glória do comandante-em-chefe. Dessais em Morengo, Davous em Eckmull, Massena em Euling, não abateram Napoleão, do mesmo modo que Nelson na batalha naval do Cabo São Vicente não empalidece os louros de Jervis, nem Collingood em Trafalgar ofusca a glória imortal de Nelson. No caso particular do papel do General Mitre, na batalha de 24 de maio, é preciso considerar a circunstância de que tendo sido uma batalha defensiva prevista, estava diante mão fixada e limitada a ação de cada um dos generais aliados, salvo a emergência que se não verificou da necessidade de manobras ou da transposição dos diferentes corpos de exército, para a defesa comum. A cada um dos generais pertencia a defesa da posição ocupada pelas forças sob suas imediatas ordens. Há ainda que atender às condições locais, e às conveniências da economia e disciplina que se observavam nos acampamentos comuns, em virtude das quais evitava-se o *pêle-mêle* das tropas aliadas, conservando-as, todavia, em contato tático. Cada um dos generais tinha a sua barraca no meio das suas tropas e os três quartéis-generais distanciavam-se entre si. O General Mitre, com muito tato, não obstante a sua posição política eminente abstinha-se de cercar-se de aparato externo que o distinguisse dos seus colegas. O Quartel-General dos Exércitos Aliados, nunca foi senão uma ficção, um nome, que só figurava nos boletins dos grandes acontecimentos da guerra. A quem entre nós houver estudado a Guerra do Paraguai

com espírito desprevenido, não é dado desconhecer os benefícios que auferimos, na conjectura tremenda da Guerra do Paraguai, da nossa aliança com a República Argentina, inspirada por um espírito elevado, leal e seguro como o do General Mitre. O preço desses benefícios não se pode estimar devidamente, considerando todo o mal que nos poderia provir da infidelidade daquele aliado. Nem o comando-em-chefe dos exércitos aliados, comportava para o General Mitre à ocasião de adquirir o renome de um grande cabo-de-guerra, atenta a superioridade do contingente armado do Brasil, do qual ele não podia dispor a seu arbítrio. O seu comando-em-chefe dos Exércitos Aliados, era mais um título nominal do que uma função. O Chefe de Estado, pondo-se em campo para contrabalançar a inferioridade do efetivo das forças de sua Nação, bem merecia aquela homenagem de seu aliado mais poderoso. Generalíssimo, de fato, foram o Duque de Caxias e o Conde d'Eu, quando já se não achavam no teatro de operações os generais Mitre e Flores; só àqueles cabe exclusivamente a responsabilidade, a glória ou o deslize das operações que dirigiram. Mas, no período em que comandaram os exércitos aliados os três generais, nominalmente designados no Tratado da Tríplice Aliança, a responsabilidade da direção geral da campanha, bem como a de todos os atos praticados em virtude de deliberações nos conselhos de guerra dos mesmos generais, é indivisível. Salvos os casos em que, porventura, se tivessem comprovado falta intencional na colaboração ajustada, falta que foi imputada ao General Polidoro, por ocasião da batalha de Curupaiti, até hoje ainda não apurada rigorosamente. Com relação à batalha de 24 de maio, os três generais que a realizaram, não estão isentos da censura de se terem contentado de repelir o ataque, não aproveitando as perdas enormes que sofreu o inimigo para pô-lo em completa derrota, perseguindo-o, enquanto pudessem reunir um batalhão ou um esquadrão com alento para caminhar. Os testemunhos mais insuspeitos são acordes em que o exército inimigo ficou de tal maneira desbaratado que não foi senão depois de três ou quatro dias que conseguiu reunir os restos esparramados de seus regimentos.

Não pertença ao número daqueles que só escrevem sobre assuntos históricos para darem pasto a seu espírito crítico. Mas, penso que uma narrativa histórica de uma guerra torna-se duplamente instrutiva quando é acompanhada de análise, crítica impessoal e clarividente. O verdadeiro historiador, é aquele que escrevendo os acontecimentos e com rigorosa

fidelidade, nota, entretanto, o curso que poderiam ou deveriam ter tomado se, no que dependem da vontade ou da inteligência humanas, se lhes houvesse imprimido outra direção.

A batalha de 24 de maio foi, em relação à individualidade de Osório, a última chama produzida pela combustão do brio militar e do patriotismo daquele grande coração de soldado.

Quem como eu praticou com ele no dia seguinte ao da batalha e nos subsequentes, mal podia reconhecer o esquelético fantasma do inválido que tinha diante de si, o guerreiro imponente da véspera. Ao rapto sublime de energia, seguia-se um colapso desolador. Num estado de enervamento, comprazia-se em contar e recontar os episódios da refrega, e com particularidade aqueles em que vira tombar a seu lado alguns dos seus mais bravos oficiais, sobre os quais se expressava com o enternecimento e a dor de um pai extremoso narrando a catástrofe em que a morte arrebatasse de um só golpe os filhos diletos.

Então, já que não havia mais recear o primeiro impulso da fúria paraguaia concentrada, a responsabilidade do comando tornou-se para ele uma túnica de Nessus.

Conhecendo o seu estado de saúde, Osório pediu imediatamente ao Governo que lhe desse substituto. O Governo Imperial não havia até então considerado, devidamente, o caso da substituição eventual do comandante-em-chefe do nosso Exército. O próprio Osório, não me recorde se nesta ou em outra ocasião, dizia-me: “Se eu morrer ou for ferido em combate, o general mais graduado do Exército a quem cabe substituir-me, é fulano... que é quase cego. Uma vez ia metendo toda uma divisão que comandava em um pantanal, porque não enxerga nada a alguns passos diante de si.” O Governo Imperial teve dificuldade de encontrar substituto para Osório, não querendo, ou não podendo recorrer ao Marquês de Caxias, o único dos nossos velhos generais que estava na altura de ser posto à testa de um exército do qual se retirava o glorioso herói de 16 de abril e de 24 de maio. O nomeado, à capucha, a título de que ia inspecionar os hospitais e outras dependências do Exército em Montevidéu e Corrientes foi o General Polidoro (depois Visconde de Santa Teresa), um valetudinário cujas enfermidades lhe impediam de montar a cavalo e que só tinha por si os antecedentes de haver sido um bom comandante do Corpo Militar da

Polícia da Corte e diretor sereno da Escola Militar. Osório cujo estado de saúde se agravava muito, apressou-se em descarregar-se do comando, logo que soube da chegada de Polidoro a Corrientes. O velho Polidoro com a petulância que ostentava não conseguiu atenuar a profunda impressão que causou na alma do soldado a retirada do seu chefe idolatrado. Os antigos comandados de Polidoro, na Escola Militar, pasmavam do contraste da bonomia de então, com a sua austeridade de outrora. Qual dos aspectos opostos era o natural do homem? Eu creio que nenhum dos dois. Polidoro não era uma personalidade militar. A tropa tem, quase sempre, o dom de adivinhar as qualidades do seu general antes de serem postas à prova. As nossas tropas haviam sofrido pacientemente desde às margens do Prata até às bordas do Paraguai, a rudeza do mando de Osório. Elas tinham, porém, a intuição de que em presença do inimigo ele seria o expoente algébrico do valor do soldado brasileiro. A verdade é que o exército em geral recebeu com desconfiança o seu novo chefe. Mesmo entre os aliados, acreditava-se que o ascendente fascinante de Osório só poderia ser suprido pelo prestígio do nome de Caxias, ainda desta vez, deixado de reserva. No dia seguinte da posse de Polidoro, travou-se, nas linhas avançadas do nosso exército, um encontro bastante sério, inteiramente à *l'insu* do novo comandante-em-chefe. Dois oficiais superiores que comandavam na vanguarda, um brasileiro, o Coronel Vitorino, e outro oriental, o Coronel Flores, filho do General Flores, com mais temeridade do que disciplina, combinaram-se para desalojar um posto avançado inimigo na mata, a que já me tenho referido, situado à esquerda do nosso acampamento. Os paraguaios, bem entrincheirados, repeliram a imprudente tentativa causando perdas muito sensíveis à força agressora composta de brasileiros e orientais. O Coronel Vitorino pagou caro a sua audácia, recebendo um ferimento grave na mão que o deixou mutilado. Eu estava no Quartel-General quando aquele valente coronel, por ali passou, transportado ferido em uma padiola. Na exaltação febril em que se achava, fazia desabridas exprobações ao General Polidoro por não haver prestado apoio pronto à sua intentona, e, revoltado contra a própria divindade, exclamou: “Deus é injusto; um bravo como eu não devia ser ferido.” A sua situação e as suas palavras, correspondiam, exatamente, ao conceito que dele fazia o General Osório e que dia antes me havia expressado em conversa: “Vitorino tanto tinha de fanfarrão como de

realmente valente.” O Coronel Vitorino era natural de Pernambuco, mas tendo feito toda a sua carreira no Sul, de tal maneira se identificara com o *elan* da cavalaria rio-grandense que escapava inteiramente ao qualificativo de – *baiano* – desdenhosamente aplicado no Rio Grande aos filhos do Norte, que ali chegavam inexperientes na prática do campo. O inimigo que desde 24 de maio não ousava mais sair das trincheiras, encorajado pela repulsa da provocação que lhe fizeram as nossas avançadas, mostrou-se na orla da mata, com o desígnio aparente de hostilizar dali o flanco esquerdo do nosso acampamento. O combate que se travou para repeli-los da mata foi dos mais encarniçados que se deram durante toda a guerra tendo nele tomado parte, sucessivamente, quase todos os nossos corpos de infantaria, os orientais e alguns batalhões argentinos. As perdas em todo o exército aliado, foram consideráveis e com certeza muito maiores que as do inimigo abrigado nos três períodos da luta; o primeiro em que o inimigo se batia na mata e os nossos em campo aberto; o segundo em que uns e outros renhiam dentro da mata e o terceiro em que os paraguaios, retirando-se, abrigavam-se nas trincheiras, continuando os nossos a atacá-los a peito descoberto. Desde aquele dia ficamos senhores da mata em quase toda a sua extensão, na qual se estabeleceu a célebre – *linha negra* – em que perdemos tantos bravos. A propósito do combate de 18 de julho, dizia-me o General Mitre, poucos dias depois que, ali, se tinha dado uma nobre competição entre a infantaria argentina e brasileira, que aquela avançava com mais *frénésie*, mas que a nossa tinha mais constância no fogo. Eu não tenho os elementos para fazer a crítica do único combate em que se empenhou o nosso exército sob o comando de Polidoro, mas quer-me parecer que um general mais experimentado que houvesse dirigido a ação em pessoa, teria escolhido para pôr-lhe termo o momento em que os paraguaios se recolheram às suas trincheiras, verificando terem sido inúteis todas as perdas que sofremos dali por diante. O que ocorreu, entretanto, foi só ter o combate cessado quando não tínhamos mais batalhões frescos para se revezar no fogo, isto é, só ter cessado – *faute de combatants*.

À proporção que os aliados iam efetuando a remonta de sua cavallhada perdida por ocasião da passagem do Paraná, as suas fileiras rareavam-se consideravelmente pelas perdas dos combates e das moléstias, e, nas tropas argentinas na maior parte composta de estrangeiros engajados,

também, pelas deserções; de sorte que, a uma causa de inação seguia-se outra não menos imperiosa.

Os argentinos e orientais depois da invasão, não só não preenchiam os claros de seus corpos, como até foram compelidos a retirar alguns batalhões do teatro das operações para atenderem a necessidades da política interna das duas Repúblicas; e os reforços que chegavam para o exército brasileiro eram tão insignificantes, depois da brusca suspensão do alistamento de voluntários, impensadamente, resolvida pelo Ministro Saraiva, durante a ausência do Imperador no Rio Grande do Sul, que o efetivo de nossas forças nunca mais pôde atingir ao número com que se apresentaram nas margens do Paraná. Graças, porém, à exígua extensão territorial do Paraguai e à natureza de suas fronteiras, os aliados, com suas forças terrestres e navais, mantinham toda a nação inimiga em verdadeiro assédio. Salvas emergências externas, o triunfo da Aliança era uma questão de tempo. Manter, portanto, a Aliança e apertar cada dia mais os seus laços, devia ser a preocupação dominante dos governos das três nações e dos generais que as representavam à frente do adversário comum.

Verificava-se na guerra movida pela Tríplice Aliança, o que é comum na história das guerras da mesma natureza política, isto é, depender o êxito da coligação mais da habilidade política dos aliados do que dos azares dos combates.

Em semelhantes condições não foi bem avisado o Governo Imperial, dando aos seus generais em campanha a plena liberdade de ação na direção da guerra. O princípio da absoluta confiança no general investido do comando-em-chefe, é necessário quando se trata da ação singular de uma potência beligerante, mas não pode deixar de sofrer restrições, quando se trata da ação conjunta de aliados. O depoimento que devo consignar para a história da guerra do Paraguai, é que a exageração da confiança do Governo no Almirante Tamandaré, enfatudou-o de tal modo que ele se julgava com poderes até para romper a Aliança. Ele ameaçou rompê-la com o General Flores em Uruguaiana; e nas provocações de Monte Casseros, em Corrientes. Se a confiança do Governo, fundava-se na bravura do destemido marinheiro, o mais capaz de conduzir à glória a nossa jovem Marinha, formada em sua maioria na paz, era um erro, entretanto, conferir-lhe atribuições amplas de um procônsul sobre todo o vasto e acidentado teatro

da guerra, em que López abria a campanha ao Sul do Paraguai, invadindo simultaneamente Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Corrientes. Para logo, Tamandaré estaria perfeitamente justificado, conservando-se na base de operações que escolhera, em Buenos Aires, donde poderia com mais eficácia dirigir a ação das forças navais sob seu comando sobre as duas linhas de operações do Uruguai e do Paraná. Mas, a defecção do contingente entrerriano de Urquiza, a agitação política em que se achavam outras províncias argentinas, a pouca segurança do governo dos partidários de Flores, elevado ao poder pela intervenção da armada do Brasil, eram outras tantas razões ponderosas que atuavam continuamente no espírito de Tamandaré para não lhe permitir a necessária calma nem aconselhar maiores sacrifícios da esquadra, que ele procurava reservar e preservar para futuros acontecimentos, que lhe pareciam inevitáveis.¹

1 Infelizmente, sobre tão interessante assunto, não nos é possível prosseguir, por faltarem cinco páginas nos originais – Nota de R. T.

.....

Curuzu e Curupaiti

AO MESMO tempo que se embarcavam no Passo da Pátria as tropas do Conde de Porto Alegre, os encouraçados *Brasil*, *Barroso*, *Bahia*, *Lima Barros*, *Rio de Janeiro* e *Tamandaré* avançavam rio acima, ao romper do dia com ordem de forçarem todos os obstáculos que encontrassem até Curupaiti. As obstruções em frente de Curuzu, foram transpostas sem incidentes, bem como a estacada de Curupaiti que cedeu ao impulso da massa do – *Brasil* –. Este encouraçado e o *Barroso*, tendo transposto incólumes as baterias de Curuzu e de Curupaiti, voltaram águas abaixo sempre de baixo de vivo fogo para ocuparem as posições que lhes haviam sido designadas entre os dois pontos. Os outros quatro, fundearam pelo través de Curuzu. O canhoneio manteve-se vivo de parte a parte durante todo o dia e não cessou de todo durante a noite, tendo os navios conservado as mesmas posições. Apesar da pequena distância a que se batiam os navios encouraçados, nenhum foi vulnerado em suas partes vitais, casco e torres casamatadas.

Mas, todas as superestruturas acima dos conveses ficaram destruídas. No – *Rio de Janeiro* – as balas e estilhaços que penetraram pelas portinholas no interior da casamata, desmontaram dois dos seus quatro canhões de grosso calibre, e feriram gravemente um oficial e alguns ma-

rinheiros. Não se tendo concluído no mesmo dia o embarque do pessoal e material do 2º Corpo de Exército de Porto Alegre, continuou no dia seguinte a luta entre os encouraçados e as baterias de terra. O fogo de Curuzu, porém, diminuiu de intensidade por termos desmontado alguns de seus canhões. O desembarque só se efetuou nesse dia à 1 hora da tarde, um pouco abaixo do descampado de Curuzu, onde nenhuma resistência poderia opor os paraguaios pela razão de que os fogos da esquadra os varriam totalmente.

Nessa mesma tarde o Conde de Porto Alegre, tendo da orla da mata examinado detidamente a fortificação de Curuzu, resolveu tomá-la de assalto na madrugada seguinte.

Na mesma hora em que se operava o desembarque, ocorria em frente a Curuzu a catástrofe da submersão do – *Rio de Janeiro* – causada pela explosão de um torpedo submerso debaixo da sua popa, levando no bojo metade de sua tripulação: o seu bravo comandante, o 1º-Tenente Silvado, os tenentes, tendo apenas sobrevivido da sua oficialidade, o 1º-Tenente Custódio José de Melo. Tamandaré que havia ido ao encontro de Porto Alegre, acabava de oferecer-lhe o seu escaler para conduzi-lo a terra, quando chegou um oficial do navio-almirante que lhe ia dar parte do infausto acontecimento. Era a primeira manifestação da fortuna adversa que ia fazer com que os reveses fossem sempre maiores que os sucessos, na execução do plano engendrado pelo velho Almirante. A perda de um encouraçado no primeiro cometimento da esquadra nas águas do Paraguai, diante do menos terrível dos obstáculos que o inimigo podia opor-nos no seu rio, era por si só tão sensível para nós, quanto animadora para o inimigo, ainda mesmo que, com a poderosa máquina de guerra se não tivessem afundado tantos bravos oficiais e marinheiros, uns tragados pelo golfo da imersão súbita da pesada massa, outros vitimados pela metralha que chovia sobre os naufragos.

O – *Rio de Janeiro* – fora o último dos três encouraçados casamatados construídos no Arsenal de Marinha do Rio, durante a guerra, e incorporado à esquadra. O ataque a Curuzu, na véspera, fora o batismo de fogo do – *Rio de Janeiro*.

A mim o que mais impressionou no terrível desastre, foi a morte de Silvado, não só porque a Marinha perdeu nele um dos seus oficiais mais

esperançosos, como pelos antecedentes singulares passados entre mim e ele, pessoalmente, que se ligavam à fatalidade do seu trágico fim. Entre nós não havia outras relações senão as de mútua simpatia. Eu o tinha conhecido em uma de minhas passagens pela Bahia, em 1881, em cuja estação comandava ele um pequeno navio.

Depois só nos avistamos quando chegou ao Paraguai, comandando o – *Rio de Janeiro*.

Não nos podendo encontrar com freqüência, já pelas minhas múltiplas ocupações de secretário do Almirante, já porque as distâncias, às vezes, eram grandes entre os navios da esquadra, e, por isso estabeleceu comigo correspondência diária. Um outro detalhe do serviço era antes o pretexto do que o motivo real de suas cartas. A nota dominante nelas era a sua preocupação pelo desenlace da guerra e um vago pressentimento de que seria uma de suas vítimas. Conservo algumas dessas cartas e entre elas uma que dizia:¹ Mas, o que mostra que o desventurado colega sentia-se atraído pela morte, sem todavia procurar esquivar-se aos seus golpes, antes expondo-se a eles temerariamente, é o curioso incidente que vou narrar. Eu já referi que no primeiro dia de ataque a Curuzu o – *Rio de Janeiro* – fora posto fora de combate por ter ficado com a sua artilharia inutilizada, do único bordo que poderia apresentar ao inimigo, achando-se fundeado no meio do rio. Para reparar os estragos nas carretas dos canhões desmontados e também para poder retirar de bordo os feridos, Silvado fora obrigado a retirar-se do fogo durante a noite, indo ancorar à retaguarda da divisão a que pertencia, comandada pelo chefe Elisiário Antônio dos Santos (depois Barão de Angra). Achava-se ele nesta posição quando na manhã do dia 2 de setembro, dirigia-me em um escaler ao – *Lima Barros* – para transmitir ordens do Almirante ao chefe Elisiário. Ao passar ao lado do – *Rio de Janeiro* – Silvado pediu-me com instância que saltasse a bordo para ver a razão pela qual não estava em fogo. Disse-lhe que não era necessário que eu visse, pois, já o Almirante sabia que estava com a artilharia inutilizada. Insistiu tanto, porém, que de volta do – *Lima Barros* – atraquei no – *Rio de Janeiro* – e depois de haver examinado as avarias das carretas, reconhe-

1 A carta aludida não foi transcrita nos originais, nem a encontrei no arquivo do Almirante Jaceguai. Nota de R. T.

cendo que não podiam ser remediadas eficazmente em poucas horas, disse ao meu camarada: “não se apresse atamancando os consertos sérios de que precisam as carretas, porque atamancadas não resistirão ao primeiro tiro; peça o material e operários de que precisar, se os seus maquinistas e artífices de bordo não puderem fazer obra boa; conserve-se no lugar em que está e comunique por sinal ou por outro meio, quando estiver pronto, mas não se mova daí sem sinal do Almirante para ir ocupar o seu lugar na linha: comunicarei ao Almirante o que estou combinando com você.”

Pareceu-me tê-lo deixado menos preocupado com o mau efeito que supunha estar causando a sua demora na retaguarda. Não é preciso dizer que o Almirante aprovou o que fora combinado com o comandante do – *Rio de Janeiro*.

Silvado, porém, inspirado pelo seu mau fado, achou que a minha prudente recomendação não o escoimava da imaginária falta em que se reputava incurso, desde que lhe restava o recurso de bater-se apresentando a proa ao inimigo, o que poderia fazer, não fundeado, mas manobrando com as máquinas e o leme. Ora, além de ser muito difícil manobrar em um rio estreito, entre outros navios fundeados, dava-se a circunstância de que, saindo do canal já explorado, por onde haviam passado incólumes os encouraçados, corria-se o risco de bater em algum torpedo dos que sabíamos existirem ali imersos, pelas declarações de dois jovens paraguaios muito inteligentes que poucos dias antes se tinham evadido de Curuzu. Foi esta última hipótese que se verificou quando Silvado pôs-se em movimento duas horas depois de minha estada a bordo do seu navio, sem esperar o sinal que combináramos. Assim pereceu o intrépido Silvado, como Nelson e como Wolfe, vítima de seu pundonor exaltado que não pôde dominar nem mesmo o pressentimento de seu próximo fim. Conjeturava-se que o torpedo que meteu a pique o – *Rio de Janeiro* – explodiu chocado pela hélice do navio. De bordo dos navios que se achavam mais próximos, viu-se a coluna d’água levantada pela explosão envolver o extremo da popa do – *Rio de Janeiro* – por onde começou a submergir-se. Calcula-se que em 10 minutos a submersão do casco era total.

Os tripulantes não podiam abandonar o invólucro que se afundava, saindo pelas portinholas da artilharia; mas isso só foi a salvação para os nadadores e entre estes para os que escaparam à metralha no rio. A ra-

pidez da submersão, a dificuldade da saída da casamata e a barbaridade do inimigo metralhando os naufragos, explicam a perda da metade da tripulação, apesar da rapidez dos socorros enviados pelos navios que se achavam próximos. A impressão do lutuoso desastre do – *Rio de Janeiro* – dissipou-se com o alvoroço da tomada de Curuzu, na manhã seguinte, feito sem importância alguma, atenta a imensa desproporção das forças terrestres e navais atacantes em relação ao fortim liliputiano atacado. Para o Conde de Porto Alegre o assalto a Curuzu não foi senão mais uma ocasião de sobressair a proverbial impavidez com que se expunha ao fogo do adversário sempre na frente de suas tropas, luzido na correção de seu uniforme de general, sobre o seu cavalo ricamente ajaezado como se estivesse em parada.

A pequena guarnição de Curuzu foi perseguida pelos assaltantes até às baterias de Curupaiti que estes verificaram não ter defesa alguma pelo seu flanco esquerdo. Mas, essa perseguição foi feita em desordem por um punhado de soldados conduzidos por um bravo oficial da Guarda Nacional rio-grandense, o Coronel Astrogildo.

Se o Conde de Porto Alegre, logo em seguida ao assalto de Curuzu, houvesse avançado sobre Curupaiti, não teria encontrado talvez resistência maior do que encontrara em Curuzu; e se não pudesse manter-se na chapada de Curupaiti, onde López poderia acometê-lo com forças superiores, teria tido, pelo menos, tempo preciso para fazer saltar os parapeitos das baterias formidáveis assestadas, jogando ao rio os seus canhões, o que facilitaria, mais tarde, outro assalto com mais forças e a ocupação de Curupaiti. Os golpes dessa natureza são o principal serviço que podem prestar forças desembarcadas. Ainda mais: verificado que o flanco esquerdo das baterias de Curupaiti estava indefeso, devia-se ter obstado a que o inimigo o fortificasse; para isso bastaria ter-se derribado a mata existente à margem do rio entre aquele ponto e o descampado de Curuzu, mata que serviu de cortina ao inimigo para, à mão-salva, levantar obras poderosas de defesa. A mata arrasada e uma bateria de canhões de forte calibre que a esquadra podia fornecer, estabelecida à meia distância entre Curuzu e Curupaiti, esta última posição tornar-se-ia insustentável para o inimigo.

Estas medidas eram tanto mais indicadas quanto Porto Alegre estava no propósito de assaltar Curupaiti, para o que ele e Tamandaré requisitaram um reforço de infantaria do grosso do exército aliado. Mas,

conservando-se Porto Alegre em Curuzu, deixando a mata intacta em poder do inimigo, era óbvio que, 24 horas depois, estes já não podiam ser surpreendidos indefesos, sobretudo, atendendo-se às vantagens naturais da posição, a qual com qualquer fortificação paraguaia, dificilmente poderia ser expugnada de assalto. Concedendo, porém, que o reforço pedido por Porto Alegre de quatro mil homens lhe tivesse sido enviado com a máxima celeridade (não poderia ser transportado a Curuzu antes do dia quatro) e que sem perda de tempo ele tivesse atacado Curupaiti, e, concedendo mais que o tivesse tomado, como parecia bem provável, era duvidoso que o seu corpo de exército, pudesse receber na planície aberta de Curupaiti um contra-ataque de vinte ou vinte e cinco mil homens com que López dentro do seu quadrilátero teria podido acometê-lo. Por minha parte estou convencido que no dia dois, as forças com que Porto Alegre tomou Curuzu, não eram suficientes para a ocupação da chapada de Curupaiti; no dia quatro, o reforço de quatro mil homens solicitado não alteraria os termos da questão; primeiro, porque no dia quatro ele não teria se apoderado de Curupaiti sem resistência, na qual não podia deixar de sofrer perdas consideráveis; segundo, porque López não deixaria de cair sobre os assaltantes, sem lhes dar tempo de se formarem em ordem regular de batalha, no terreno que pisavam pela primeira vez. A censura que teve mais curso na ocasião, foi a de não se haver logo enviado a Porto Alegre reforços suficientes para poder fazer frente a todas as eventualidades.

Mas isso importava na mudança do eixo de ação do exército aliado, e no abandono da base de operações adotada, no Passo da Pátria; já não seria um movimento secundário, seria uma operação de grande importância, cuja responsabilidade não poderia ser deixada ao Conde de Porto Alegre, sendo apenas um comandante subordinado. Dispensadas, porém, as considerações de precedência de comando, tenho para mim que a posição de Curupaiti era naturalmente forte e que no dia quatro ou cinco de setembro, qualquer que fosse o número dos atacantes, o resultado teria sido idêntico ao do dia vinte e dois do mesmo mês, em que fracassamos completamente. Prosseguindo na narrativa dos acontecimentos, espero deixar liquidada a questão da responsabilidade pelo revés dos aliados em Curupaiti.

O pedido de reforço de Porto Alegre e do Almirante Tamandaré deu lugar a um conselho dos generais aliados. Nesse conselho de guerra o General Mitre depois de mostrar quanto seria arriscada a posição do Conde de Porto Alegre sobre a planície de Curupaiti, admitindo que conseguisse escalá-la, reforçado apenas por quatro mil homens, expôs que em seu entender lhe parecia preferível um movimento para a frente de toda a linha dos aliados dirigindo o principal ataque sobre a direita do inimigo apoiada em Curupaiti, contra a qual tínhamos a vantagem da cooperação da esquadra. O General Flores, à testa da cavalaria, já então remontada, deveria envolver a esquerda do adversário, por uma marcha de flanco por São Solano e Tuiucú. Adotado o seu plano, a ele General Mitre, corresponderia o comando direto do ataque principal. Aceito por todos os generais aliados o plano do General Mitre, deu-se começo a transladação de dez mil homens de infantaria, brasileiros e argentinos, para Curuzu. Enquanto se efetuava esta operação, López pediu uma conferência com os generais aliados para fazer proposições de paz. Convieram os generais aliados em que se acedesse ao convite de López, comparecendo, porém, somente o General Mitre por parte dos aliados. Foi a célebre conferência de Yataiti-Corá cujos resultados negativos deram lugar, com toda a verossimilhança, a ser considerada como um expediente astuto de López, para ganhar tempo de que precisava para melhor se fortificar, em Curupaiti.

Mas a conferência tendo tido lugar no dia 13 de setembro só no dia 17 os generais aliados se julgaram prontos para efetuar o grande movimento. É certo que López prevalecia-se da delonga do ataque para aperfeiçoar as obras de defesa de Curupaiti. Mas, não é menos certo que o seu móvel fazendo proposições de paz, foi o temor de um ataque geral a todas as suas linhas, informado como devia estar de que os aliados já haviam efetuado a remonta da sua cavalaria. Fazem demasiada honra aos talentos militares de López aqueles que atribuem o revés que experimentamos em Curupaiti às obras de arte ali acumuladas em dias apenas. O próprio General Mitre em um dos seus boletins encareceu nimamente essas obras. A posição era naturalmente tão forte, que quatro ou cinco mil homens de infantaria de boa tropa com uma dúzia de canhões, atrás de uma trincheira de pouco relevo, que a natureza do terreno permitia levantar em vinte e quatro horas, bastavam para resistir a um ataque na proporção de um con-

tra dez. Isto não quer dizer que a posição fosse inexpugnável, mas sim que não poderia ser tomada sem o sacrifício de quinze ou vinte mil homens, que era o número total dos assaltantes. Refiro-me a Curupaiti com perfeito conhecimento do terreno que tive ocasião de percorrer em todas as direções. Assisti ao ataque ora na esquadra, ora no campo da luta portador de comunicações verbais entre o Almirante e o Conde de Porto Alegre. Tive ocasião de percorrer grande extensão do descampado por onde avançaram as nossas colunas, se não no dia do ataque, mas poucos dias depois, indo como parlamentar à avançadas inimigas, com uma comunicação do Almirante a López relativamente à suspensão de hostilidades durante o tempo necessário para a nossa linha de bloqueio ser transposta por um navio de guerra americano que conduzia o Ministro Washburn. Nessa missão fui acompanhado pelo bravo Tenente Barbosa (hoje general) ajudantede-campo de Porto Alegre; finalmente, depois que López concentrou seu exército em Humaitá, percorri as trincheiras das quais havíamos recuado e grande parte do terreno que elas dominavam só acessível por alguns passos entre banhados profundos. Os assaltantes tinham de estreitar nesses passos a ordem em que avançaram e ali eram fulminados pela metralha, enquanto procuravam remover os abatizes para se estender de novo. Um espectador imparcial da batalha de Curupaiti nada teria tido que admirar na resistência do inimigo protegido por suas trincheiras em posição tão vantajosa. Teria se assombrado, sim, da intrepidez com que brasileiros e argentinos porfiavam em vencer tantos obstáculos diante dos quais teriam sido impotentes as legiões mais destemidas e experimentadas dos mais aguerridos exércitos de qualquer parte do mundo.

Felizmente para os aliados houve mais de um espectador neutro daquela memorável jornada.

A bordo do navio chefe achavam-se o Capitão Laparde do exército francês e um oficial da marinha sueca, o Tenente Lindbach: o apreço que eles manifestaram do denodo e disciplina dos soldados brasileiros e argentinos não teria sido maior se tivéssemos alcançado grande vitória.

Do alto dos mastros da – *Parnaíba* – que se achava em frente à bateria do ângulo da barranca, vi os nossos lanceiros a pé avançarem até a contra-escarpa do fosso debaixo da metralha de canhões de 68 e 32 calibres. Nunca se pôde saber com que número de soldados López acudiu à

defesa de Curupaiti, mas, a intensidade do fogo que sustentaram e a ordem cerrada com que guarneciam a extensa trincheira que atacávamos, fazem crer que a linha de Rojas, centro e esquerda inimiga, não podiam estar tão bem guarnecidos, a menos que López dispusesse ainda de trinta ou quarenta mil homens de infantaria e artilharia, o que seria exagerar muito o efetivo de seu exército depois dos grandes desfalques de tantos combates feridos desde a passagem do Paraná.

É, porém, incontroverso que as tropas que guarneciam Curupaiti haviam sido reforçadas pelas linhas de Rojas, onde López tinha concentrado a resistência aos invasores. Esta linha, portanto, no dia do assalto a Curupaiti, devia estar muito mais fraca do que estava anteriormente. Uma demonstração, ao menos de ataque por Tuiuti estava obrigado a fazer o General Polidoro, não tanto porque tivesse, infalivelmente, o efeito de afrouxar a resistência de Curupaiti, mas porque havia a probabilidade de encontrar insuficientemente guarnecidos alguns dos pontos da extensa linha de Rojas. Procurou Polidoro justificar-se da sua curiosa inação, afirmando que não se lhe fizera da esquadra o sinal convencionado, ou que o oficial encarregado de observar esse sinal não havia compreendido ou não havia lhe comunicado em tempo. O sinal era uma bandeira encarnada com uma cruz branca no centro, içada no tope do mastro grande do Patacho – *Iguaçu* – fundeado na última das bocas da lagoa Pires. O sinal se fez no momento próprio. Por ordem do Almirante, transmitida por mim: eu o vi desfraldado no patacho *Iguaçu*. A mastreação desse não muito alta era perfeitamente visível de vários pontos do potreiro; por isso o sinal convencionado era a forma mais rápida pela qual se poderia comunicar ao General Polidoro que se ia efetuar o ataque a Curupaiti. Conservo na minha carteira de campanha uma cópia dos sinais de bandeira combinados entre o Almirante e o General Polidoro para o dia do ataque. Destes sinais depreende-se que estava combinada uma ação geral em toda a linha de Rojas.

SINAIS DA ESQUADRA PARA O EXÉRCITO

DURANTE ATAQUE DE CURUPAITI

- 1 – Vai principiar o bombardeio de Curupaiti.
- 2 – O inimigo sustenta o fogo com vigor.
- 3 – O inimigo afrouxa seu fogo.

- 4 – O inimigo calou seu fogo.
- 5 – Chega reforço de gente ao inimigo.
- 6 – Chega reforço de artilharia ao inimigo.
- 7 – Aparece gente do 1º Corpo do Exército brasileiro.
- 8 – Aparece gente do General Flores.
- 9 – A força que aparece troteia com o inimigo.
- 10 – A força que é avistada parece procurar reunir-se ao 2º Corpo do Exército brasileiro.
- 12 – A força que aparece retira-se.
- 13 – Convém fazer um movimento para proteger.
- 14 – A Esquadra transpõe a estacada.
- 15 – Encalharam os navios da vanguarda.
- 16 – Encalharam os navios do centro.
- 17 – Convém preparar o assalto.
- 18 – Convém efetuar já a assalto.
- 19 – O inimigo concentra grande força em Curupaiti.
- 20 – Convém desistir do ataque até nova combinação.
- 21 – A Esquadra volve às posições que ocupava antes do bombardeio.
- 22 – O inimigo toma à ofensiva e atira suas forças contra nosso Exército.
- 23 – O inimigo procura atacá-lo pela esquerda.
- 24 – O inimigo procura atacá-lo pelo centro.
- 25 – O inimigo procura atacá-lo pela direita.

Estes sinais se fazem com as bandeiras do regimento de sinais segundo sua numeração ordinária de 1 a 0, tendo um balão preto por cima para diferenciar dos outros sinais.

As combinações são feitas com as bandeiras de 1 a 0 até 25, que é o número de sinais a fazer-se. É possível que o ataque à linha de Rojas tivesse sido igualmente repellido, mas conjecturas não atenuam as faltas de generais na guerra. Por terem todos os generais de Napoleão se batido como leões em Essling, é que foi possível Wagram na planura de Manche-

feld, e que aquele revés não foi menos glorioso às armas francesas do que esta vitória imortal.

Os aliados estavam decididamente de má sorte naquele dia: o general Flores, o incomparável guerrilheiro, à testa de 3.000 homens da primeira cavalaria do mundo, na opinião de Garibaldi, alongando até São Solano o movimento de flanco de que se incumbiu e dali retrocedendo sem ter procurado o contato com o inimigo, quando deveria ter cingido de perto a extrema esquerda da linha de Rojas, ainda que não fosse senão para operar um reconhecimento que nunca se fez, senão depois que Caxias assumiu o comando do nosso exército, incorreu, como o General Polidoro, em justa censura.

Quanto à esquadra, a sua colaboração foi a mais eficiente que podia ser, tendo se batido o dia inteiro à distância de tiro de pistola com as baterias da barranca.

A mata da margem do rio, porém, não lhe permitia utilizar seus fogos diretamente contra a linha, perpendicular à margem do rio, que o exército atacava. O Almirante Tamandaré dirigia o ataque da esquadra do passadiço do – *Parnaíba* –, um navio de madeira, no qual içou a sua insígnia, e no mais renhido do fogo, quando a metralha e as balas de fuzil caíam como chuva na superfície do rio, Tamandaré, no seu escaler, remando contra a corrente, percorreu toda a linha dos encouraçados empenhados na ação. Era belo ver-se o velho Almirante, sorrir galhofeiro quando o molhavam os respingos das balas que chocavam à água, ao redor do seu frágil escaler!

O encouraçado – *Brasil* – ficou tão maltratado que foi preciso fazê-lo regressar ao Rio de Janeiro para substituir toda a couraça do lado BE de sua casamata. Do interior desta, depois da ação, retiraram-se dezenas de quilogramas de estilhaços de balas de grosso calibre.

Todos os outros encouraçados, conquanto muito avariados, foram conservados à distância de canhão de Curupaiti. O revés dos aliados em Curupaiti foi para o adversário uma desforra de 24 de maio. Mas, neste encontro os vencedores não perseguiram os vencidos na sua retirada; é verdade que há uma diferença sensível, pois, em Curupaiti o inimigo tinha contra si a esquadra pelo flanco, que o aniquilaria se ousasse sair no descampado em perseguição dos nossos. A retirada dos aliados pronunciou-se

muito antes de se ouvir o toque de clarim do comando-em-chefe pela desorganização em que ficaram as colunas de assalto, no meio dos banhados ínvios com que esbarravam.

Porto Alegre, transfigurado pela raiva, reunindo os soldados dispersos dos diferentes corpos, para conduzi-lo de novo ao assalto, recordava o furor de Ney em Waterloo.

O General Mitre, impassível debaixo da metralha, viu caírem ao seu lado os seus principais tenentes: Ribas, Rosetti, Diaz e Charlone. Porto Alegre que eu vira no momento em que avançavam as nossas colunas, alegre e prazenteiro, naquela correção de traje e elegância que tanto o distinguia, debaixo de uma grande árvore sobre cuja copa passavam ou arrebentavam as bombas inimigas, depois do revés, coberto de poeira, tismado de fogo, com os cabelos em desordem, espumando de cólera, as primeiras palavras que me disse, indo ao seu encontro, foram estas: “Eis aqui o resultado do Governo brasileiro não ter confiança em seus generais e entregar os seus exércitos aos generais estrangeiros”, e continuou no mesmo tom a fazer amargas recriminações ao General Mitre a cujas delongas e ciúmes imputava a causa do grande desastre. Conquanto o General Porto Alegre, pela amizade e confiança que me dispensava autorizasse a manifestar a minha divergência com as opiniões, naquele momento, ouvi silencioso as explosões do seu desabafo; mas, ninguém melhor do que eu sabia que ele era tão responsável como Mitre pelo mau êxito da jornada, porque se erro houve foi o de se ter investido uma posição tão formidável, sem se haver feito um reconhecimento em regra no terreno descampado por onde tinham de avançar as colunas dos assaltantes, terreno que no dia do ataque verificou-se ser, na sua maior extensão, um tremedal intransitável. Mas, quem conhecesse um pouco a história, não estranharia, nem julgaria que aquele fosse o primeiro caso, de um revés de forças aliadas que não desse lugar, entre os seus chefes, a exprobrações recíprocas de faltas, em que não se procurasse um bode para o sacrifício expiatório. Não há que estranhar semelhantes recriminações, comuns até entre generais comandando forças de uma mesma nação, como deram, a cada passo, tristes exemplos, os lugar-tenentes de Napoleão na guerra da Península. Coisa ainda não vista desde os tempos heróicos da Grécia, contados por Homero, e que se tenha achado muitos guerreiros ilustres reunidos, sem que a inveja, o

ciúme e o despeito não hajam explodido entre eles; em uma tão longa estirpe de heróis descendentes de Marte, só se registra Aquiles que teve a virtude de confessar que as causas de suas insônias eram os louros de um êmulo. O boletim da jornada redigido pelo General Mitre é um documento verdadeiro e digno de um general que sabe conservar-se sereno e altivo diante dos reveses da fortuna. Assim o despeito de uns e as prevenções de outros não tivessem sem açulado as versões apaixonadas e as retaliações mesquinhas que ecoaram com escândalo na imprensa das nações aliadas, agravando o efeito moral de um desastre que não era irremediável, não só perante o inimigo, como perante a opinião das nações da América e Europa, que não se mostravam simpáticas aos desígnios da Aliança. É de esperar que algum dia venham a lume as comunicações confidenciais de cada um dos generais aos respectivos governos, cada um deles procurando escoimar-se da sua parte de responsabilidade no malogro do desatinado cometimento. Tamandaré, ostensivamente, em sua ordem-do-dia, increpou a Polidoro. Por parte do Governo Imperial, qualquer que tenha sido a sua apreciação do procedimento dos generais brasileiros, ele se compenetrou de que devia sacrificá-los às conveniências da Aliança, ainda mais imperiosas depois do revés que acabavam de sofrer as armas aliadas, da atitude arrogante de López na conferência de Yataiti-Corá e da simpatia que durante ela manifestaram os paraguaios pelos argentinos. A substituição dos comandantes-em-chefe das forças brasileiras no Paraguai e a unificação do comando-em-chefe na pessoa do Marquês de Caxias, alvitrada sem hesitação por Zacarias, foram o ato mais *statesmanlike*, como diriam os ingleses, praticado pelo Governo Imperial na direção política da guerra, um desses atos a Pitt, em que um estadista superior sabe tirar partido de um desastre para confundir o inimigo com a pujança dos recursos da nação. López deve ter sentido o travo de sua vitória fácil de Curupaiti, no dia em que viu à sua frente o decano prestigioso dos generais brasileiros tendo por lugar-tenentes Osório e Porto Alegre. A notícia da nomeação de Caxias investido da autoridade de generalíssimo de todas as forças brasileiras em operações contra o Paraguai, precedeu de poucos dias a sua chegada ao teatro da guerra. Tamandaré até o último momento acreditava o que seu patriotismo fazia-lhe desejar, isto é, que seria conservado no comando da esquadra. Eu, porém, sabia que ele, também, seria substituído, porque me

havia revelado. Otaviano em confiança íntima, por ocasião da qual quis, segundo me disse, para fundamentar uma informação que tinha de prestar ao governo que emitisse o meu juízo sobre a capacidade dos chefes que estavam servindo na esquadra, porque era possível que entre eles se escolhesse o sucessor de Tamandaré. Conviemos logo que o Barão do Amazonas estava fora de questão, porque a sua dedicação pessoal a Tamandaré excluía a possibilidade de se prestar a sucedê-lo. Restavam Alvim (depois Barão de Iguatemi), chefe-de-divisão e Elisiário Antônio dos Santos (depois Barão de Angra), capitão-de-mar-e-guerra. Este último, um velho de mais de 60 anos, era reputado pela mocidade da marinha, que faz a opinião pública da corporação, como um desses oficiais que na falta de outros predicados, procuram se impor por uma rispidez exagerada para com os seus subordinados. O velho Elisiário, porém, no comando do encouraçado – *Lima Barros* –, desde que a esquadra se pusera ao alcance das baterias inimigas, assombrava a todos pela sua impavidez no fogo. Nos ataques às baterias de Curuzu e Curupaiti, em que o *Lima Barros* – se batera durante dois dias a tiro de pistola, as suas superestruturas tendo ficado completamente desmanteladas, o velho Elisiário, desdenhando o abrigo que lhe oferecia uma forte torre encouraçada de comando, se mantivera todo o tempo sobre a tolda, alvo dos atiradores inimigos e, o que constituía o maior perigo, exposto às nuvens de estilhaços que cada bala de canhão produzia chocando a couraça do navio ou os acessórios de ferro e madeira sobre o convés. Eu que o admirara nessa compostura heróica todas as vezes que tinha ido à bordo do seu navio transmitir-lhe ordens do Almirante, apesar de o não estimar pessoalmente e de conhecer as deficiências de sua capacidade profissional, respondi à consulta de Otaviano mais ou menos nestes termos: “Se o governo quer dar o comando ao mais valente promova o Elisiário a oficial-general e nomeie: ele se imporá à esquadra pela sua bravura que é inescdível; será preciso, porém, conservá-lo em posição subordinada, e não enchê-lo de vento como fizeram com o nosso ‘Tamandaré’.” Depois disso só tornei a avistar Otaviano, em Montevideú quando se retirava de sua brilhante missão ao rio da Prata.

À chegada de Caxias ao teatro das operações, Tamandaré, que fora ao seu encontro na cidade de Corrientes, declarou-lhe que estava pronto a servir sob suas ordens e que só tinha aplausos para o ato do governo

que concentrara em mãos tão competentes o comando de todas as nossas forças no Paraguai.

Caxias limitou-se a responder-lhe que à sua partida do Rio de Janeiro já estava assentada a nomeação do Almirante Joaquim José Inácio, porque o governo julgara que depois da posição considerável que ele, Tamandaré, havia ocupado na guerra, não devia ser conservado em posição subordinada. Tamandaré, entretanto, com estranheza de todos que conheciam a sua sensibilidade exagerada, conservou-se no comando da esquadra até a chegada do seu sucessor. Eis o que o Otaviano em carta de 24 de novembro, de Montevideú, dizia-me a respeito da conduta de Tamandaré nos últimos dias de seu comando: “Pesa-me que Tamandaré, dando-se por ofendido, esteja ao mesmo tempo como que regateando mais uns dias de comando. Ninguém me fará crer que Barroso deixasse de tomar o comando, se Tamandaré lhe dissesse que o devia fazer. E fosse como fosse, nas circunstâncias em que se achou, o visconde devia passar a esquadra, ainda que fosse a um 1º-Tenente, quanto mais ao Elisiário ou Alvim. Se, porém, ele não se supunha ofendido, então fosse lógico, oferecesse a Caxias ficar no comando. O que não compreendo é a posição dúbia e como que de expectativa em que se deixou mansamente conservar. Repugna esta resolução com seus assomos anteriores. Se tu sentes a sua queda, mais a sinto eu, não só pelo homem de quem sou amigo, mas pelo servidor do país, cujos serviços antigos se esquecem neste momento. As culpas de Tamandaré são filhas da fraqueza dos governos. Tanto se humilharam que ele se esqueceu de seu papel de militar para perder-se nas diplomacias e na administração.”

Otaviano ainda não sabia que Caxias havia declinado do oferecimento que lhe fizera Tamandaré de continuar no comando, o que deveria tornar ainda mais vexatória a sua posição íntima à testa da esquadra. Entre os amigos de Tamandaré na esquadra explicava-se de vários modos a sua atitude. Para uns, ele tendo consciência de que havia exercido o comando da esquadra com honra e do modo mais vantajoso à causa nacional, não podia acreditar que o governo imperial o exonerasse sem dar-lhe uma demonstração extraordinária de apreço pelos seus serviços, até mesmo para não humilhá-lo perante os generais aliados com os quais se desaviera. Para os que assim pensavam, Tamandaré devia aguardar sereno o ato de sua demissão. Outros, pensando como Otaviano, entendiam que Tamandaré não

devia se ter conservado nem uma hora no comando depois da frieza com que Caxias acolheu o seu rasgo de subordinação voluntária à sua abnegação e patriotismo, oferecendo-se para servir debaixo de ordens onde havia comandado-em-chefe. Para mim que me achava a seu lado, depositário de suas impressões de cada momento, a submissão de Tamandaré à situação penosa que os acontecimentos lhe impunham, foi ditada pela resolução meditada de dar à esquadra da qual tanto exigia em matéria de disciplina militar, um exemplo edificante de subordinação, como o daquele de Xenofonte que com a espada levantada sobre a cabeça de um inimigo, ouvindo soar a retirada, deixa-o partir e retira-se mansamente antepondo a obediência a tudo. Longe de esperar qualquer compensação ao dissabor da perda do comando de cuja importância ele fora tão cioso, ao contrário, tinha Tamandaré a certeza de que dali em diante não seria mais do que o portador menos prezado de seu nome ilustre.

Por ocasião da tomada de Paissandu, abriu-se na Capital do Império uma subscrição para lhe oferecer um palacete; mas o generoso presente não tendo sido levado a efeito, dizia-me Tamandaré nas vésperas de retirar-se da esquadra: “Dar-me-ei por muito feliz se não me lapidarem com as pedras destinadas à construção do palacete que deveria ser-me oferecido.” A grandeza d’alma de Tamandaré imprimia-lhe ainda outra razão para não exonerar-se bruscamente do comando da esquadra, sabendo que quem o ia substituir era seu amigo, um dos seus antigos companheiros de glórias e infortúnios na campanha da Cisplatina, o pai de Mariz e Barros, que morrera como bravo sob as suas ordens. O Governo Imperial mostrou ter apreciado a correção do precedente de Tamandaré, chamando-o à Capital sem o demitir e apenas dando-lhe substituto interino. Fez mais: promoveu ao posto de Almirante, condecorou-o com a Grã-Cruz efetiva Ordem da Rosa, e só concedeu-lhe exoneração a instâncias suas, dois meses mais tarde, louvando-o pelos bons serviços que prestara enquanto exerceu tão importante comissão, já tendo sido anteriormente elogiado em nome do Imperador, pela bravura, coragem e dedicação de que dera mais uma gloriosa prova no combate de Curupaiti. Ainda por outra forma muito expressiva, os estadistas que se achavam à testa do governo, manifestaram o alto apreço que tributavam ao velho Almirante, honrando a proposta que

havia apresentado para promoção e outros prêmios aos oficiais e praças que se haviam distinguido na esquadra sob seu comando.

Quanto ao patriota que concorreram para os palacetes ou estátuas de ouro aos afortunados do dia, eles pouparam Tamandaré das pedras que tanto temia, porque do palacete projetado já nem a memória existia quanto mais os materiais. Não teve Otaviano razão alguma julgando que Tamandaré regateava dias de comando; o que queria era retirar-se da esquadra com dignidade, prestigiando ao mesmo tempo o seu companheiro de mocidade a quem ia transmitir a espinhosa tarefa. Um pequeno incidente que me é pessoal da idéia de quanto Tamandaré prezava a sua posição e a dos subordinados que lhe mereciam estima. Os meus companheiros de Estado-Maior do Almirante, conciliando a consideração que deviam ao Almirante com suas conveniências pessoais, haviam pedido para acompanhá-lo até o Rio de Janeiro. Eu, porém, pedi para segui-lo somente até Montevideú, dali regressando para continuar a servir na esquadra. Na véspera, porém, da chegada de J. J. Inácio à esquadra, disse-me Tamandaré, com carinho paternal, que “se achava pesaroso de que eu, depois de haver servido dois anos como seu secretário, ficasse na esquadra como simples oficial. Não tendo querido aceitar o cargo de Ajudante-d’Ordens do Marquês de Caxias, para o qual este manifestara a Tamandaré o desígnio de nomear-me desde a primeira entrevista que tiveram, Tamandaré acrescentou: “ocorre, porém, que Salgado, comandante do *Barroso* acaba de ter uma licença para ir ao Rio, vou nomeá-lo para substituí-lo naquele comando.” Respondi-lhe: “Sr. Almirante, o Sr. Joaquim J. Inácio, não me é afeiçoado, encontrando-me de posse de um comando importante como o do *Barroso*, acreditará que eu só me resolvi a permanecer na esquadra porque V. Ex^a em verba testamentária deu-me comissão vantajosa; desejo que ele tenha ocasião de apreciar a minha abnegação de ficar como simples oficial na esquadra em que fui secretário de V. Ex^a; demais, V. Ex^a não deve, nos últimos momentos de seu comando fazer nomeação alguma.” O bom velho Almirante, com os olhos rasos de lágrimas, disse-me: “é muito louvável o seu procedimento e hei de referi-lo ao J. J. Inácio a quem pedirei que lhe dê o comando do *Barroso*.” De fato, logo após a cerimônia da entrega do comando, Tamandaré, comunicou a seu sucessor o que se passara na véspera entre ele e mim e e pediu-lhe que me desse o comando do – *Barroso*

–; já o havia porém prometido a um protegido que consigo viera do Rio; mas, não podendo deixar de tomar em muita consideração o pedido de Tamandaré chamou-me e disse-me na presença deste que, inteirado do que se havia passado e tendo em muito apreço os meus serviços e habilitações, ia dar-me o único comando de que podia dispor, interinamente, o do encouraçado – *Cabral* –, cujo comandante enfermara gravemente em Montevidéu. Respondi-lhe que preferia servir como simples oficial em qualquer dos navios apropriados às operações ativas da esquadra, a assumir interinamente um comando, o que sem vantagem positiva para a minha carreira tirava o mérito da minha resolução de continuar a servir a campanha, sem fazer questão de posição.

Tamandaré, porém, tendo insistido com J. J. Inácio para que me desse um comando, este prometeu-lhe que no meu regresso de Montevidéu, disporia as coisas de modo a colocar-me no comando do mesmo couraçado – *Barroso* –. Mais adiante referirei como J. J. Inácio faltou ao compromisso tomado com o seu antecessor, só me dando o comando do – *Barroso* – mais tarde por influência espontânea do Marquês de Caxias, a quem eu, desgostoso, me apresentara pedindo-lhe para servir no exército como simples voluntário da pátria.

.....

Considerações político-estratégicas

ANTES de se escrever uma boa história da guerra do Paraguai, o combate de Curupaiti ainda há de dar lugar a muitas controvérsias, quer no domínio dos fatos, quer no campo da crítica técnica. No domínio dos fatos a combinação estratégica ideada por Tamandaré de chamar-se o Corpo de Exército de Porto Alegre para operar pela margem do Paraguai, flanqueando a esquadra, foi um desastre que a facilíma tomada de Curuzu nada atenua. Curuzu não podia resistir 24 horas a um canhoneio vigoroso da esquadra. Cumpre, porém, reconhecer que na idéia do bravo Almirante houve um lampejo de talento militar. Com efeito, se na invasão do Paraguai houvesse sido executada segundo um plano científico, em que se tivesse utilizado a experiência adquirida pelos norte-americanos no conflito dos estados do Norte contra os do Sul da República, conflito que findara justamente quando nós entrávamos em campanha, a esquadra nunca deveria ter sido deixada isolada no rio Paraguai. A ação do elemento naval nas operações de guerra sobre um território cortado de rios navegáveis, limitada ao domínio completo das vias fluviais, o forçamento e destruição das fortificações inimigas do litoral nas suas margens, só em casos excepcionais poderá produzir resultados positivos. Elemento naval puro, empregado contra fortificações, só pode ferir de longe, faltando-lhe órgãos

e apreensão; é um gigante que derruba pelo sopro de seus pulmões, mas destituído de braços para se apoderar da presa. O heróico Farragut, ungi-do por ordens terminantes do Presidente Lincoln, para, através todos os obstáculos forçar o curso do Mississípi, desde Nova Orleans até Memphis, deteve-se diante das baterias de Vicksburgo, pela insuficiência da pequena coluna do exército que com ele cooperava naquele cometimento. Lamentando a colisão em que o colocava a injunção do seu governo, dizia em uma carta particular naquela época: “Acho que, quanto mais o Senhor faz, mais devemos esperar do senhor, isto é, o trabalho (serviço) torna-se mais complicado – e eu estou cheio de trabalho.”

E quando mais tarde, por uma ordem peremptória do Presidente, Farragut empreendeu com o costumeiro denodo o forçamento das baterias de Vicksburgo, escrevia em sua parte oficial ao governo: “O Departamento perceberá por meio deste relatório, que os portos podem ser bloqueados e nós já o fizemos e podemos fazê-lo tantas vezes quantas nos forem ordenadas. De qualquer maneira não será muito fácil para nós fazermos mais do que silenciar por algum tempo as baterias, enquanto o inimigo tiver grandes forças atrás das colinas, impedindo-nos o desembarque e a ocupação do porto.” O grande marinheiro ianque por aquele tempo, também, não andava muito satisfeito com a cooperação dos seus irmãos d’armas de terra. Eis como se expressava: “Estou concentrando os meus navios o mais depressa possível; porém, se os seus generais continuarem tão maus quanto têm sido até agora, não vejo meio de acabar com esta guerra sem nos termos destruído um ao outro.”

Por ocasião da invasão do Paraguai teria sido muito acertado reservar uma pequena coluna do exército em contato com a esquadra, à margem do rio. Se isso tivesse feito o grosso do exército aliado não se teria achado isolado da esquadra um só dia na posição que ocupou por tanto tempo em Tuiuti. De fato, teria tido sempre a sua extrema esquerda apoiada na margem. Neste ponto falo com alguma autoridade porque, como já disse, fui eu e Hornholtz que fizemos os primeiros reconhecimentos do terreno compreendido entre o rio Paraguai e o campo de Tuiuti. E quando mais tarde se resolveu chamar o exército de Proto Alegre para operar em contato com a esquadra não se devia ter tido o *parti-pris* de pô-lo em

presença das posições fortificadas do inimigo na margem esquerda do rio, como flanqueados da esquadra.

Porto Alegre desembarcado no Chaco, abaixo de Curupaiti, à margem do arroio Guiá, ameaçaria López muito mais eficazmente do que em Curuzu, porque ameaçava não só retaguarda de Curupaiti como do próprio Humaitá.

O terreno do Chaco até rio Vermelho poderia ter ficado reconhecido e ter-se-ia verificado a possibilidade de um movimento de flanco por ali com o grosso do exército aliado, semelhante ao que Caxias operou muito mais tarde para evitar o ataque à linha de Pequeciri. Eis porque disse antes que Tamandaré havia tido uma intuição vaga das vantagens que poderiam resultar da ação combinada de uma coluna do exército em contato com a esquadra. Teria sido necessário, porém, um general de talento para desenvolver a concepção confusa de Tamandaré; esse talento não tinha Porto Alegre que fosse apenas um sabreador brilhante. A maior desgraça que pode acontecer a uma nação tem a de achar-se envolvida em uma guerra sem ter generais capazes a quem confiar o comando de seus exércitos e esquadras.

Tamandaré estava honestamente convencido que todos os lan-ces da guerra resolvem-se unicamente pela inspiração. Ele fazia alarde de desprezar os princípios, os métodos, os sistemas e a experiência recolhida na História, tudo, enfim, que se pode adquirir pelo estudo. À nossa chegada a Corrientes, quando Tamandaré pôs-se à testa da esquadra, o General Mitre enviou-lhe os monumentais relatórios de Ms. Wells, secretário da marinha do Presidente Lincoln, dos anos de 1864 e 1865, repositório minucioso de todas as gigantescas operações marítimas e fluviais da Guerra da Secessão. Era de supor que Tamandaré procurasse com avidez instruir-se nas lições da única guerra em que até então se tinham desenvolvido importantes operações navais nas águas de rios que apresentavam muitos pontos de analogia com aqueles em que íamos operar; e aqueles relatórios eram as primeiras publicações fidedignas que apareciam sobre a guerra civil da América do Norte. Pois bem; intacto como os recebeu deu-nos Tamandaré para que os devolvesse ao General Mitre. Eu me pus e lê-los e confesso que me despertaram tamanho interesse que de boa-fé, convencido de que o General Mitre os havia oferecido a Tamandaré guardei-os para mim, e

ainda hoje esses dois volumes fazem parte de uma pequena livraria de que nunca me separei; meus companheiros, até em minha viagem ao redor do mundo, e ainda agora estão sobre a mesa em que escrevo estas linhas.

Os diferentes gabinetes que se acharam à testa do governo brasileiro, durante a guerra do Paraguai, à exceção do gabinete Zacarias e este mesmo só depois de sacudido pelo revés de Curupaiti, para atenuarem as suas responsabilidades a direção das operações militares arrimavam-se à teoria da confiança ilimitada nos generais-em-chefe. Mas, essa teoria sustentando a existência de generais capazes e o dever dos governos, quando os quadros ordinários da força armada acham-se pobres de capacidades, é de ir procurá-las onde possam ser encontradas. Mesmo em países onde as classes de generais são numerosas, sucede em dadas épocas dar-se carreira aos homens superiores – que as funções do mando-em-chefe requerem. Nas organizações militares em que antiguidade constitui direito à promoção os mais nulos podem chegar às culminâncias da hierarquia, o que dá lugar muitas vezes que a classe dos generais não seja senão um asilo de antiguidade sem mérito. Na Inglaterra, durante as grandes guerras marítimas do fim do século passado e princípio do novo só se pode contar com certo número de Almirantes idôneos para comandarem as suas esquadras, quando se pode escolhê-los numa lista que se elevou ao número de 69 oficiais-generais de mar. É certo que os governos não devem tolher dos seus generais a inteligência, pretendendo dirigir de longe os movimentos dos exércitos ou das esquadras em campanha, quando já se acham em busca do contato com o inimigo. Mas, não podem os governos eximirem-se da responsabilidade dos planos gerais de campanha e das altas combinações estratégicas, cujo sucesso depende mais da ação governamental, política e administrativa, do que da ação imediata dos generais. Confia-se a um general uma força armada para um fim determinado e não para ele usar dela discricionariamente; isto só podem fazer os déspotas, quando eles mesmos se põem à frente de seus exércitos. Eu creio que em um país constitucional com poderes públicos ponderados como era o Império, nunca se deu a um general tanta latitude de ação como a que teve Tamandaré nas duas campanhas do Uruguai e do Paraguai, desde que Saraiva deu por terminada a sua missão diplomática e encarregou o nosso Almirante de proceder a represálias contra o Governo Blanco de Montevidéu.

Desde então, Tamandaré constituiu-se o árbitro das relações do Império com as Repúblicas do Sul. Ele celebra uma aliança com o General Flores, Chefe da Revolução Colorada no Uruguai. Ele pratica atos de guerra contra o Governo Oriental, atacando Paissandu e pelo mesmo ato desafia o *casus belli* intimado por López. Ele arrisca a flor da nossa esquadra desembarcando-a para atacar com um troço de gaúchos do General Flores, a praça de Paissandu, bem fortificada e defendida por uma guarnição de 1.500 e 1.700 – soldados da melhor tropa de linha do Governo Legal do Uruguai. Repellido o ataque temerário para o qual nem munições suficientes tinham os atacantes, incorpora um punhado de oficiais e marinheiros da esquadra aos bandos irregulares de Flores para irem ao encontro de uma coluna *blanca* que de Montevidéu marchara em rumo de Paissandu.

O governo argentino (então neutro) forneceu cartuchame de armas de mão para a nossa força desembarcada em Paissandu. Ele se dispõe a bombardear Montevidéu, e, por último, o negociador do Convênio de 20 de fevereiro pelo qual o seu aliado General Flores era elevado ao Governo Provisório da República, é sacrificado à sua susceptibilidade.

Declarada a guerra ao Paraguai, o nosso enviado imperial mandado ao Prata só pelos mais refinados processos de sua extraordinária habilidade consegue manter a dignidade de sua posição perante o Procônsul Tamandaré; mas ainda assim, quando transmite ao Governo Imperial o Tratado da Tríplice Aliança diz: “O tratado negociado por mim e Tamandaré, etc...”

Ratificado o tratado os dois presidentes das repúblicas aliadas, passam o poder a seus substitutos legais e se põem à testa dos exércitos já em campanha. Tamandaré, porém, limita-se a mandar uma divisão de sua esquadra bloquear o Paraguai e se conserva em Buenos Aires de onde julga poder melhor assumir a direção política da guerra, que lhe é cometida pelo Governo Imperial. E quando mais tarde depois da divisão avançada da esquadra ter-se batido em Corrientes, no Riachuelo, em Mercedes e Cuevas, intervém pessoalmente nas operações de guerra primeiro em Uruguaiana e finalmente no Paraguai, e, ao menor atrito com os aliados, ele se julga com poderes de romper a aliança.

Parecia que Tamandaré tomara para modelos de sua importância política os vice-reis portugueses e espanhóis das Índias Orientais e da Amé-

rica, ou Bonaparte em sua campanha da Itália, sob o Diretório. Só mesmo a fraqueza dos nossos governos explica, como me disse Otaviano, a arrogância de Tamandaré quanto à provocação ao Paraguai, segundo a conjetura do Dr. Joaquim Nabuco em uma nota do 2º volume da vida de seu Pai.¹ É perfeitamente verossímil, diz a nota: “Não ser impossível que Tamandaré acreditasse estar-se conformando ao pensamento do Imperador, para quem em 1864 parecia ter chegado, como para López, a hora da guerra.” No terreno das conjeturas, é mesmo possível que Tamandaré tivesse recebido o *mot d'ordre* do imperador. Nessa hipótese ter-se-ia reproduzido entre o Imperador e Tamandaré a anedota histórica ocorrida entre Guilherme IV e o Almirante Codrington, seu favorito. Sabe-se que este Almirante comandava a esquadra inglesa na célebre batalha de Navarino, em que as esquadras turca e egípcia foram aniquiladas pelas esquadras da Inglaterra, França e Rússia, reunidas, sem nenhuma das três nações achar-se em guerra com a Turquia.

Por ocasião da partida do Almirante Codrington de Inglaterra, Guilherme IV, então Duque de Clarence e Lorde Uigh Admiral, depois de transmitir-lhe as instruções oficiais do gabinete, acrescentou para animar o Almirante a não poupar a sua pólvora, disse: “*Yo it, Ned.*” Mas, a conjetura que pode explicar o desembaraço com que Tamandaré hostiliza o Governo Blanco de Montevidéu, não explica e ainda menos justifica a sua atitude no decurso da Guerra do Paraguai para com os aliados. O Imperador era quem corria mais risco com o rompimento da Aliança e ninguém poderia suspeitá-lo de duplicidade para com os seus aliados. Ainda menos se devem atribuir os assomos de Tamandaré à obsessão da posição que ocupava, mal de que se deixam invadir os ambiciosos do poder. Tamandaré era o oficial de carreira menos ambicioso que já conheci; alma simples e profundamente religiosa não o deslumbravam as grandezas humanas. Para ele a glória nada mais era do que a satisfação do dever cumprido com honra. Estimava as altas dignidades que alcançara unicamente como boas notas de seu zelo pela causa pública, de sua fidelidade às instituições nacionais e de seu devotamento à Pátria. O motivo de seus excessos de zelo e de autoridade, de suas resoluções inconsideradas, de seu destemor das mais graves responsabilidades, de seu desprezo pela crítica, de sua indocilidade a todas as advertências, era o seu

1 *Um estadista do Império* – (2º volume pág. 182).

patriotismo sublimado que, preconceitos irredutíveis contraídos nas campanhas latinas de sua mocidade, tornavam-no suspicaz e irritável no comando da esquadra no Paraguai. Tal foi Tamandaré. Com todas as suas desigualdades, com todas as suas deficiências de educação e de cultura mental, com todos os erros políticos e militares, elevou-se às culminâncias do poder, no teatro da guerra, como nem Mitre e Caxias puderam alcançar. Ele chegou a tão alto nível de consideração e respeito em sua classe e na opinião pública, que nenhum outro oficial de nossa Marinha ainda atingiu, nem mesmo Saldanha da Gama. Para o seu renome teria sido melhor que a última nota de sua extraordinária fé de ofício tivesse sido a da sua participação na tomada de Paissandu. O comando da nossa esquadra nos primeiros dois anos da Guerra do Paraguai nada acrescentou à sua reputação. No Passo da Pátria e em Curuzu, a ação da esquadra sob sua direção imediata ficou aquém do que dela se esperava. O ataque de Curupaiti que foi a ação naval mais importante dada por Tamandaré, e em que não poupou nem os seus navios nem a sua pessoa, ficou obscurecido pelo revés do exército aliado em terra. Dolorosa provação estava ainda reservada a Tamandaré, conservado na efetividade do posto de Almirante, decano da corporação da armada, quando 22 anos depois, subvertidas por uma revolta militar as instituições nacionais que ele com a espada tanto havia contribuído para consolidar, teve de acompanhar o seu imperador destronado e banido a bordo de um navio de guerra que o arrebatou do solo do Brasil para nunca mais torná-lo a ver. Saldanha da Gama entreteinha o devaneio de que Tamandaré poderia haver salvado a monarquia do naufrágio de 15 de novembro, se, no momento de pisar a tolda da – *Parnaíba* – na noite de 15 de novembro, tivesse concitado a sua guarnição com algumas palavras vibrantes, a conduzir os monarcas depositos à bordo do – *Riachuelo* – em vez de levá-los barra afora. E fazendo daquele couraçado o centro da reação monarquista que ele, Saldanha, acreditava se avolumasse por todo o Brasil e principalmente pelo povo da capital.

Não sei se a marinhagem do *Riachuelo* estava identificada com os sentimentos de Saldanha, de cujo comando este se ausentara poucos meses antes para desempenhar uma comissão nos Estados Unidos. Mas, no que com certeza Saldanha se iludia era em acreditar que Tamandaré na idade de oitenta anos pudesse conservar a fibra de marinheiro de outrora com que afrontava o mar para salvar a nau desmantelada, essa fibra com que Saldanha

conduziu um punhado de bravos ao assalto da Armação e levou depois os vencidos da Revolta da Esquadra ao suicídio de Campo Osório.

Eu insisto em que: se o Governo Imperial tivesse limitado o papel de Tamandaré, nas duas campanhas do Uruguai e do Paraguai, à ação militar da esquadra poderosa posta sob seu comando, o bravo Almirante, a despeito de seu cansaço e dos achaques que o afligiam, teria feito na história o renome de êmulo de Farragut. Em vez de tontear o Almirante com avisos ineptos como o do Ministro Ferraz que lhe cometia a direção política da guerra, teria sido necessário que traçassem a sua missão em instruções peremptórias em que se sentisse o nervo do homem de estado, como nas que Lincoln prescrevia a Farragut ao nomeá-lo para comandar a esquadra destinada a operar na parte ocidental do golfo. Instruções como estas devem ser divulgadas como modelo no gênero; vou arriscar-me traduzindo-as a empalidecer-lhes o vigor da expressão.

Depois de cientificar ao nomeado que à esquadra já reunida no golfo se incorporará uma flotilha de bombardeiras, eis como se expressava o secretário da Marinha dos Estados Unidos da América do Norte:

“Quando chegarem essas bombardeiras formidáveis estiverdes completamente pronto, reunireis aqueles navios que puderem ser dispensados do bloqueio, e com eles subireis o rio Mississípi e batereis as defesas que guardam as proximidades de Nova Orleans, apresentando-vos, então, em frente a esta cidade, da qual tomareis posse debaixo dos canhões de vossa esquadra, nela arvorando a bandeira americana e guardando-a em vosso poder até que se vos possam expedir tropas. Se a expedição do Mississípi que deve partir de Cairo não houver descido o rio, tirareis vantagem do pânico produzido para fazer avançar uma forte divisão rio acima para atacar todas as suas defesas pela retaguarda.

“Como vos manifestastes perfeitamente satisfeito com a força que se vos confia e como muitas mais unidades poderosas lhe serão acrescentadas antes que possais encetar operações, o governo e o país exigem de vós – sucesso –.

“Há outras operações de menor importância que se recomendam por si mesmas ao vosso critério e perícia, as quais, porém, se não deve permitir que embarquem o grande objetivo em vista – a captura certa da cidade de Nova Orleans.

“Destrua as barreiras armadas que esses povos iludidos levantaram contra o poder do governo dos Estados Unidos e abata aqueles que guerreiam contra a União; acolha, porém, com cordialidade as primeiras voltas à razão, que seguramente se seguirão aos vossos sucessos.”

Instruções como estas não podem ser ladeadas por considerações de ordem diplomática; elas não deixam alternativa entre o heroísmo e a cobardia. Cumprindo-as literalmente Farragut consumou com uma esquadra de navios de madeira o feito titânico do forçamento das fortalezas de Jackson e S. Philippe, através das correntes que barravam o rio e uma numerosa flotilha de canhoneiras e possantes navios aríetes encouraçados que lhe disputaram o passo com desespero infernal; e Nova Orleans, o maior empório comercial da América, no mesmo dia, é posta sob a direção do nomeado.

Dois meses depois o herói de Nova Orleans, tendo desistido de forçar as formidáveis defesas de Vicksburgo, não porque as julgava inexpugnáveis, mas para não ficar entre dois fogos privado de combustível e de provisões, o secretário da Marinha faz-lhe ver, duramente, que ele parecia ter-se esquecido das instruções que originariamente lhe expedira, e de novo lhe intima de, sem mais delongas, abrir o Mississípi até encontrar-se com a flotilha do Comodoro Davies, acima de Vicksburgo.

Foi com igual determinação da cabeça e firmeza de braço, que Farragut renovou as façanhas de Nova Orleans, Vicksburgo, em Porto Hudson e Mobile, florões de uma Coroa de glória que seria a mais invejável na história da Guerra Naval se não a mareasse o sangue de irmãos derramado a jorros nessas jornadas terríveis.

O Brasil sendo de fato, a única potência naval da Aliança e pelo Tratado de 1º de maio, as forças marítima dos Aliados tendo ficado sob o imediato comando do Almirante brasileiro, sem dependência do comando-em-chefe dos exércitos aliados, cumpria ao Governo Imperial, delinear a ação da nossa força naval tendo em vista a potencialidade dos armamentos do inimigo e dos nossos próprios. O tratado de aliança não era de molde

algum um obstáculo a que o Governo Imperial fixasse um – objetivo – definido à nossa esquadra, sem prejuízo da colaboração desta aos movimentos estratégicos dos exércitos aliados. Devia esse – objetivo – ser combinado com o Almirante; mas, uma vez decidido definitivamente devia, também, ser-lhe notificado em termos análogos aos da – carta-instrução – acima reproduzida, de Lincoln a Farragut. Não é para intermediário entre o pensamento objetivo de uma campanha e sua consecução que se designa o comandante-em-chefe.

Se este não é o executor imediato do plano assentado, há uma entidade de mais, cujo menor inconveniente é o de tornar incertas as responsabilidades. A nossa campanha naval tinha de ser iniciada pelo bloqueio rigoroso do Paraguai, operação importantíssima com a pequena esquadra de que não dispúnhamos, composta exclusivamente de navios de madeira, não sendo de todo desdenhável a flotilha do inimigo e dominando esta grande extensão da margem esquerda do Paraguai na Província de Corrientes que invadira com um exército considerável. Não devia, pois, o Governo Imperial nas instruções expedidas ao intrépido Tamandaré admitir que o seu posto fosse outro senão o do comando imediato da esquadra que ia, isolada, desafiar todo o poder do Paraguai, nas entranhas do continente sul-americano, sem contar com uma esquadra, em potência, em ser, de reserva, nem sequer com uma base de operações segura na bacia do Prata, onde se recolher em caso de desastre!

Tal era porém, no Brasil, o desprendimento pelos recursos bélicos do Paraguai, que o Governo Imperial não temeu vendo Tamandaré cometer o bloqueio do Paraguai a uma divisão de oito canhoneiras sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Secundino de Gomensoro, oficial conceituado como bom navegador, mas sem precedente algum que o abonasse como homem de guerra. A timidez que revelou logo em sua marcha, Paraguai acima, determinou a Tamandaré a transferir a missão dada a Gomensoro para o seu Chefe de Estado-Maior Barroso, em quem delegou o comando da esquadra de operações por espaço de quase um ano, reservando para si a missão mais diplomática do que militar de diretor político da guerra, em Buenos Aires. A importância considerável que o Governo Imperial dera ao papel de Tamandaré, imbuíu-o da idéia de que a sua posição era idêntica às dos comandantes-em-chefes das grandes frotas inglesas durante o período

das grandes guerras marítimas: Hood, Jervis e Keith, no Mediterrâneo, e Hyd Parker nos mares do norte da Europa, que comandavam frotas, tendo Nelson no comando subordinado de uma esquadra dando batalhas, como a de Aboukir e de Copenhague. Mas, o poder colossal daquelas frotas, a vastidão dos mares em que operavam, os imensos interesses internacionais que se achavam em jogo, a lentidão e a incerteza das comunicações entre o governo e os comandantes-em-chefe e entre estes e as esquadras sob suas ordens, excluem o paralelo de importância com o comando-em-chefe da nossa modesta esquadra na Guerra do Paraguai.

Não é meu pensamento que o Governo Imperial devesse tomar a si a direção das operações da esquadra. O que pretendo é que as conhecidas qualidades de Tamandaré tivessem sido muito melhor utilizadas com o se haver cometido a ele, simplesmente, o comando da esquadra destinada a operar contra o Paraguai nos rios Paraná e Paraguai, e pretendo, também, que no princípio de uma campanha incumbe ao Governo traçar, de acordo com os generais designados para os comandos-em-chefe, os primeiros movimentos de seus exércitos e esquadras, bem como o objetivo geral da campanha. No desenvolvimento das operações em que tudo depende das circunstâncias locais, deve-se deixar plena liberdade de ação aos generais, enquanto estes justificam a confiança de que foram investidos. Mas, entre a intervenção absorvente e a abstenção sistemática do Governo na direção da guerra, ressaltam, igualmente, extremos condenáveis. Nenhum general de mérito se prestaria a comandar na guerra como um autômato, movendo-se por ordens expedidas de longe, não sendo esse um caso de obediência passiva, como firmou Napoleão em uma de suas máximas, que é para a filosofia da guerra o que os axiomas são para as matemáticas, dizendo: “Todo general-em-chefe que se encarrega de executar um plano que ele julga mau e desastroso, é criminoso. Ele deve representar, insistir para que seja mudado, enfim, dar sua demissão antes do que ser instrumento da ruína dos seus. As instruções dadas por um príncipe ou por um ministro não são já mais ordens militares e não exigem obediência passiva.

O general Pelissier, bem compenetrado dessa máxima, quando instado pelo Imperador Luís Napoleão para desistir do sítio de Sebastopol e da batalha campal do interior da Criméia, respondia-lhe: “Desligue-me Vossa Majestade dos limites estreitos que me assinala ou permita-me resig-

nar este comando impossível de exercer de acordo com os nossos aliados, na extremidade algumas vezes paralisante de um fio elétrico.”

Um governo esclarecido, porém, pode ter as melhores inspirações e casos há em que as operações de guerra têm de subordinar-se a considerações de ordem política de que o Governo é o único juiz.

O general razoável, nesses casos, obedece, como fez Farragut forçando Vicksburgo apesar de todos os inconvenientes que se lhe antolhavam para essa operação. Negar em absoluto que os governos possam ter competência para imprimir à alta direção de uma guerra um impulso positivo, seria negar verdades históricas incontestáveis como, por exemplo, a de que Carnot tivesse sido o organizador das vitórias dos exércitos da Revolução. Nem há outro corretivo para as hesitações de um general a quem falta força de caráter para afrontar grandes responsabilidades, senão o incitamento das sugestões enérgicas ou mesmo das ordens peremptórias do governo da nação, responsável direto perante ela pela sorte de suas armas. O comando-em-chefe é, em si mesmo, uma delegação de poderes quase ilimitados, que só se justifica pela necessidade da presença do general à testa da força em operações. Não se nomeia um general – diretor da guerra – nomeia-se o comandante-em-chefe. A parte política do comando ele a tem de desempenhar com a sua espada. Ouvi da boca de D. Pedro II este último conceito em condições em que demonstrava politicamente a sua sabedoria.

O Marquês de Caxias, dois meses depois de assumir o comando de nossas forças no Paraguai, encarregou-me de uma missão confidencial junto ao governo imperial: a de transmitir, como ele me disse e repetiu-o em carta ao Presidente do Conselho Zacarias, de levar ao Ministro da Guerra, então o conselheiro Paranaguá, e ao Imperador – coisas que ele não queria confiar ao papel –.

Essas coisas eram: o seu plano de campanha, a sua célebre marcha de flanco, que naquele mesmo dia havia submetido ao general Mitre que o aprovara e o seu juízo sobre cada um dos generais que se achavam no teatro das operações. Outra coisa, para que eu dissesse somente ao Imperador era: que ele, o marquês, “não estava satisfeito com o Plenipotenciário nomeado para continuar a missão de que se retirara Otaviano, porque o julgava na altura de poder auxiliá-lo na parte política do seu comando-em-chefe”; que

aquela missão requeria um diplomata de alta capacidade e um bom político de compostura e que absolutamente não estava nesse caso o diplomata de carreira que ali se achava, o bacharel Tomás Fortunato de Brito.

Quando transmiti a confidência ao Imperador, ele que tinha ouvido de muito bom humor toda a mensagem relativa aos assuntos militares e administrativos, que eu repetira em primeiro lugar, cerrou o sobrecenho e depois de uma pausa prolongada em que denotava ter concentrado o espírito na inesperada sugestão do marquês, disse estas textuais palavras: “A política do marquês ele deve fazê-la com a espada; um homem político de importância no rio da Prata iria arrogar-se a pretensões para com ele, de que resultariam atritos prejudiciais, como aconteceu com Otaviano; não, nisso o marquês não tem razão.”

O que é certo é que um general mais moço e menos quebrantado pelas enfermidades como se achava Tamandaré, teria preferido o comando direto da esquadra nas águas do Paraná, que delegara a Barroso, em frente ao inimigo, ao comando de aparato exercido em Buenos Aires, durante o primeiro ano da campanha; teria preferido o papel de Nelson, ao de Jervis ou Parker.

Cheguei ao termo do comando-em-chefe de Tamandaré, e, ao mesmo tempo iniciei o da nova fase da guerra caracterizada pelo comando metódico do Marquês de Caxias.

É ocasião de fazer, todavia, o balanço dos resultados da campanha nos dois anos anteriores. Começarei pelas operações navais.

Foi a 5 de abril de 1865 que partiu do porto de Buenos Aires a primeira divisão da esquadra brasileira destinada a estabelecer o bloqueio dos portos e litoral do Paraguai.

Então, a República Argentina ainda era neutra na guerra que íamos mover ao Paraguai, e enquanto a divisão da nossa esquadra subia mansamente o Paraná, no dia 14 daquele mesmo mês, uma esquadrilha paraguaia apodera-se em plena paz da cidade de Corrientes e de dois pequenos vapores de guerra argentinos que se achavam no porto da mesma cidade.

Não estava ainda celebrado o Tratado da Tríplice Aliança, mas, já o General Mitre combinava com Tamandaré enviar embarcada, Paraná acima, uma brigada de infantaria sob o comando do General Paunero para operar de acordo com a divisão Gomensoro e a guarda nacional correntina,

ao longo do litoral de Corrientes. A lentidão dos movimentos da divisão de Gomensoro causou geral decepção no rio da Prata e no Brasil.

Tamandaré, que muito esperava daquele chefe, foi o mais desiludido. Nas cartas que lhe dirigia de Buenos Aires tratava-o com extrema dureza. Por último, já não se correspondia diretamente com ele. Por ocasião da partida de um transporte para a esquadra, no momento de se fechar a mala, fui perguntar ao Almirante se tinha alguma carta para Gomensoro. Ele tomou de uma estreita tira de papel e nela lançou duas ou três linhas cruéis de censuras e sem assiná-las, disse-me que as transmitisse ao espanhol fanfarrão (Gomensoro era uruguaio de nascimento).

Não me prestei a ser transmissor de uma reprimenda injuriosa, sem assinatura do Almirante, apesar da sua caligrafia ser muito conhecida; mas, escrevendo a Gomensoro fiz sentir todo o descontentamento do Almirante para com ele. Thornton, o ministro inglês em Buenos Aires, em nota de 12 de maio ao conde Russell, por este comunicado ao Parlamento britânico, dizia: “O movimento da força naval brasileira, é extremamente lento, e o Sr. Elisalde disse-me há dois dias que lhe constava que o chefe Gomensoro, comandante da divisão de oito canhoneiras, ia ser privado do comando e metido em conselho de guerra por causa da extrema lentidão de seus movimentos. Esta divisão passou pela ilha de Martim Garcia a 12 de abril, subindo o Paraná e até 14 de maio, data em que escrevo, não há notícia dela se aproximar da cidade de Corrientes.” O que Tamandaré resolveu a respeito foi mandar o chefe de seu Estado-Maior, Barroso, pôr-se à testa da força bloqueadora, conservando, porém, Gomensoro no comando de uma divisão.

Barroso partiu de Buenos Aires a 28 de abril com a – *Amazonas* – capitânia e as canhoneiras – *Parnatba* – e – *Itajai* – acompanhado de um trem com canhões e munições de guerra e de boca e uma brigada de Infantaria do Exército. O grande calado do *Amazonas* – e as dificuldades da navegação não lhe permitiram subir rapidamente o Paraná. Quando Barroso reuniu-se em Goya a Gomensoro, no dia 20 de maio, ponto mais alto do rio a que este atingira, tinha sido Bela Vista, dez léguas abaixo de Corrientes, invadida pelo inimigo.

Entretanto, sabia-se que a esquadrilha adversária fazia os transportes do Exército inimigo entre Humaitá e Corrientes.

As primitivas instruções de Tamandaré para Barroso, foram mais tarde, depois de conhecidos os progressos da invasão inimiga na Província de Corrientes, substituídas por outras muito mais restritas, em que o Almirante determinava que a nossa esquadra devia limitar-se ao bloqueio do Paraná, desde o ponto de sua margem esquerda até onde tivesse avançado o inimigo. Como se viu, até Barroso assumir o comando da esquadra no Paraná, a estréia desta nada teve de brilhante. Sob o comando de Barroso a esquadra empreende no dia 25 de maio de combinação com a brigada argentina de Paunero, o golpe de mão da tomada da cidade de Corrientes ao inimigo, para ser logo abandonada, porque marchava sobre ela, para retomá-la, uma forte coluna inimiga.

Enquanto todas as atenções se fixavam nas águas do Paraná, deixava-se indefesa a nossa fronteira do Uruguai, não obstante os indícios certos de que López premeditava algum golpe contra ela.

Tamandaré só tarde, só depois de invadido o Rio Grande do Sul, acudiu àquele ponto com elementos navais. O general Osório, do seu acampamento do Jquiri, à margem direita do Uruguai, em ofício a Otaviano, de 5 de julho, queixava-se da falta de assistência do Almirante, no transe em que se via de não poder voar à parte do território de sua pátria invadida pelos bárbaros. Eis como Osório se exprimia impacientado com a demora de Tamandaré em Buenos Aires: “O General Canabarro insiste por uma força de infantaria deste exército, que o ajude, porque tem falta desta arma; porém, consultando ao general-em-chefe a respeito, pressente-se (*sic*) que não quer desprender-se de forças brasileiras e propõe que o General Flores com alguns batalhões faça esta expedição em navios que aproveitando a cheia do rio cheguem até Uruguaiana; neste estado esperamos ansiosos a vinda do Sr. Tamandaré, se é que vem, ou então dizer-nos que não vem, porque o comandante de Uruguaiana, cumprindo ordens do General Canabarro trata de armar ou já o fez, dois lanchões, um pequeno e fraco vapor que ali existe e está de observação para os lados de Itaquí.”

A 11 de junho feriu-se o combate naval do Riachuelo em que a esquadra paraguaia ficou desbaratada no ponto que escolhera para bloquear a nossa, protegida por uma barranca guarnecida com artilharia e fuzilaria em um passo estreito do rio. Seguiram-se as operações rio abaixo contra as baterias assestadas pelo inimigo nas barrancas de Mercedes e Cuevas,

que a nossa esquadra é compelida a praticar, como no Riachuelo, para não inverter o seu papel de bloqueadora em bloqueada.

Os resultados do combate do Riachuelo constituíra os mais decisivos característicos de uma grande vitória da esquadra brasileira.

As perdas do inimigo em forças físicas e morais foram incomparavelmente superiores às nossas, tendo os restos da esquadra adversária abandonados o campo de batalha.

Quatro navios inimigos foram destruídos, outros quatro fugiram quase desmantelados, dois metidos a pique, seis chatas tomadas. As perdas, em mortos, feridos e prisioneiros excederam do lado inimigo a mais de dois mil homens. Da nossa parte tivemos cento e vinte e quatro mortos e cento e vinte e três feridos e perdemos a – *Jequitinhonha* – encalhada debaixo dos fogos da bateria do barranco do Riachuelo. Em Mercedes e Cuevas foram insignificantes as nossas perdas; as do inimigo nunca foram conhecidas.

O inimigo, porém, não conseguiu o seu fim que era o de libertar-se do bloqueio rigoroso em que o mantínhamos. Aos olhos do público ignaro, os movimentos da nossa esquadra águas abaixo causavam impressão desfavorável e alguns comentadores da guerra do Paraguai reincidiram nessa impressão errônea.

Para quem conhece a ciência da guerra, porém, o que importa é conseguir-se o fim que se tem em vista, seja avançando, seja recuando, pouco valendo os meios com que se o consegue. O que é certo é que a nossa esquadra na posição que tomou no Rincón de Soto, depois da passagem de Cuevas, podia, tranquilamente, prosseguir o bloqueio, porque o Paraguai estava impossibilitado de empreender qualquer outra tentativa contra ela; os seus meios navais foram aniquilados em Riachuelo. E enquanto nas águas do Paraná tínhamos conseguido tamanhos resultados, o Governo Imperial com extraordinária energia, provia à construção no país e no estrangeiro do material e do armamento adequados ao ataque das formidáveis fortificações das margens do Paraguai, contra as quais teria sido impotente a esquadra de madeira com que até então tínhamos operado. A força moral ganha pela Tríplice Aliança com a vitória do Riachuelo foi imensa; a opinião pública em todo o mundo civilizado o reconheceu. De fato, foi a Salamina da causa das três ações aliadas.

Não há exageração em afirmar que os nove pequenos vapores de madeira brasileiros que frustraram o que o próprio López denominou o seu – *esfuerzo supremo en bien de la causa comum*¹ – foram as muralhas que contiveram a irrupção das legiões inimigas no território argentino. Como poderiam os paraguaios prosseguir o objetivo de se engrossarem com os seus aliados de Entre-Rios, Corrientes e outras províncias argentinas e assim com os blancos da República do Uruguai, para aniquilarem o embrião de Exército aliado à margem do Paraguai, com a sua retaguarda cortada pela esquadra brasileira, triunfante, nas águas do Paraná? É fora de dúvida que mais ainda do que a perda total da coluna de Estigarribia, que avançara pelas margens do Uruguai, em Yatahy e Uruguaiana, influiu poderosamente para López desistir do seu plano de campanha ofensivo, a esquadra que interceptava a sua única linha de comunicações que ligava ao Paraguai. Tudo considerado, em suma, a campanha ofensiva aberta por López no ano de 1865, contra o Brasil e a República Argentina, foi um tremendo desastre para as suas armas, quaisquer que hajam sido as vantagens materiais que possam haver tirado da *razzia* de gado nos campos de Corrientes e do saque a que submeteram as povoações dessa província argentina.

No Rio Grande do Sul, devastaram São Borja, Itaqui e Uruguaiana; mas, dali, nenhum butim puderam levar, porque avançavam estupidamente sem se preocuparem de conservar uma linha de comunicações com o seu ponto de partida. As perdas do inimigo nos diferentes combates, de mortos, prisioneiros, extraviados e inutilizados por ferimentos, não podiam ter sido inferiores de dez mil homens. Só a coluna que desceu pelas margens do Uruguai, quase totalmente perdida, entre mortos e prisioneiros, era de oito mil homens. As perdas dos aliados em combate desde a tomada de Corrientes até Corrales, não podiam haver excedido de mil homens.

O grosso das forças inimigas que invadiram Corrientes não foi menos devastado pela epidemia da desinteria e da lepra que nelas se desenvolveu de modo assombroso, devido ao abuso de alimentação de carne verde a que o soldado paraguaio não estava habituado e à privação de ves-

1 Boletim nº 1 do Quartel-General de López para o – *Seminario* – de Assunção.

tuário e abrigo a que López queria acostumar as suas tropas na previsão de uma campanha prolongada.

Pode-se calcular que o desfalque por moléstias no Exército inimigo invasor foi, no ano de 1865, de mais de dez mil homens. Mas, não foi menor a mortalidade por moléstias no Exército brasileiro que se organizava nas margens do Uruguai e depois em sua marcha através das Províncias de Entre-Rios e Corrientes. Os batalhões de voluntários procedentes das nossas províncias do Norte, transportados no rigor do inverno para o rio da Prata, dissolviam-se pela morte pouco tempo depois de chegarem aos nossos acampamentos. Contando ao Almirante que um batalhão de belos caboclos do Pará, a maior parte adolescentes, que chegara a Montevideú com quatrocentas praças, achava-se quase extinto no fim de um mês, ele requisitou do General Osório que destacasse os seus restos para a esquadra onde, com melhor passadio de bordo, conseguiu-se salvá-los. Se fosse possível somar com exatidão o número de oficiais e praças que faleceram depois de embarcarem para o Sul, desde a declaração da guerra até o dia 16 de abril de 1866, é provável que a soma não ficasse aquém de doze mil homens. Encontrei em meu arquivo uma carta de Osório ao Almirante, em que acusava, logo depois da invasão, dez mil quatrocentos e sessenta e cinco doentes, inclusive feridos, em seu exército, isto é, acrescentava: a terça parte de minhas forças! E a cólera morbus ainda não havia invadido o teatro de operações! A verdade é que, na administração do nosso exército, só se cuidou seriamente da hospitalização, ambulâncias e higiene na alimentação, vestuário apropriado, abrigo da tropa e asseio dos acampamentos, depois que o Marquês de Caxias assumiu o comando-em-chefe. Também Tamandaré era de um zelo inexcedível pela saúde, assistência médica e cirúrgica de seus subordinados. O hospital da esquadra em Buenos Aires, podia servir de modelo no seu gênero, e o hospital-barraca de madeira que Tamandaré teve a providência de mandar levantar em Corrientes, antes da esquadra entrar em operações ativas contra o Paraguai, salvaram grande número de vidas de oficiais e praças da esquadra. É preciso acrescentar em honra à memória de um homem que deve ser das mais caras à nossa Marinha, que Tamandaré tinha para secundá-lo em suas providências humanitárias, o chefe de saúde da esquadra, o bom e infatigável e proficiente Dr. Carlos Frederico Xavier de Azevedo, que, pelo conjunto de seus raros

predicados, fazia lembrar aquele sábio Larrey, cirurgião-em-chefe na expedição do Egito, de que Napoleão dizia: “Era o homem mais virtuoso que havia conhecido.”

Por outro lado, pode-se estimar em dois mil e quinhentos homens as perdas dos orientais e argentinos por moléstias.

Passo agora a apreciar as perdas experimentadas de lado a lado, isto é, pelos aliados e pelo inimigo, desde que a esquadra e os exércitos aliados conservaram-se à margem do Paraná, no Passo da Pátria.

Nas operações navais que precederam a passagem do rio a esquadra perdeu algumas vidas preciosas de bravos oficiais e marinheiros. Foram perdas morais consideráveis, mas, que não causaram desfalques sensíveis no pessoal que guarnecia os navios. Entre mortos e feridos pelo fogo da esquadra contra Itapiru, contra os assaltantes da ilha Cabrita e contra as tropas inimigas que disputavam ao nosso exército o desembarque no Passo da Pátria, o inimigo não teve menos de quinhentos a quatrocentos homens fora de combate. Pelo lado material os prejuízos da esquadra limitou-se a avarias mais ou menos remediáveis no próprio local e a perda de algumas pequenas embarcações. O inimigo perdeu três chatas, grande número de chalanas, quatro canhões de grosso calibre e deixou em nosso poder, em perfeito estado, o vapor – *Guallegay* – restituído por Tamandaré aos argentinos.

A ocupação da ilha Cabrita custou ao nosso exército à vida de dois oficiais distintíssimos – Cabrita e o major Sampaio – e ferimentos em muitos outros. Só no ataque levado à ilha pelo inimigo, tivemos cento e quarenta e nove oficiais e praças fora de combate. Em suma, entre mortos e inutilizados por ferimentos, o nosso exército não perdeu menos de uma centena de homens, durante o bombardeio contínuo de Itapiru. O inimigo deixou no ataque à ilha, mortos ou prisioneiros, cerca de setecentos homens, e o número de afogados e metralhados na retirada, pode-se computar em uns trezentos homens. Desde 20 de maio em que a esquadra tomou posição no rio Paraguai abaixo de Curuzu, até o ataque a Curupaiti em 23 de setembro, perdeu ela, entre mortos e feridos em várias ações, cerca de cento e noventa oficiais e praças, sendo mortos cerca de oitenta e cinco homens. As perdas mais dolorosas foram as dos Primeiros-Tenentes Silvano e Napoleão Jansen Müller e Segundo-Tenente Canto.

Não era bom o estado sanitário da esquadra no período que estou considerando. Havia muitos casos de disenteria e febres palustres, mas sem caráter epidêmico, de modo que a mortalidade por moléstias não foi considerável. O dano do material nos combates foi grande, com a destruição total por um torpedo do encouraçado – *Rio de Janeiro* – e as avarias que sofreu o encouraçado – *Brasil* – no ataque a Curupaiti, que tornou necessário mandá-lo ao Rio de Janeiro para ser reparado.

Os encouraçados – *Tamandaré* – *Lima Barros* – e – *Bahia* – também ficaram muito danificados em suas superestruturas. Os demais prejuízos consistiram na perda de pequenas embarcações e avarias de mais ou menos consideração nos cascos, maquinismos e armamentos de diversos navios. Não se pode fazer idéia do mal que as canhoneiras e bombardeiras da esquadra infligiram às guarnições de Curuzu e Curupaiti, porque na ocasião de ataques violentos, o inimigo se recolhia aos abrigos casamatados perfeitamente eficazes de que eram dotadas as suas principais fortificações.

No Curuzu é que deviam ter sofrido mais os paraguaios, com o canhoneio dos navios encouraçados, não só porque a fortificação era de natureza ligeira, como porque o nosso fogo enfiava maior extensão do reduto.

No assalto dessa posição, no dia 3 de setembro, deve o inimigo haver perdido para mais de mil homens. O 2º Corpo do nosso exército teve cerca de oitocentos homens fora de combate, dos quais onze oficiais e cento e quarenta e oito praças e inferiores mortos. Deixaram os paraguaios em nosso poder, em Curuzu, treze peças de artilharia, sendo uma de 68, duas de 32, duas de 12 e oito de 8. No ataque a Curupaiti, o 2º Corpo teve dois mil e onze oficiais inferiores e praças fora de combate. As perdas dos defensores da formidável posição devem ter sido insignificantes. Em conclusão, nas operações levadas a efeito na margem esquerda do Paraguai, até o revés de Curupaiti, as perdas das forças físicas e de material da esquadra e do exército brasileiro, foram muito superiores às perdas correspondentes às do inimigo.

A prática de operações navais em um rio estreito e tortuoso fornece-nos os preciosos ensinamentos que passo a salientar. As fortificações de barrancas elevadas dominando inflexões bruscas de canais navegáveis são irredutíveis ao ataque mesmo de navios invulneráveis aos projéteis da artilharia inimiga. As vantagens de alcance, precisão de tiro e poder destruidor

da artilharia da esquadra atacante, nulificam-se: as duas primeiras por causa das sinuosidades do rio que não permitem utilizá-la diretamente de grandes distâncias, e a terceira, porque todo o dano causado contra parapetos de terra em posição a cavaleiro é facilmente reparado durante as noites.

As baterias as mais formidáveis, não podem por si sós, impedir o passo a uma esquadra moderna, achando-se livre de obstáculos, principalmente de minas submarinas, o canal navegável. Os rios caudalosos, sujeitos a grandes variações de nível, é difícilimo manter em pé de eficiência as barragens e defesas subaquáticas de minas e torpedos, mas ficará sempre muito perigoso o uso das minas derivantes. Na guerra em rios tem grande vantagem para a defensiva como para a ofensiva a posição rio acima. Para forçar barrancas alterosas fortificadas, basta o vapor; na maior parte dos casos deve-se renunciar o emprego da artilharia, conservando-se as guarnições na parte mais abrigada dos navios, salvo o contrário, quando estes são navios de torres couraçadas invulneráveis. Sempre que as dificuldades da navegação não se opuserem, deve-se preferir a noite para o forçamento de passos fortificados. A disposição da artilharia em torres giratórias dos monitores apresenta nas operações fluviais superioridade imensa sobre a das baterias corridas ou em casamata central. Logo, o navio ideal para operar em rios é o do tipo *monitor-couraçado*.

Contra fortificações erguidas ao nível da plataforma da artilharia dos navios, o número de canhões em ação apresenta vantagem decisiva; neste caso, o emprego vigoroso e ativo da artilharia é fator importante do sucesso no forçamento dos passos fortificados. O escritor destas linhas não está compenetrado da vantagem de conjugar navios do mesmo poder defensivo dois a dois no forçamento de passos, como dispôs o Almirante Inhaúma na passagem de Humaitá, imitando a ordem de marcha semelhante adotada por Farragut, em Porto Hudson e em Mobile, apesar da diferença existente entre os dois casos, em que Farragut teve por pensamento fazer dos navios mais fortes escudos para os navios mais fracos, pondo estes à sotabala. Pela conjugação dos navios diminui-se a velocidade e aumentam-se as dificuldades de governo.

Por outro lado, apresentam maior alvo e permitem ao inimigo maior concentração de fogo, isto quanto à artilharia; quanto ao risco das minas e torpedos, não é racional expor dois navios simultaneamente. Na

formatura ordenada para a passagem de Humaitá, os monitores emparelhados com os encouraçados de maiores dimensões, era pela espessura de sua couraça tão invulnerável quanto este, tendo ainda a seu favor apresentarem muito menor alvo. Uma observação digna de ser notada é que os nossos oficiais de marinha, formados em geral na antiga marinha a vela, rapidamente familiarizaram-se com o manejo dos encouraçados, que muitos deles viram pela primeira vez, como se não tivessem tido outra escola prática de navegação e de tática. Mas, observou-se também que os encouraçados afetaram de modo prejudicial o moral de nossos marinheiros. Depois do desastre ocorrido a bordo do – *Tamandaré* – as casamatas os aterrorizavam; e os que se acostumaram à imunidade das balas que ofereciam as torres dos monitores, perdiam toda a compostura guerreira, quando eram obrigados a se bater a peito descoberto. Em geral, os velhos marinheiros, em todas as marinhas, manifestavam invencível prevenção contra os encouraçados casamatados. Tamandaré diz muitas vezes que para forçar uma bateria, preferia a – *Parnaíba* – ou a – *Belmonte* – a qualquer dos encouraçados da esquadra. E no ataque a Curupaiti, foi na *Parnaíba* que ele forçou a principal bateria daquela fortificação. Farragut, durante o seu heróico comando, uma só vez entrou em fogo a bordo de um encouraçado para fazer um reconhecimento à viva força da baterias de Vicksburgo, e uma bala tendo penetrado na casamata matando um marinheiro que estava a seu lado, Farragut saiu para a tolda. Computadas pelas partes oficiais e correspondências do teatro da guerra as perdas sofridas pelo 1º Corpo de Exército brasileiro nos combates de 16 e 17 de abril, na confluência do Paraná com o Paraguai, 2 de maio, 20 de maio, 24 de maio, 16 e 18 de julho em Tuiuti, foram: mortos cerca de mil homens, feridos mais de cinco mil. O inimigo nesses combates não perdera menos de dez mil a doze mil mortos e feridos inutilizados para o resto da campanha.

As perdas materiais de armamento por parte do inimigo, principalmente de espingardas foi cerca de dez vezes superior à nossa. No combate de 2 de maio tomou-nos o inimigo quatro peças de artilharia, mas nós lhe tomamos outras tantas na batalha de 24 de maio e duas mais em 17 de abril. As perdas de homens do 1º Corpo por moléstia no mesmo período pode ser avaliada em mil, atendendo-se ao número de doentes. O 1º Corpo de Exército brasileiro, assim como o Exército argentino, foram dura-

mente experimentados naqueles seis meses pela morte de grande número de oficiais prestimosos, de todos os graus, até o de general. Resumindo as perdas físicas e de material sofridas pelos beligerantes desde a passagem do Paraná, tem-se:

Da parte do inimigo:

Homens mortos, prisioneiros ou extraviados antes da invasão no Passo da Pátria.....	1.300
Nos combates de 16 e 17 de abril, 2 de maio, 24 de maio, 11, 16 e 18 de julho.....	10.000
Na margem do Paraguai em Curuzu e Curu- paiti.....	<u>1.000</u>
Total de mortos em combate.....	12.300

Da parte dos aliados antes da invasão no Passo
da Pátria:

Brasileiros – 1º Corpo.....	100
Argentinos.....	?
Nos combates de 16 e 17 de abril, 2 de maio, 24 de maio, 11, 6 e 18 de julho:.....	
Brasileiros.....	3.000
Orientais e argentinos.....	<u>1.500</u>
Total.....	4.600

Material:

Canhões tomados ao inimigo nas chatas, em Itapiru, 2 de maio, 24 de maio e Curuzu....	27 ca- nhões
Canhões tomados aos brasileiros em 2 de maio.....	4 ca- nhões

Não há bases para avaliar as perdas de armamento portátil de parte a parte; com segurança, porém, pode-se afirmar que as do inimigo foram pelo menos triplas das dos aliados. Em Curupaiti os aliados deixaram, talvez, mas de mil carabinas, sabres, lanças, etc. Não há, também, base segura para calcular os mortos por várias moléstias, de parte a parte, nos cinco meses que se seguiram à invasão.

Adicionando as perdas que os beligerantes experimentaram até a invasão, tem-se:

Perda do inimigo em mortos e prisioneiros ao Sul do Paraguai.....	22.300
Idem, idem dos aliados.....	5.600

Concedendo que as perdas por moléstias hajam sido iguais, se não maiores, de parte a parte, desde o princípio da campanha, não preciso metê-las em conta no balanço a que estou procedendo.

A perda de forças físicas e de material reagindo sobre a moral dos beligerantes, chega-se à conclusão que o cômputo das perdas de parte a parte, firma a superioridade dos aliados sobre o inimigo. Havia, porém, a estabelecer outras relações morais. Ocorria em favor do inimigo que na última ação da campanha, no ataque a Curupaiti, a vitória fora deles.

Mas, se os aliados se tinham mostrado fracos no ataque, o inimigo não se sentia forte para nos atacar. Havia, pois, os beligerantes recaídos no estado de equilíbrio anterior. Qual dos dois, porém, tinha mais probabilidades de aumentar os seus meios de ação, para habilitar-se a tomar de novo a ofensiva?

Incontestavelmente os aliados. Primeiro, que todos os exércitos representavam um destacamento de força de populações vinte vezes superiores à do Paraguai, de guarda à única saída por onde poderia comunicar-se com o mundo exterior. Era, por consequência, imensa a desproporção entre os recursos da nação inimiga investida e os dos seus sitiantes. A tentativa de surpreender os aliados desarmados, despercebidos para a guerra, e de procurar adesões externas à causa paraguaia pela campanha ofensiva levada a Corrientes e ao Rio Grande do Sul, tinha resultado em grande desastre. Por outro lado, a posição embora forte, que López escolhera para

a defesa do território paraguaio, tinha perdido muito de seu prestígio da inexpugnabilidade desde o dia em que a esquadra mostrou que as baterias, estacadas e os torpedos de Curuzu e Curupaiti, não eram obstáculos à passagem dos encouraçados, que a qualquer momento podiam tomar-lhas pela retaguarda; e por mais ignaro que fosse o soldado paraguaio, ele sentia os efeitos poderosos dos instrumentos de guerra dos aliados.

Dentro do famoso quadrilátero de dez léguas de perímetro não havia, talvez, um ponto onde não pudesse cair um projétil de artilharia da esquadra ou do exército, logo que aquela transpusesse Curupaiti. López sempre preocupado em poupar a sua pólvora, não se julgou impune dos projéteis da nossa artilharia raiada de grosso calibre, no seu quartel-general estabelecido no centro da imensa planura do Passo-Pocu, senão depois de abrigá-lo entre mamelões de terra de tamanha altura que faziam lembrar as pirâmides do Egito; e reza a tradição que aquelas montanhas foram levantadas em vinte e quatro horas apenas pela operosidade semelhante à das formigas de todo o exército paraguaio, cada soldado carregando um cubo de terra cortado nas baixadas do campo em fila indiana contínua. A artilharia de campanha e deposição se deteriorava e todo canhão tendo vida limitada a certo número de tiros, não havia meio de substituí-los até mesmo por falta de matéria-prima no país. À vista da importância dos canhões de 68 de fabricação inglesa que eram os mais poderosos que havia no Paraguai para perfurarem as couraças dos nossos navios, um engenheiro estrangeiro ao serviço do Paraguai propôs-se fundir dois canhões de bronze de maior calibre, sendo um de alma lisa para lançar projéteis de cento e vinte libras e outro raiado pelo sistema Whitworth no qual se utilizassem as nossas bombas de cento e cinqüenta libras do mesmo sistema que, por defeito da espoleta, sucedia não explodirem. López aceitou a idéia; mas, para pô-la em prática teve de requisitar os sinos de todas as igrejas do país; daí o nome de – *Cristiano* – dada a uma dessas peças, a lisa. A outra tomou o nome de *Criollo* e a sua fundição com a alma exagonal do singular sistema do célebre mecânico inglês, foi um *tour de force* que denota rara habilidade e perícia do seu executor. O canhão *Cristiano* faz parte dos troféus de guerra que couberam ao Brasil. O *Criollo* coube aos argentinos.

Foi ainda no Paraguai fundido um terceiro canhão, de ferro, o *General Dias*, para o fim de aproveitar os nossos projéteis Whitworth de

32 da esquadra e do exército. Esta peça, porém, não fazia honra a quem a desenhou, pois era de alma lisa para lançar projéteis faceados e oblongos revestidos de sola. Informaram-nos vários paraguaios que o *General Dias* tinha um comprimento descomunal e que ficara atolado no Chaco na retirada que por ali fez o exército inimigo, quando abandonou o quadrilátero. Por último, os paraguaios mais inteligentes deviam reconhecer que a causa de sua mísera nação não inspirava simpatia alguma entre os neutros, e que, ao contrário, com violação do direito internacional os aliados encontravam abertos todos os mercados do mundo para lhes fornecerem até navios completamente armados!

Todas essas razões estavam patenteando a superioridade da potência moral e física dos aliados, se para isso não bastasse a presença deles no território inimigo em posição pelo menos tão forte como a que ocupavam os seus defensores, estes apoiados em Humaitá e aqueles na esquadra que era mais que um Humaitá semovente. O Paraguai estava virtualmente vencido. O sangue que lhe restava tinha de esvaír-se todo pelos seus artilhos, seguros pelas presas do *bull-dog* da Aliança. O efeito moral da repulsa do ataque a Curupaiti ficava neutralizado pelo ato do governo brasileiro unificando o comando de todas as suas forças nas mãos do Marechal Caxias, a maior reputação militar do Brasil. Era Marcelo sucedendo a Fábio. Pelessier sucedendo a Carronbert. Caxias não teria aceitado o comando para manter as forças consideráveis que lhe eram confiadas na atitude expectante anterior, e sim pô-las em tensão e em movimento na preocupação de um fim positivo.

Era natural que ele preferisse que López, comparando-se a Aníbal, *o temesse antes como adversário do que como pedagogo*, não sendo sua missão de impedir que o inimigo lhe fizesse mal, mas sim de fazer-lhe tudo quanto pudesse. Não fora a inflexibilidade das cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança, e, sobretudo, a do artigo 6º pelo qual os *aliados se comprometiam solenemente a não deporem as armas senão de comum acordo, e somente depois de eliminada, no Paraguai, a autoridade do Governo*, então existente, que encarnava o espírito do povo paraguaio, este certamente não poderia ter outro pensamento senão a paz.

A propósito da Aliança de que *não haveria paz possível com López ou gente sua*,¹ só tem paralelo na história das guerras internacionais na *Delenda est Carthago* da absorção romana sintetizada por Catão.

Os três negociadores do tratado que a sangue-frio, em torno de uma mesa, acordaram naquela cláusula, teriam previsto a hipótese de que não se poderia banir López senão exterminando o bravo povo paraguaio?

O caso não era idêntico ao da coligação da Europa contra a pessoa de Napoleão, ou ao da nossa aliança em 1851 no Prata para a expulsão de Rosas, porque nestes dois casos os novos interessados diretamente tiveram parte no pacto de proscricção.

O que atenua, talvez, o ódio daquela disposição do tratado é que ela traduzia o sentimento popular predominante *nas três nações aliadas*. Mas nem sequer estavam os governos aliados preparados para a ação impetuosa, rápida e decisiva que poderia assegurar-lhe a cominação estipulada, sem sacrifícios desproporcionados da parte deles e da parte do mísero povo paraguaio. O mesmo excesso no compromisso contraído solenemente amesquinhava os intuitos elevados da guerra, que assim tomava o caráter de uma diligência policial para apreensão de um bandido.

Caxias condenou com uma expressão feliz a obstinação odiosa da guerra contra a pessoa de López, quando, depois de haver desbaratado o seu exército em Lomas Valentinas e de ter ocupado Assunção, recebendo ordem do Governo para perseguir López fugitivo, disse: *para mim a guerra está acabada, eu não sou capitão-do-mato*.

A honra do general vitorioso e a consciência do homem civilizado e do cristão pôs-lhe o limite da disciplina militar, como na resposta dada pelo Visconde d'Orte a Carlos IX que, depois da *Saint Barthélemy*, ordenava-lhe de fazer massacrar os huguenotes: "Senhor, eu não achei entre os habitantes e os militares senão bons cidadãos, bravos soldados e nenhum verdugo, nenhum algoz; assim eles e eu suplicamos a Vossa Majestade que empregue os nossos braços e as nossas vidas em coisas que se possam fazer."

1 Instruções do Governo Imperial a Tamandaré. Na Grande Guerra de 1914-1918, o mesmo critério político foi seguido. Nota de R. T.

Tendo esboçado a situação recíproca dos beligerantes, quando, após dois anos de campanha, o Marquês de Caxias se apresentava como generalíssimo das forças brasileiras em operações contra o Paraguai. López, na cegueira de seu orgulho, estava pronto a recomençar a luta com a confiança que hauria de seu poder ilimitado sobre a nação paraguaia e o desprezo que lhe inspiravam os seus adversários.

Aprouve à fatalidade opor aos desígnios implacáveis dos aliados a tenacidade inquebrantável do monstro moral que se tornara o ídolo do fanatismo do indômito povo paraguaio. Ainda depois de perdida a sua famosa Humaitá, e quando já lhe assaltavam suspeitas de revolta contra os seus mais submissos satélites, ele diz, em um círculo de homens mais importantes do país, entre os quais se achavam alguns estrangeiros, esta frase terrível: “Il faut finir pour commencer.”

As proscricções de S. Fernando fizeram logo conhecer o que queria dizer – *é preciso acabar para recomençar* –: eram as vidas de todos aqueles que não estivessem nas linhas de frente, de fuzis em punho, fazendo-se matar na defesa de sua causa. Infelizmente Caxias não encontrou o Exército brasileiro em pé de iniciar logo ações positivas. Os desfalques que experimentara em tantos combates travados desde a invasão e os produzidos pelas moléstias em sua longa parada no meio dos esteiros pestíferos reduziram o efetivo do Exército brasileiro de mais de um terço do que contava ao transpor o Paraná, não obstante os reforços de recrutas que recebera no mesmo período. É certo que o potencial dos vinte e pouco mil homens aguerridos e afeitos a todas as provações e fadigas, presentes sobre as armas nos acampamentos de Tuiuti e Curuzu, era muito mais alto do que dos trinta e alguns mil que desembarcaram no território inimigo, guiados pela lança de Osório. Mas, as mesmas causas deviam ter produzido os mesmos efeitos nas legiões contrárias.

Subsistia, portanto, o equilíbrio entre as forças beligerantes, que as constrangia a se meterem na defensiva recíproca, equilíbrio que, razoavelmente, só poderia tentar romper aquele que em dado momento atingisse a superioridade numérica de efetivos. Ora, Caxias contando com os reforços que se organizavam em todas as Províncias do Império e especialmente na do Rio Grande do Sul, sob a direção de Osório, que restabelecido da enfermidade que o obrigara a retirar-se do comando-em-chefe,

se havia prestado a voltar a servir em um comando subordinado, Caxias, digo, procedia com louvável circunspecção, abstendo-se de movimentos em que não pudesse empenhar-se com decisão consecutiva. Apenas consentia Caxias que o Almirante J. José Inácio entretivesse a galeria com os seus torneios diante de Curupaiti, que lhe forneciam tema para as suas ordens do dia retumbantes, em que tanto abusava das hipérbolas cediças das *abóbadas de balas e metralha* e das *nuvens de infantes e cavaleiros*. Mas, não é de todo descabida a crítica em que incorreram todos os generais que comandaram os exércitos aliados na guerra, em virtude da inação absoluta em que se conservaram durante quinze longos meses em frente às linhas de Rojas. Todos os combates que ali se feriram foram de iniciativa exclusiva do inimigo, quando nós éramos os invasores e por consequência devíamos nos sentir mais solicitados do que ele a praticar atos de ofensiva, sobretudo porque desfrutávamos superioridade numérica de efetivos e potência de armamentos.

Na guerra da Criméia, com a qual tantas analogias teve a primeira fase da guerra do Paraguai, quando Péliissier e Raglan, detidos na planície do Quersoneso diante das formidáveis defesas da frente sul de Sebastopol, não ousavam empreender operações extensivas contra o grosso do exército russo (como, aliás, o Imperador Luís Napoleão peremptoriamente ordenava), não se deixaram, contudo, invadir da paralisia física e moral que caracterizou a atitude dos Aliados em frente das linhas de Rojas do quadrilátero paraguaio.

Os invasores da Criméia, não obstante a inferioridade numérica em que se achavam, que lhes não permitiu investir completamente a praça de Sebastopol e, apesar das gigantescas obras de defesa levantadas sob a direção genial de Todleben, não se deixaram entorpecer e travaram a homérica luta que Péliissier qualificava de: “Uma batalha contínua entre dois exércitos marchando um contra o outro, removendo terras, construindo baterias e disputando-se a posse do campo fechado que os separava, como se disputa as posições do terreno em uma batalha comum ofensiva.” Foi de um ano consecutivo, como se sabe, a duração da batalha de Sebastopol! É certo que os aliados da Tríplice Aliança, até onde pode alcançar a previsão humana, deviam esperar que o tempo operasse como aliado, reduzido como se achava López aos únicos recursos que podia tirar de seu pequeno país; mas, a mes-

ma prudência que essa consideração justificava, então, não excluía golpes de habilidade e de energia, que são os que produzem a vitória e que assinalam na história do mundo os grandes capitães. Desgraçadamente, a nossa única arremetida vigorosa, o ataque a Curupaiti, provou ter sido tão errado e descosido como fora o primeiro assalto a Sebastopol dos aliados do Ocidente. Em minha humilde opinião, se a Guerra do Paraguai fosse algum dia estudada por um profissional da competência de um Clausewitz ou de um Jomini, o veredicto desse profissional, quanto à direção geral da guerra, seria: que, por parte dos paraguaios foi sacrificado um exército admirável de coragem e preparo e que seria invencível, dadas as condições naturais do país só dele conhecidas, pela inércia e incapacidade militar de López; e quanto aos aliados, os generais adstringiram-se aos métodos da guerra antiga, que imprimiram às operações, dirigidas com caráter tanto mais frouxo quanto para isto já concorriam várias circunstâncias poderosas, tais como: a exígua força numérica dos exércitos permanentes que serviram de nó à formação súbita dos exércitos com que se apresentaram em campos aliados; as prevenções entre os mesmos aliados e a falta de unidade do comando, apesar de disposto no Tratado de Aliança. De modo que, se não fosse a ação da esquadra em Riachuelo e depois no Passo da Pátria, a *invencibilidade* do exército paraguaio na defensiva estratégica, como diriam Clausewitz ou Jomini, com aqueles métodos adotados pelos generais aliados seria um fato concreto, de que a Divina Providência nos livrou.

Um comentador da campanha, porém, não deixará de reconhecer que os exércitos aliados não eram instrumentos próprios para serem manejados com a energia necessária de movimentos das guerras modernas, do mesmo modo que a artilharia antiga não suportava o tiro rápido da artilharia hodierna. Eu tive ocasião de ouvir do próprio Caxias a crítica que ele fazia dos seus antecessores. Ele não lhes perdoava “*não terem, no dia 24 de maio, transposto a linha de Rojas, agarrados nas abas das blusas dos paraguaios derrotados.*”

Quanto à inação em que se tinham conservado, ele dizia: “*na guerra quem não anda desanda, eu teria marchado por aqui ou por ali; parado não teria ficado; mas, com certeza não levaria um assalto formal a uma posição como Curupaiti, antes de reconhecê-la bem; teria sido preferível perder trezentos ou quatrocentos homens nesse reconhecimento, em que se teria verificado*

a inexpugnabilidade da posição, a perder três ou quatro mil homens em um assalto temerário, sem a simultaneidade de outro às linhas de Rojas.” Foi nessa ocasião que Caxias me expôs o seu plano de campanha que eu devia comunicar ao Imperador e ao ministro da Guerra. E para, desde logo, justificar-se da demora que seria forçado para pô-lo em execução, acrescentava: “de mim é que não poderão exigir que empreenda imediatamente hostilidades ativas; preciso antes reorganizar todo o exército; preciso conhecer o pessoal presente no campo. Sendo o general brasileiro que mais conhece a nossa tropa de linha e a gente do Rio Grande, vim, contudo, encontrar no comando de brigadas e batalhões oficiais novos, voluntários e guardas-nacionais; preciso antes conhecê-los e experimentá-los para saber o que posso esperar deles. Para a execução do meu plano, preciso pelo menos de mais dez mil homens; os nossos aliados longe de receberem reforços, podem de um momento para outro verem-se obrigados a retirar contingentes de suas tropas para atenderem a movimentos sediciosos em seus países¹. Eu tenho necessidade de deixar a minha base de operações bem fortificada e guarnecida com oito ou dez mil homens; o Osório, que pode me trazer um reforço de três ou quatro mil rio-grandenses, não poderá estar aqui antes de três ou quatro meses, e, finalmente, quanto aos generais que aqui se acham, à exceção do Porto Alegre, eles ainda têm de dar provas de que são capazes de se desenvolverem no comando de um corpo de exército; há aqui alguns que ganharam muito bem os bordados de general pela sua bravura pessoal, mas creio que se lhes entregar mais de mil homens, eles não saberão como manejá-los.” São de algum valor histórico estas expansões do Marquês de Caxias, cuja veracidade pode ser confirmada pelo ilustre Marquês de Paranaguá, que felizmente ainda está entre nós vivo e vigoroso e que era o ministro da Guerra a quem devia eu transmiti-las.

O incidente que motivou a missão com que me honrou o Marquês de Caxias, teve tão grande influência na minha carreira que o leitor me relevará narrá-lo aqui minuciosamente. O Almirante Visconde de Inhaúma entre as suas virtudes não tinha a da magnanimidade para com os seus subordinados que incorriam em seu desagrado. Ora, desde

1 Com efeito, em fevereiro de 1867, Flores retira-se levando consigo grande parte de suas tropas e pouco depois Mitre se retirava também.

guarda-marinha e segundo-tenente, tive a infelicidade de ser inscrito no livro negro do então chefe de esquadra J. J. Inácio, ministro da Marinha do gabinete presidido por Caxias, segundo ele mesmo me notificou à primeira vez que me falou em uma reunião de oficiais de marinha convocada por ocasião da Questão Christie, a fim de se deliberar sobre a quota do nosso soldo com que devíamos concorrer para o armamento do país. “*Estimei muito conhecê-lo, senhor tenente*” disse-me ele. “*Cavalheiros somos, na carreira andamos*”, acrescentou. Retruquei-lhe: “*Eu não creio que V. Ex^a se prevaleça de sua posição elevada para fazer efetuar contra um oficial que começa a sua carreira, a ameaça que encerram as suas palavras.*” Todo o meu pecado consistia em ter frequentado a roda do – *Correio Mercantil* –, o principal órgão do Partido Liberal, ao tempo em que nesse jornal Tavares Bastos analisara a administração de J. J. Inácio na pasta da Marinha, e em ter sido surpreendido por um dos seus filhos em conversa na rua em que manifestava a minha satisfação pela queda do Ministério de que ele fazia parte, ocorrida naquele dia.

Já referi mais atrás o interesse paternal com que Tamandaré recomendou-me a J. J. Inácio quando lhe entregou o comando da esquadra, e a promessa que este havia feito de dar-me o comando do encouraçado – *Barroso* –, em meu regresso de Montevideú até onde ia acompanhar Tamandaré, meu chefe, que se retirava. Quando, porém, achei-me de volta à esquadra, sou surpreendido com a nomeação de comandante da – *Ivaí* – uma das antigas canhoneiras da esquadra que se conservavam na retaguarda, depois da chegada dos encouraçados, para o serviço inglório do bloqueio do alto Paraná. Os termos singulares da ordem-do-dia em que o Almirante me conferia essa nomeação, poderiam embalar a algum simplório, nunca a mim, que vi neles a intenção de deixar-me de lado e a intimação de que devia limitar as minhas aspirações à promoção a capitão-tenente para a qual se sabia que eu havia sido proposto por Tamandaré¹.

Eis o texto da ordem-do-dia do Almirante J. J. Inácio nº 22 de 4 de fevereiro de 1867:

1 Dois dias depois chegava à esquadra a notícia da minha promoção.

“O Sr. 1º-Tenente Guilherme José Pereira dos Santos, comandante da – *Ivaí* – passará a tomar o comando do – *Bahia* – , e o Sr. 1º-Tenente Artur Silveira da Mota, o da *Ivaí*. O Sr. 1º-Tenente Silveira da Mota é um oficial cheio de brio, que podendo, sem quebra de sua dignidade, retirar-se ao seio de sua família, tendo ganho já a presente guerra bastante glória, preferiu continuar no posto de honra em que estamos, a prestar à sua pátria os serviços que tem ela direito de esperar de sua inteligência distinta. Aceite, pois, a nomeação que lhe dou como prova do apreço em que tenho seu modo de proceder e como um limitado reconhecimento da lealdade e dedicação com que serviu junto ao meu ilustre antecessor.”

A pequenez de fundo e a parvoíce da forma desta ordem-do-dia, revoltaram-me de tal modo, que ato contínuo à sua leitura, dirigi-me ao Almirante e declinando categoricamente do comando que me conferia, disse-lhe que ele sabia haver rejeitado o lugar de ajudante-de-ordens do Marquês de Caxias, e o comando do *Barroso* que Tamandaré me quis dar, e que o seu ato, relegando-me para a retaguarda da esquadra, equivalia a dispensar os meus serviços, dispensa que aceitava, mas para ir pedir ao marquês um posto de simples voluntário no exército brasileiro. No dia seguinte achava-me no quartel-general do marquês a quem expus o caso. O marquês tendo-me ouvido com atenção, disse-me: “*Está bem, você tem razão; vou empregá-lo no meu Estado-Maior.*”

“Não, Sr. Marquês, estou resolvido a pedir a minha demissão, se for necessário, para servir como voluntário no exército.”

“*Pois bem, vou pensar; entretanto, vou requisitá-lo ao Almirante e desde já pode ficar aqui no meu quartel-general.*”

À noite o marquês mandou-me chamar e disse-me: “Eis o que resolvi: Você parte amanhã mesmo para o Rio em um transporte que mandarei pôr à sua disposição. Você vai desempenhar uma comissão da maior confiança para a qual eu ia mandar o meu chefe-de-estado-maior. Você vai transmitir ao ministro da Guerra e ao Imperador, confidências minhas que não quero confiar ao papel. Em seu regresso você será colocado convenientemente na esquadra, que é onde você pode prestar melhores serviços: descanse em mim. Amanhã de manhã, às 5 horas, lhe darei o objeto de sua missão e você partirá amanhã mesmo.”

Em minha volta do Rio, ao apresentar-me ao marquês, ele disse-me: “O – Barroso – está a sua espera com um comandante interino; vá quando quiser apresentar-se ao Almirante e tomar posse do seu comando.”

A Ordem-do-dia nº 51, de 23 de maio de 1867, assim rezava:

“3º Nesta data é nomeado o Sr. Capitão-Tenente Artur Silveira da Mota para comandar o encouraçado – Barroso –, visto ter sido dispensado da comissão em que se achava junto a S. Ex^a o Sr. Marquês de Caxias e de haver concluído o serviço de que por S. Ex^a fora encarregado.”

J. J. Inácio malgrado seu, dava-me o comando de um navio que por suas qualidades especiais não podia deixar de ser empregado nas operações mais importantes da esquadra; mas, o Almirante *in petto* reservava-se para tirar-me mais do que me dava, obscurecendo os meus serviços como o fez pela redação maquiavélica da sua ordem-do-dia da passagem do Humaitá, pela qual se fica em dúvida se foi o – Barroso – o navio testa da coluna, o que assinalou aos demais que o passo era praticável, quando o próprio chefe da expedição vacilava em investi-lo segundo confessou e, ainda pela parcimônia em citar os nomes dos comandantes, exceto o do monitor – *Alagoas* –, único meio de não ficar o nome do comandante do – Barroso – ligado ao principal documento relativo à passagem.

Todas as vezes que escrevo sobre este assunto, me é impossível evitar que caíam sobre o papel algumas gotas de sangue dessa ferida que há de ficar aberta enquanto viver.

.....

Solano López e os Aliados

VICTOR HUGO explica Nero como um caso de *spleen*. Solano López é um caso de megalomania. Ele entra em guerra contra duas nações vizinhas, pelos mesmos motivos que D. Quixote “*vino a dar en el mas extraño pensamiento que jamas dió loco en el mundo, y fué que te pareció conveniente y necesario, así para el aumento de su honra como para el servicio de su república hacerse caballero andante.*” Esta seria a mais completa justificativa do Governo Imperial, por não se achar preparado para a guerra do Paraguai, se as tendências agressivas de López, os seus armamentos extraordinários e a militarização do povo paraguaio, não fossem coisas patentes de longa data.

No Brasil só meia dúzia de ideólogos ou alguns caturros da política tradicional do Brasil no Prata, podiam acreditar que o poder militar de López só ameaçava a República Argentina. Para que o Humaitá fechava o rio Paraguai senão para o Brasil, que tinha os seus grandes interesses de ribeirinho superior, em Mato Grosso? Para nós jovens oficiais de marinha daquela época, o Humaitá era a esfinge, cujo enigma seríamos chamados a decifrar mais dia menos dia, sob pena de sermos devorados pelo monstro. Mas, a imprevisão no que dizia respeito a preparativos bélicos, não era tão censurável como a que dizia respeito à vigilância diplomática que devíamos exercer sobre o nosso trêfego vizinho, desde que não era possível manter os

adidos militares, espreitando os seus pensamentos e o grau térmico de suas ambições, informando-nos com exatidão do valor da organização militar que López estava dando ao país, da instrução de suas tropas, da quantidade e qualidade dos armamentos que estava acumulando em seus arsenais e fortalezas, e, de um modo mais positivo, procurando neutralizar as sugestões estranhas que ele pudesse receber dos nossos inimigos no Prata, tendentes a envenenar-lhe o ânimo já naturalmente doentio. O pouco caso, porém, com que o Governo Imperial olhava para o Paraguai, acentuava-se justamente na designação dos nossos representantes diplomáticos em Assunção. O nosso ministro que já se achava, por ocasião da declaração da guerra, fazia timbre em afrontar a conhecida susceptibilidade de López. Em um baile dado pelo presidente, retirou-se de uma quadrilha em que já tinha tomado lugar, quando viu que nela entrava Madame Linch.

Os ministros de outras nações e entre eles o da Inglaterra, não tiveram o mesmo *prudery*. E Madame Linch era irlandesa.

A falta de perspicácia desse diplomata era tal que, em carta a Tamandaré qualificava de fantasmagoria o exército paraguaio, e, por Buenos Aires, depois de retirar-se de Assunção, afirmava que dez mil soldados do exército brasileiro, em qualquer ponto do Paraguai que desembarcassem, poderiam ir de arma ao ombro até à capital inimiga.

O Governo Imperial não tinha informação alguma da existência da flotilha paraguaia de vapores e chatas. Era corrente no Brasil que López só dispunha de um pequeno vapor de guerra construído na Inglaterra o – *Tacuary* – e de um transporte a vapor o – *Río Branco*.

Em princípios de abril de 1865,¹ o ministro da Marinha ordenava a Tamandaré que fizesse efetivo o bloqueio, quanto antes, nas Três Bocas, quando a esquadra que tínhamos no rio da Prata só dispunha de uma meia dúzia de canhoieras de calado reduzido a permitir-lhes subir até aquele ponto na baixa das águas do Paraná.

Eis como se explica que Saraiva desse por terminada a sua missão pelo *ultimatum*, sem usar dos poderes que recebera para ir a Assunção

1 Aviso reservado do ministro da Marinha ao Almirante Tamandaré de 6 de abril de 1865.

desfazer as intrigas dos agentes do governo *blanco* de Montevidéu; como se explica, em suma, que o Imperador e seus ministros, o parlamento e a opinião pública, no Brasil, tivessem aceitado *au coeur léger* a situação criada pelo *casus belli* intimado por López.

O próprio Tratado da Tríplice Aliança, nos termos em que Otaviano o celebrou, de sua própria inspiração, foi recebido friamente no Brasil, porque, era crença geral entre nós que para suplantarmos o Paraguai bastava que a República Argentina não pusesse embaraços às operações das nossas forças. Entretanto, quem poderá hoje negar que o tratado, na parte em que exprimia a plena confiança do Brasil na lealdade dos seus aliados, foi talvez o principal fator da vitória final? Sim, com a ação conjunta e identificação de intuitos, deu-se tantas vezes o equilíbrio das forças beligerantes, o que não aconteceria com a simples ação concorrente e a liberdade de cada um pôr termo à contenda segundo a sua conveniência ocasional?

Na República Argentina havia o mesmo menosprezo pelo poder militar do Paraguai. A imprensa, esse meio cem vezes mais destrutivo do que construtivo, acabrunhava com os seus sarcasmos a atividade da – *talabartería* – de Assunção. *Sale de la crysálida, no sale de la crysálida, salió de la crysálida*, era a metáfora favorita com que a – *Tribuna* – de Buenos Aires, qualificava a atitude de López no conflito do Brasil com o governo *blanco* de Aguirre.

López nunca fora tomado ao sério em Buenos Aires. Quando seu pai, o velho Carlos López, fez general a Solano com pouco mais de vinte anos de idade, é ele tratado pelos portenhos de *generalito*. À precocidade de sua graduação militar e de sua obesidade, liga-se um ridículo, que só aumenta com a sua exaltação à presidência da República por disposição testamentária do pai e com as suas pretensões de árbitro do equilíbrio político das nações ribeirinhas do Prata.

Ainda em vida de D. Carlos López, em um baile em Assunção, o *generalito* convidando para ser seu par a uma distinta dama argentina, esposa do ministro brasileiro, ela lhe respondeu:

“*No, general, encuentro usted muy grueso para bailar conmigo.*” Ele mesmo, na célebre conferência de Yataiti-Corá, lembra ao General Mitre o desdém com que o trataram quando fora a Buenos Aires em missão diplomática no ano de 1859. E naquela mesma entrevista, depois de dezesseis

meses de uma guerra indecisa, não estaria o General Mitre penitenciando-se, tacitamente, diante do seu adversário, da petulância ligeira com que havia predito a entrada dos Aliados em Assunção com só três meses de campanha? Havendo-se enganado tão crassamente na apreciação das forças materiais e morais de que o Paraguai podia dispor e desenvolver, os aliados nem ao menos se preocupavam em fixar a força absoluta do exército com que iam entrar em campanha, o que constitui o primeiro ato estratégico de toda a guerra. Dessa omissão origina-se a crítica feita ao Tratado da Tríplice Aliança pelos conselheiros de Estado Pimenta Bueno, Visconde de Uruguai e Visconde de Jequitinhonha, de não se ter marcado ao menos o *mínimo* dos meios de guerra com que se obrigariam a concorrer cada um dos Aliados. Cumpre, porém, reconhecer que o Gabinete Furtado, que presidiu no Brasil aos primeiros preparativos da guerra, empregou os meios mais eficazes para elevar quanto possível a força de nosso exército e o poder de nossa esquadra, menos talvez com a idéia de atingir a superioridade numérica contra os paraguaios, do que preocupado com possíveis complicações no rio da Prata. Em poucos meses, só o alistamento de voluntários da pátria contribuíra com mais de vinte mil homens de reforço ao nosso exército permanente. Estávamos, todavia, ainda longe de atingir ao mínimo da força absoluta necessária para iniciarmos a campanha e já em Montevideu e Buenos Aires manifestavam-se apreensões de que *tão grandes* massas de tropa não se destinassem unicamente a operar contra o Paraguai! Também no Brasil foram bastantes os nossos sucessos em Riachuelo, Yatahi e Uruguaiana para que Saraiva, como ministro interino da Guerra do novo Gabinete que subira ao poder, *suspendesse o alistamento de voluntários* com o mesmo descaso com que pusera termo a sua missão no Prata.

Pouco depois, patenteava-se a insuficiência das forças aliadas no teatro das operações, e arrefecido o entusiasmo, que se não alimentava mais, antes se deixara de todo apagar e que produzira levadas patrióticas de voluntários, o Governo Imperial teve de recorrer ao recrutamento forçado, em detrimento da grandeza moral que ostentáramos nos primeiros meses de preparativos para a guerra.

Nem podia o Governo Imperial, tendo deixado aos generais aliados a elaboração do plano de campanha, como deixou, suspender, sem consultá-los, as remessas de reforços.

Tudo isso era consequência da pouca importância que se ligava ao Paraguai, que, nas guerras, é o prejuízo mais funesto ao seu bom êxito, isto é, menosprezar o valor do inimigo. O mesmo prejuízo foi a causa dos desastres da recente campanha de Canudos, contra Antônio Conselheiro – o velho da Montanha –, dos sertões da Bahia. Seria certo que, depois de celebrada a Aliança, se dessem poderes discricionários aos seus generais para combinarem entre si o anteprojeto da campanha. Mas, no que dependia da ação governamental, notava-se falta absoluta de inteligência profissional na administração da guerra, que se manifestou de modo deplorável por ocasião da invasão do Rio Grande do Sul, aliás prevista com grande antecipação. O defeito estava, principalmente, na organização do Ministério da Guerra e consistia na falta de um departamento de Estado-Maior, auxiliar imediato do ministério para esclarecê-lo sobre todas as questões técnicas de estratégia e logística, referentes à organização de forças destinadas a entrar imediatamente em campanha e sua manutenção no teatro de operações, sobretudo os serviços preciosos de higiene e profilaxia contra moléstias infecciosas inevitáveis durante o curso de uma guerra.

Produziram-se entre nós com incrível semelhança as mesmas desordens administrativas que se verificaram na expedição à Criméia, entre franceses e ingleses. Napoleão III, em carta ao seu ministro da Guerra, depois de apresentar-lhe uma grande lista de irregularidades que chegaram ao seu conhecimento e que atribuía à organização defeituosa do Ministério da Guerra, acrescentava:

“En effet, je vois par moi-même, depuis des années, que tout est trop centralisé dans les mains du Ministre, et alors, comme il ne peut pas tout faire par lui-même, ou les choses ne se font pas à temps, ou elles sont décidées par des subalternes. Assi on envoi, par exemple, deux régiments de cavalerie demontée en Orient. Ils arrivent sans couvertures, ou sans selles, ou sans brides. Je vous prie d’y réfléchir sérieusement, car, je vous repète, ce n’est pas um blâme, mais l’appréciation de ce qui se fait depuis que *l’esprit parlementaire bureaucrate et paperasiser a envahi l’administration.*”

Do lado dos ingleses, assinalam todos os historiadores, as calamidades que sofreram em consequência da detestável administração militar da grande ação marítima, naquela época, foram enormes, vendo-se no rigor do inverno, na Criméia, muitos dos seus soldados tiritando sob a neve, vestidos com calças de brim!

.....

O General Osório

SERVIRAM de núcleos para formação dos nossos exércitos destinados a operarem contra o sul do Paraguai, a coluna que invadira o Estado Oriental, sob o comando do General João Procópio Mena Barreto, depois Barão de São Gabriel, e que se achava acampada nas fraldas do El Cerro de Montevideú desde a celebração do Convênio de 20 de fevereiro, e o chamado exército do Rio Grande do Sul. O General Mena Barreto retirara-se por doente para o Rio Grande do Sul no dia 1º de março, entregando o comando do Exército, interinamente, ao Brigadeiro Manuel Luís Osório. Este é confirmado, pouco depois, no cargo de comandante-em-chefe do Exército, que mais tarde passou a ser o 1º Corpo de Exército brasileiro, quando se criou o 2º Corpo formado pelas forças sob o mando de Porto Alegre.

Não podia deixar de causar estranheza a nomeação de um brigadeiro para um comando-em-chefe de tamanha importância, nomeação que excluía desde logo do serviço em campanha os generais mais graduados do quadro ativo do Exército. Foi, entre tantas outras, uma das gravíssimas dificuldades governamentais que o Gabinete Furtado fora chamado a resolver.

Ela determinou a retirada do Ministro da Guerra, General Beaurrepaire Rohan, que se opunha à nomeação de Osório, assentada nos conselhos das sumidades do Partido Liberal.

Chamado o General Visconde de Camamu a assumir a pasta da Guerra, não estando ainda lavrada a nomeação de Osório, resolve o Gabinete convidar o Marquês de Caxias. Tomou a si o presidente do Conselho ir pessoalmente comunicar ao marquês a resolução do Governo. O que se passou na entrevista dos dois personagens, como vou contar, foi-me referido pouco tempo depois pelo próprio Caxias, em Uruguaiana. Começou Furtado por dizer a Caxias que o procurava para comunicar-lhe que o governo, em despacho imperial, resolvera convidá-lo para comandar o nosso exército que ia operar contra o Paraguai. Caxias respondeu que: “sentia muito não poder prestar esse serviço a seu país, visto achar-se na pasta da Guerra um general que era o único inimigo que tinha no Exército.” Por esta resposta quis Caxias insinuar que não acreditava na sinceridade da intenção com que o convidavam. Furtado, desnorteado com a franqueza rude da resposta, e querendo sobrelevar-se à altura de sua posição, redarguiu que: “tratando-se de serviço militar e de comissão de confiança coletiva do Governo, não podia prevalecer a escusa apresentada.” Animando-se num ponto da narrativa do incidente, dizia-me Caxias: “Tive ímpeto de quebrar uma cadeira na cabeça daquele... que ousava dar-me uma lição de disciplina militar: contive-me, mas o adverti, com serenidade, que ele parecia esquecer-se de que eu era senador do Império e que nessa qualidade nem poderia ser nomeado para aquela comissão sem licença da Câmara a que pertencia, e, por um gesto expressivo, fi-lo compreender que a nossa conferência não podia continuar.”

Furtado, que até então tinha hesitado na escolha de Osório, cede à opinião dos seus amigos políticos. Os mais ativos admiradores dos predicados de Osório era o deputado rio-grandense Silveira Martins e o Senador Conceição de Sinimbu, ex-presidente do Rio Grande do Sul. Tinha Osório a reputação, em todo o país, de valente e consumado oficial de cavalaria, confirmada com brilho no seu comando da nossa cavalaria na batalha de Monte Caseros. Mas, tendo feito toda sua carreira no Sul, o conjunto de suas qualidades pessoais e militares só era conhecido pelos seus conterrâneos e pelos homens públicos, civis e militares, com quem servira no Sul.

Abonavam estes a sua longa experiência das guerras no Sul, em que tomara parte, desde a campanha de 1817.

A sua sagacidade, a sua proverbial e austera probidade, a sua prudência e as simpatias de que gozava entre os mais conhecidos guerreiros do Prata, com os quais se tinha achado em contato nos campos de batalha, na vida de fronteira e no asilo que muitos deles tinham procurado no Rio Grande do Sul nas vicissitudes da política agitada daquelas repúblicas. Durante a revolução farroupilha, Osório servira lealmente à causa do Império. Mas, pacificada a província rebelde, ele, pela correção do seu procedimento, como militar e como cidadão, impusera-se à estima de seus adversários de dez anos de pelejas incessantes.

Nas lutas eleitorais no Rio Grande do Sul, o seu voto ele dava indefectivelmente ao Partido Liberal, ao qual se filiara desde o verdor dos anos, mas sem nunca incorrer nas atividades da política local. Entre as sumidades políticas da Corte, o seu grande amigo é Caxias, para quem ele é um dos seus *noli me tangere* do Exército. Todas as qualidades que lhe atribuíam seus amigos confirmou-as Osório no comando do Exército e algumas delas com a têmpera dos antigos. Não possuía, porém, o mesmo grau o tino de administrador e o espírito de ordem de um chefe disciplinador. Acostumado aos processos simples e rudimentares pelos quais se improvisam e mobilizam nos campos criadores do Sul as forças de cavalaria, não encontrava recursos em sua inteligência sem cultura e em sua experiência limitada, para prover às múltiplas e variadas exigências da combinação complicada de todos os elementos de um exército regular e numeroso. Disciplina militar, isto é, o sentimento de ordem, de obediência e de renúncia absoluta, só se pode incutir nas massas de recrutas pelo exemplo da subordinação hierárquica em todos os graus e da observância rigorosa dos regulamentos militares.

Ora, Osório pertencia a essa escola de militares para os quais a metade dos preceitos da disciplina militar são formalidades banais; que só têm desdém para as minúcias da correção dos uniformes, das honras, das precedências, do comedimento e medida das palavras e gestos em atos de serviço para todos, as características, em suma, exteriores de uma severa educação militar: um general dessa escola não é o mais próprio para formar o espírito militar em tropas novatas. Caxias, que tinha grandes qualidades

de disciplinador, recebeu má impressão da disciplina que encontrou no Exército. Ele me disse para que transmitisse ao ministro da Guerra, por estas palavras: “O moral da tropa não é mau, porque o soldado brasileiro é dócil e resignado; mas há muita relaxação; sei que é preciso tolerar muita coisa à *gauchada* para trazê-la contente, mas o serviço se estava fazendo de modo muito *apaisanado*.”

Quem conheceu o Marquês de Herval no Rio de Janeiro, senador e mais tarde ministro da Guerra, com aquele porte marcial, mas modesto, cáustico mas jovial, rude na expressão, mas bonachão nos fatos, não pode fazer idéia do que foi o General Osório, sob a tensão da responsabilidade de organizar e mobilizar o exército destinado a ir ao encontro do misterioso poder militar do Paraguai. O seu estado normal era o de uma irritação de ânimo que afastava do seu contato até os seus mais dedicados amigos: violento, desabrido, inconveniente, incontentável, pessimista, em uma palavra, furibundo mas furibundo que nunca ordenou um castigo exemplar no exército e que nunca por um ato de severidade cortou a carreira de nenhum de seus subordinados, porque, o fundo de seu caráter era a bondade e o seu coração era todo sensibilidade. Era o leão debatendo-se nas malhas de uma rede. Revoltava-o a impostura de uns como a volubilidade de outros (e foram numerosíssimos) indivíduos que tendo obtido graduação de oficiais na organização dos corpos de voluntários da pátria, pouco tempo depois de se acharem nos acampamentos lançavam mão de todos os expedientes, ainda os mais indecorosos para regressarem ao país.

Certo dia, depois de haver despachado um grande número de requerimentos de voluntários que pediam inspeção de saúde, apresentando-lhe o deputado do ajudante-general para despacho uma pasta cheia de outros requerimentos da mesma natureza, Osório, com a paciência já esgotada e fora de si, bradou:

“Está bem, vou despachá-los todos, o Sr. vai ver a força do meu punho”, e tomando a atitude de um Hércules, de um só tirão de suas mãos, dilacera todos os requerimentos e lança-os ao chão. Esta cena passou-se com o Coronel Pederneiras no acampamento do Juquiri à margem do Uruguai, e me foi contada no dia seguinte pelo próprio Osório.

Eram esses que ele estigmatizava, apelidando-os – voluntários da prata.

Se crescia o número de doentes, ele atribuía logo à falta de zelo dos cirurgiões; se lhe pediam providências para abrigo dos recrutas do Norte que chegavam ao acampamento na estação das fortes geadas, ele respondia que “Napoleão achava que as barracas não eram boas para a saúde dos soldados.” Quando o exército se moveu do acampamento de Juquiri, havendo grande número de variolosos que foram conduzidos para o hospital estabelecido no Salto, ele perguntava: “Tamandaré, daqui por diante que hei de fazer dos bexiguentos?” E ele mesmo respondia: “Mando lanceá-los.” Meras reminiscências das barbaridades de Artigas e Rivera.

Em Osório, o cálculo frio das necessidades da ação nunca poderia prevalecer sobre a sua sensibilidade; ainda mesmo em uma conjuntura, terrível como aquela em que se achou Bonaparte na retirada da Síria, que o levou a consultar o sábio Larrey, sobre o que seria menos cruel, se abandonar os seus soldados pestiferados à ferocidade dos beduínos, ou se propiciar-lhes ópio em dose adequada a perderem a consciência no fim triste que os aguardava?

Era o trágico dilema que se reproduziu na retirada da Laguna, tocantemente narrado no livro imortal do nosso Taunay.

.....

Os planos de campanha

O MINISTRO da Guerra Ferraz, espírito ativo e autoritário, intervindo de contínuo com avisos impertinentes no comando do exército, ainda mais exacerbava Osório, que era o primeiro que reconhecia ser a tarefa superior às suas forças. Muitas vezes ouvi de Ferraz que, o que tinha de comum Osório com Caxias, era que aquele era o único general que podia comandar o nosso exército nas condições em que se achava, mas que, como o famoso general Saint-Cyr, segundo o retrato que deste faz o seu conterrâneo Marbot, era um dos chefes do exército que sabia melhor empregar tropas no campo de batalha, contanto que se lhe levassem os regimentos prontos a combater, sem que tivesse de se ocupar com os meios de tê-los em bom estado de eficiência tática. Quando um general possui qualidades eminentes, faltando-lhe outras indispensáveis, só há um meio de completá-lo: é o de pôr a seu lado um auxiliar como foi Gneisenau para Blücher ou um Hess para o octogenário Radetzky. Ninguém que conhecesse os deputados do ajudante-general e do quartel-mestre-general, postos ao lado de Osório, naquela época, poderá admitir que pudessem suprir as falhas de Osório.

O que é verdade é que, apesar da organização tumultuária que teve o nosso exército, não lhe faltou de todo a coesão disciplinar que distingue forças regulares de forças insurrecionais, o que se explica pelas tradi-

ções de disciplina e as virtudes militares que, antes da guerra, prevaleciam na nossa tropa de linha. Alguns de nossos brigadeiros e bom número de comandantes de corpos se haviam formado nos moldes da escola da férrea disciplina, implantada por Wellington e pelo Conde de Lippe na organização do exército português. Foi nos acampamentos do Cerro e às margens do Uruguai, bem como nas marchas através de Entre-Rios e Corrientes que se operou a organização e instrução do nosso principal exército de operações, cujo efetivo máximo atingia cerca de trinta e cinco mil homens, quando teve o primeiro contato com o inimigo.

Antes de López provocar a guerra a República Argentina, e enquanto a atitude desta era a de neutralidade, já declarada no documento público em que o governo de Mitre recusava ao Paraguai a passagem de seus exércitos pelo território argentino, compreendido entre as fronteiras dos dois vizinhos beligerantes, o governo imperial ainda não tinha plano algum de campanha. Osório, em 17 de abril de 1865, afiançava do Cerro ao General Davi Canabarro: “O nosso governo nada me tem dito sobre marchas em operações [*sic*] apesar de haver indicado a conveniência de marcharem para a barra do Guaraim estas forças; enfim, virá espontaneamente a nossa aliança com os argentinos para esta guerra, porém, não me agrada que estejamos tão divididos.”¹

As linhas gerais dos dois planos de campanha que podiam ser atuados, eram: conduzir por água o exército imperial Paraná acima para desembarcá-lo em um ponto do litoral inimigo, ou em uma das linhas do grande rio, apropriada ao estabelecimento de uma base de operações; ou bem forçar a passagem do alto Uruguai, na parte em que por este rio confinávamos pelas Missões com a república inimiga. Logo após a celebração do Tratado da Tríplice Aliança, o primeiro plano de campanha combinado em Buenos Aires entre os generais aliados, em princípios de maio, foi o seguinte: o grosso do exército brasileiro marcharia de Montevideú seguindo a margem esquerda do Uruguai até o Salto ou mesmo até Uruguaiana e daí atravessaria o rio para incorporar-se aos argentinos e orientais que se deveriam achar reunidos em um desses pontos da margem direita.

1 Documentos relativos à invasão do Rio Grande do Sul, publicados pelo governo em 1866.

As tropas que chegassem por mar do Brasil, depois do exército aliado achar-se acima do Salto, seriam conduzidas Paraná além e desembarcadas em um ponto do território de Corrientes ou em alguma ilha em que se pudessem apoiar na esquadra. O grosso do exército aliado manobraria no território de Corrientes, segundo os movimentos do exército adversário.

Os progressos da invasão inimiga em Corrientes, entretanto, determinaram a reunião do exército aliado na margem direita do Uruguai, abaixo do Salto; desde então o plano assentado por indicação do General Mitre, foi o de: marchar o grosso do exército aliado sobre o centro do exército inimigo na linha que este ocupava na margem direita do rio Santa Luzia.

O exército do Rio Grande, concentrado sobre o alto Uruguai, cobriria a nossa fronteira e, consoante as circunstâncias, atravessaria o rio para operar no flanco e retaguarda da coluna adversária que para ali se dirigia.

Quando, porém, verificou-se a invasão do Rio Grande do Sul, uma divisão do exército aliado sob o mando do General Flores, foi destacada para subir pela margem direita do Uruguai ao encontro da coluna paraguaia que descia pela mesma margem.

O exército aliado de sua base de operações em Concórdia destacou ainda alguns batalhões para reforçar o exército do Rio Grande do Sul, depois que o inimigo entrou em Uruguaiana. Até então contando os generais aliados bater o exército adverso no território de Corrientes, nada haviam combinado sobre o ponto ou pontos por onde se efetuariam a invasão do Paraguai! O plano do General Mitre indicando Concórdia, à margem direita do baixo Uruguai, para ponto de concentração do grosso do exército aliado, foi objeto de comentários contraditórios na imprensa platina e brasileira. No Brasil se disse que o General Mitre sacrificara o Rio Grande do Sul à defesa das províncias argentinas de Corrientes e Entre-Rios. Essas apreciações reproduzidas por alguns historiadores da guerra do Paraguai, não têm fundamento, pois, o plano proposto pelo General Mitre supunha o exército do Rio Grande bastante forte para cobrir a nossa fronteira do alto Uruguai¹. Além disso, de Concórdia destacaram-se do campo forças que cooperaram eficazmente para o completo aniquilamento das

1 Ofício da Missão Especial do Brasil ao Ministro Saraiva, de 6 de julho de 1865.

duas colunas paraguaias que desceram pelas margens do alto Uruguai; e o próprio General Mitre transportou-se para Uruguaiana quando Tamandaré o persuadiu de que a sua presença era necessária ali. O que a crítica histórica, talvez, possa notar, é a demasiada circunspeção dos generais aliados, concentrando-se nas margens do Uruguai, quando a irrupção do inimigo se fazia pela margem esquerda do Paraná, cujas águas eram dominadas pela nossa esquadra e cuja margem direita pertencia à Argentina.

O plano adotado anulava a vantagem inapreciável, em uma guerra como a do Paraguai, do domínio das águas, vantagem que poderia assegurar aos Aliados grandes resultados estratégicos e táticos mesmo com inferioridade numérica de forças. A concentração dos aliados em qualquer ponto à margem do Paraná, ou mesmo em uma das ilhas desse rio, apoiados na esquadra, ter-lhes-ia ainda poupado as penosas marchas que tiveram de fazer através Entre-Rios e Corrientes; e, com aquela linha fluvial de comunicações, não teriam certamente sofrido as duras privações que tantas perdas lhes causaram nessa marcha. Nas margens do Paraná estava a mais segura defesa do Rio Grande. Ameaçada pelos aliados a linha de comunicações do exército invasor, López não teria ousado atirar sobre o Rio Grande a coluna de Estigarribia atravessando os dois grandes rios.

Demais, é princípio de estratégia que a concentração de forças se deve sempre fazer sobre ponto em que o ataque é mais sério, embora sacrificando momentaneamente pontos menos importantes. Vinte mil homens transportados pela esquadra ao longo do Paraná, importariam numa potencialidade muito maior do que quarenta mil marchando de Concórdia ao encontro do inimigo por um terreno cortado de banhados e rios, e isso era tanto mais certo quanto ao almejado encontro ficava dependendo da vontade do inimigo, que querendo evitá-lo tinha a sua retirada livre, como se verificou quando o exército aliado avançou sobre ele. A recente guerra entre os Estados Unidos e a Espanha, como muitíssimas outras, ofereceu na capitulação de Santiago mais uma ilustração de como o domínio das águas, quer dos mares, quer dos rios, permite grandes e decisivos resultados estratégicos e táticos. Em nenhuma das fases da Guerra do Paraguai, se salientou tanto, como no princípio dela, a incompreensão do papel que devia e podia representar o nosso poder naval em um teatro de operações cortado por diversos rios navegáveis.

Não se soube aproveitar os meios rápidos, com modos e seguros de transporte que a esquadra facultava e oferecia, nem se soube, tampouco, fazer com as duas forças – esquadra e Exército – combinação alguma estratégica que visasse cortar o inimigo, atacando-o pela retaguarda e flanco ou isolando-o dos seus sucessivos pontos de apoio ao longo do Paraná e Paraguai, como está repleta de exemplos a História, sobretudo, a da Secessão Americana que acabara quando nós começávamos a guerra contra o Paraguai.

Por amor da verdade é preciso consignar que só se viram os meios de ação da esquadra empregados aliás com parcimônia e poucas vezes, mas com critério, depois que Caxias assumiu o comando-em-chefe.

Não se pensou jamais que o emprego combinado dos meios de ação da esquadra com o exército, ao menos, daria a este último um aumento de seu poder ofensivo e uma grande economia de forças e de material que se desbaratava em suas longas e difíceis marchas e prolongados altos.

Após a retirada do inimigo de Corrientes, o General Mitre modificou novamente o seu plano de operações. O grosso do Exército aliado invadiria o território inimigo nas imediações de Humaitá, o 2º Corpo do nosso Exército sob o comando de Porto Alegre, atravessaria do alto Paraná nas vizinhanças de Candelária ou Itapuã para penetrar no interior do Paraguai até o ao Tebiquari. Porto Alegre, porém, não se prestou à nova combinação, fundando-se na falta de meios de operar a passagem do alto Paraná em presença de forças inimigas estacionadas em Itapuã, não podendo a esquadra subir acima da ilha do Apipé em consequência dos acidentes que pouco acima interceptavam a navegação e fundando-se ainda a dificuldade em que se encontraria de alimentar o seu corpo de Exército nos desertos do interior do Paraguai, recusando-se os fornecedores a renovarem os respectivos contratos para continuar o fornecimento em território inimigo. Desde então o papel do 2º Corpo de Exército no início da nossa campanha ofensiva ficou limitado a ameaçar simplesmente o Paraguai pela fronteira das Missões. O plano de campanha nimamente prudente e acanhado, traçado pelo General Mitre pode-se explicar pela situação temerosa em que o colocara a indiferença das províncias setentrionais da República Argentina, ante a insólita agressão de López. O General Mitre não tinha atrás de si a nação argentina unida no pensamento elevado que em seu espírito ditava a Aliança com o Brasil.

E se o rompimento da guerra não ocasionava graves complicações internas tanto na Argentina como no Uruguai, era porque os aderentes da causa de López, nas duas repúblicas, sem dúvida, compartilhavam do menosprezo geral pelo poder militar do Paraguai, e também pela magnitude dos preparativos de guerra do Brasil.

Quando esse poder se revelou mais tarde, logo que López passou à defensiva estratégica, já a Aliança, isto é, o Brasil tinha forças suficientes para fazer frente a todas as eventualidades.

Daí a justeza do conceito de Joaquim Nabuco, de que: “Imposta pelas circunstâncias, pode-se dizer da Aliança, que ela foi para a República Argentina um fato providencial.”¹

É possível que as esperanças dos partidos do Prata, interessados no triunfo de López, só se tivessem esvaecido ante o epílogo nas margens do Aquidabã. Mas, na opinião de todo o mundo civilizado, o prospecto da guerra era favorável aos Aliados, não obstante terem estes se deixado surpreender quase inteiramente despercebidos de preparativos bélicos. Não é que o poder militar possa sempre ser elevado na razão direta da extensão territorial, da população, nem mesmo da riqueza das nações. Entre os principais fatores da guerra, porém, impunha-se a superioridade das forças navais do Brasil. As agressões de López, por seu lado, ainda na paz, ofensiva à fé das nações, deveria ter atraído, também, para os Aliados, as simpatias dos povos civilizados, como atesta uma significativa homenagem de todos os cônsules estrangeiros acreditados no Rio de Janeiro, por ocasião da partida do Imperador para acudir à Província do Rio Grande do Sul invadida por Estigarribia.

O Brasil era uma nação pacífica, aberta ao comércio universal, administrada em todo o seu evolver pela coesão política, tendo à testa do governo um Monarca enamorado pela sua grandeza, venerado pela sua prudência e bondade e pelo seu espírito liberal, procurava viver à sombra das suas instituições livres e sábias.

A nação brasileira ultrajada, traiçoeiramente atacada em sua dignidade e em sua honra, encontrara no grande Monarca o mais nobre representante de seu patriotismo.

1 *Um Estadista do Império* – “A Aliança Argentina”.

Era impossível que em uma população de dez milhões de brasileiros, unidos no pensamento por um mesmo ideal, não se pudessem concentrar as forças vivas nacionais para esmagar o ominoso poder do tirano que pretendia nos arrebatara a paz e a felicidade.

A Argentina, embora ainda agitada na resolução do problema de sua estabilidade política interna, já se havia revelado no governo ilustrado, liberal e progressista do General Mitre, a terra da promessa na América do Sul para a imigração européia. O seu território, abraçando as fronteiras do sul e oeste do Paraguai, e dominando em toda sua extensão a artéria fluvial que o punha em comunicação com o oceano, era, por essas circunstâncias geográficas, uma aliada que duplicava o potencial das nossas forças, mesmo que não pusesse um só regimento em linha de batalha.

O Exército brasileiro tendo por parte de suas operações o território de Corrientes, e os rios Paraná e Uruguai dominados por nossa esquadra, era uma simples questão de mais ou menos vigor ou mais ou menos prolongação de tempo para o estrangulamento do Paraguai.

O nosso terceiro aliado, também, o Estado Oriental, não precisava que concorresse com elementos ativos para constituir um fato moral de grande peso na Aliança.

A neutralidade de um ribeirão das linhas fluviais de comunicações dos aliados, ter-nos-ia sido pelo menos incômoda. É certo que o chefe provisório do governo uruguaio, fora investido naquele caráter pela força das armas brasileiras. Mas, não é menos certo que o Partido Colorado que ele representava tinha maioria no país e era o que no poder dava mais garantias aos estrangeiros. Demais, o General Flores era pessoalmente reputado por seus precedentes não comuns entre os caudilhos do seu país, como um homem humanitário e de grande probidade.

As suas façanhas lendárias de guerilheiro invencível, davam um grande prestígio ao Exército aliado, no qual lhe ia caber um comando importante.

Se o Exército permanente do Paraguai era pelo número de soldados muito superior aos núcleos de tropas de linha dos Aliados, estes, entretanto, tinham imensa superioridade no número, experiência e instrução dos seus generais e oficiais superiores, entre os quais se contavam não poucos veteranos ilustres de guerras digladiadas na América do Sul.

.....

O Paraguai e a Aliança

Q

UAL era a posição do Paraguai no consenso das nações e quais as grandezas morais que ele opunha às da Aliança?

É o que vou responder abreviadamente.

Mesmo entre os povos mais cultos, o nome do Paraguai ligava-se à colméia teocrática criada pelos jesuítas no século XVI do que à moderna república de Francia e dos dois López, pai e filho.

Foi aberto ao comércio estrangeiro pelo primeiro López; mas, as suas relações comerciais diretas com a Europa nunca tiveram importância. Era muito limitado o número de estrangeiros residentes no país.

O estado de guerra, portanto, não poderia prejudicar interesses de neutros. Mesmo abstraindo da ruindade de suas instituições políticas, que de republicanas só tinham o rótulo, o seu governo não primava pela cordura nas suas relações internacionais e o homem que o representava por direito hereditário não se recomendava por talentos, virtudes, moralidade ou ilustrações adquiridas, nem por quaisquer outros títulos.

Os viajantes e exploradores que ali, já nos tempos dos López, aportaram, levaram a impressão de que aquilo era um conglomerado peri-

goso. É conhecido o incidente do vapor de guerra americano *Water Which* que tentou subir o alto Paraná, repellido a bala pelo forte de Itapiru.

O provocador da guerra, não obstante foi objeto da compassividade dos Estados Unidos e das repúblicas do Pacífico e América Central.

A Bolívia, por ocasião da divulgação do Tratado da Tríplice Aliança, protestou pelos seus direitos de ribeirinha do Paraguai, desconhecidos no mesmo tratado.

O governo de Washington fez propostas de mediação intempestivas e impertinentes.

O Peru, o Chile e os Estados Unidos da Colômbia, também, protestaram contra a continuação da guerra e as cláusulas do Tratado de Aliança. Na primeira dessas repúblicas, então, sob a ditadura de Prado, o ministro brasileiro Varnhagen foi desfeitoado, pelo que pediu seus passaportes e retirou-se de Lima. O Governo Imperial aprovou o seu procedimento e cortou as relações diplomáticas com o Peru, dando os passaportes ao ministro peruano no Rio de Janeiro. Com a deposição do ditador, porém, restabeleceram-se as relações diplomáticas entre os dois países. Alguns incidentes, comuns durante bloqueios, ocorreram com alguns navios de guerra de diversas nacionalidades: americanos, ingleses, franceses e italianos. Mas, a prova de que o inculcado zelo pela autonomia do Paraguai que motivou os protestos acima mencionados era meramente platônico, está no fato de havermos, pela nossa diplomacia, feito abortar todas essas tentativas de intromissão na contenda em que nos achávamos empenhados. A opinião que se formou sobre o conflito, outra não foi senão a que expressaram ao Imperador todos os cônsules acreditados no Rio de Janeiro.

A verdade é que, devido à quase ignorada existência da nação paraguaia, o grande drama que se desenrolou nas margens remotas dos afluentes do Prata, causou a ruína do empresário que tomou a si a sua exibição. Foi uma representação de teatrinho particular, que atraiu menos expectadores que qualquer dessas pequenas guerras que a Inglaterra move todos os dias, em algum canto da África ou da Ásia, na polícia do seu vasto império. Daí as críticas disparatadas como a do autor de um livro, recentemente publicado na Inglaterra, e que foi recebido com as honras de importante aquisição para a literatura naval, em que o herói do Riachuelo, mortalizado na memória dos brasileiros sobre o pedestal do passadiço da –

Amazonas) “desaparece da cena porque, durante a ação, estivera escondido covardemente em seu camarote.”

As grandezas ou forças morais que entraram no cálculo das probabilidades da guerra, a favor do Paraguai, podem ser classificadas do modo seguinte: em primeiro lugar, a unidade do pensamento político e militar na direção da guerra, o governo e o comando-em-chefe achando-se, sem restrições, nas mãos do autocrata; em segundo lugar, o fanatismo, que é de todas as formas que pode tomar o espírito nacional, a mais própria para inspirar virtudes guerreiras, sobretudo em um povo essencialmente obediente e abstermioso; em terceiro lugar, a simplicidade dos costumes do povo paraguaio que permitia a manutenção de um numeroso Exército, substituindo-se ao dinheiro, como nervo da guerra, pela simples força de vontade do chefe supremo; o soldado paraguaio dispensando sem murmurar – o soldo – a barraca, o vestuário, o calçado e até a ração regular.

Quanto às forças materiais, a superioridade no início da guerra devia estar necessariamente do lado do Paraguai, sendo o seu Exército, pela organização militar do país, a própria nação em armas. Essa superioridade devia acentuar-se ainda mais, se López se conservasse numa defensiva estratégica sistemática, que além de ser, segundo a opinião dos mais autorizados estrategistas, dos dois modos de ação, o mais potente intrinsecamente, mantinha as tropas no meio mais favorável à conservação do seu vigor físico, principalmente porque ficariam dentro do território que os aliados não conheciam. Os fatores de preponderância que se divisam das condições geográficas, auguravam grandes vantagens aos paraguaios na defesa do território nacional.

Pode parecer incrível, mas o que se verificava era que, não existindo do Paraguai senão algumas cartas geográficas imperfeitíssimas, não conseguissem os generais aliados as mínimas informações sobre a conformação do terreno nos pontos em que, fatalmente, tinham de procurar o contato com o inimigo. Todo o ouro da Aliança não foi bastante para descobrir um guia, um vaqueano do terreno abrangido pela confluência do Paraguai com o Paraná, entre o Passo da Pátria e Humaitá nem um prático da navegação do alto Paraná, de que eram ribeirinhos argentinos e brasileiros.

A primeira de todas as potências morais na guerra – a capacidade mental do general-em-chefe – só o curso dos acontecimentos poderia revelar. Mas, pelos primeiros lances estratégicos com que o generalíssimo paraguaio abriu a campanha, os seus talentos militares foram logo aferidos em escala muito baixa. Da parte dos Aliados havia as mais fundadas esperanças de que o vencedor de Pavón e o historiador da campanha de Belgrano no Paraguai, em 1811, não seria simplesmente um estadista-general, o que basta as mais das vezes nas guerras civis.

Mas, nas grandes guerras internacionais, que era chamado a dirigir, o que a Aliança requeria, é que fosse ele um – *general-estadista*.

.....
A parte oficial da batalha do Riachuelo

H

Á várias versões da primeira participação oficial do combate do Riachuelo dirigida pelo chefe Barroso ao Almirante Tamandaré. Entre a que dá o Barão do Rio Branco em apêndice à tradução da obra de Schneider, e a que está incorporado ao texto do – *Estudo sobre a batalha do Riachuelo* – do Almirante Fonseca, há sensível diferença de redação e variantes em alguns conceitos das quais a mais saliente é a do relativo ao procedimento dos comandantes. O conceito da primeira é: “Que direi a V. Ex^a dos comandantes? Que todos se portaram bem e me ajudaram mais ou menos como eu o esperava. Não faço distinções, pois que entretido com o desejo de aniquilar a esquadra paraguaia, não pude fiscalizar atentamente cada navio de per si, e às vezes até os perdi de vista nas voltas do rio. Com mais vagar transmitirei a V. Ex^a as informações que for colhendo.”

O conceito da versão na monografia do Almirante Fonseca é este:

“O que direi a V. Ex^a dos comandantes? Que quase todos, a meu ver, se portaram bem e me ajudaram mais ou menos como era de se esperar; qualquer distinção que faça necessariamente terá de desgostar, pois entretido com o querer aniquilar toda a Esquadra paraguaia não tive tempo para minuciosamente reparar para cada navio sobre si, os quais muitas

vezes nas voltas os perdia de vista; mas, adiante eu informarei pelos dados que for colhendo.”

A reprodução autêntica, isto é, conforme ao original de Barroso, é a do opúsculo do Almirante Fonseca e não a do Barão do Rio Branco.

Vou explicar o equívoco.

Talvez seja dos sobreviventes da época, aquele que pode dar explicação da variante do Barão do Rio Branco.

No dia em que chegou a Buenos Aires a notícia da batalha e quase ao mesmo tempo a participação oficial de Barroso a Tamandaré, achávamo-nos reunidos no “No Hotel de la Paix” onde moravam Otaviano, o pessoal da Missão Especial e o Estado-Maior do Almirante, todos redigindo notícias para a imprensa portenha e para a do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que se tiravam cópias da parte de Barroso, a fim de serem transmitidas ao governo, legações, presidência da Província do Rio Grande do Sul, generais, etc. No meio dessa labuta apressada, Otaviano que, como homem de letras, estava muito desgostoso com a má redação da parte de Barroso, combinou comigo livrarmos das escabrosidades o original, e assim só tiramos cópias da parte emendada, mandando-se ao próprio Barroso uma destas para assinar, a fim de ficar sendo o original histórico de sua primeira participação ao Almirante.

A lima, porém, levou mais do que os erros da gramática, levou, também, o advérbio *quase* do período ao procedimento dos comandantes.

Tamandaré, porém, se não conformou e enviou ao ministro da Marinha uma cópia inteiramente conforme, autêntica ao original, escrito pela mão de Barroso.

Eis a explicação das duas versões: a do Barão do Rio Branco é a emendada por Francisco Otaviano; a do Almirante Fonseca é a autêntica, a verdadeira.

Há uma terceira versão, que se aproxima muito ao original, mas com algumas falhas na redação, é a da – *História da Guerra do Paraguai* – do Dr. Pereira da Costa. Esta parece haver sido traduzida para o português de alguma versão espanhola da imprensa do Prata.

.....

Conclusão

A QUI TERMINAM AS – *Reminiscências* – do Almirante Jaceguai, que fazem parte do seu arquivo em meu poder.

Quer-me parecer que ele próprio não nas quis publicar nunca, guardando-as com zelo e avaréza, talvez, destinando-as ao desaparecimento pela obra implacável do tempo. É no começo dessas páginas, que ele começa por dizer que:

“Em matéria de História desconfio até do meu próprio testemunho.”

E tal era o assunto, apesar de ser quase todo baseado em documentos oficiais que nunca foram publicados e que até não chegaram jamais ao conhecimento do Governo, tão escabrosos são eles, que Jaceguai os guardou até o seu desaparecimento dentre os vivos, sem jamais revelá-los a ninguém.

São tais documentos que fecham as – *Reminiscências* – que tive a ventura de publicá-las agora e cujo conteúdo guardarei com o mesmo sigilo, o mesmo zelo e a mesma avaréza com que ele, em vida, soube manter no recôndito do coração aqueles documentos tão desagradáveis ao seu ardente patriotismo.

Grande lição, porém, se pode haurir da adulteração do pensamento com que Barroso redigiu a sua parte oficial da batalha do Riachuelo e mais ainda da não publicação dos documentos a que acima me refiro.

É que, num caso como no outro, as considerações de ordem sentimental e de decoro do próprio patriotismo, adulteram, de ordinário, fatos históricos que passam por verídicos e baseados em documentos. A confissão tão sincera do Almirante Jaceguai de que em matéria de história desconfiava até do seu próprio testemunho, resplandece no pensamento, que parece certo, de que a História é mesmo uma ininterrupta conjuração contra a verdade.

Max Nordau, que é mister ler-se algumas vezes, parece não errar, quando assevera que, “nos raros casos em que a História narra bem exatamente os acontecimentos mais evidentes, ainda assim mesmo ela foge ao conteúdo interno, que obra parcialmente na consciência dos personagens, o que é inacessível ao olhar do historiógrafo e na maior parte das vezes à sua própria subconsciência, que continua a lhe ser desconhecida.”

Ao lado, pois, de um mundo real, como pensava Goethe, existe ainda um mundo quimérico, quase tão potente quanto aquele, no qual vive grande parte dos homens envoltos e seduzidos pelas fantasias da História.

.....
Índice onomástico
.....

A

ADMIRAL, Uigh (lorde) – 161
AFONSO CELSO – ver AFONSO
CELSO (ministro)
AFONSO CELSO (ministro) – 118,
125
AGUIRRE – 192
ALVIM (chefe) – 98, 99, 151, 152
AMAZONAS (barão do) – ver BARRO-
SO, Francisco Manuel
ANGRA (barão de) – ver SANTOS, Eli-
siário Antônio dos (chefe)
ANÍBAL – 181
ANTÔNIO CONSELHEIRO – 194
ANTÔNIO JOAQUIM (piloto) – 103
AQUILES – 150
ARTIGAS – 199
ASTROGILDO (coronel) – 142
AZEVEDO, Carlos Frederico Xavier de
(Dr.) – 173

B

BAHIA (monitor) – 106
BARBOSA, Elisiário (1º tenente) – 91,
106, 145
BARBOSA, Elisiário (tenente) – ver
BARBOSA, Elisiário (1º tenente)
BARBOSA, Elisiário (capitão-tenente) –
ver BARBOSA, Elisiário (1º tenente)
BARRETO, João Procópio Mena (gene-
ral) – 195
BARROSO – ver BARROSO, Francisco
Manuel

BARROSO, Francisco Manuel – 71, 82,
83, 93, 151, 152, 165, 168, 169,
170, 211, 212, 214
BLÜCHER – 200
BÉRANGER – 83
BONAPARTE – ver NAPOLEÃO
BRITO, Tomás Fortunato de (bacharel)
– 168
BROWN – 73

C

CABRITA – ver CABRITA (coronel)
CABRITA (coronel) – 101, 174
CAMAMU (visconde de) – 70
CANABARRO (general) – ver CANA-
BARRO, Davi (general)
CANABARRO, Davi (general) – 170,
201
CANTO (2º tenente) – 174
CARLOS FREDERICO (chefe de saúde
da esquadra) – 124
CARNEIRO DA ROCHA – ver CAR-
NEIRO DA ROCHA (1º tenente)
CARNEIRO DA ROCHA (1º tenente)
– 116, 124
CARLOS IX – 182
CARNOT – 167
CARRONBERT – 181
CATÃO – 182
CAXIAS – ver CAXIAS (duque de)
CAXIAS (duque de) – 70, 87, 92, 93,
126, 132, 133, 134, 148, 150, 151,
152, 153, 154, 155, 158, 162, 167,
168, 173, 181, 182, 183, 184, 185,
186, 188, 189, 196, 197, 200, 204

CAXIAS (marquês de) – ver CAXIAS (duque de)
 CAXIAS (marechal) – ver CAXIAS (duque de)
 CÉSAR – 81, 94
 CHARLONE (tenente) – 149
 CLARENCE (duque de) – 161
 CLAUSEWITZ – 185
 COCHRANE (almirante) – 72
 COCHRANE (Dr.) – 126
 COCHRANE (lorde) – 73
 COLLINGOOD – 131
 CONCEIÇÃO DE SINIMBU (general) – 196
 CONDE PORTO ALEGRE (general) – ver PORTO ALEGRE (general)
 CONDRINGTON (almirante) – 161
 COUTO (tenente) – ver COUTO (2º tenente)
 COUTO (1º tenente) – 98
 COUTO (2º tenente) – 121

D

DAVIES (comodoro) – 164
 DAVOUS – 130, 131
 DE'EU – (conde) – 86, 132
 DELAMAR, José Victor (capitão-de-mar-e-guerra) – 106
 DEODORO – ver FONSECA, Manuel Deodoro da
 DESSAIS – 131
 DIAZ (tenente) – 149
 D'ORTE (visconde) – 182
 DUPONT (comodoro) – 92

E

ELISALDE (Sr.) – 169
 EPAMINONDAS – 80
 ESTIGARRIBIA – 85, 172, 203, 205

ETCHEBARNE (prático) – 103, 124

F

FÁBIO – 117, 181
 FARRAGUT – 81, 82, 92, 117, 126, 157, 163, 164, 165, 167, 176, 177
 FERNADES, João – 81
 FERNANDO (são) – 183
 FERRAZ (ministro da guerra) – 70, 87, 163, 200
 FIÚZA (primeiro-tenente) – 106
 FLORES (coronel) – 134
 FLORES (general) – ver FLORES, Venâncio (general)
 FLORES, Venâncio (general) – 76, 83, 84, 86, 111, 128, 132, 134, 136, 137, 144, 147, 148, 160, 170, 186, 202, 206
 FONSECA (almirante) – ver FONSECA, Manuel Deodoro da
 FONSECA, Manuel Deodoro da – 114, 211, 212
 FRANCISCA, D. (princesa brasileira) – 74
 FURTADO – ver FURTADO (conselheiro)
 FURTADO (conselheiro) – 70, 196

G

GABAGLIA (capitão-tenente) – 125
 GARIBALDI – 148
 GNEISENAU – 200
 GOETHE – 214
 GOMENSORO – ver GOMENSORO, Secundino de (capitão-de-mar-e-guerra)
 GOMENSORO, Secundino de (capitão-de-mar-e-guerra) – 165, 168, 169

GONÇALVES (1º tenente) – 102
GUILHERME IV – 161

H

HAMILTON (lady) – 71, 83
HÉRCULES – 198
HERVAL (marquês de) – ver OSÓRIO
(general)
HESS – 200
HOMERO – 103, 149
HONHOLTZ – 98, 100, 157
HOOD (comandante-em-chefe) – 166

I

IGLATERRA (rainha da) – 74
IGUATEMI (barão de) – ver ALVIM
(chefe)
INÁCIO, J. J. – ver INÁCIO, Joaquim
José (almirante)
INÁCIO, J. J. (almirante) – ver INÁ-
CIO, Joaquim José (almirante)
INÁCIO, J. J. (chefe de esquadra) – ver
INÁCIO, Joaquim José (almirante)
INÁCIO, Joaquim J. – ver INÁCIO,
Joaquim José (almirante)
INÁCIO, Joaquim José (almirante) – 77,
125, 152, 154, 155, 176, 184, 186,
187, 189
INHAÚMA (almirante) – ver INÁCIO,
Joaquim José (almirante)
INHAÚMA (visconde de) – ver INÁ-
CIO, Joaquim José (almirante)

J

JACEGUAI – ver JACEGUAI (almirante)
JACEGUAI (almirante) – 140, 213,
214
JAVARI (barão de) – ver LOUREIRO

JEQUITINHONHA (visconde de) –
193
JERVIS – ver JERVIS (comandante-em-
chefe)
JERVIS (comandante-em-chefe) – 126,
131, 166, 168
JOINVILLE (príncipe de) – 74
JOMINI – 185

K

KEITH (comandante-em-chefe) – ver
KEITH (lorde)
KEITH (lorde) – 126, 166

L

LAPARDE (capitão) – 145
LARREY – ver LARREY (cirurgião-em-
chefe)
LARREY (cirurgião-em-chefe) – 174,
199
LEAL – 71
LINCH (madame) – 191
LINCOLN – ver LINCOLN (presiden-
te)
LINCOLN (presidente) – 82, 92, 117,
157, 158, 163, 165
LINDBACH (tenente) – 145
LIPPE (conde de) – 201
LISBOA (comandante) – ver LISBOA,
Joaquim Marques
LISBOA, Francisco – 88
LISBOA, Joaquim Marques – 72, 73, 74,
75, 126
LÓPEZ – ver LÓPEZ, Solano
LÓPEZ, Carlos – ver LÓPEZ, D. Carlos
LÓPEZ, D. Carlos – 192
LÓPEZ, Solano – 69, 83, 89, 90, 95,
96, 97, 98, 104, 107, 108, 109, 116,
119, 120, 122, 128, 130, 137, 142,

143, 144, 145, 146, 150, 158, 160,
161, 170, 172, 173, 179, 180, 181,
182, 183, 184, 185, 190, 191, 192,
201, 203, 204, 205, 207, 209

LOUREIRO – 70

LUÍS XV – 92

LUÍS XVI – 92

M

MALLET – 130

MANHÃES BARRETO (2º tenente) –
105

MANLIUS – 78

MANSILLA (coronel) – 107

MANSILLA (general) – 107

MARBOT – 200

MARCELO – 116, 181

MARIZ E BARROS (comandante) –
103, 104, 106, 153

MARQUES LISBOA (comandante) –
ver LISBOA, Joaquim Marques

MARTE – 150

MASSENA – 131

MELO, Custódio José de (1º tenente) –
139

MENA BARRETO (general) – ver
BARRETO, João Procópio Mena
(general)

MITRE (general) – 71, 83, 84, 85, 86,
90, 94, 100, 111, 112, 116, 117,
127, 128, 131, 132, 135, 144, 149,
150, 158, 162, 167, 168, 186, 192,
193, 201, 202, 203, 204, 206

MONTE CASSEROS – 136

MOSSELEZ (Dr.) – 124

MOTA, Artur Silveira da (1º tenente) –
188, 189

MOTA, Artur Silveira da (capitão-tenente)
– ver MOTA, Artur Silveira da (1º
tenente)

MOTA, Silveira da (1º tenente) – ver
MOTA, Artur Silveira da (1º tenente)

N

NABUCO, Joaquim (Dr.) – 161, 205

NAPIER (almirante) – ver NAPIER,
Charles

NAPIER, Charles (almirante) – 92

NAPOLEÃO – 72, 111, 131, 147, 149,
161, 166, 174, 182, 199

NAPOLEÃO, Jansen Müller (1º tenen-
te) – 174

NAPOLEÃO, Luís (imperador) – 166,
184, 194

NAPOLEÃO III – ver NAPOLEÃO,
Luís (imperador)

NELSON – 71, 72, 81, 83, 124, 126,
131, 141, 166, 168

NERO – 190

NESSUS – 133

NEY – 130, 149

NORDAU, Max – 214

O

ORIÓN – ver MANSILLA (coronel)

OSÓRIO – ver OSÓRIO (general)

OSÓRIO (general) – 70, 79, 80, 86,
111, 112, 113, 114, 115, 116, 127,
128, 130, 131, 133, 134, 150, 170,
173, 183, 186, 195, 196, 197, 198,
199, 200, 201

OSÓRIO, Manuel Luís (brigadeiro) –
ver OSÓRIO (general)

OTAVIANO – ver OTAVIANO, Fran-
cisco

OTAVIANO (ministro) – ver OTAVIA-
NO, Francisco

OTAVIANO, Francisco – 70, 71, 72, 91,
97, 109, 110, 124, 125, 151, 152,
154, 161, 167, 168, 192, 212

P

PARANAGUÁ (conselheiro) – 167
PARANAGUÁ (marquês de) – 186
PARANHOS – 70, 93
PARKER, Hyd (comandante-em-chefe)
– 166, 168
PAUNERO – ver PAUNERO (general)
PAUNERO (general) – 168, 170
PEDERNEIRAS (coronel) – 198
PEDRA (coronel) – 128
PEDRO II, D. – 84, 85, 86, 167
PELESSIER – ver PELISSIER (general)
PELISSIER (general) – 166, 181, 184
PELÓPIDAS – 80
PEREIRA DA COSTA (Dr.) – 212
PIMENTA BUENO (conselheiro de estado) – 193
PINTO LIMA (os) – 118
PITT – 150
PLUTARCO – 80, 116
POLIDORO – ver POLIDORO (general)
POLIDORO (general) – 95, 132, 133, 134, 135, 146, 148, 150
PORTO ALEGRE (conde de) – ver PORTO ALEGRE (general)
PORTO ALEGRE (general) – 86, 118, 138, 139, 141, 143, 144, 145, 149, 150, 156, 157, 158, 186, 195, 204
PRADO – 208

Q

QUIXOTE (dom) – 190

R

RADETZKY – 200
RAGLAN – 184
REBOUÇAS, André – 88

RIBES (tenente) – 149
RIO BRANCO (barão do) – 211, 212
RIVERA – 199
ROHAN, Beurrepaire (general) – 196
ROSAS (ditador) – 107, 182
ROSETTI (tenente) – 149
RUSSELL (conde) – 169

S

SCHNEIDER – 211
SALDANHA – ver SALDANHA DA GAMA
SALDANHA DA GAMA – 162
SALGADO – 154
SAMPAIO (major) – 174
SAINT-CYR (general) – 200
SANTA TEREZA (visconde de) – ver POLIDORO (general)
SANTOS, Elisiário Antônio dos (chefe) – 140, 151, 152
SANTOS, Guilherme José Pereira dos (1º tenente) – 188
SÃO GABRIEL (barão de) – ver BARRETO, João Procópio Mena (general)
SÃO VICENTE (marquês de) – 94
SARAIVA – ver SARAIVA (ministro)
SARAIVA (ministro) – 75, 136, 159, 191, 193, 202
SAXE (conde de) – 86, 87
SILVADO – ver SILVADO (1º tenente)
SILVADO (1º tenente) – 139, 140, 141
SILVANO (1º tenente) – 174
SILVEIRA, Baltazar da (1º tenente) – 114
SILVEIRA DA MOTA (1º tenente) – 98
SILVEIRA LOBO – 118
SILVEIRA MARTINS (deputado) – 196
SOLANO – ver LÓPEZ, Solano

T

TAMANDARÉ (almirante) – 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 104, 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 125, 126, 136, 137, 139, 142, 144, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 173, 174, 177, 182, 187, 188, 191, 199, 203, 211, 212

TAMANDARÉ (barão de) – ver TAMANDARÉ (almirante)

TAMANDARÉ (procônsul) – ver TAMANDARÉ (almirante)

TAMANDARÉ (Sr.) – TAMANDARÉ (almirante)

TAMANDARÉ (viscondessa de) – 80

TAMBORIM – 76, 124

TAUNAY – 199

TAVARES BASTOS – 187

TEFÉ (barão de) – ver HONHOLTZ

THORTON (ministro) – 85, 169

TODLEBEN – 184

U

ULISSES – 122

URQUIZA – ver URQUIZA (general)

URQUIZA (general) – 117, 137

URUGUAI (visconde de) – 193

URUGUAIANA (barão de) – ver FER-RAZ

V

VARNHAGEN (ministro) – 208

VICTOR HUGO – 190

VITORINO (coronel) – 134, 135

W

W. (tenente) – 78

WAGRAN – 147

WANDENKOLK, Eduardo (almirante) – 78

WASHBURN (ministro) – 145

WELLINGTON – 201

WELLS (Ms.) – 158

WOLFE – 141

X

XENOFONTE – 153

Z

ZACARIAS – 150, 159, 167

ZACARIAS (presidente do conselho) – ver ZACARIAS

Reminiscências da Guerra do Paraguai, de Artur Jaceguai,
foi composto em Garamond, corpo 12/14, e impresso em papel vergê
areia 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações),
do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em março de 2011,
de acordo com o programa editorial e projeto gráfico
do Conselho Editorial do Senado Federal.

Está nas mãos do leitor um depoimento dos mais fiéis e incontestáveis que permite, um século e meio depois, acompanhar o desenrolar do confronto bélico mais cruel e devastador no qual o Brasil se engajou ao lado da Argentina e o Uruguai: a Guerra do Paraguai. O livro traz um longo estudo biográfico do Almirante Raul Tavares que serve para dar a verdadeira dimensão do autor, o Barão de Jaceguai.

Nestas *Reminiscências*, o autor faz o registro da guerra desde o desembarque no Passo da Pátria até o fim das batalhas em que esteve à frente. Analista metucioso e grande estrategista, Jaceguai expõe ainda em pormenores as agruras da guerra na passagem do Paraná, no rio Paraguai, nos embates de Curuzu e Curupaiti, além de considerações político-estratégicas sobre Solano López, o general Osório e tantos outros depoimentos sobre pessoas e fatos.

É o Almirante Raul Tavares que observa: “Este livro é uma das melhores produções de Jaceguai. Nele estão as reflexões críticas sobre as operações combinadas da esquadra e exército aliados, onde Jaceguai, com mestria e calor próprio do seu temperamento, traçou, pela primeira vez entre nós, a crítica técnico-histórica da Guerra do Paraguai”.



ISBN 978-85-7018-346-0



9 788570 183460